

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Octavio Ianni:** Formas sociais da terra 5
- José Grabois & Maria J. N. Aguiar:** A cultura do fumo aromático no Semi-Árido da Paraíba e Rio Grande do Norte 19
- Nilson Araújo de Souza:** A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la 39
- Paulo Henrique N. Martins:** A propósito de uma política regional de "desenvolvimento"; o caso do Nordeste 69
- Paulo Nakatani:** A "Nova Economia Pública" ou a agonia delirante do neoclassicismo 79
- Xavier F. Totti:** Os grupos domésticos nas comunidades de ocupação espontânea na América Latina 95
- Josefa Salete B. Cavalcanti:** Origem do homem branco: o problema do contato no sistema tribal 109
- Jurandir Antônio Xavier:** Um pouco mais além das alternativas tecnológicas 127
- Iolanda Casagrande:** O trabalhador rural volante ("bóia-fria") 137

NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

- Hugues Lamarche:** Balanço e reflexões teóricas de 20 anos de pesquisas sobre o meio rural francês 149
- Elbio Troccoli Pakman:** A essência e o papel do planejamento na sociedade capitalista 159
- Mauro G. P. Koury:** Breve história do movimento camponês no Nordeste 167
- Josemir Camilo:** A ideologia da "New Economic History" 177
- Reinaldo A. Carcanholo:** O 5º Congresso Brasileiro de Economistas, rejeição da atual política econômica 183

RAIZES

Ano II, v. 2, Nº 2-3, jan.-dez./1983

Editores:

Mestrado em Economia e
Mestrado em Sociologia
da

Universidade Federal da Paraíba
Campus II – Campina Grande

Diretores:

Charles M.M.J. Beylier
Reinaldo A. Carcanholo

Conselho Editorial:

Elbio Troccoli Pakman (Presidente)
Antonio Ildefonso A. Melo
Elimar Pinheiro de Nascimento
Gilda de Castro Rodrigues
Itan Pereira da Silva
Jurandir Antônio Xavier
Manuel Correia de Andrade
Nilson Araújo de Souza
Nilson Crocia de Barros
Octavio Ianni
Paulo Nakatani
Raimundo Nonato Santos

Comité de Redação:

Clemilda Maria de O. de Souza
Elbio Troccoli Pakman
Paulo Campanário
Xavier Francisco Totti

Colaboração:

PRAI-UFpb, PRPG-UFpb,
CH-UFpb, NENPPO-UFpb,
Convênio CAPES/COFECUB
(UFpb/Paris X – Nanterre)

Composição gráfica:

EPGRAF – Equipe Editorial e
Serviços Gráficos Ltda.

Gravura de capa:

Elifas Andreatto

Os trabalhos assinados são de inteira
responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a livre transcrição de qual-
quer matéria, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

© RAIZES, 1983

A revista RAIZES é uma publicação se-
mestral editada pelos mestrados em So-
ciologia e em Economia – com área de
concentração em problemática rural –
da Universidade Federal da Paraíba.

Correspondência e material para publicação:

Revista RAIZES
Av. Aprígio Veloso, 882
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba
58.100 – Campina Grande, Paraíba

Tel. (083) 321-7222, r. 143 e 558

Referência Bibliográfica:

RAIZES, v. 2, n. 2-3, jan.-dez. 1983
Campina Grande, Mestrado em Eco-
nomia e Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba –
UFpb.
v. semestral
1. Sociologia Rural – periódico
2. Economia Rural – periódico
3. Economia Política – periódico

CDD – 330

CDU – 338.43(05)

UFPB / BIBLIOTECA / PRAI 11-5-84

UFPB / BIBLIOTECA / PRAI
DOAÇÃO

Prof: *Elbio Exequiel
Pakman*

UFPB
BIBLIOTECA
CENTRO DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA
R 1415 184

AOS LEITORES

A boa receptividade do primeiro número de RAÍZES, as numerosas expressões de apoio recebidas, a ampliação do quadro de cientistas regionais, nacionais e internacionais que se propõem a colaborar com nossa revista, o interesse encontrado no CNPq para uma eventual participação, estimulam-nos a levar adiante nosso projeto editorial.

RAÍZES quer consolidar-se como revista aberta às contribuições que se orientem principalmente para a problemática da agricultura e do Nordeste. Nesta perspectiva, o número duplo que hoje entregamos aos leitores dedica – ao igual que o fez o precedente – a metade de suas páginas a esses dois grandes temas.

Já o número 4 da revista estará integralmente voltado para os problemas agrários, trazendo contribuições de especialistas nacionais e estrangeiros, assim como resultados de pesquisas originais e de trabalhos de dissertação realizados no âmbito de nossos cursos de Pós-Graduação.

Um número posterior será dedicado à seca nordestina. A comunidade científica não pode ficar silenciosa diante do problema da seca do Nordeste, pois cabe-lhe: esclarecer as dimensões sócio-econômicas e políticas deste fenômeno social complexo, que aparece apenas como acidente climático; detectar as causas dos fracassos dos diversos projetos governamentais implantados para modernizar a agricultura e lutar contra a seca; analisar o verdadeiro papel do Nordeste na conjuntura nacional com suas implicações internacionais.

RAÍZES também pretende ser um veículo de difusão e informação de pesquisas sócio-econômicas sobre o Nordeste, implementadas nos diversos centros acadêmicos e científicos do país. Iniciaremos no número 4 a publicação desta relação.

É com esta proposta de trabalho comprometida com nossos problemas, que RAÍZES comemora – através do presente número – seu segundo ano de vida.

*316 : 33 (05)
R 161*

FORMAS SOCIAIS DA TERRA *

Octavio Ianni**

INTRODUÇÃO

No começo da história, a terra parece disponível, dada, dádiva, inocente. É extensa, sem-fim, lonjura, sertão. "De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos — terra que nos parecia muito extensa. Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados... As águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo".¹

Parece tão alheia ao homem que ele surge como se fosse um intruso, deslocado, exótico. "A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem..."²

Entretanto, a terra logo se apresenta como uma vasta dispensa de meios de subsistência, um imenso arsenal de instrumentos de trabalho. No intercâmbio com a terra, o homem extrai os elementos indispensáveis à satisfação de necessidades tais como comer, beber, vestir-se, abrigar-se; e meios de trabalho. "A terra é sua dispensa primitiva e é, ao mesmo tempo, o seu arsenal de instrumentos de trabalho. Oferece-lhe, por exemplo a *pedra* que atira, com a qual fricciona, percuta, corta etc. E a *própria terra* é um instrumento de trabalho, ainda que exija, para o seu cultivo, para poder ser utilizada como instrumento de trabalho, toda outra série de instrumentos e um desenvolvimento relativamente grande da força de trabalho. Tão logo o processo de trabalho se desenvolve um pouco, exige instrumentos de trabalho fabricados".³

* Versão ampliada de uma exposição apresentada na 35a. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, realizada em Belém, em julho de 1983.

** Sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

- (1) Pero Vaz de Caminha: *Carta a El Rei D. Manuel*, Introdução e Organização de texto de Leonardo Arroyo, São Paulo, Dominus Editora, 1963, p. 67.
- (2) Euclides da Cunha: *À Margem da História*, 8a. edição, Porto, Livraria Lello & Irmão Editores, 1948, p. 6.
- (3) Karl Marx: *El Capital*, 3 tomos, Tradução de Wenceslao Roces, México, Fondo de Cultura Económica, 1946-47, Tomo I, p. 201; citação extraída do cap. V, intitulado "Processo de trabalho e processo de valorização".

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	5 - 18	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	--------	----------------

Ao estabelecer intercâmbio com a natureza, em particular a terra, compreendendo água, fauna, flora, relevo, recursos minerais, ciclo das estações, fecundidade etc., o homem apropria-se dela e a transforma. Transforma-se ele também com ela. Transfigura-se.

Desde o começo, a terra é incorporada no processo de trabalho como objeto e meio de produção. Nesse percurso, muda de figura. É retirada da natureza, humanizada. Ao mesmo tempo que é trabalhada e recriada, transforma-se em relação social. Está em marcha a apropriação da terra: tribal, comunitária, clânica, familiar, privada, capitalista. Dá-se a metamorfose da terra em mercadoria. A produção para o consumo modifica-se em produção para o mercado. Realiza-se o estranhamento, a alienação, entre o produtor e a propriedade dos meios de produção. O mesmo processo de apropriação da terra, polarizado entre uso e propriedade, ou posse e domínio, compreende dependências e conflitos entre índios, posseiros, grileiros e muitos outros. Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, a terra se constitui como propriedade privada; para o capital ou do próprio capital. Nesse processo, as diversas metamorfoses da terra compreendem as diversas configurações do trabalho. A humanização da terra, segundo as condições da sociedade burguesa, compreende a sua transformação em relação social, relação de produção, propriedade burguesa. A natureza transfigura-se em história na trama das relações de produção, das contradições de classes.

REVOLUÇÃO AGRÁRIA

As leis de terras, principalmente as que tratam de terras indígenas, devolutas, públicas, de colonização oficial e particular, definem estabelecimentos e imóveis rurais, classificam os trabalhadores do campo, todas assinalam aspectos importantes das pendências e conflitos agrários. Indicam a maneira pela qual o poder estatal tem sido levado a acomodar, ou favorecer e contrariar, interesses das mais diversas categorias sociais envolvidas na luta pela posse e uso da terra: índios, ex-escravos, camaradas, imigrantes, moradores, colonos, agregados, assalariados, sitiantes, posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários.

A lei de 1850 foi um marco na história da terra. Extingue o princípio da doação e inaugura o da compra, para aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros. Ao mesmo tempo que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem a sua força de trabalho nas plantações de café, criações de gado e outras atividades. Ao longo dessa história, ocorria a transição do trabalho escravo ao livre, formava-se o mercado da força de trabalho, expandia-se a monopolização da terra, ocorria a metamorfose da terra em mercadoria.

Outras leis destinaram-se a aperfeiçoar ou desenvolver as condições de

expansão do capitalismo no campo. À medida que crescia, ou diversificava-se, a economia agrária, em função da exportação, mercado urbano e industrialização, aprimoravam-se os dispositivos jurídico-políticos destinados a regular as relações de produção na agricultura.

Em 1963 foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, que diz respeito às condições de oferta e demanda da força de trabalho no campo. Institui a carteira profissional, o contrato de trabalho, os direitos e deveres das partes contratantes quanto a salários, descanso remunerado, férias, trabalho do menor, da mulher e outros aspectos das relações de produção. Naturalmente define "trabalhador rural", "empregador rural", "indústria rural" e outras categorias. A rigor, sistematiza as condições jurídico-políticas do processo de trabalho, condições essas às quais se submete o assalariado permanente, avulso ou temporário. É óbvio que esse estatuto organiza, delimita e orienta boa parte do intercâmbio entre o homem e a terra, em termos do trabalho compreendido como um processo de produção de mercadoria e mais-valia. Aliás, toda legislação sobre as condições de trabalho, do escravo ao trabalhador livre, do colonato e aviamento ao morador e temporário, compreende uma dimensão essencial da história da terra, das pendências e conflitos sobre a posse e o uso da terra.⁴

Em 1964 criou-se o Estatuto da Terra, que pode ser tomado como mais um elo importante na história da luta pela terra. Em lugar de expressar apenas, ou principalmente, a resolução de problemas, essa e outras leis anteriores e posteriores expressam a continuidade das pendências e conflitos. História que não termina.⁵

A legislação específica sobre as terras indígenas não foge a essa tendência. Desde a Colônia e o Império, as comunidades indígenas foram progressivamente expropriadas. Apesar dos movimentos de opinião pública e da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, essas terras continuaram a ser invadidas, exploradas e expropriadas por grileiros, posseiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, frequentemente mediante a omissão ou cumplicidade dos setores governamentais. Nos tempos do SPI, esta era a situação: "Depois de cinquenta anos de esfor-

(4) *Estatuto do Trabalhador Rural*, Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. Consultar também: Frances Rocha, *Conflito Social e Dominação: Um Estudo sobre as Leis de Regulação das Relações de Trabalho na Empresa Agrícola (1897-1930)*, mimeo, PUC, São Paulo, 1982; Octavio Ianni, "O Estado e o Trabalhador Rural", *Contexto*, n. 4, São Paulo, 1977, pp. 1-15.

(5) Ruy Cirne Lima: *Pequena História Territorial do Brasil (Sesmarias e Terras Devolutas)*, Porto Alegre, Edição Sulina, 1954; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), *Vade-Mecum Agrário*, 7 vols. Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1978. Cabe destacar: Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850; Decreto n. 19.924, de 27 de abril de 1931; Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946; Lei Delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962; Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964; Decreto-Lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970; e lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

ços para garantir a cada tribo uma nesga de terra, ainda são poucos os Estados que deram aos índios títulos de posse das terras em que vivem. E a grande maioria deles vazou o texto legal em linguagem tão imprecisa que dá margem a discussões, cada vez que um fazendeiro ou político local se decide a lançar mão de suas relações políticas para apossar-se de terras dos índios. Duas expectativas muito claras estão implícitas nestes documentos: a de que a população indígena tende a diminuir até o completo desaparecimento e a de que os índios acabarão por integrar-se na população sertaneja, na condição de lavradores sem terras... A pacificação de uma tribo tem representado sempre a redução de seu território de caça e coleta, invadido por extratores de produtos da mata, agricultores ou criadores de gado, conforme a economia dominante na região".⁶ Nem a FUNAI encaminhou soluções satisfatórias. O que sobra das terras indígenas são terras ameaçadas. "A situação das terras indígenas pode ser definida, de modo geral, como situação que envolve três características: terras *ameaçadas* de invasão pelos brancos, sobretudo grandes fazendas e empresas; terras *griladas*, cuja posse pelo não-índio ainda depende de regularização; e terras *expropriadas*, cuja posse e domínio já estão legalmente nas mãos de brancos... À medida em que se deteriora a forma de ocupação e utilização da terra pelo índio, como consequência da sua invasão e incorporação por fazendas e empresas, também se deteriora a sua *identidade tribal*. A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu *modo de ser*... Mesmo as terras devolutas e as terras indígenas já estão no cálculo do capital".⁷

A luta pela terra, no Brasil, vem de longe. E agrava-se em certas épocas. Há freqüentes surtos mais ou menos intensos de pendências e conflitos. Provavelmente têm relação com os surtos de expansão do capital no campo. A entrada do país na industrialização acelerada, com acentuada participação do poder estatal, parece ter inaugurado outra onda de pendências e conflitos. Na década dos cinquenta, por exemplo, surgiu o movimento dos posseiros de Trombas e Formoso, em Goiás; movimento de grande significação social e política. Em termos diversos, mas também com significativas implicações sociais e políticas, surgiram os conflitos do oeste paranaense. A construção da rodovia Belém-Brasília abriu outros focos de atritos. Depois, continuaram a repetir-se em diferentes regiões do país. Desde que entrou em nova fase o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, em especial a partir da instalação da ditadura militar de 1964, reativaram-se antigas lutas e multiplicaram-se novas. As comunidades indígenas, os núcleos de posseiros, os bairros caboclos, as colônias, além de parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e outros trabalhadores rurais, muitos passaram a enfrentar problemas quanto ao uso e posse das terras nas quais vivem

(6) Darcy Ribeiro: *A Política Indigenista Brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1962, pp. 106-107.

(7) José de Souza Martins: *Expropriação e Violência (A Questão Política no Campo)*, São Paulo, Editora Hucitec, 1980, pp. 153-155.

e trabalham.

No Rio Grande do Sul, o colono descendente de imigrantes italianos, na área do vinho, diz que é uma grande coisa ter um pedaço de terra. Assim não se depende muito dos outros. "Porque quando eu tenho a terra eu faço por mim mesmo. Não tendo a terra, tem de andar debaixo do dono. Quer dizer, assim eu sou o dono. E assim estou vivendo na terra. Se não tivesse a terra não posso sustentar a família"⁸. Em muitas partes do país, repete-se a reivindicação. Em São Paulo, segundo um bóia-fria: "A situação melhorava se o governo desse um pedaço de terra para nós". Mas a ajuda não vem. O governo "não dá terra nem emprego"⁹. Para o arrendatário, o problema é garantir a permanência na terra. "Porque nós queríamos era trabalhar, nós queríamos plantar para dar aos filhos para comer"¹⁰. Em Minas Gerais o posseiro relata como chegou a violência. "Tinha feito pasto e plantava muita roça. Então chegou o pessoal da Ruralminas. Invadiram a terra, puseram gado nas plantações. Foi uma tristeza. Muitos se apavoraram, venderam o que tinham e foram embora"¹¹. Em Goiás, outro posseiro fala da resistência em defesa da terra. "A reivindicação era só, única de todos. Nós não tínhamos latifúndio... olho grande. Eram todos os posseiros. A luta era contra o grileiro, contra o Estado, para legalizar a terra"¹². E o migrante fala do campo e da cidade. "A roça é mãe, você planta um pé de maxixe, uma semente de melancia, tudo já serve para os filhos. E na cidade se eu tiver dinheiro eu como, se não tiver, só faço olhar"¹³. Em Pernambuco continua a relação fundamental com a terra, como objeto e meio de trabalho. Um pequeno produtor sabe que "o problema da gente é terra, porque o sujeito tendo terra de tudo planta, planta milho, planta feijão, planta mandioca, planta inhame, planta essa coisa todinha... Toda riqueza sai da terra... A terra pode-se dizer que é o maior tesouro do mundo"¹⁴. Como diz o galileu, "o que um fraco pode fazer sem um sítio? Só pode morrer, que é daí que ele tem seu pão de cada dia e o viver de sua família. Mesmo que o mundo se acabe, se ele tem sua terrinha tem onde vi-

(8) José Vicente Tavares dos Santos: *Colonos do Vinho*, São Paulo, Editora Hucitec, 1978, pp. 136-137.

(9) Maria Conceição d'Incao e Mello: *O Bóia-Fria*, Petrópolis, Editora Vozes, 1975, p. 138.

(10) Vera Lucia Michalany Chaia: *Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - S.P. (1959-1969)*, mimeo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980, p. 123.

(11) Wanda Caldeira Brant Monteiro de Castro: *Jalpa: Expropriação e Colonização*, mimeo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982, cap. I, p. 19.

(12) Maria Tereza Canesin Guimarães: *Formas de Organização Camponesa em Goiás (1954-1964)*, mimeo, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1982, p. 50.

(13) Cláudia Menezes: *A Mudança (Análise da Ideologia de um Grupo de Migrantes)*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976, p. 72.

(14) Beatriz Maria Alásia de Heredia: *A Morada da Vida (Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil)*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, pp. 144 e 150.

ver e como viver" 15. No Estado do Amazonas, um pequeno produtor identifica as terras situadas às margens das estradas como melhores, valorizadas. Mas "essas são terras de barão. Quando abriram essa estrada, disseram que ia ter terra para os pequenos, que ia haver um loteamento para os agricultores que quisessem ocupar um lote de terra e tal. Quando abriram as inscrições já estava tudo tomado, e só por gente da cidade" 16. No Pará, a terra parece estar sempre em movimento, como o movimento do posseiro que chega e parte; ele mesmo ou outro. "A terra não demove de nenhum lugar. É o povo que corre para todo lado. Pobre anda caçando destino, andando sempre caçando melhora. O velho meu pai parou no meio da viagem e eu continuei. A jornada do pobre é mudança. O pobre não tem sossego. Sempre a gente é tocado pela situação, procura lugar mais novo. Os mais fracos vão indo na frente, depois chegam os melhor um poquinho de situação comprando da gente, depois chega a classe média comprando e a gente vai mais para frente de novo. Quando chega o rico mesmo, toca mais para frente. É essa jornada da gente só termina quando a gente morre. Você fica no meio da viagem, os filhos seguem a jornada" 17.

Ao longo dos anos, multiplicaram-se as pendências, brigas, tocaias, emboscadas, enfrentamentos, combates armados de maiores proporções. Simultaneamente, surgiram movimentos sociais: uns de base religiosa; outros mais propriamente políticos, como os dos posseiros de Trombas e Formoso, os galileus de Pernambuco, os arrendatários de Santa Fé do Sul. Também surgiram sindicatos e partidos, buscando organizar e orientar os trabalhadores em suas pendências e conflitos. Inclusive as mais diversas agências governamentais passaram a fazer parte das controvérsias: policiais, militares, executivo, judiciário, bancos, superintendências, planos, programas, projetos. Assim, sindicatos, partidos, igrejas e agências do poder estatal mesclam-se com os movimentos sociais rurais, em suas pendências e conflitos sobre a terra.

Está em marcha uma espécie de revolução agrária, provocada pelo crescimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, espraiando-se da cidade. Desenvolvem-se as forças produtivas, isto é, o capital, a tecnologia, a proletarianização, a divisão do trabalho, o planejamento governamental; e as relações de produção, compreendendo principalmente a monopolização da terra, em termos de propriedade e exploração. Esse é o quadro no qual a luta pela terra recoloca o problema clássico da relação entre o homem e a terra, sociedade e natureza. "A bondade das condições naturais não faz senão oferecer a *possibilidade*, nunca a

(15) Elide Rugai Bastos: *Ligas Camponesas* (Estudo sobre a Luta dos Camponeses em Pernambuco), mimeo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980, p. 56.

(16) Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto: *Os Trabalhadores da Juta* (Estudo sobre a Constituição da Produção Mercantil Simples no Médio Amazonas), mimeo, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982, pp. 81-82.

(17) Maria Antonieta da Costa Vieira: *Caçando o Destino* (Um Estudo sobre a Luta de Resistência dos Posseiros do Sul do Pará), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1981, p. 26.

Handwritten: 1974 / PRAI

realidade, do trabalho excedente e, portanto, da mais-valia ou do sobre-produto... Com as forças produtivas do trabalho oferecidas pela natureza ocorre o mesmo que com as forças produtivas historicamente desenvolvidas, *sociais*: são consideradas como *forças produtivas do capital*, às quais se incorporam" 18. À medida em que caminha a acumulação originária, em suas implicações estruturais, a mercantilização da terra, a produção para o mercado em lugar da produção para o auto-consumo, nesse percurso a terra se constitui como objeto e meio de produção de capital. Transforma-se em força produtiva do capital. "A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Naquelas em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca" 19.

As classes sociais no campo aparecem como condição e produto da revolução agrária. Desenvolvem-se, em termos quantitativos e qualitativos, o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a grande burguesia; além de uma tecnocracia mais ou menos importante, composta de engenheiros agrônomos, veterinários, administradores, economistas, gerentes e outros profissionais. Simultaneamente, intensificam-se e diversificam os laços entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, as classes sociais urbanas e rurais, os movimentos sociais e os sindicatos e partidos políticos. Está em marcha a transformação do trabalhador rural em cidadão, da mesma maneira que a generalização das classes sociais e os seus antagonismos.

FORMAS DA TERRA

A terra que está em causa não é uma só, homogênea. Ao contrário, é diversa, múltipla. São diferentes as formas sociais da terra, da organização das atividades produtivas, reveladas pelas pendências e conflitos. Há núcleos indígenas, caboclos, sítiantes, posseiros e outros que podem estar voltados principal-

(18) Karl Marx: *El Capital*, 3 tomos, Tradução de Wenceslao Roces, México, Fondo de Cultura Económica, 1946-47, Tomo I, pp. 566-567.

(19) Karl Marx: *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*, 3 vols., México, tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scarón, Siglo Veintiuno Editores, 1971, vol. 1, p. 28. Aproveito a tradução feita por José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi: Karl Marx, "Introdução à Crítica da Economia Política", publicada no volume *Marx*, da coleção "Os Pensadores", São Paulo, Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974, pp. 127-128.

mente para o auto-consumo, a subsistência dos seus membros. Outros ainda combinam a produção para o comércio e subsistência. Assim como há aqueles que se dedicam totalmente à produção de mercadorias. E são muitos os casos de produção bastante tecnicizada, com base em máquinas e equipamentos, fertilizantes e defensivos. Todas essas e outras modalidades situam-se no âmbito de um sistema econômico baseado em fazendas, cooperativas, latifúndios, empresas, agro-indústrias. Marcando as tendências principais do todo, compreendendo o campo e a cidade, está o grande capital industrial e financeiro, com fortes articulações nos movimentos internacionais do capital. " Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser" 20.

Essa iluminação e influência ocorre com as terras tribais, devolutas, ocupadas, griladas e tituladas; que compreendem comunidades, sítios, cooperativas, fazendas, latifúndios, empresas; terras boas e fracas; próximas e distantes de rios, rodovias, ferrovias, mercados, concentrações urbano-industriais. Situam-se nas travessias das marchas para oeste, frentes de expansão, pioneiras fronteiras. Há surtos do capital que se espraiam longe, em terras-do-sem-fim, lonjuras. Agora, a fronteira está acabando na Amazônia, mas já andou pelo oeste paulista, oeste paranaense, sul de Mato Grosso, na travessia da Belém-Brasília ao longo de Goiás. Cada forma social da terra compreende um modo de intercâmbio do homem com a terra, da sociedade com a natureza. São múltiplas as possibilidades de organização social da produção, ainda que amplamente articuladas pelo mercado, iluminadas pelos movimentos do capital. Mesmo assim, no entanto, persistem, ou mesmo aumentam as diversidades. Sob tais condições, a terra não é mais uma só, homogênea, mesma.

A colonização também altera, ou define mais nitidamente, certas formas sociais da terra. A história da colonização mostra que ela pode ser espontânea ou dirigida, particular ou governamental. Combina pequenas unidades camponesas, cooperativas, empresas agrícolas ou empreendimentos agro-industriais complexos. Em suas diversas modalidades, portanto, a colonização implica em diferentes maneiras de organização do trabalho e da propriedade. Em geral, a colonização dirigida estabelece fortes laços entre os trabalhadores agrícolas — colonos, cooperados e assalariados permanentes e temporários — com a produção de mercadorias; o que implica o mercado, o sistema bancário e as agências

(20) Karl Marx: *Elementos Fundamentales para la Crítica e la Economía Política (Borrador) 1857-1858*, 3 vols., México, trad. de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Sacarón, Siglo Veintiuno Editores, 1971, vol. 1, p. 27-28. Aproveito a tradução feita por José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi: Karl Marx: "Introdução à Crítica da Economia Política", publicada no volume *Marx*, da coleção "Os Pensadores", São Paulo, Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974, p. 127.

governamentais. Para os interesses predominantes no Estado brasileiro, no qual a agricultura se acha amplamente subordinada ao grande capital industrial e financeiro, a colonização compreende uma parte importante da reforma agrária possível, conveniente ou tolerável pelo bloco do poder.

Em geral, a luta pela terra compreende diferentes modalidades de movimentos sociais. As pendências, brigas, emboscadas, tocalias, enfrentamentos, conflitos armados de maiores proporções, baseiam-se, na maioria dos casos, em alguma reação grupal ou coletiva mais ampla. Mobilizam forças, experiências, valores, ideais, reivindicações de alguns ou muitos. No mesmo sentido podemos falar dos movimentos de base religiosa, que também mobilizam as experiências sociais e o patrimônio cultural de alguns ou muitos. É verdade que a maioria dos movimentos sociais, religiosos e políticos, compreende o intercâmbio entre a cidade e o campo, entre as reivindicações locais e regionais com as nacionais. E isso freqüentemente modifica o seu caráter, força ou condições de desenvolvimento. As igrejas e os partidos às vezes entram na organização e luta segundo as condições próprias do movimento social que se acha em questão; outras vezes trazem novos elementos, dados, experiências, alargando e definindo melhor a direção da luta; mas também podem divorciar bases e direção, superpondo-se ou impondo-se ao movimento. Além disso, as forças adversas aos camponeses, operários, índios, posseiros e outros que formam o movimento, passam a fazer parte das pendências e conflitos. Isso ocorreu, por exemplo, com as ligas camponesas, os galileus de Pernambuco e outros camponeses, desbaratados pela ditadura militar em 1964. "As classes dominantes vão reaglutinar-se, e a resposta aos movimentos sociais agrários vai ser dada via Estado capitalista, através de uma política coerente com as necessidades do capital — consubstanciada pelo Estatuto da Terra e pelo Estatuto do Trabalhador Rural — e através da repressão aos movimentos sociais no campo" ²¹. Tanto no Nordeste como em outras regiões do país, os governantes mudaram alguma coisa para nada modificar. Assim caminhou a "reforma agrária" conveniente e tolerável pelo bloco do poder. "Às reivindicações e a mobilização camponesa, a burguesia respondia com propostas de alterações marginais na estrutura fundiária, apoio à colonização, maior severidade na tributação, através de reformulação no Imposto Territorial Rural, intervenção nas áreas de tensão com distribuição de terras públicas, regulamentação de relações tensas como a parceria e o arrendamento, estímulos à formação de uma classe média rural etc., mas sempre enfatizando o respeito às formas vigentes de propriedade" ²². Passando por fases duríssimas de repressão, os movimentos

(21) Elide Rugai Bastos: *Ligas Camponesas* (Estudo sobre a Luta dos Camponeses em Pernambuco), mimeo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980, p. 166. Quanto às ligas camponesas, consultar também: Francisco Julião: *Que São as Ligas Camponesas?*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962; Fernando Antonio Azevedo: *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

(22) Leonilde Servolo de Medeiros: *A Questão da Reforma Agrária no Brasil: 1955-1964*, mimeo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982, p. 137.

camponeses continuam ou ressurgem. "As lutas camponesas destes últimos anos forçaram o governo a fazer uso freqüente do dispositivo do Estatuto da Terra que prevê a desapropriação por interesse social em caso de tensões sociais, pois as tensões tornaram-se diárias" ²³. Na Amazônia, Nordeste, Sul e outras regiões do país continuam as pendências e os conflitos. No sul do Pará, posseiros e proprietários envolvem-se em "constantes escaramuças, com mortes de ambos os lados. Pela primeira vez, pistoleiros também eram mortos por posseiros, antes vítimas constantes" ²⁴. No Estado do Rio de Janeiro, ocorre "uma intensa mobilização de trabalhadores rurais", que lutam "pela libertação das terras paradas e presas nas mãos dos grandes proprietários" ²⁵. Também no Rio Grande do Sul continua a luta. "Pode-se reconhecer nos movimentos camponeses recentes no Sul a expressão de uma resistência do campesinato ao processo capitalista de exploração de seu produto, bem como de uma luta acirrada pela preservação e conquista da terra... O campesinato do Sul retoma a luta pela terra e contra a concentração da propriedade fundiária, confronta-se com a política agrícola e com a dominação das agroindústrias" ²⁶.

Na prática, as pendências e conflitos relativos à terra caracterizam a marcha da reforma agrária que se realiza no Brasil. Uma reforma agrária de fato, segundo o jogo dos antagonismos e lutas de classes no campo e cidade; conforme os interesses de um bloco de poder no qual sobressai a grande burguesia industrial e financeira.

Fazendo uma síntese, talvez seja possível afirmar que a controvérsia sobre a reforma agrária levanta principalmente duas tendências: os que reivindicam a divisão da terra, atribuindo as parcelas a trabalhadores rurais como posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, assalariados e outros; e os que reivindicam a extensão das leis trabalhistas ao campo. Freqüentemente as duas mesclam-se. Essa polarização vem de longos debates. "À luta pela reforma agrária opunha-se a pretensão de simplesmente estender às relações agrícolas os direitos trabalhistas urbanos" ²⁷. Tratava-se de generalizar os dispositivos jurídicos mais efetivos na cidade, nas relações de produção prevaescentes na indústria. "Certas medidas como a elevação do imposto territorial, a sindicalização dos trabalhadores rurais, a regularização expressa dos contratos de arrendamento e parceria, o respeito aos direitos de cooperativas, a extinção das polícias privadas

(23) José de Souza Martins: *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1982, p. 99.

(24) Lúcio Flávio Pinto, "Conflitos de Terras no Sul do Pará", *Reforma Agrária*, vol. 12, n. 2, Campinas, 1982, pp. 3-12; cit. p. 12.

(25) Eliane Cantarino O'Dwyer: "Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses", *Reforma Agrária*, citada, pp. 13-25; cit. pp. 13 e 25.

(26) José Vicente Tavares dos Santos: "Movimentos Camponeses no Sul: Produto e Terra (1978-1981)", *Reforma Agrária*, vol. 12, n. 3, Campinas, 1982, pp. 30-54; cit. p. 54.

(27) José Cesar Gnaccarini: *Latifúndio e Proletariado* (Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural), São Paulo, Editora Polis, 1980, p. 177.

etc., são reconhecidas como exigíveis e necessárias, teoricamente, por quase todos" 28. Entretanto, seria indispensável levar em conta as condições locais e regionais, a fim de que trabalhadores rurais não acabassem prejudicados. Há formas sociais de organização do trabalho, da relação do homem com a terra, que se acham largamente sedimentadas. "Na economia da caatinga, a divisão da terra seria o tiro de misericórdia na economia, inclusive com a possível liquidação da pecuária. Reforma agrária, para o homem da rua, significa divisão da terra, eliminação do proprietário do latifúndio, eliminação da renda da terra. Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoáramos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro. Dadas as condições ecológicas da caatinga e dado o tipo de técnica que ali se utiliza, a subdivisão das terras viria despovoá-la porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares, na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, têm de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa" 29. No mesmo Nordeste, assim como em outras partes do país, ao lado do debate sobre a divisão da terra, havia aqueles que se empenhavam em levar as leis trabalhistas ao campo; ou criar leis que atendessem às diversas formas de organização do trabalho na agricultura. Tratava-se de "retirar da polícia a função tradicional de instrumento de garantia dos privilégios seculares de uma minoria, criando, simultaneamente, condições para o livre exercício, por parte de todos, das franquias democráticas asseguradas pela Constituição" de 1946. O que estava em questão era "a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores das cidades e dos campos", levando em conta a "pressão de baixo para cima, gerada pela ampla camada de trabalhadores rurais que não mais suportava as condições em que viviam" 30.

Na prática, entretanto, os movimentos relativos à reforma agrária em geral puseram em causa o pacto industrial-agrário que dominou o Estado brasileiro desde 1930 a 1964; e o pacto mais estritamente industrial dominante desde 1964. "O debate entre os setores que defendiam a reforma agrária como instrumento urgente para ampliar o mercado interno e, assim, acelerar o desenvolvimento industrial e os que viam a reforma agrária como uma questão de preparo adequado do trabalhador, era entremeado por argumentos que revelavam a questão política fundamental informadora do discurso: tratava-se do crescimento da organização do movimento camponês, que gerava a necessidade de que se tomas-

(28) Manoel Correia de Andrade: *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1963, pp. 249-250.

(29) Celso Furtado: *A Operação Nordeste*: Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959, p. 57.

(30) Miguel Arraes: *Palavra de Arraes*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 101-104. Quanto às discussões sobre a reforma agrária, consultar também: José Gomes da Silva: *A Reforma Agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

sem medidas urgentes para conter o seu potencial”³¹. Tanto a partir das suas raízes propriamente agrárias como em suas expressões mais urbanas, no âmbito dos movimentos sociais rurais e dos partidos políticos basicamente urbanos, o debate sobre a reforma agrária colocava questões tais como as seguintes: conquista dos direitos de cidadania pelo trabalhador rural; desenvolvimento das classes sociais no campo; questionamento dos interesses agrários prevaescentes no bloco de poder. “As reivindicações camponesas, expressas através de lutas intensas e disseminadas em todo o território nacional, referiam-se quer à posse da terra, quer aos direitos estabelecidos pelas próprias regras consuetudinárias, apontando para a criação, no processo de lutas, de novos direitos. Confrontavam-se, assim, por um lado, com o capital que expulsava posseiros, arrendatários, colonos e moradores e, por esse caminho, rompiam os padrões estabelecidos de relações entre as classes; por outro questionavam a chamada “pax agrária”, fundamento do poder econômico e político dos proprietários fundiários”³².

A terra é múltipla. Mesmo quando se acha sob forte influência do capital, continua diversa, heterogênea. Expressa distintas maneiras de intercâmbio dos homens entre si, da sociedade com a natureza. As formas pelas quais os homens trabalham a terra conferem distintas formas à terra.

Em perspectiva histórica e teórica ampla, pode-se dizer que no Brasil a luta pela terra expressa a influência de três formas de organização do capital. Naturalmente não se excluem; ao contrário, parecem combinar-se, ainda que em diferentes composições, em termos de desenvolvimento desigual e combinado.

A *acumulação originária* compreendida principalmente como um processo estrutural (e não apenas em termos da gênese do capital) tem sido responsável pela extensa e intensa monopolização de terras devolutas, tribais ocupadas e outras. Isso implica na transformação, ou rearranjo, das relações entre índios, sitiantes, caboclos, posseiros e outros trabalhadores rurais com a terra, enquanto objeto e meio de produção. Generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção. E intensifica-se a violência privada e pública, de modo a favorecer a monopolização da terra, a proletarianização de trabalhadores rurais, inclusive índios.

A *fazenda* compreende uma forma de organização da propriedade da terra. Inexplorada, semi-explorada ou amplamente aproveitada em cultivo ou pecuária, a fazenda expressa uma relação específica do homem com a terra. O latifúndio, enquanto grande extensão, pouco ou nada explorado, coloca-se de per-

(31) Leonilde Servolo de Medeiros: *A Questão da Reforma Agrária no Brasil*, op. cit. pp. 119-120.

(32) Leonilde Servolo de Medeiros: op. cit. pp. 129-130. Consultar também: Abdias Vilar de Carvalho, “Reforma Agrária: União e Cisão no Bloco Agrário-Industrial”, em: Maria N. B. Wanderley, Vilma Figueiredo, Luzia A. C. G. Pinto e Abdias V. Carvalho: *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, cap. 4; Bernadete W. Aued: *A Vitória dos Vencidos*, mimeo, Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1981.

meio à fazenda de café, cacau, cana, gado e outras produções; acha-se nesse mesmo universo de forças produtivas e relações de produção, como um dos seus polos. De permeio há sítios, posses, moradores, colonos, agregados, índios, caboclos. Nesse contexto também bastante diversificado, mesclam-se grupos e classes sociais: fazendeiros, latifundiários, coronéis, mandões, moradores, colonos, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, camaradas. Aqui combinam-se a subordinação formal e a real do trabalho ao capital.

A *empresa agro-industrial* é outra forma de organização da relação do homem com a terra. Agora é bastante acentuada a tecnificação do trabalho e da organização do processo produtivo: máquinas e implementos, fertilizantes e defensivos, agrônomos e veterinários, químicos e administradores, sociólogos e assistentes sociais. Neste caso, predomina a subordinação real do trabalho ao capital, o que compreende o desenvolvimento das classes sociais no campo. A burguesia, o operário rural, ao lado de um campesinato bem diversificado, constituem categorias sociais importantes no campo, na relação do campo com a cidade.

Essas três formas marcantes de desenvolvimento do capital, de intercâmbio do homem com a terra, compreendem uma larga variação de formas de organização social da produção. Compreendem o desenvolvimento desigual e combinado de formas de trabalho e produção. Combinam-se comunidades indígenas e fazendas, posseiros e latifundiários, sítios e empresas agro-industriais.

HUMANIZAÇÃO DA TERRA PELO TRABALHO

É no processo de trabalho que o homem entra em intercâmbio com a terra, apropriando-se dela. A terra transforma-se em uma vasta dispensa de meios de vida e imenso arsenal de instrumentos de trabalho na medida em que é inserida no processo de produção. Entretanto, à medida em que se desenvolve o intercâmbio entre o homem e a terra, ocorrem distintas metamorfoses da terra. Isto é, as formas de trabalho, enquanto formas de produção e reprodução, criação e recriação, constituem a terra sob diferentes fisionomias. O intercâmbio do homem com a natureza revoluciona a natureza, ao mesmo tempo em que modifica o homem. Modificam-se as condições de criação e recriação da vida, da terra e do homem.

O que está em causa é a revolução que a indústria provoca na agricultura. Modifica-se o metabolismo entre o homem e a terra, na medida em que as formas de produção agrária são subordinadas ao capital, em modo extensivo e intensivo. Cada vez mais largamente, o tempo do capital, a duração do ciclo de reprodução do capital industrial, invade o ciclo sazonal, o tempo das estações. A natureza se determina, em escala maior, pelos movimentos do capital. "É na órbita da agricultura que a grande indústria tem uma eficácia mais revolucionária", ao destruir, subordinar ou recriar diferentes formas de organização da vida e trabalho. Paulatinamente, ou de maneira abrupta, "as necessidades de transforma-

ção e os antagonismos do campo nivelam-se aos da cidade". A exploração do campo baseia-se cada vez mais na "aplicação tecnológica e consciente da ciência". Sob o regime do capital, criam-se "as condições materiais para uma nova e mais alta síntese, ou coordenação, da agricultura e indústria, sobre a base de suas formas desenvolvidas, em um sentido antagônico. Ao crescer de maneira incessante o predomínio da população urbana, concentrada em grandes centros, a produção capitalista acumula, de um lado, a força histórica motriz da sociedade, enquanto que, de outro lado, perturba o metabolismo entre o homem e a terra; isto é, o retorno à terra dos elementos desta consumidos pelo homem em forma de alimento e vestuário, que constitui a condição natural eterna sobre a qual repousa a fecundidade permanente do solo. Ao mesmo tempo, destrói a saúde física dos operários. Simultaneamente, ao destruir as bases primitivas e naturais daquele metabolismo, obriga a restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção social e sob uma forma adequada ao pleno desenvolvimento do homem... Além do mais, todos os progressos realizados pela agricultura capitalista não são apenas progressos na arte de *exaurir o operário*, mas também na arte de *exaurir a terra*. E, cada passo que se dá na intensificação da sua fecundidade, dentro de um período de tempo determinado, é, por sua vez, um passo que se dá no esgotamento das fontes perenes que alimentam essa fecundidade... Portanto, a produção capitalista só sabe desenvolver a técnica e a combinação do processo social de produção minando, ao mesmo tempo, as duas fontes originais de toda riqueza: a terra e o homem"³³

Essas são as condições sob as quais a terra é retirada da natureza, humanizada. Sob as condições capitalistas de produção, o capital tende a exaurir e refazer periodicamente a terra. Ao mesmo tempo que é trabalhada, exaurida e recriada, transforma-se em relação social, adquire diversas formas sociais. Deixa de ser inocente, transforma-se em história. A partir da larga e intensa incorporação pelo capital, transformam-se também as condições de luta pela terra. As relações e as divergências das classes estendem-se da cidade ao campo e do campo à cidade. Da mesma maneira que se generaliza o predomínio do capital e da burguesia, generaliza-se a classe operária. Também o campesinato se transforma: proletarizando-se; seguindo adiante, em busca de outras terras; ou sendo recriado pelas exigências da produção mercantil. Alargam-se as contradições de classes, no âmbito dos movimentos sociais e partidos políticos. As mesmas relações de produção que realizam a subordinação do campo à cidade, da agricultura à indústria, da terra ao capital, realizam o desenvolvimento das classes sociais em escala nacional. Aí começa outra história.

(33) Karl Marx: *El Capital*, 3 tomos, tradução de Wenceslao Roces, México, Fondo de Cultura Económica, 1946-47, tomo I, pp. 553-555; citação extraída do cap. XIII, intitulado "Maquinaria e Grande Indústria", item 10, sobre "A grande indústria e a agricultura".

BIBLIOTECA / PRAI

A CULTURA DO FUMO AROMÁTICO NO SEMI-ÁRIDO DA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE

José Grabois *

Maria de Jesus Nogueira Aguiar **

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ faz parte de outro, maior, onde estão sendo estudados os principais sistemas agrícolas de Patos e municípios vizinhos. Tal estudo, por sua vez, se relaciona a um trabalho ainda mais amplo, de caráter interdisciplinar, intitulado "Modernização e Pequena Produção – Patos e municípios vizinhos".

O objetivo básico da pesquisa foi o de estudar o sistema agrícola do fumo aromático, aí se incluindo, além de sua descrição e interpretação, as razões e conseqüências de sua implantação e até onde esta cultura, tal como foi organizada, afetou a pequena produção local.

ORIGEM E OBJETIVO

A cultura do fumo (*Nicotiana tabacum*, L.) em Patos e municípios próximos é muito recente, datando de dezembro de 1972. Sua história se liga à iniciativa da Companhia de Cigarros Souza Cruz, de longe a principal empresa do fumo no Brasil e subsidiária da *British American Tobacco*, em implantar experimentalmente o cultivo do fumo aromático, também chamado tabaco oriental, no Semi-Árido brasileiro. Esta variedade, ainda na maior parte importada, se destina a compor, numa proporção máxima de 10%, uma mistura com outros tipos de fumo, usada na fabricação de cigarros finos, do tipo Hilton, Charm, Colúmbia etc.

A escolha da área, pelo menos do ponto de vista ecológico, é explicada pelo fato de que este fumo, de alto valor no mercado internacional e cultivado tradicionalmente em regiões do Mediterrâneo Oriental europeu, pode ser obtido no ambiente semi-árido do Nordeste do Brasil. Resulta, porém, desta adaptação, um produto de qualidade inferior à do fumo mediterrâneo, o que explica o apro-

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande – Paraíba. Doutor em Geografia.

** Engenheiro Agrônomo, M. Sc. em Climatologia Agrícola, Pesquisadora do CNPA-EMBRAPA, à disposição do Núcleo de Meteorologia Aplicada do CCT da UFPb, Campus de Campina Grande – Paraíba.

(1) Desejamos agradecer aos colegas de equipe Ghislaine Duqué e Ramón Peña Castro, pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas durante a elaboração do trabalho.
(Pesquisa financiada pelo CNPq)

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	N.º 2-3	19 - 38	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	---------	---------	----------------

fundamento das pesquisas realizadas pela Souza Cruz em seus laboratórios a respeito de irrigação, qualidade da água, adubação e genética da planta.

No entanto, a escolha do Semi-Árido do Nordeste pela *British American Tobacco* não pode ser explicada meramente pelas condições ecológicas favoráveis à realização da política posta em prática há longos anos pelo mundo desenvolvido em relação aos países subdesenvolvidos., seus anexos agrícolas, e que consiste na diversificação das áreas produtoras com o sentido de obter preços cada vez mais baixos.

Esta empresa tem necessidade de assegurar seus suprimentos de matéria prima para fabricação de cigarros finos. Por outro lado, em 1981, dos quatro grandes produtores e exportadores mundiais do fumo aromático, os dois menores, Bulgária e Iugoslávia, com 102.605 ton e 47.000 ton, respectivamente, são países do campo socialista e os dois primeiros, Turquia e Grécia, com 180.900 ton e 103.100 ton, nesta ordem, caracterizam-se por sua instabilidade política. A isto se acrescenta o fato de que na Turquia, maior produtor mundial, a produção e o comércio do fumo são controlados em cerca de 80% pelo Estado. Síria e Líbano, produtores bem menores, ocupando o 5.º e o 6.º lugares, com produção inferior a 10.000 ton anuais, apesar do seu potencial, não devem ser vistos, também por questões políticas, como alternativas das mais viáveis para uma empresa multinacional. Nos EUA, as tentativas de obtenção de fumo aromático fracassaram ao longo de 40 anos de trabalho.

Assim, uma das várias opções no conjunto dos países subdesenvolvidos, como a Venezuela, o Chile e o México, com o sentido de promover a diversificação de áreas produtoras e assegurar o fornecimento de matéria prima, é o Nordeste do Brasil. Mesmo que a qualidade do fumo seja supostamente inferior e que os custos de produção fossem mais elevados do que no Mediterrâneo, se bem que com a vantagem de duas safras anuais, essa região, por suas características ecológicas, econômicas e sociais, é uma alternativa bastante sólida, na qual a *British American Tobacco* vem apostando há mais de uma década. O caráter experimental desta cultura no semi-árido fica evidenciado ao compararmos sua produção, em torno de 70 ton em 1982, insignificante, em relação à dos grandes produtores e cujos dados se referem a 1981.

A Souza Cruz organizou Unidades Experimentais em vários Estados do Nordeste Seco — Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas — com o objetivo de observar o comportamento do fumo aromático, conforme as características locais.

Depois de 6 anos de pesquisas, a Unidade Experimental de Patos foi a única a ser mantida. É ainda considerada como de pesquisa, mas a tendência é transformar-se em Unidade de Produção, pois está sendo pensada como um centro irradiador da cultura do fumo aromático em caráter comercial pelo Semi-Árido. Conforme as condições de expansão do mercado, as unidades abandonadas poderão ser reativadas, especialmente aquelas cujas condições sejam semelhantes às de Patos e municípios vizinhos.

A empresa pretendia fazer este trabalho sem uso de tecnologia sofisticada, tentando a cultura em sequeiro; mas a irregularidade da distribuição das chuvas obrigou-a ao emprego de irrigação, cujo método adotado foi o de aspersion. Este sistema, apesar de elevar os custos da produção, foi o único possível diante das exigências da planta e das limitações impostas pela natureza, tais como declividade, tipo de solo, quantidade e distância da água. O primeiro experimento com irrigação foi feito em 1979 e a sua difusão começou em 1980.

A produtividade, de 750 kg de fumo seco por hectare, é equivalente à da Turquia, havendo, porém, elevação dos custos já que as condições climáticas levam ao emprego da irrigação, o que não acontece neste país nem na Grécia, onde as chuvas são melhor distribuídas. O Semi-Árido, porém, por ser mais seco e ter temperaturas elevadas durante todo o ano (ver diagramas ombrotérmicos 1 e 2) tem, como base na irrigação, a vantagem de permitir duas safras anuais.

No Mediterrâneo Oriental, o inverno, ainda que não muito rigoroso, limita o ano agrícola, possibilitando apenas uma safra anual (ver diagrama embrotérmico 3).

A produção do fumo aromático no Semi-Árido cabe, principalmente, ao Estado da Paraíba, secundado pelo Rio Grande do Norte. Na Tabela 1 fica evidenciada a importância do Seridó, com quase 90% da produção, da área cultivada e do número de produtores. O único município produtor que não está nesta região, sendo, porém, limítrofe, é exatamente o de Patos, que, apesar de exercer o comando da produção, ocupa o 5.º lugar. O município de Santa Luzia, primeiro produtor, concentra mais de 1/3 da produção total, da área cultivada e do número de produtores. Este aparente paradoxo é explicado tanto pelas condições ecológicas do Seridó, mais adequadas ao cultivo do tabaco oriental, quanto pelo importante papel regional de Patos.

TABELA 1
NÚMERO E TIPO DE PRODUTORES, ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE FUMO AROMÁTICO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES.
1982 — 1.ª SAFRA

Municípios	Número e tipo de produtor					Área plantada (ha)	Produção (Kg)
	Proprietários	Arrendatários	Moradores	Vazanteiros	Total		
Santa Luzia (PB)	22	1	—	—	23	29	20.800
São José do Sabují (PB) ..	10	1	1	—	12	20	14.700
Santana do Seridó (PB) ..	8	—	2	—	10	10	8.000
São Mamede (PB)	8	—	—	—	8	10	7.200
Patos (PB)	3	1	—	4	8	9	6.400
Parelhas (RN)	—	—	2	—	2	2	1.300

Fonte: pesquisa

DIAGRAMAS OMBROTÉRMICOS

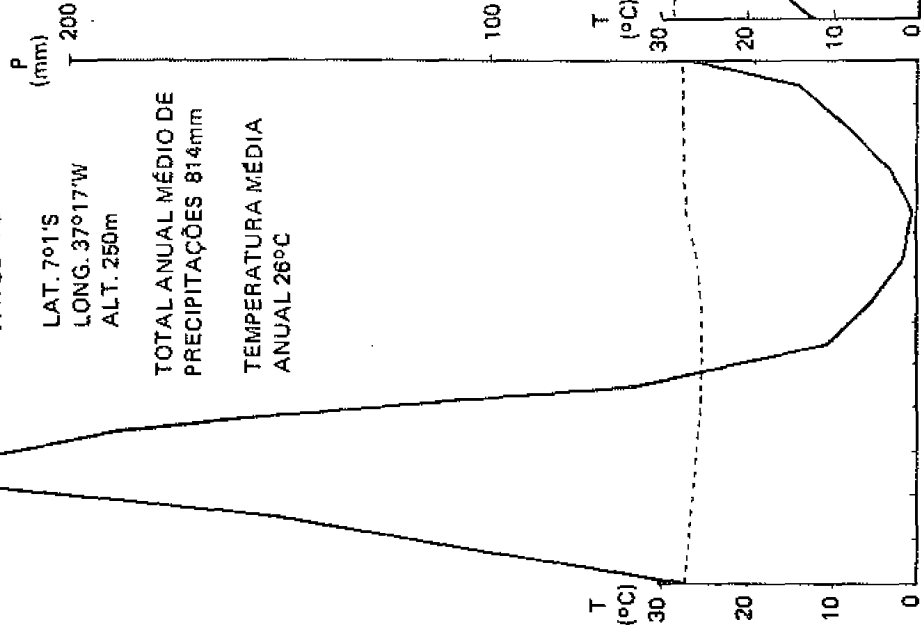
1. CLIMA SEMI-ÁRIDO
SERTÃO OCIDENTAL

PATOS - PB

LAT. 7°1'S
LONG. 37°17'W
ALT. 250m

TOTAL ANUAL MÉDIO DE
PRECIPITAÇÕES 814mm

TEMPERATURA MÉDIA
ANUAL 26°C



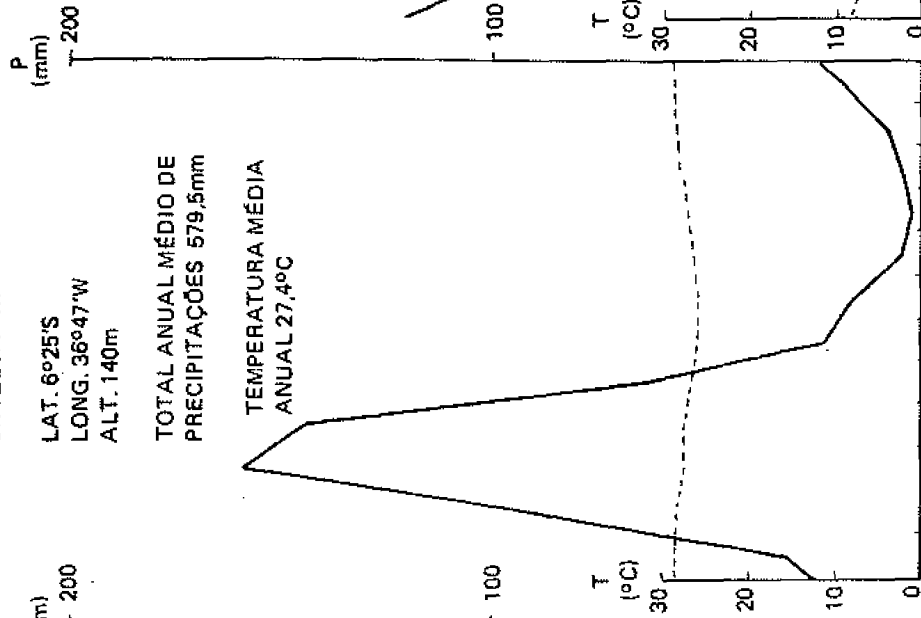
2. CLIMA SEMI-ÁRIDO
SERIDÓ

CRUZETA - RN

LAT. 6°25'S
LONG. 36°47'W
ALT. 140m

TOTAL ANUAL MÉDIO DE
PRECIPITAÇÕES 579,5mm

TEMPERATURA MÉDIA
ANUAL 27,4°C



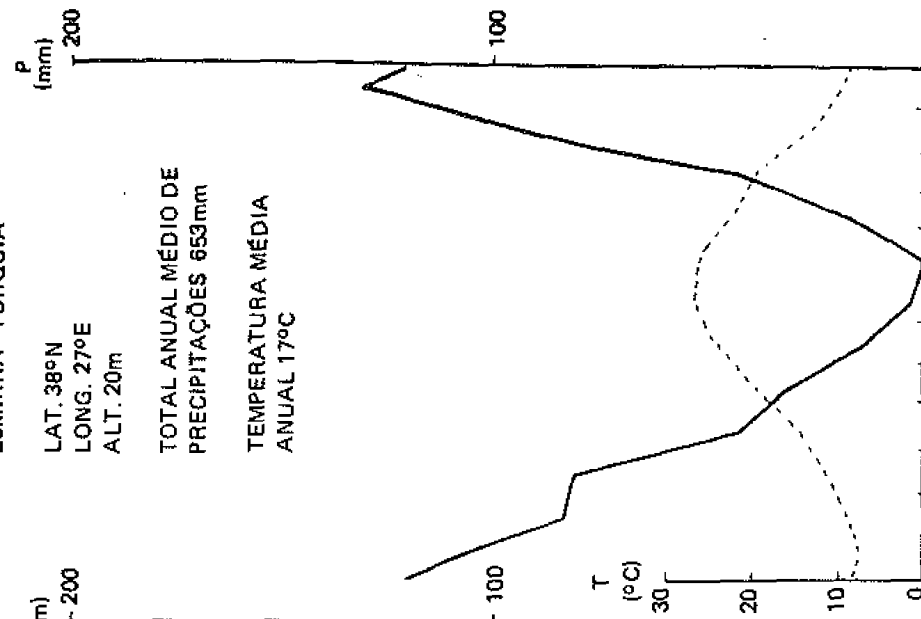
3. CLIMA MEDITERRÂNEO
MED. ORIENTAL

ESMIRNA - TURQUIA

LAT. 38°N
LONG. 27°E
ALT. 20m

TOTAL ANUAL MÉDIO DE
PRECIPITAÇÕES 653mm

TEMPERATURA MÉDIA
ANUAL 17°C



-----TEMPERATURA

———PRECIPITAÇÃO

PATOS: CENTRO DE IRRADIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A escolha de Patos como centro irradiador da produção do tabaco oriental pelo Semi-Árido se baseou em quatro fatos de diferentes ordens, mas estreitamente relacionados: o ambiente semi-árido, a disponibilidade de mão-de-obra numerosa e barata, a existência de pequenas unidades de produção e o importante papel regional desta cidade.

A rudeza do ambiente natural, particularmente com respeito às características climáticas, a saber, elevadas temperaturas, precipitações escassas e irregulares, longa duração da estação seca com forte concentração das chuvas no tempo e baixa umidade relativa do ar, favorece à cultura do fumo aromático. Isto se explica pelo fato do aroma do fumo estar nos pelos protetores da folha e, em tais condições, a planta, no seu processo de adaptação, desenvolvendo os mecanismos de defesa contra a evapotranspiração, sofre um aumento considerável do número destes pelos. Além do mais, a umidade relativa baixa, cujos valores exigidos pelo fumo aromático estão entre 40% e 55% , consiste num fator fundamental para a sua obtenção, particularmente no que se refere ao processo de secagem. Estas características são mais acentuadas no Seridó, onde a maior concentração das chuvas no tempo e os totais anuais mais baixos ao lado de temperaturas muito elevadas, resultam em evapotranspiração mais intensa, o que propicia, particularmente nesta região, melhores condições para a referida cultura (ver diagrama ombrotérmico 2).

Diante disso pode-se compreender porque no Sul do Brasil, região onde tradicionalmente se cultiva o fumo, fica excluída a possibilidade de cultivo do tabaco oriental.

Os pediplanos de Patos e da Bacia do Seridó², com suas rampas suaves de pedimentos e seus solos derivados de rochas cristalinas, freqüentemente com fortes percentagens de areia, favorecem a implantação da cultura do fumo aromático não só pela topografia que facilita o trato da terra mas também porque esta lavoura, por não suportar encharcamento, necessita solos arenosos, bem drenados.

A lavoura do fumo requer, como condição básica, a existência de mão-de-obra numerosa aliada a pequenas unidades de produção. O emprego maciço de mão-de-obra, proporcionalmente muito maior que na lavoura do algodão ou na pecuária, os maiores investimentos e a necessidade da presença constante do proprietário, afastam-na da grande propriedade. Esta condição é perfeitamente atendida em Patos e demais municípios produtores de fumo aromático, onde a estrutura fundiária, marcada pela forte concentração da terra e grande número

(2) GRABOIS, J.; VALVERDE, O. & AGUIAR, M. J. N.: "Estudo regional do Seridó e Curimataú", In: Anais do 1.º Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido, Olinda, de 16 a 20 de agosto de 1982. (Denominação dada por Orlando Valverde).

de minifúndios e as relações de trabalho aí prevaletentes, resultam na existência de mão-de-obra numerosa e barata. Ela é representada, de um lado, por pequenos produtores — proprietários, “vazanteiros”³, moradores e, até mesmo por irrigantes do DNOCS — e, de outro, por um grande contingente de trabalhadores assalariados, sem acesso à terra, desempregados ou sub-empregados e vivendo na periferia das cidades.

Terceira cidade do Estado da Paraíba, com 58.735 habitantes em 1980⁴, Patos é um importante centro regional, exercendo marcada influência sobre o Sertão Ocidental da Paraíba e sobre o Seridó. Sua área de influência direta, conforme Pébayle⁵, se estende até os limites dos municípios de Junco do Seridó e Taperoá a leste, Pombal e Catingueira a oeste, Caicó ao norte e Teixeira ao sul. Aí estão incluídos quase todos os municípios produtores de fumo aromático.

Sua centralidade, calcada no fator posição — “cidade boca do Sertão Ocidental”, conforme o referido autor, situada ao longo do eixo Leste-Oeste do Estado, ligando-se assim, por rodovia federal asfaltada ao Sertão e ao Litoral — traduz-se não só pelas estradas, quase todas asfaltadas, que a ligam aos centros urbanos sob seu comando, mas também, de acordo com o mesmo autor, pela existência de importante comércio e pelo nível dos serviços, bem mais especializados do que nas demais cidades. A elas e suas respectivas áreas de influência estão relacionados um importante comércio atacadista, boa parte do comércio varejista (tecidos, móveis, farmácias, comércio e serviços de veículos e autopeças), bancos, seguros, cinemas, telecomunicações, administração, escolas em todos os níveis, serviços de saúde e hotéis. Aí se instalaram os escritórios regionais da Administração, tanto Federal como Estadual, como o Centro Regional de Saúde, Delegacia Regional do Trabalho, EMATER, INPS, TELPA, entre outros.

Constitui também esta cidade, por sua influência regional tão marcada, importante centro de atração de população rural, principalmente de ex-moradores, vindos dos municípios os mais distantes. Vivem nos bairros muito pobres da periferia urbana, por exemplo ao longo da saída para Teixeira (Jatobá), constituindo boa parte da mão-de-obra assalariada temporária dos fumais.

A centralidade de Patos fica uma vez mais evidenciada pelo fato de estar aí localizada a sede da Souza Cruz, enquanto a produção de fumo aromático se concentra na região vizinha do Seridó, tendo sido preterida a cidade de Santa Luzia, sede do maior município produtor.

(3) Estes “vazanteiros” são agricultores que, sem ter a propriedade, ocupam há quase trinta anos, as terras de vazante do açude Jatobá, pertencentes ao Governo Federal.

(4) FUNDAÇÃO IBGE: *Sinótese Preliminar do Censo Demográfico de 1980*, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

(5) CNPq/UFPb/CNRS/CEGET: *Géographie et Ecologie de la Paraíba (Brésil)*, Talence (França), CEGET, 1980.

Compreende-se, portanto, não ter ocorrido por acaso a escolha de Patos por esta empresa, ao longo do seu experimento, iniciado em 1972, como base principal de atuação. O objetivo é o de estabelecer aí um centro de comando da produção, irradiador da cultura do fumo aromático pelo Semi-Árido brasileiro, visando atender as necessidades do mercado interno, ainda importador a preços elevados, desta variedade de fumo.

MORFOLOGIA AGRÁRIA

A cultura do fumo, mais recente e mais modernizada do ponto de vista técnico, coexiste com diferentes formas de exploração da terra, como o consórcio algodão mocó/milho/feijão, a mais antiga e extensiva, a cultura de vazante, a fruticultura e a horticultura. É raro, porém, que todas estas formas estejam associadas numa unidade de produção.

O campo de fumo, cuja área mais comum é de 1 ha, ocupa, geralmente, a parte inferior da rampa de pedimentos, substituindo, quase sempre, algodões, total ou parcialmente erradicados. Esta localização é explicada pela topografia, pela proximidade da água e pela natureza do solo.

A topografia desta porção de vertente é a mais suave e não criou obstáculos ao uso da terra, permitindo, inclusive, o trabalho com o trator. Além de influir na localização do fumo, esta topografia ligeiramente declivosa também contribuiu decisivamente para que o sistema de irrigação adotado fosse o de aspersão, que marca nitidamente, pelo conjunto de canos, aspersores e moto-bomba, as terras onde se cultiva o fumo. O uso de métodos convencionais de irrigação de superfície, mais econômicos, requer declividades mínimas, que na maior parte dos pediplanos de Patos e da Bacia do Seridó estão acima do desejável. A prática destes métodos provocaria, além de menor infiltração da água, o aumento da erosão, particularmente danosa para uma cultura como a do fumo, em fase inicial de implantação. Deve-se levar em conta ainda que a irrigação por aspersão é o método mais adequado à fase de viveiro, mesmo que as condições naturais permitam o uso de irrigação convencional para as demais fases do cultivo.

Como se trata de uma lavoura irrigada por aspersão, de custos elevados, ressalta a importância do fator proximidade da água, obtida no açude ou no poço amazonas, também denominado "cacimbão". Quando o abastecimento provém de açude, melhor alternativa, o campo de fumo fica mais perto da água do que no caso da utilização do poço amazonas porque este, freqüentemente, é perfurado no fundo do vale. Esta distância é fundamental porque dela depende o número de canos, diminuindo ou aumentando os custos, chegando mesmo a ser fator limitante para a implantação do fumo. Assim no caso das terras que possuem açude, o fumo dista, em média, 72 metros da água, distância equivalente a 12 canos de 6 metros; 12 metros é o mínimo encontrado e 132 metros a distância máxima. No caso de abastecimento por meio do cacimbão, a distância mínima verificada é de 24 metros, a máxima de 156 metros e a mais freqüente, de

108 metros, o que corresponde a 18 canos.

Mesmo que as demais condições permitissem, a natureza do solo faz com que o fumo não possa ficar próximo demais do açude, estando o campo sempre acima do limite da vazante, cujos solos são muito férteis. Nestas condições, o crescimento vegetativo aumenta, havendo, porém, redução do número de pelos aromáticos das folhas, com a conseqüente perda de qualidade.

A disposição da parcela cultivada com o fumo em relação às demais não é aleatória: como todas as lavouras irrigadas por aspersão, sofrerá a influência da velocidade e direção do vento.

O sistema de irrigação conta, além da moto-bomba, situada na borda do açude ou do poço, com duas tubulações paralelas de 48m. Cada uma está equipada com quatro aspersores, distantes entre si 12 metros, raio teórico de alcance do aspersor. A distância entre as tubulações é de apenas 10,8 m, raio de alcance real do aspersor. Esta diferença de 1,2m é explicada pela ação do vento que aqui pode chegar a 6 ou 7 m por segundo, alterando o raio de alcance teórico do aspersor. Isto significa que o sistema de irrigação, e portanto, a parcela, são dispostos de modo que o vento sopra perpendicularmente às duas linhas de aspersores, não interferindo, assim, na distância entre cada um ao longo da linha.

A posição da parcela de fumo no conjunto da unidade de produção dependerá não só destes fatores puramente naturais, como também, vez por outra, de um fator essencialmente social, a estrutura fundiária. A cultura do fumo está muito ligada ao minifúndio e, neste caso, é freqüente a disposição das terras em faixas estreitas, até mesmo com 40 metros de largura, decorrente das sucessivas divisões das propriedades por herança. Daí decorrem problemas de posicionamento do campo de fumo em relação à água já que, se a disposição da parcela não fosse alterada e o sistema adaptado às dimensões do terreno, os gastos com a tubulação seriam excessivos.

Bem próximas do açude estão as parcelas de feijão e batata doce, cultivadas segundo o sistema agrícola das vazantes e também o conjunto de canteiros de hortaliças, irrigado manualmente ou com o auxílio da moto-bomba.

A casa de moradia ocupa sempre um ponto um pouco mais elevado da encosta suave. À sua volta, a poucos metros, estão o "estaleiro", onde o fumo é posto a secar e algumas fruteiras que se beneficiam do sistema de irrigação. O pequeno e rústico cercado feito com varas, também próximo da casa e onde se criam caprinos ou suínos ou, mais raramente uma ou duas cabeças de gado bovino, nos permite compreender porque nenhuma das parcelas de cultivo é cercada.

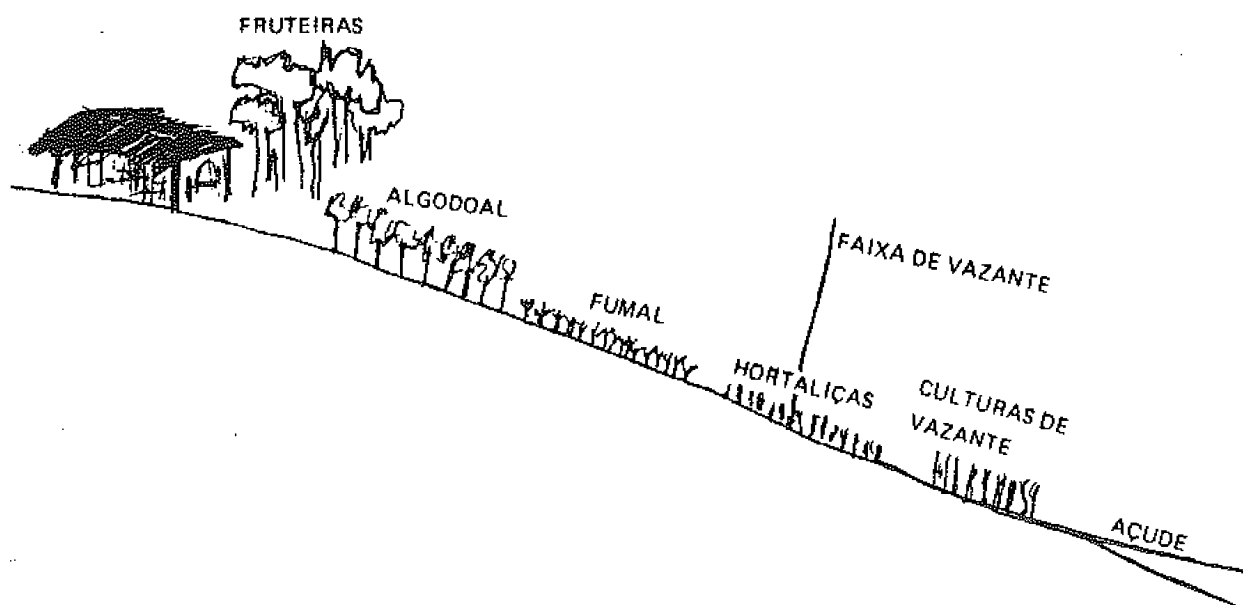
Um dos compartimentos da casa, geralmente a sala, é utilizado parcialmente como depósito onde são guardados adubos, defensivos, inclusive o esterilizante altamente letal e equipamentos utilizados nos tratamentos culturais do fumo. Aí também são postas as folhas recém colhidas e enfiadas e que se destinam à posterior secagem.

As casas são, de modo geral, muito pobres, contrastando, no entanto, conforme pertençam ao proprietário que reside no local ou se são ocupadas por

moradores. No primeiro caso são de alvenaria, têm cobertura de telhas e chão de cimento. As outras nada mais são do que casebres miseráveis, feitos de taipa e chão de terra batido, embora cobertos de telhas.

Esta morfologia agrária, marcada pela inexistência de cercas internas, cercados pequenos e toscos, área reduzida das parcelas de cultivo, utilização de um compartimento da casa como depósito, inclusive de substâncias tóxicas e pelo fumul onde ressalta o modernismo do sistema de irrigação, mostra como as condições sociais e econômicas influem, juntamente com as condições naturais, na organização do espaço agrário.

CORTE ESQUEMÁTICO DO USO DA TERRA EM PEQUENA PROPRIEDADE ONDE SE CULTIVA FUMO



SISTEMA AGRÍCOLA

Um sistema agrícola representa um conjunto de técnicas desenvolvidas pelo homem com o objetivo de obter produtos vegetais e animais. Estará sempre intimamente ligado à organização social da produção e sujeito às influências do meio natural.

No estudo do sistema agrícola do fumo aromático descrevem-se, inicialmente, as diferentes etapas da produção para, em seguida, realizar sua interpretação. Para tanto, não se leva em conta apenas as técnicas empregadas, devendo-se pensar nos diferentes fatores que interferem na sua estruturação, como o meio natural e as condições de cultivo, a estrutura fundiária, as relações de trabalho e o objetivo da produção, assuntos também abordados no presente trabalho.

O primeiro passo na organização do fumo é a construção do viveiro, um grande canteiro de aproximadamente 600 m², onde são obtidas cerca de 200.000 mudas que ocuparão, no campo definitivo, a área de 1 hectare.

A terra é trabalhada com arado de tração animal ou trator, seguindo-se uma adubação orgânica maciça de esterco de curral, na proporção de 45 ton/ha. Também são aplicados cerca de 80 kg de adubo mineral NPK 10.10.10. Logo após é realizada a gradagem para destorroar o solo e misturar o adubo. Só então, é feito, por meio de enxada, o canteiro, cuja elevação, de cerca de 20 cm acima do terreno, facilita a drenagem.

As dimensões do canteiro, 12mx48m, são adequadas às do sistema de irrigação que é constituído por duas tubulações paralelas, distantes entre si 12 metros e com um comprimento de 48 metros. Estas medidas se relacionam com o aspersor, cujo alcance é, teoricamente, um círculo de 12 metros de diâmetro, tendo, assim, cada tubulação, quatro aspersores.

A etapa seguinte é a da esterelização, feita com brometo de metila, que é ao mesmo tempo, herbicida, fungicida e bactericida, eliminando todas as ervas que possam competir com o fumo, bem como os micro-organismos causadores de doenças. O tempo necessário para esterelização é de 24 horas. Precedendo a aplicação do esterelizante, é estendido no solo um lençol plástico de 25mx12m, cujas bordas são enterradas em canaletas que circundam o canteiro. Neste espaço, cuja área útil é de 43m², são aplicadas duas latas de 300ml de brometo de metila; esta substância, liquefeita sob alta pressão, passa imediatamente ao estado gasoso quando as latas são perfuradas. Sendo altamente volátil e mais pesado que o ar, começa a penetrar no solo, ocupando os espaços vazios entre as partículas de solo frouxo, atuando numa profundidade de 12 a 15cm. Tais características tornam necessária uma irrigação prévia, até que o solo atinja sua capacidade de campo, pois só assim o brometo não se perderá no sub-solo, descendo muito mais lentamente. Por ser volátil não tem poder residual e por isso não danifica o solo. Apresenta, entretanto, o inconveniente de ser altamente letal, tornando-se perigoso para quem o aplica.

Depois de cinco anos de tentativas de semeadura, sem pré-germinação, tal como no sul do país, a Souza Cruz, diante dos problemas surgidos, pensou um método simples de pré-germinação que consiste em deixar as sementes imersas numa garrafa d'água por um período de 3 a 4 dias. A semeadura direta cria, em ambiente semi-árido, o inconveniente da grande frequência de irrigação que, em algumas ocasiões, chegou a 15 vezes por dia. Representa, além do mais, economia de tempo: a semente consome menos da metade dos 10/12 dias que gasta para germinar quando a semeadura é direta. Este método, além de economizar tempo, água e mão-de-obra, elimina o risco do esquecimento de uma ou mais das inúmeras irrigações diárias, o que poderia causar danos irreversíveis ao viveiro. Logo que o canteiro estiver preparado, é feita a semeadura por meio do regador, melhor maneira para distribuir o mais homoganeamente possível as minúsculas sementes de fumo, tão pequenas que uma grama poderá ter até 20.000

1970 / BULL. 52/100

sementes secas.

Depois da sementeira, o canteiro é coberto por uma talagarça de nylon suspensa 15/17 cm acima do nível do solo, apoiada em 400 piquetes de madeira. Sua função é a de proteger a semente, muito frágil, contra o sol, a chuva e as próprias gotas do aspersor, ainda muito pesadas para a semente nesta fase de germinação. A irrigação é feita sobre a talagarça e, assim, caem sobre o solo do viveiro pequenas gotículas que passam entre as malhas do tecido. Depois da sementeira, ao longo de 30 dias, o viveiro é irrigado em média 15 minutos por dia, sendo a frequência da irrigação e a quantidade de água bem maiores na primeira semana por se tratar da fase mais crítica do ciclo da planta.

A preparação do viveiro, desde a aração até a sementeira incluindo todos os tratamentos culturais, é feita, em média, por 4 pessoas trabalhando 5 dias, caso seja empregado o trator no lugar do arado de tração animal. O trabalho é pago por diária, cujo valor na 2.^a safra de 1982, era de Cr\$ 400,00 por adulto.

A germinação se completa de 4 a 5 dias, mas o transplante só é feito 40 dias após o plantio, para que a planta, crescendo o suficiente, possa suportar a mudança. A talagarça é removida de 10 a 12 dias após a germinação porque a planta, se for mantida neste ambiente artificial até o dia do transplante, não se adaptará ao ambiente do campo definitivo.

O aproveitamento das plantas do viveiro, em torno de 300 pés por m², é de aproximadamente 200.000 mudas, número suficiente para cultivar 1 hectare. O número de plantas no viveiro é muito maior, podendo chegar a 1.000/m²; seu aproveitamento, porém, teria que ser feito num campo mais longo, além do 47.^o dia de viveiro, limite máximo para o transplante. Isto se explica pelo fato das sementes do fumo serem muito pequenas, ficando as plantas, no viveiro, muito próximas umas das outras, competindo fortemente. As que germinarem primeiro, farão sombra, dificultando o crescimento das demais que serão mudas tardias, isto é, levarão mais tempo para alcançar o porte das primeiras, isto significando, em consequência, um envelhecimento sem desenvolvimento normal.

A preparação do campo definitivo consiste na sua aração, por cultivador ou trator, gradagem, limpeza e marcação das linhas onde o fumo será plantado. Quando a aração e gradagem são feitas com o trator, o tempo gasto para trabalhar 1 hectare é de 6 horas. No entanto, a limpeza, por ser um trabalho braçal, feito com o ciscador, para ser realizada num dia, necessita dez pessoas para esta mesma área. Geralmente, é paga por empreitada, à razão de 4.000,00 — 5.000,00 Cr\$/ha.

Como o solo não deve ser muito fértil, já que disto resulta um fumo de qualidade inferior, menos aromático, como já se viu anteriormente, quase não há aplicação de adubo, posto vez por outra apenas para conservar o solo. Antes do plantio é feita uma irrigação pesada, de modo que o solo atinja sua capacidade de campo e assim a muda sofra a menor desidratação possível.

O transplante da muda é precedido da aplicação de antitranspirante nas folhas. Esta substância, derivada do petróleo, diminui o risco da planta morrer,

pois aumenta sua capacidade de adaptação pela menor perda de água. Ainda assim, para diminuir os riscos, o transplante só é feito na parte da tarde, para que a muda sofra, de início, a menor insolação possível. O transplante dura, no máximo, de 15 a 20 dias, e deve ser rápido para que não haja descontinuidade na colheita com o sentido de evitar despesas maiores com irrigação num campo cada vez mais rarefeito com a progressão dessa atividade.

O fumo é plantado com um espaço de 50cm entre as fileiras, de 10 a 15cm entre os pés, o que significa de 133.000 a 200.000 pés por hectare. No plantio das mudas, uma pessoa poderá fazer até 8 fileiras de 50m por dia. Como o transplante deve se dar num prazo relativamente curto, há necessidade do trabalho de 3 ou 4 pessoas para que um hectare seja plantado em torno de 15 dias. Nesta operação trabalham exclusivamente mulheres e crianças e o pagamento é feito à razão de Cr\$ 50,00 por fileira (preço correspondente à 2a. safra de 1982).

Logo depois do plantio é feita outra irrigação para que as partículas do solo fiquem em contato maior com a planta, facilitando seu enraizamento. Depois disto, são efetuadas duas outras regas com intervalo de dois dias. Daí em diante o turno de rega é de 17 horas por hectare, a cada 12 dias. O campo é dividido em parcelas irrigadas conforme rodízio permanente e cuja área está adequada à do conjunto das tubulações.

O sistema de irrigação pode abranger uma área de 2,8ha e como a maioria dos agricultores só cultiva 1 ha com fumo, a capacidade ociosa do conjunto pode ser aproveitada para a cultura de hortaliças e fruteiras. Por meio de outro dispositivo de saída d'água da moto-bomba, é possível a irrigação concomitante do fumo e das demais culturas. De qualquer modo, porém, mesmo com este aproveitamento paralelo, haverá custos adicionais porque nem sempre coincidirão as regas. Este trabalho é feito por uma pessoa, geralmente o proprietário ou o morador, às vezes ajudado por algum membro da família.

Na implantação deste sistema, no caso de abastecimento a partir de poço, deve-se levar em conta que sua vazão seja suficiente para fornecer água para duas safras anuais. Tanto neste caso, porém, e até mesmo em se tratando de abastecimento a partir de açudes, haverá prejuízo em épocas de seca prolongada pela queda do nível da água dos açudes e da vazão dos poços. A segunda safra de fumo de 1982, incomparavelmente menor do que a primeira — 11.200 kg contra 58.400 kg — bem exemplifica tal problema: muitos fumicultores não plantaram nesta ocasião e, além disto, o rendimento por hectare dos que o fizeram foi muito inferior ao da primeira safra — 311kg/ha contra 730kg/ha. Por este motivo, mas principalmente pelos custos muito baixos, é que a Souza Cruz está tentando implantar a cultura do fumo no Projeto Irrigado do DNOCS em Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, onde a irrigação por gravidade, no sistema de sulcos, não é prejudicada pelo rebaixamento do nível da água do açude. Esta mudança do sistema de irrigação impõe uma especialização: a grande maioria dos fumicultores não fará viveiros, trabalho atribuído a poucos agricultores que produzirão mudas por meio do sistema de aspersão para vendê-las aos demais.

Mesmo com a esterelização prévia do viveiro, a lavoura do fumo, no campo definitivo, não está livre de pragas e doenças, podendo ser atacada por lagartas ou fungos, havendo, deste modo, necessidade de pulverizações periódicas com fungicidas e inseticidas, este muito caro e cujo consumo é de 250ml/ha por safra.

Cerca de vinte dias após o transplante é efetuada uma primeira capina com um cultivador equipado com duas pequenas enxadas e um sulcador; além da limpeza, esta operação visa jogar a terra removida da parte central pelo sulcador nos pés de fumo, formando leirões. Este trabalho também é feito pelo proprietário ou pelo morador, ao longo de dois dias para 1 ha. Já durante a colheita há necessidade de outra capina, em parte manual e em parte com o uso da enxada. Este trabalho, geralmente contratado por empreitada de Cr\$ 5.000,00/ha, é realizado exclusivamente por mulheres e crianças.

Na colheita, as folhas são tiradas uma a uma, levando-se em conta o "ponto" e a classificação por tamanho e posição no pé. Conforme este último critério, há quatro tipos de folhas, a saber: "sapata" (a mais baixa), "baixeira", "meio-pé" e "ponta", melhorando a qualidade da mais baixa para a mais alta. Cada pé produz de 25 a 30 folhas, colhidas em cinco vezes.

Após a colheita, as folhas são enfiadas em cordão, levadas para dentro da casa e cobertas com lona para abafar, durante dois ou três dias, com o fim de concluir o amadurecimento. Folhas colhidas no "ponto" exato tornam o trabalho de enfiar extremamente difícil. Além disto, o trabalhador, diante da baixa remuneração e visando ganhar um pouco mais, procura colher também folhas verdes, fora do ponto e com maior peso. Em seguida, os cordões, chamados "rosários de folhas", são postos a secar durante certa de 20 dias no "estaleiro", uma construção rústica, de estacas de madeira e arame, estreita e alongada. Esta armação é coberta com o plástico todas as noites para proteger o fumo do orvalho ou sempre que houver ameaça de chuva.

Neste período, num fumul de 1 hectare, trabalham cerca de 10 pessoas, apenas para colher. As folhas, colhidas pela manhã, durante três horas de trabalho, são enfiadas, na parte da tarde, por um número de pessoas que é o triplo do número de colhedores. Uma pessoa colhe de 12kg a 15kg por dia e o fumo, uma vez colhido, tem que ser enfiado no mesmo dia. Esta mão-de-obra, exclusivamente constituída por mulheres e crianças, é remunerada por produção, isto é, por kg colhido e enfiado, variando o valor conforme o tamanho da folha. Assim, na segunda safra de 1982, 1 kg de folhas grandes era pago a Cr\$ 15,00, 1 kg de folhas médias a Cr\$ 20,00 e 1 kg de folhas pequenas, de Cr\$ 25,00 a Cr\$ 30,00.

A operação de secagem é feita pelo proprietário ou morador, com ajuda da família.

A colheita significa a época de maior emprego de mão-de-obra e isto se relaciona com a relativa rapidez com que ela tem que ser realizada, pois as folhas, uma vez passado o "ponto", ficam perdidas.

As diferentes etapas da produção se sucedem conforme um rigoroso

calendário agrícola, no qual a época de colheita deve coincidir com a de temperatura mais elevada e a taxa mais baixa de unidade relativa do ar. Assim, para a primeira safra, o trabalho de preparação do viveiro e pré-germinação deve estar concluído até 15 de março, realizando-se a semeadura entre 15 a 25 deste mês. O transplante é feito entre 25 de abril e 10 de maio; a colheita começa no princípio de junho para terminar no final de agosto. Já em julho é feito novo viveiro para que, no início de setembro, seja efetuado o transplante correspondente à segunda safra.

Pelas características descritas, verifica-se ser este um sistema intensivo, ficando evidente a preponderância dos fatores capital e, particularmente, trabalho e o papel menos importante do fator terra. O maior peso da mão-de-obra pode ser observado no detalhamento dos custos de produção feito a seguir.

Os custos fixos, dados pelo sistema de irrigação, poço, plásticos, talasgarças, arame e encerados, representam, por hectare e por safra, Cr\$ 50.540,00, o que significa 19,5% do custo total que é de Cr\$ 258.700,00. Os custos variáveis, dados pelos insumos e mão-de-obra, totalizando Cr\$ 208.160,00, representam 80,5% do total. A participação da mão-de-obra, de Cr\$ 137.000,00/ha/safra, ainda que aviltada, mostrou-se muito grande, com 52,3% do custo total. Além do mais, deve-se levar em conta que a legislação trabalhista não é minimamente respeitada e caso isto ocorresse, a participação da mão-de-obra nos custos seria ainda maior.

Assim, apesar de assumir as duas formas dos sistemas intensivos da atualidade, isto é, de trabalho e de capital, este sistema agrícola caracteriza-se mais nitidamente como intensivo de trabalho.

Intensivo e comercial, o sistema agrícola do fumo aromático representa uma forma particular de horticultura, de um único produto, coexistindo com um ou mais sistemas agrícolas na mesma unidade produtiva. Sua originalidade, marcada pela aproximação dos extremos, reside não só na relação de uma empresa multinacional com pequenas unidades familiares de uma região muito pobre, mas também, e conseqüentemente, na coexistência de uma tecnologia agrária sofisticada com práticas muito rudimentares.

COMERCIALIZAÇÃO E PRIMEIRO BENEFICIAMENTO

O mercado é tipicamente monopsônico: o fumo é vendido exclusivamente para a Souza Cruz, sendo a compra feita na porta do produtor. O controle é tal que só o gerente ou os chefes de instrutores efetuam a transação. Os preços pagos variam segundo a classificação do Ministério da Agricultura, o que é, no entanto, meramente formal, uma vez que tal classificação se apóia nas informações fornecidas pela própria Souza Cruz.

Os critérios usados para classificar o fumo são a cor, o tamanho e a espessura da folha, sendo características ideais a cor laranja esverdeada, o tamanho

menor e a maior espessura. Com base nestes padrões e também de acordo com a posição da folha na planta, chega-se a uma tabela de preços, como se mostra a seguir.

TABELA 2
PREÇOS DO FUMO CONFORME OS PADRÕES DE QUALIDADE
E POSIÇÃO DA FOLHA NA PLANTA

(Em Cr\$/Kg de fumo seco)

1982 – 2ª Safra

POSIÇÃO DA FOLHA NA PLANTA	PADRÃO DE QUALIDADE DA FOLHA				
	0	I	II	III	IV
SAPATA	—	170,00	115,00	80,00	—
BAIXEIRA	530,00	470,00	265,00	170,00	60,00
MEIO-PÉ	850,00	750,00	575,00	345,00	70,00
PONTA	1.060,00	1.000,00	770,00	520,00	115,00

Fonte: pesquisa

Verificou-se que, em 1982, o preço médio por kg de fumo seco pago ao produtor foi de Cr\$ 517,60. O total bruto pago, em média, a cada produtor foi de Cr\$ 681.997,00 por safra.

Depois que o fumo chega do campo, é limpo e novamente classificado. Máquinas pequenas removem as sementes e a areia das folhas; apesar do seu emprego, a limpeza é, em grande parte, feita à mão, já que a Cia. aproveita a mão-de-obra, na maioria feminina, particularmente farta e barata neste período de entressafra.

Após a limpeza, as folhas são prensadas em fardos de 60kg, tendo cada um deles a especificação do ano, safra, local da produção, número do fardo, dia do enfardamento e classificação do fumo.

Os fardos são armazenados no galpão de fermentação, muito amplo e ventilado. A temperatura do fardo não pode ultrapassar 2°C além da temperatura ambiente, pois se isto acontecer o fumo queima, apodrecendo. Por isso a temperatura é controlada rigorosamente, havendo três leituras por dia, às 9, 15 e 17 horas, nos 50 termômetros espalhados no galpão.

Para facilitar a circulação do ar, os fardos são colocados de tal modo que as folhas ficam dispostas perpendicularmente ao chão. Quando se verifica no fardo um aquecimento de 1,8°C, acima da temperatura ambiente, é colocado um outro em cima deste, fazendo com que suas folhas se afastem umas das outras, melhorando a ventilação e provocando a diminuição da temperatura.

O fumo armazenado também está sujeito ao ataque de pragas, sendo, por este motivo, o galpão pulverizado com inseticida a cada dois meses. Também é utilizada uma substância, a fosfina, sob a forma de uma pastilha colocada em determinados fardos e que com a umidade libera gases venenosos, cada uma afetando 15m³ de ar.

Os fardos permanecem fermentando durante 1 ano sendo depois remetidos por caminhão para as fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A respeito da comercialização pode-se concluir que, a rigor, a compra tem um sentido formal. De fato o produtor é um empregado da Souza Cruz a domicílio e seu salário, por tarefa cumprida, aparece mistificado pela forma compra/venda.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA, AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O caráter intensivo do sistema agrícola segundo o qual é obtido o fumo, ilhado em domínios nitidamente extensivos, é perfeitamente coerente com a estrutura fundiária da área em estudo. Ela se caracteriza pela forte concentração da terra e pela coexistência do latifúndio com o minifúndio. A grande maioria dos produtores de fumo ocupa imóveis cuja área é inferior a 5 hectares.

Em qualquer dos municípios considerados na Tabela 3, as propriedades de mais de 500 hectares, pouco numerosas, concentram sempre mais de 45% da área total, mas significam sempre menos de 16% do número de imóveis rurais. Por outro lado, os imóveis de menos de 5 hectares, cujo número varia entre 8% e 21% do total, representam uma área insignificante, entre 0,17% e 1,13% da área total.

Frágil e necessitando de inúmeros cuidados, a cultura do fumo requer, em vez de grandes extensões de terra, mão-de-obra e investimentos proporcionalmente bem maiores do que ocorre na pecuária extensiva ou no consórcio do algodão mocó. Seu cultivo, nestas condições, não interessa ao grande fazendeiro ou mesmo ao médio proprietário, já que exigiria maior presença e trabalho dos mesmos.

As relações capitalistas de produção nem sempre se sustentam numa grande exploração agro-industrial, monocultura, do tipo *plantation*. A natureza do produto e suas exigências quanto ao tipo de processo produtivo, a pobreza generalizada, a redução das alternativas de sobrevivência do pequeno produtor, sua progressiva proletarização e a existência de fortes contingentes de mão-de-obra, suscitam formas ainda mais eficazes de obter, a preço vil, um produto de alto valor. Este quadro permite compreender porque a Souza Cruz não possui uma plantação de fumo que significaria, além de investimentos em terra e, principalmente, em equipamentos, a responsabilidade de manter sua própria mão-de-obra, resultando daí uma elevação dos custos de produção. Assim, ela preferiu, mediante seleção rigorosa, centrar a produção de fumo em unidades familiares

TABELA 3

NÚMERO E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS DE MENOS DE 5 HA E MAIS DE 500 HA
EM ALGUNS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE FUMO AROMÁTICO NA PARAÍBA

Municípios Classes	Patos				São Mamede				Santa Luzia				São José do Sabujá				Várzea			
	Imóveis		área		Imóveis		área		Imóveis		área		Imóveis		área		Imóveis		área	
	nº	% total	ha	% total	nº	% total	ha	% total	nº	% total	ha	% total	nº	% total	ha	% total	nº	% total	ha	% total
< 5 ha	46	11,3	123,7	0,26	36	8,0	107,8	0,17	38	8,5	111,7	0,31	102	20,9	271,9	1,13	29	12,9	80,9	0,40
> 500 ha	20	4,9	23.504,3	48,70	72	16,1	48.520,9	74,50	41	9,2	21.075,2	58,5	24	4,9	10.893,1	45,40	20	8,9	11.833,0	58,40

FONTE: INCRA – Recadastramento de 1972

de pequenos proprietários, de "vazanteiros", de arrendatários, sendo raros os casos de moradores de grandes fazendas que pratiquem esta lavoura. Visando diminuir custos e riscos, a empresa, além de exigir que o local atenda às condições de cultivo do ponto de vista ecológico e que o candidato não tenha problemas com bancos, prefere que ele seja proprietário da terra, para fins de obtenção de crédito agrícola.

A produção é organizada e rigorosamente controlada pela Souza Cruz. Conforme o produtor seja ou não proprietário, a empresa financia ou consegue, mediante seu aval e elaboração de um projeto, o financiamento do Banco do Brasil, que alcança cerca de 80% dos produtores de fumo. Ela orienta e fiscaliza todas as etapas da produção e, finalmente, classifica e compra o fumo.

O sistema de irrigação é comprado diretamente, a preço de revendedor, mediante convênio entre a Souza Cruz e a fábrica Yanmar. Isto significa uma redução entre 40% e 50% em relação ao preço do varejo. Este equipamento é financiado pelo Banco do Brasil, via programas do tipo Projeto Sertanejo, Proterra ou Polonordeste, com juros baixos. O produtor paga esta dívida em fumo, sem juros ou correção monetária, em oito parcelas anuais à Souza Cruz que, por sua vez, paga a dívida do financiamento ao Banco do Brasil. A companhia não aceita amortização em dinheiro ou liquidação antecipada, obrigando, deste modo, o agricultor a plantar fumo durante oito anos. Neste período, em caso de desistência o sistema de irrigação é devolvido à Souza Cruz, sem qualquer forma de indenização por parte da empresa.

Os insumos — talagarça, plástico, inseticidas, esterilizantes, adubos etc. — também são repassados a preço de fábrica; mas o desconto, também calculado em fumo, é feito por safra. O mesmo acontece com o dinheiro do adiantamento, empregado nas despesas de mão-de-obra e óleo diesel. Este adiantamento, de Cr\$ 57.000,00 por hectare é feito em quatro parcelas por safra: a primeira de Cr\$ 18.000,00, é entregue quando o viveiro estiver pronto e semeado; a segunda, de igual valor, é paga quando a metade do campo estiver plantada; a terceira de Cr\$ 10.500,00 corresponde aos gastos com óleo diesel, 15 dias mais tarde, quando se intensifica a irrigação; o produtor recebe a quarta parcela, também de Cr\$ 10.500,00, quando começa a colher o fumo. Apesar deste dinheiro ser proveniente do Banco do Brasil, é a Souza Cruz que adianta os pagamentos, cuja seqüência não pode ser interrompida sob pena da lavoura ficar prejudicada ou mesmo perdida, sendo esta a maneira encontrada para vencer os problemas burocráticos do financiamento.

Uma vez iniciada a colheita, o produto vai sendo entregue, numa quantidade mínima de 20kg por compra; a Souza Cruz retém metade do dinheiro correspondente, com vista à amortização das dívidas.

O controle da produção, incluindo os custos, é muito rigoroso e os técnicos visitam a plantação no mínimo duas vezes por semana. Qualificados para trabalhar em qualquer etapa do cultivo do fumo, no início são eles que efetivamente fazem o trabalho. Naturalmente o agricultor participa de tudo e vai apren-

dendo todas as técnicas da produção. Além disso, no escritório da empresa são registrados, em pastas individuais dos fumicultores, todos os dados referentes à produção, o que inclui um rígido controle contábil, sendo o fluxo de caixa feito semanalmente.

A escolha dessas pequenas unidades de produção mascara a criação de uma cadeia muito maior de exploração de mão-de-obra. Além da utilidade do trabalho familiar, verifica-se a exploração, com remuneração ainda mais baixa, via pequeno produtor, de mão-de-obra assalariada. Empregados no plantio, limpa e colheita, estes trabalhadores, na quase totalidade, são mulheres e crianças, recebem por produção e os valores a serem pagos são calculados pela própria Souza Cruz e sugeridos ao dono do fumaal.

Produzir fumo a preço baixo, na verdade estabelecido pelo comprador, pelo menos durante oito anos, é a única maneira do agricultor obter um sistema de irrigação com menor custo e longo prazo, sem arriscar sua terra em hipotecas. A posse deste sistema lhe dá a possibilidade de ampliar as outras lavouras irrigadas como a fruticultura e, especialmente, a horticultura, independentemente do fato de, mais tarde, continuar ou não plantando fumo. É muito expressivo o fato de que um grande número de pequenos proprietários e "vazanteiros" — horticultores em região de clima semi-árido — sonha com a possibilidade de trabalhar com a Souza Cruz, mais pela oportunidade de possuir um "motor" que permita a expansão da horticultura do que em função de um possível lucro com o fumo. É necessário pensar, porém, que este sistema, ao final de 8 anos estará física e economicamente obsoleto...

Assim, submetida a um mecanismo de dominação a partir de uma empresa poderosa, que cria, no final de contas, uma forma disfarçada de trabalho capitalista a domicílio, a pequena produção é alvo ideal e caldo de cultura muito apropriado à Souza Cruz para a realização de sua experiência de produção de fumo aromático no Semi-Árido brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da lavoura do fumo aromático no Semi-Árido, como um experimento da *British American Tobacco* e a escolha de Patos como centro irradiador da produção, basearam-se em quatro fatos de diferentes ordens mas estreitamente relacionados: o ambiente semi-árido, a disponibilidade de mão-de-obra numerosa e barata, a existência de pequenas unidades de produção e o importante papel regional desta cidade.

O fumo aromático é produzido conforme um sistema agrícola intensivo de trabalho e capital que representa uma forma particular de horticultura.

Não se pode falar propriamente numa paisagem de fumais, apesar dos mesmos serem facilmente identificados no campo, basicamente por causa do sistema de irrigação. O caráter intensivo da cultura, com utilização de parcelas mínimas de terra e sua fase incipiente que resulta num pequeno número de produ-

tores, projetam-se, de maneira pontual e rarefeita, praticamente desaparecendo os fumais, pequeninas ilhas de cultura intensiva, nos vastos espaços onde predominam os sistemas extensivos.

Nesse processo de produção de fumo aromático realizado por uma empresa multinacional, ressaltam situações extremas: se, de um lado, a produção se apoia em mão-de-obra aviltada, utilização dos recursos de crédito do próprio país e da pequena unidade de produção, isto é, com investimentos muito pequenos na produção de matéria prima de alto valor, por outro lado, suas grandes despesas se concentram em pesquisa e propaganda. A Souza Cruz mantém no Rio de Janeiro um importante laboratório de solos e água; tem, além do mais, no Sul, cerca de 80 pesquisadores trabalhando com tudo que diz respeito ao fumo, como genética, herbicidas, inseticidas, adubos etc. Dispõe, ainda, no Rio de Janeiro, de um "painel de fumantes" onde as características dos vários tipos de fumo são observadas. No relatório da empresa, de 1981, as despesas com vendas, distribuição e publicidade, superiores a 10 bilhões de cruzeiros, representaram cerca de 1/6 da receita líquida e pouco mais de 1/3 da quantia correspondente ao custo dos produtos vendidos.

Nesta coexistência de relações capitalistas e pequena produção, onde o ajustamento é explicado pelo contraste, a grande empresa cria um mecanismo de dominação do pequeno produtor, estabelecendo, entre outras coisas, uma forma disfarçada de trabalho capitalista a domicílio.

A respeito da organização da produção, a Souza Cruz, além do mais, atua como uma agência que agiliza o sistema oficial de crédito; empresta, em determinados momentos, o seu próprio dinheiro, para vencer entraves burocráticos do financiamento oficial e, assim, garantir a seqüência da produção, recuperando seu capital logo em seguida, quando da liberação do crédito governamental. Diante disto, porque não pensar numa maior racionalidade do sistema oficial? A mesma coisa se pode dizer a respeito dos equipamentos e insumos: o fato de uma empresa conseguir o sistema de irrigação a baixos custos e longo prazo para o pequeno produtor — se bem que tendo a sua contrapartida em fumo — demonstra como o Estado poderia facilmente assumir este papel e com a evidente vantagem do agricultor não ser explorado. Tal sistema — ou ainda outros, mais simples e baratos como o de potes ou de cápsulas de argila — seria muito mais eficaz e atingiria um número incomparavelmente maior de agricultores com custos extremamente mais reduzidos do que os Projetos Irrigados do DNOCS.

Estes fatos, aliados à grande facilidade de adaptação do agricultor a novos e mais complexos sistemas agrícolas, nos levam a recomendar, tendo em vista a pequena produção, uma atenção muito maior por parte do Governo não só a respeito da pesquisa e principalmente difusão da pequena irrigação — mais factível porque mais de acordo com a realidade social e econômica do Semi-Árido — mas também no que se relaciona ao sistema de financiamento da produção.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, M. J. N. & GRABOIS, J. : "Alguns aspectos climáticos do Estado da Paraíba", In: *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Meteorologia*, Campina Grande, Núcleo de Meteorologia Aplicada, 1980.
- CNPq/CNRS/CEGET. *Géographie et Ecologie de la Paraíba (Brésil)*, Talence (França), CEGET, 1980, 341 p.
- FUNDAÇÃO IBGE: *Sinópsse preliminar do censo demográfico de 1980*, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- GRABOIS, J.; VALVERDE, O. & AGUIAR, M.J.N.: "Estudo Regional do Seridó e Curimataú", In: *Anais do 1.º Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido*, Olinda, de 16 a 20 de agosto de 1982.
- GRABOIS, J. & AGUIAR, M. J. N.: "Os sistemas agrícolas tradicionais e os elementos de modernização no Seridó Ocidental da Paraíba, In: *INTERFACIES escritos e documentos*, n. 22, 1980, IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto (São Paulo).
- INCRA: Tabelas não publicadas do recadastramento de imóveis rurais de 1972.
- MILLER, A. A.: *Climatología*, Barcelona, ed. Omega, 1951.
- SOUZA CRUZ: *Relatório Anual*, Rio de Janeiro, Souza Cruz, 1981.

A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA*Nilson Araújo de Souza ****A CATÁSTROFE ECONÔMICA SE AVIZINHA**

Nosso País se aproxima a passos largos do caos econômico. A crise que vem se arrastando desde 1974, atingiu seu momento mais dramático na virada de 1982 para 1983, com o País entrando em estado de insolvência econômica, ou seja, sem possibilidade de honrar seus "compromissos externos". Já havíamos chegado a uma situação bem próxima a essa em julho/agosto do ano passado. O governo só conseguiu protelar para o fim do ano essa situação de insolvência graças, principalmente, a três fatores: 1) utilização irresponsável das reservas cambiais, levando-as a completo esgotamento; 2) tomada dos chamados "empréstimos-ponte", que correspondem a adiantamentos de futuros empréstimos; 3) antecipação pelo governo norte-americano de US\$ 1,2 bilhões por conta de empréstimos futuros ao FMI.

A queima desses cartuchos permitiu o fôlego de que o governo necessitava para participar das eleições. No entanto, todos os recursos foram esgotados e chegou-se à situação em que simplesmente não se tem com que pagar as dívidas vencidas e as que já começam a se vencer. A absoluta impossibilidade de honrar os "compromissos externos", por falta das divisas necessárias, levou o governo a enveredar pelo caminho que, há bastante tempo, vimos dizendo que seria inevitável: o da renegociação da dívida externa. Só que o está fazendo da pior forma possível: submetendo mais ainda o País às exigências do governo norte-americano e dos banqueiros internacionais, sob a forma de "acordo com o FMI". Essa forma significa não só a alienação completa da soberania nacional como a devastação ("argentinização") de nossa economia. Ou seja, a renegociação se está fazendo de modo a assegurar os interesses imperialistas em nosso País e não os interesses nacionais.

A primeira parte da renegociação se deu com o FMI (Fundo Monetário Internacional), famigerada agência dos banqueiros internacionais. O FMI se comprometeu a emprestar cerca de US\$ 6 bilhões ao Brasil (divididos em três parcelas anuais) e o governo brasileiro, em troca, assumiu o compromisso de aplicar em nosso País o "receituário" daquela instituição para "combater" a crise. De posse desse "acordo", o governo apresentou sua proposta de renegociação aos

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, professor e ex-coordenador do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande, Presidente do Centro de Estudos Políticos e Pesquisas Sociais "Noel Nutels" (São Paulo).

banqueiros, que consiste, essencialmente, no seguinte: 1) converter a parcela da dívida a ser amortizada em 1983 (num total de US\$ 7,2 bilhões), em dívida de longo prazo, com um período de carência; 2) os bancos se comprometeram a emprestar em 1983 cerca de US\$ 4,4 bilhões para cobrir os juros da dívida (na realidade, os juros montam em US\$ 9.1 bilhões que, somando-se aos demais "serviços" e remessas de lucro, atingem um total de US\$ 12.9 bilhões. Como o governo calcula que haverá um superavit da balança comercial de US\$ 6.0 bilhões e dos créditos compensatórios do FMI sobram US\$ 500 milhões para este ano, ficam US\$ 4.4 a descoberto; 3) os bancos se comprometeram a manter linhas de crédito interbancárias (US\$ 10 bilhões) e restabelecer linhas de crédito para financiamento à exportação (US\$ 8.8 bilhões), recursos que, na realidade, serviam para cobrir a dívida de curtíssimo prazo, que se estima variar de US\$ 15 a US\$ 20 bilhões.

O governo deu um prazo até 31 de dezembro passado para os bancos responderem. As respostas, no entanto, não têm sido satisfatórias, principalmente quanto ao restabelecimento das linhas de crédito interbancárias. As positivas vieram, principalmente, dos grandes bancos norte-americanos, que sentem que seu futuro depende da "salvação" do maior devedor mundial. No entanto, os pequenos e médios bancos, particularmente os europeus, continuam reticentes, temendo, evidentemente, arriscar-se numa empreitada sobre cujo desfecho não têm nenhum controle. Boa parte da dívida brasileira (que é em euro-dólar), foi contraída junto aos pequenos e médios bancos europeus. Dada a crise financeira internacional, com dezenas de países decretando moratório ou renegociando suas dívidas, o mais provável é que a insegurança dos banqueiros persista e que o governo brasileiro não tenha sua proposta aprovada nos moldes em que foi feita. Isso significa que ainda não está terminado o processo de renegociação da dívida. Muita água ainda haverá de correr por baixo da ponte, a depender da reação dos banqueiros internacionais. A ausência da resposta e a absoluta falta de divisas já levou o governo a decretar a moratória unilateral das dívidas vencidas em janeiro. É esse o único caminho que deve ser percorrido para resolver a situação de insolvência.

Por outro lado, a proposta do governo supõe um superavit de US\$ 6.0 bilhões na balança comercial, que seria obtido por um aumento de 15% das exportações (de 20 para 23 bilhões) e por uma queda de 15% das importações (de 20 para 16 bilhões). A queda das importações poderia se dar, principalmente a concretizar-se a política recessiva exigida pelo FMI. Mas não tanto na proporção estimada, já que um dos aspectos do "acordo" é precisamente a progressiva liberalização dos controles quantitativos das importações. Quanto às exportações, é absolutamente impossível atingir a meta. No ano passado, caíram em cerca de 15% (de 23 para 20 bilhões) correspondentes à queda de preços mais ou menos nessa proporção. Isso devido à crise dos países avançados e ao recrudescimento do protecionismo nesses países. A OCDE (que é a organização dos países ricos) prevê que a crise persistirá em 1983 e, por conseqüência, também o

protecionismo. Portanto, não haverá o superavit esperado e se agravará ainda mais o estado de insolvência financeira. A discussão sobre a maxi-desvalorização do cruzeiro no seio do governo revela que, até ele, já não acredita no atingimento dessa meta. Assim, o recurso ao FMI, a renegociação nos moldes imperialistas, não solucionará o impasse gerado pela impossibilidade de o País pagar suas dívidas. Continuará a prevalecer essa forma de renegociação, o estado de insolvência. Não bastasse isso, o "plano de emergência" que o governo deverá implementar para receber esse "apoio" do FMI e dos banqueiros será um verdadeiro "plano de devastação nacional". O governo já anunciou as medidas e nunca se saberá se terá anunciado todas, mas as que se anunciaram já são suficientes para se prever o que acontecerá: 1) redução do gasto público, já materializado na redução de 12% dos gastos da União e de 20% nos investimentos das estatais; 2) redução do subsídio ao crédito agrícola, o que significará uma elevação dos juros agrícolas; 3) arrocho das emissões monetárias, que, depois de haverem crescido em mais de 100% em 1982, deverão fazê-lo em apenas 60%, o que significará, na prática, um arrocho no crédito; 4) maior arrocho salarial, principalmente dos salários mais baixos, de onde seriam retirados os 10% acima do INPC (até 3 SM) ou deduzidos 20% do INPC (na faixa de 7 a 10 SM); 5) aumento das tarifas dos serviços públicos, dos derivados do petróleo, do trigo, do aço etc.; 6) aceleração da desvalorização cambial, com ameaças de maxi-desvalorização.

A implementação do conjunto dessas medidas acabaria de arrasar a economia nacional. Seria a verdadeira "argentinização", ou seja, a destruição do parque industrial, amealhado ao longo de cinco décadas. Essas medidas não estão sendo adotadas em 1979/80, quando a economia vinha de um período de três anos de crescimento médio em torno de 6,5% e, portanto, caminhava para o esgotamento da capacidade ociosa, numa situação em que as empresas não passavam sérias dificuldades financeiras. Mesmo naquela situação, as medidas recessivas de 1979/1980 levaram à profunda recessão em 1981, quando o PNB caiu em 4,7% e a produção industrial em mais de 10%, levando o desemprego para um patamar superior aos cinco milhões. Agora a indústria brasileira está operando com mais de 30% de capacidade ociosa, a indústria de bens de capital com cerca de 45% e a siderurgia com cerca de 50%, as empresas estão às voltas com taxas de juros astronômicas, endividadas além do suportável, com carga tributária extra ("Pacote da Previdência" etc.) além de contarmos com quase 6 milhões de desempregados. Ou seja, a economia está muito mais vulnerável e qualquer medida recessiva, por menor que seja, poderá, como um "bumerangue", gerar verdadeira catástrofe. E as medidas do FMI não são medidas quaisquer.

Aproximadamente 60% das encomendas da indústria de bens de capital provêm das empresas estatais. Imagine-se, então, o efeito devastador da redução de 20% dos investimentos das estatais sobre um setor que já opera com 45% de capacidade ociosa. Além disso, a redução dos gastos públicos dos meios de pagamento e dos salários (tanto dos operários quanto dos funcionários públicos) imporá uma redução do consumo, que, somada ao aumento dos custos industriais,

determinado pelas elevadas taxas de juros e pelo aumento das tarifas dos serviços públicos e dos preços dos produtos importados (resultante da desvalorização cambial acelerada), aumentariam as dificuldades das empresas nacionais, levando-as à quebra generalizada, coisa que, aliás, já vem ocorrendo desde o fim do ano. Esse quadro se completaria com a ruína generalizada da agricultura, em função da suspensão do subsídio ao crédito agrícola. Há unanimidade de que o desenvolvimento do capitalismo no campo se deveu, essencialmente, à política de crédito barato. A sua suspensão determinaria, pois, a redução das encomendas de máquinas e equipamentos agrícolas, piorando mais ainda a situação da indústria. A falência da indústria e a ruína da agricultura promoveriam o desemprego em massa, gerando um estado de verdadeira calamidade pública. Não bastasse isso, a elevação das tarifas dos serviços públicos, dos preços dos combustíveis, dos transportes, do açúcar, do trigo, somados à elevação dos preços de todos os produtos agrícolas, além da sua escassez (imposta pela suspensão dos subsídios), faria recrudescer ainda mais o processo inflacionário, tornando a situação insustentável. O recrudescimento de janeiro prenuncia essa situação.

Essa situação, conforme promessa governamental, seria compensada pela melhoria das exportações, por uma política de crédito que faria baixar as taxas de juros, e por uma política de desenvolvimento agrícola. Quanto às exportações, já vimos que é mera ilusão esperar que aumentem neste ano de recessão mundial. Quanto às taxas de juros, as promessas governamentais foram enterradas na reunião do Conselho Monetário Nacional, de 11 de janeiro, quando os empresários esperavam medidas que fizessem baixar as taxas de juros reais de um patamar de 50% para 20%. A frustração foi generalizada com as tímidas medidas adotadas, que, segundo previsões dos empresários, lograrão uma redução de, no máximo, 10%¹. O desenvolvimento agrícola seria logrado com a destinação de mais créditos para a agricultura; no entanto, é impossível esperar que os agricultores recorram a esses créditos, quando as taxas de juros para o crédito agrícola foram sensivelmente elevadas. As "compensações" ficam, pois, apenas nas intenções. Mas, de boas intenções o inferno está cheio.

O GOVERNO INSISTE EM SUA POLÍTICA ANTI-NACIONAL

A decisão governamental de submeter a Nação aos desígnios do FMI não constitui apenas a alienação completa de nossa soberania e a devastação da economia nacional. A insistência nessa política constituirá um choque aberto, frontal, com o desejo da Nação expresso nas urnas. Mas essa aventura em que o governo jogou o País, de cunho bastante arriscado, expressa a continuidade lógica da trajetória que vem assumindo. Tão logo imnagurou-se a crise de 1974, o

(1) Hoje, um mês depois do início da aplicação das medidas, os juros teimam em persistir no nível anterior.

então governo de Geisel formulou e começou a implementar um programa (II PND), cujo eixo principal era substituir as importações de máquinas, equipamentos e insumos básicos por produção doméstica. Ainda que insuficiente para combater a crise, aquele programa era, no essencial, positivo, já que rompia com um dos principais pontos de estrangulamento do País: a importação de bens de

capital. No entanto, pressionado pelas multinacionais que queriam seguir exportando para o País, pelas multinacionais aqui instaladas na indústria de bens de consumo suntuário que não queriam que seus subsídios se transferissem para outro setor e pelos banqueiros que viram seus "repasses" serem repassados para o BNDE financiar os novos setores, o governo Geisel recuou já no terceiro ano de implementação do programa.

A partir de então, o essencial da política de "combate" à crise passou a ser: preservar, em todos os seus aspectos, o "modelo econômico" dependente. Ao assumir o governo, o Gal. Figueiredo, depois de resolver as disputas entre Delfim Neto e Simonsen, passou a adotar uma política econômica que, ainda que disfarçada originalmente pela demagogia de Delfim, trazia como resultado o agravamento da crise. Foi assim com o "pacote econômico" de dezembro de 1979 e, de maneira mais desbragada, com as medidas abertamente recessivas de fins de 1980, as quais contribuíram decisivamente para a emergência da recessão inicial em fins daquele ano. Pressionado por uma ampla resistência nacional — dada a gravidade da recessão de 1981 — o governo adotou algumas medidas suavizadoras entre fins de 1981 e começos de 1982, que levaram a uma ligeira reanimação econômica no primeiro semestre desse ano. A elevação dos custos financeiros e a redução do mercado interno e externo afundaram, rapidamente, aquela efêmera reanimação, o que se completou com medidas recessivas adotadas pelo governo em agosto: corte de 10% dos gastos da Eletrobrás e de 30% da Sidebrás, controle de gastos nos serviços públicos, além das decisões adotadas pelo CMN em 11 de agosto, que significariam um aperto geral na liquidez financeira da economia. Em outubro foi anunciado um "Plano de Emergência" para implementar-se em 1983, mas as medidas de aumento dos cortes nos gastos públicos e de restrições nas importações começaram a ser imediatamente implementadas. Vê-se, assim, que, salvo o ligeiro interregno anti-recessivo de fins de 1981 e começos de 1982, a política geral de Figueiredo pautou-se por seu caráter recessionista, tanto é assim que os tecnocratas do governo iludiram-se com a perspectiva de o FMI não propor nenhuma medida recessiva além das já adotadas.

É nessa escalada em direção ao abismo que se coloca agora o "plano de devastação nacional" imposto pelo governo norte-americano e pelos banqueiros internacionais, através do FMI. O governo afirma que a adoção desse plano era inevitável em função da situação de insolvência a que o País chegara graças a: 1) queda dos preços das exportações, imposta pela crise mundial e pelo protecionismo dos países ricos; 2) elevação das taxas de juros no mercado internacional; 3) redução, a partir de agosto, da entrada dos empréstimos internacionais,

determinada pela crise aberta com a moratória decretada por vários países. O governo não diz que todas essas são formas que o imperialismo adota para transferir os prejuízos de sua crise para as costas dos países dependentes. Se, normalmente, o imperialismo vive graças à sangria do trabalho e da riqueza dos países pobres, num momento de crise sua sobrevivência passa a depender, centralmente, do aprofundamento dessa sangria. O governo também não diz que o imperialismo pode jogar o ônus da crise sobre as nossas costas porque, ao longo dos últimos 18 anos, adotou-se aqui uma política que, no essencial, aprofundava o atrelamento da economia nacional ao barco furado do imperialismo. Ou seja, a elevação das taxas de juros e a queda dos preços das exportações só nos atingem duramente porque o "modelo econômico.. vigente se fundamenta no endividamento externo e se volta para o mercado externo. Essa situação de dependência, ao conduzir à insolvência atual, permitiu que o governo norte-americano e os banqueiros internacionais dessem o "cheque-mate" e exigissem a entrega do que ainda restava da soberania nacional.

Quando, no ano passado, combatíamos aqueles que, como Langoni, Eugênio Gudín, Simonsen e o então presidente em exercício da CNI Mário Garnero, porque propunham, já naquele momento, essa política de destruição da economia nacional, houve quem dissesse que estávamos alisando a cabeça do governo porque, em lugar de combater sua política real, dirigíamos as baterias contra forças menos poderosas. Não entendiam que, se naquele momento o governo se encontrava imobilizado, a estratégia dos "cavaleiros do medievo" era ganhá-lo para sua política. Não é à toa que o principal articulador da vinda ao Brasil do pres. Reagan foi precisamente Mário Garnero, arqui-testa-de-ferro do imperialismo em nosso País. Também não entendiam que, dado o caráter essencialmente entreguista do governo, a tendência principal era ele ser ganho para aquela alternativa, ainda que à custa de perder suas bases nacionais de sustentação. Daí a premente necessidade de, naquele momento, dar um duro combate às "aves-de-mau agouro" que propunham a devastação nacional. A realidade demonstrou, mais uma vez, que tínhamos razão.

A despeito da nova correlação de forças criada com a eleição, quando a maioria da Nação se manifestou contra a atual situação, o governo, ainda que tortuosamente, envereda pela senda do caos econômico. O próprio governo reconhece na "Carta de Intenções" do FMI que tal perspectiva agravará os "problemas sociais". O que ele está querendo dizer é que aumentarão as "tensões sociais". De fato, está-se "cutucando a cobra com vara curta". As medidas recessivas, num momento em que as energias do povo foram amplamente liberadas no processo eleitoral, atuarão como verdadeira provocação. Todas as classes sociais nacionais serão duramente afetadas. Os trabalhadores irão, às enchurradas, para "o olho da rua" e terão seus salários arrojados. Os agricultores se arruinarão, os pequenos e médios perderão suas terras e encherão as estradas e cidades de "bóias-frias" desempregados, a burguesia rural será arruinada, as classes médias perderão emprego e salário. A burguesia nacional irá maciçamente à falência.

As Forças Armadas verão suas despesas reduzidas e verão a Pátria totalmente subjugada ao imperialismo. Tudo isso em benefício do imperialismo e de seus laçaios internos, os Garnero da vida e os grandes banqueiros. É evidente que não dura muito quem se atreve a provocar dessa forma uma Nação inteira.

O PROGRAMA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Os tecnocratas do governo costumam passar a idéia da inevitabilidade da sua política econômica, sempre acusando a Oposição de não apresentar nenhuma alternativa. Agora, querem fazer crer que, dada a situação de insolvência a que as "forças externas" conduziram o País, a única alternativa é submeter-se ao FMI e adotar sua política recessiva. No entanto, a realidade mostra o contrário. Há cerca de um ano e meio, conjuntamente com Cláudio Campos, apresentamos à Nação um "Programa de Salvação Nacional", cujo eixo principal consistia em romper com a submissão ao imperialismo, destacando-se o congelamento da dívida externa. O "Programa", naquele momento, não se destinava a aplicação imediata, dada a correlação de forças existentes. Seu objetivo era mostrar à Nação que havia *outra* alternativa, uma alternativa que, contra a devastação nacional, visava salvar o País. O governo sempre se chocou com esse "Programa", particularmente quanto ao congelamento da dívida externa, afirmando sua impraticabilidade. Mas a realidade brasileira hoje é tal que a situação de insolvência econômica levou a que esse mesmo governo começasse a percorrer, ainda que nos moldes imperialistas, o caminho do congelamento, ao suspender os pagamentos de janeiro.

Mas o "Programa de Salvação Nacional" não é alternativa apenas à política econômica geral do governo. É alternativa ao desastre econômico que se prepara com a adoção das medidas do FMI. Dizíamos no meio do ano passado que o agravamento da crise havia levado a uma situação tal que ou se adotavam urgentes medidas anti-recessivas ou a solução imperialista de devastação da nossa economia acabaria por se impor, independentemente de se aprofundarem medidas recessivas. O nível a que chegara a crise fizera esgotarem-se as alternativas intermediárias. Está-se, agora, querendo impor a saída imperialista, o caos econômico, a catástrofe. A iminência do desastre impõe a necessidade de imediata implementação do PSN. Já não se trata mais de mostrar que há *outra* alternativa. Trata-se de aplicá-la de forma imediata ou pereceremos todos. Mais do que isso, como veremos adiante, já existem as condições objetivas para sua aplicação. Trata-se de, rapidamente, gerar as condições subjetivas; o contrário será a catástrofe, o desconhecido. As medidas propostas no PSN visavam, no essencial, barrar a sangria, realizada pelo imperialismo, do fruto de nosso trabalho e aplicar os recursos daí advindos e as energias de nosso povo para modificar o "modelo econômico" vigente, de forma a garantir a independência nacional e a melhoria das condições de vida de nosso povo. E, isso, porque entendemos que a *causa básica* de todos os nossos males é a exploração imperialista em nosso País.

As medidas propostas são as seguintes: 1) fim do desemprego e do arrocho salarial; 2) congelamento da dívida externa; 3) rigoroso controle anti-monopolista; 4) produção de máquinas e bens de consumo de massa; 5) reforma agrária; 6) nacionalização dos bancos; 7) reforma fiscal e tributária. Esse programa econômico se completava com um conjunto de medidas políticas, cujo significado principal era extirpar o autoritarismo em nosso País. Hoje, na iminência de sua aplicação, essas medidas devem ser melhor precisadas, completadas e detalhadas. A própria realidade, com o agravamento da crise e a iminência do desastre, se encarregou de proporcionar os elementos necessários a essa "precisão". Não se trata ainda — porque não estamos no poder e não dispomos de todos os dados necessários — de detalhar todas as políticas a serem adotadas. Trata-se, isso sim, de definir, dentre as medidas, quais as principais e, dentro de cada uma delas, quais os aspectos principais e, a partir daí, articular o conjunto.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL: A ÚNICA SAÍDA

Já vimos que a causa básica de todos os nossos males é a expolição que o imperialismo realiza em nosso País; ou seja, é a sangria, das mais variadas formas, do fruto de nosso trabalho pelo capital imperialista. Essa sangria dá-se através da subordinação ao capital financeiro internacional (dívida externa), do domínio de empresas multinacionais em nosso País e do comércio exterior. A própria deformação do desenvolvimento capitalista que aqui se realiza decorre, essencialmente, dessa situação de dependência. Não fosse a apropriação pelo capital imperialista de parcela considerável da renda aqui gerada e a política de arrocho salarial não seria uma necessidade objetiva do desenvolvimento capitalista em nosso País. Não fosse a elevada dívida externa e os banqueiros não poderiam determinar a compra no exterior de boa parte dos bens de capital aqui utilizados (o que leva ao estrangulamento desse setor no País). Foi a expansão das multinacionais na indústria de bens de consumo de luxo, somada ao arrocho salarial, que esmagou a produção interna de bens de consumo de massa. Foi o atrelamento do sistema financeiro interno ao capital financeiro internacional, via dívida externa, que levou à enorme especulação financeira existente no País. O estrangulamento das finanças públicas decorre, no essencial, da política de favorecimento dos monopólios imperialistas, quer sob a forma de isenção de impostos, subsídios ou incentivos, quer criando infra-estrutura para sua instalação. Assim, o "modelo econômico" agonizante é resultado direto da submissão do País ao imperialismo. A modificação do "modelo" e, portanto, a salvação da Pátria depende, antes de mais nada, da superação dessa situação de dependência.

O estrangulamento de nossas contas externas em fins de dezembro passado é apenas uma expressão do esmagamento de nossa economia pelo capital imperialista. O governo atribui essa situação a duas ordens de fatores: 1) as elevadas taxas de juros e a retração dos empréstimos internacionais teriam, de um lado, aumentado as necessidades de desembolso em moeda estrangeira e, de outro, reduzido a captação de recursos externos para fazer face a esses mesmos desembolsos; 2) a queda dos preços dos produtos exportados (em média em

15%), determinada pelo protecionismo e pela crise dos países centrais, teria reduzido ainda mais a captação dos recursos necessários para honrar os compromissos externos. O governo "se esqueceu" de uma terceira ordem de fatores: a forte presença de multinacionais em nosso País redundando na sangria de nossa economia, quer pela remessa de lucros, quer pelo pagamento de "royalties" sobre tecnologia já existente no país, quer pelo sub ou superfaturamento. O governo também "se esqueceu" de dizer que o aumento dos juros, a queda dos preços dos produtos exportados, o aumento das remessas de lucros (diretas ou pela via dos "royalties" do sub e do superfaturamento) são os mecanismos que o imperialismo utiliza para sugar o fruto de nosso trabalho e que essa situação se agravou no ano passado porque os monopólios centrais — passando por uma profunda crise — estão jogando seus prejuízos nas costas dos países dependentes. O governo também "se esqueceu" de dizer que o imperialismo só está podendo descarregar o ônus da sua crise sobre nós porque nosso "modelo econômico" está totalmente atrelado ao exterior e porque se insiste em adotar, aqui dentro, uma política que aprofunda esse atrelamento.

O principal aspecto da dependência de nosso País ao imperialismo é a subordinação aos banqueiros internacionais pela via da dívida externa. Por várias razões: 1) a dívida externa permite a chantagem dos banqueiros internacionais e do governo norte-americano sobre nosso País, levando à adoção de medidas radicalmente anti-nacionais, como é o caso do "pacote do FMI"; 2) a sangria do fruto de nosso trabalho dá-se, principalmente, através do pagamento dos "serviços" da dívida; 3) os banqueiros forçam a compra de máquinas e equipamentos no exterior, levando ao estrangulamento da indústria nacional. Não é à toa que o debate do segundo semestre do ano passado em torno da questão nacional se circunscreviu, centralmente, à questão da dívida externa. E foi precisamente por aí que começou a explodir o "modelo", quando o governo foi forçado — pela circunstância de não dispor de um tostão para "honrar os compromissos externos" — a iniciar o processo de renegociação da dívida (acordo com o FMI e reunião com os banqueiros de 20 de dezembro) e de posterior congelamento (suspensão do pagamento durante o mês de janeiro). No entanto, como vimos no primeiro capítulo, esse processo ainda não está encerrado e muita água ainda haverá de correr por baixo da ponte. Além disso, a proposta de renegociação do governo não resolverá o problema do "tensionamento externo", nem só por ter sido feita nos moldes imperialistas mas, também, porque joga para um pouco mais tarde a insolvência atual, sem resolver o problema, na medida em que renegocia apenas parte da dívida e apenas a correspondente ao ano de 1983. O que deve ser feito é a imediata moratória da dívida pelo tempo necessário à reconstrução da economia nacional, o que deverá durar, no mínimo, três anos. Tal medida permitirá fugir à chantagem estrangeira sobre nosso País, estancar a parte mais expressiva da sangria econômica e reduzir as importações de máquinas e equipamentos mediante sua produção interna. Ou seja, criará as condições para avançarmos na conquista da independência nacional.

Quanto à presença das multinacionais em nosso País, nem só detêm quase a metade do controle do setor industrial como possuem ou controlam as maiores empresas e os setores de ponta da economia nacional. Isso significa que, além de serem fonte de forte transferência da renda nacional para o exterior (lucros, "royalties", sub e superfaturamento) deformam o desenvolvimento da economia nacional. Isso se dá de várias formas: 1) desenvolvendo preferencialmente a indústria de bens de consumo de luxo e estrangulando a indústria de bens de capital e de consumo popular; 2) dificultando o desenvolvimento tecnológico do País, tanto porque paga "royalties" sobre tecnologia estrangeira (de que já existe similar nacional) como porque não dissemina no País a tecnologia estrangeira que absorve; 3) esmagando, quer pela política de preços, de tecnologia ou de crédito, a empresa nacional, particularmente a pequena e média e aqueles que, como a indústria de auto-peças, se subordinam às multinacionais. Tanto para estancar a sangria da renda nacional como para liberar o progresso econômico, atualmente contido pelas multinacionais, torna-se necessário estabelecer rigoroso controle sobre suas atividades em nosso País. O controle da remessa de lucros deve fundamentar-se nas seguintes medidas: 1) retorno à Lei de Remessa de Lucros de 1962, que deve ser adotada simultaneamente com uma política de tributação mais rígida sobre essas empresas; 2) suspensão imediata de todo pagamento de "royalties" de tecnologia de que haja similar nacional; 3) as multinacionais devem praticar política de preços externos que evitem o sub e superfaturamento; 4) fim a todo favorecimento creditício, fiscal ou cambial às multinacionais aqui instaladas. Por outro lado, a deformação da economia nacional, realizada por essas empresas, deve, progressivamente, ser corrigida, adotando-se, inicialmente, as seguintes medidas: 1) readequação de parte do parque de bens de consumo de luxo (particularmente de automóveis), em direção a outros bens mais essenciais. Algumas medidas, nesse sentido, ainda que tímidas, começaram a ser adotadas pelo II PND; 2) obrigatoriedade de disseminar a tecnologia que trazem para o País, particularmente para as empresas estatais; 3) rigoroso controle para impedir que as multinacionais usem seu maior poder financeiro e tecnológico para esmagar a empresa nacional; 4) nacionalização das empresas que controlam setores industriais ou minerais estratégicos, ou seja, que sejam decisivos para o desenvolvimento nacional. Um rígido controle sobre o conjunto de atividades das multinacionais jamais poderá realizar-se se feito de maneira burocrática, ou seja, apenas por um órgão do poder público. Para ser eficaz, esse controle deve ser profundamente democrático, o que só será possível se feito através de comissões de fábricas compostas pelos trabalhadores e vinculadas aos sindicatos de categoria. O órgão estatal encarregado do controle deverá atuar em acordo com as comissões e os sindicatos. O controle dependerá, também, da eliminação do "segredo comercial" das multinacionais, pois, só com a "abertura" de todos os seus livros contábeis às comissões, será possível obter um controle do conjunto de suas atividades.

Um último aspecto essencial de nossa dependência é a forma como se

dá a integração da economia nacional ao comércio mundial. Vimos que um dos principais problemas, reconhecido, inclusive, pelo governo, que afetou a economia brasileira em período recente, foi o da drástica queda dos produtos exportados. A isso se soma a elevação dos preços dos bens de capital importados dos países imperialistas. Essa é uma importante fonte de transferência de riquezas nacionais para o exterior e, portanto, de estrangulamento da economia nacional. Isso se deve, principalmente, à "necessidade" de importação de bens de capital e ao fato de nosso comércio exterior ser centralmente atrelado aos países imperialistas. Medidas no sentido de corrigir essa distorção já foram adotadas pelo atual e pelo governo anterior. No entanto, o fato desses governos haverem baixado a cabeça para as pressões imperialistas fizeram com que aquelas medidas não fossem muito longe. Quanto à importação de bens de capital, o II PND adotou um plano arrojado de substituição de importações, mediante o estímulo fiscal e creditício à produção interna. Mas o governo não suportou dois anos de pressões e o programa foi abortado. Trata-se agora de: 1) a partir do congelamento da dívida externa, não se submeter a qualquer compra no exterior de produtos produzidos aqui dentro; 2) adotar um programa de estímulo à recuperação da indústria de bens de capital, que hoje opera com cerca de 45% de capacidade ociosa; 3) fazer um balanço de todos os bens importados, cuja produção interna é possível imediatamente e suspender de imediato suas importações; 4) readequar parte do setor de bens de consumo duráveis para produzir bens de capital. Só essas medidas deverão cortar pela metade as importações de máquinas e equipamentos. Além disso, deve ser adotado amplo programa que complete a substituição de importações nessa área, mediante incentivos fiscais, creditícios e apoio tecnológico. Por outro lado, só evitaremos a espoliação comercial realizada pelos países imperialistas se diversificarmos nosso comércio exterior. Desde o começo dos anos setenta, vem sendo adotada uma política nesse sentido. O resultado foi que a participação dos países centrais capitalistas nas nossas exportações reduziu de 75% em 1970 para cerca de 60% em 1980, enquanto sua participação nas nossas importações reduziu de 75% para cerca de 50%. No entanto, seu peso ainda é muito grande e só será reduzido mediante as seguintes medidas: 1) redução da importação de bens de capital, produzidos centralmente pelos países ricos; 2) aprofundamento da política de aproximação comercial com os demais países do Terceiro Mundo; 3) aprofundamento da política de aproximação comercial com os países socialistas.

Por fim, o governo fala em Política Externa Independente e diz que a adota. De fato, o País deve poupar suas relações com o resto do mundo nos critérios que salvaguardem o interesse nacional, ou seja, que garantam a soberania nacional, rejeitando-se, pois, qualquer forma de subordinação política, econômica ou militar. Assim, o relacionamento com todos os povos do mundo deve ser conduzido segundo o princípio da autodeterminação. No entanto, é mera falácia mencionar-se política externa independente nos marcos da atual situação de de-

pendência financeira, tecnológica, comercial, etc. A condição *sine qua non* para praticarmos uma política verdadeiramente independente nas nossas relações externas é rompermos, da forma acima assinalada, com a subordinação de nossa Pátria ao imperialismo. Ou seja, as medidas acima propostas são a condição da garantia da independência nacional. Por outro lado, ao realizarmos o rompimento com a dependência, a Política Externa Independente é a condição necessária para preservarmos a independência nacional. E essa situação só será plenamente garantida se, conjuntamente com uma política de defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo, adotarmos uma prática no contexto do não-alinhamento. O governo diz rejeitar os "alinhamentos automáticos" e, de fato, pressionado pela crise internacional e pela mobilização nacional, tem adotado várias atitudes positivas nesse campo. No entanto, como demonstra a "ida ao FMI", a situação estrutural de dependência terminou cobrando seu preço. O único não-alinhamento eficaz conduz necessariamente à integração do Brasil no Movimento dos Países Não-Alinhados, que reúne os interesses dos povos subdesenvolvidos contra a espoliação imperialista.

NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS

O rompimento com os laços de dependência criam as condições para destruir o "velho", o "modelo econômico" agonizante que conduz o País à catástrofe, porém, não trará nenhum resultado se não adotarmos as medidas necessárias para construirmos o "novo", o "modelo econômico" independente e voltado para o atendimento das necessidades nacionais e populares. E o "novo" só será construído se, além de liberarmos as energias das massas populares, mobilizarmos a imensa massa de recursos financeiros de que dispõe o País para aplicá-la naqueles setores ou atividades que "puxem" a reconstrução da economia nacional. Em qualquer país capitalista, na atual fase de capitalismo monopolista — como é o caso do Brasil — a maior parte dos recursos financeiros está concentrada nas mãos dos bancos. Em nosso caso, estes, respaldados pela política governamental de financiamento de déficit público e de captação de recursos e atrelados que são ao capital financeiro internacional (resolução 63), além de praticarem uma política de elevadas taxas de juros, dilapidam boa parte de seus recursos na especulação financeira. Ou seja, além do estrangulamento da empresa nacional promovido pelos elevados custos financeiros, a esterilização de boa parte dos recursos na especulação financeira reduz, significativamente, o crédito que poderia ser canalizado para o "setor produtivo". O resultado é que o sistema bancário privado se circunscreve, basicamente, aos financiamentos de curto prazo, deixando o financiamento dos investimentos a cargo dos bancos estatais.

Só um controle efetivo do sistema financeiro poderá criar as condições para que seus recursos sejam canalizados em direção aos setores prioritários. No entanto, o poder monopólico dos bancos (as matrizes bancárias caíram de cerca de 140 em 1970 para cerca de 70 em 1980) e seu atrelamento ao sistema finan-

ceiro internacional (em 1975, os bancos privados estrangeiros já possuíam 57% do capital dos bancos privados aqui instalados; além disso, mesmo os bancos nacionais estão atrelados pela via de captação de recursos externos, resolução 64, etc.) impedem qualquer controle eficaz. O governo, pressionado pelas necessidades da acumulação de capital, já tentou várias formas de controle, todas, no entanto, fadadas ao fracasso. Alguns exemplos: 1) o II PND decidiu canalizar boa parte dos recursos que repassava ao sistema financeiro privado (em 1980, 30% dos recursos que os bancos estatais canalizavam para o setor privado eram repassados através dos bancos privados) para o BNDE financiar a expansão da indústria de bens de capital e insumos básicos. No entanto, pressionado pelos bancos, o governo voltou atrás dois anos depois, estrangulando a indústria nascente; 2) freqüentemente, o governo busca controlar as taxas de juros através da fixação da taxa máxima; todas as vezes, os bancos fugiram à taxa fixada, usando de expedientes tais como "saldo médio", "reciprocidades", etc; 3) o governo tem fixado parcelas dos recursos à disposição dos bancos que devem ser canalizadas para a agricultura; no entanto, além de emprestarem, basicamente, aos grandes proprietários, os bancos usam de mil malabarismos para fugir às taxas fixadas.

As condições já estão dadas para um controle eficaz. E, por outro lado, ou o realizamos ou pereceremos todos na catástrofe econômica que se avizinha. O fato de acima de 60% do capital bancário pertencer ao Estado, de boa parte dos recursos mobilizados pelos bancos privados provirem de repasses dos bancos estatais e de o número de bancos ser cada vez menor (pelo processo de monopolização crescente) permite unificar rapidamente todo o sistema bancário num banco nacional único. Quando, a partir da década de sessenta, Delfim Neto promoveu o processo de fusão do capital bancário dizia-se que o objetivo era reduzir os custos financeiros. De fato, esse processo, na medida em que racionaliza melhor as operações bancárias e permite utilizar melhor os equipamentos existentes, possibilita uma redução dos *custos dos bancos*. A fusão de todos os bancos num único banco multiplicaria por mil os efeitos "racionalizadores". No entanto, o atual poder monopólico dos bancos e seu atrelamento ao sistema financeiro internacional impediram que essa redução dos custos fosse repassada para os tomadores de empréstimos, além de favorecer mais ainda a especulação financeira. Assim, concomitantemente com a formação de um Banco Nacional Único, seu *controle* deve passar para as mãos do Estado, ou seja, deve ser *nacionalizado* o sistema bancário. O congelamento da dívida externa favorecerá essa medida porque retirará a dependência de nosso sistema financeiro ao sistema financeiro internacional.

As forças reacionárias buscam instigar o pavor contra a nacionalização dos bancos, brandindo o argumento de que isso seria a confiscação dos bens. Na realidade, a não ser dos bancos estrangeiros, a nacionalização não modificará, no mínimo, as relações de propriedade. Todos os *proprietários nacionais* de ações junto aos bancos manteriam, na íntegra, suas ações. A modificação seria que, ao formar o Banco Único, seu controle efetivo passaria para as mãos do Estado e, a

partir daí, os imensos recursos concentrados nos bancos passariam a ser utilizados de acordo com a definição da política estatal. E aí, sim, o controle eficaz seria possível, mas não seria exequível, (por mais rígidos que fossem os controles), se se mantivessem os bancos separados, caso em que seria impossível as complicadíssimas e astutas manobras a que os bancos recorrem para fugir aos controles governamentais. Além do mais, a nacionalização não é bicho-de-sete-cabeças, pois vários países capitalistas (com o é o caso da França), já recorreram a esse tipo de medida, como forma de "proteger" a economia nacional. Dado o grau de monopolização dos bancos e a participação estatal no sistema bancário, a medida de nacionalização seria muito simples, já que os proprietários nacionais manteriam suas ações. Bastaria unificar a contabilidade e resolver a questão da parcela do capital bancário global pertencente a bancos estrangeiros. Os custos seriam imensamente reduzidos e o imenso volume de capitais à disposição dos bancos poderia ser imediatamente canalizado para garantir o desenvolvimento nacional. Os bancos deixariam de ser instrumento de especulação e de esmagamento da economia nacional para passarem a ser instrumento de progresso. No momento atual, quando os banqueiros estrangeiros estão pressionando o governo para "abrir" mais novas portas à sua penetração, como condição para aceitarem o conjunto de proposta governamental de renegociação da dívida, coloca-se mais ainda na ordem-do-dia a necessidade inadiável da nacionalização dos bancos como medida de defesa da economia nacional.

SETOR PÚBLICO: ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A intervenção do Estado na economia brasileira sempre serviu de alavanca para o desenvolvimento do capitalismo no País. Entre as décadas de 30 e 50, a política econômica do Estado, coadjuvada pela ação das empresas estatais então criadas, funcionou como forma de garantir o desenvolvimento capitalista voltado para o mercado interno de bens de consumo popular. Durante o governo JK e, mais particularmente, de 1964 em diante, o Estado passou a atuar na economia, essencialmente, no sentido de favorecer o processo de internacionalização e monopolização da economia brasileira. As empresas estatais, na medida em que operam em setores fundamentais e fornecem seus produtos ao setor privado a preços subsidiados, têm funcionado como importante instrumento de desenvolvimento, só que, no último período, favorecendo centralmente aos monopólios estrangeiros. Os gastos públicos, por seu lado, nem só têm operado como mecanismo dinamizador do mercado como também "puxado" o processo de acumulação de capital. Assim, tanto a expansão da empresa estatal como os gastos públicos são verdadeiros instrumentos para o desenvolvimento, só que, até agora, utilizados sob a "camisa-de-força" dos monopólios imperialistas, salvo em seu momento inicial. A importância do Estado, hoje, na economia, mede-se pelos seguintes dados: 1) cerca de 50% do patrimônio líquido das 7.545 maiores empresas não-financeiras instaladas no País pertencem às estatais; 2) mais de 60% do capital bancário pertencem ao Estado; 3) acima de 50% da for-

mação bruta de capital fixo são realizados pelo Estado; 4) o Estado é responsável por cerca de 45% do emprego direto e indireto gerado no País.

Os monopólios imperialistas desde 1974 iniciaram uma luta contra a "estatização" da economia brasileira, alegando o "gigantismo" das empresas estatais ou a "socialização" da economia. Na realidade, essa grita visava "abrir" para a participação "privada", as empresas estatais que passaram a render elevados lucros. A informação de que as estatais estavam "penetrando" na "área privada", no essencial, é falsa. Das 663 estatais existentes em 1980, cerca de 420 se localizavam na área de serviços básicos em geral (transportes, armazenagem, planejamento, desenvolvimento, fomento à pesquisa, etc.), 86 na área industrial (principalmente, insumos básicos), 34 no setor primário (basicamente, mineração e petróleo). Todos são setores essenciais para o desenvolvimento e, por isso, devem estar sob o controle estatal. A grita imperialista, no entanto, foi mais forte do que as necessidades do desenvolvimento nacional e, a partir de fins de 1981, iniciou-se um processo de desestatização da economia. Agora, com a submissão ao FMI, pretende-se ir mais longe nesse processo: um dos pontos da "carta de intenções" consiste na redução da participação do Estado na economia. E o governo já anunciou as medidas primeiras: redução de 20% dos investimentos das estatais e de 12% do orçamento da União. Ora, numa situação como a nossa em que a maior parte dos investimentos na economia provém do Estado, a redução dos investimentos e dos gastos estatais nessa magnitude, sem dúvida, levará ao caos econômico, principalmente na indústria de bens de capital, que vende 60% de seus produtos para o Estado e, atualmente, encontra-se com 45% de sua capacidade ociosa.

A recuperação do investimento público e a utilização adequada das empresas estatais poderão funcionar como verdadeira alavanca do desenvolvimento econômico nacional. Para isso, o programa de gastos públicos tem que levar em consideração as prioridades nacionais. Atualmente, as empresas estatais se concentram, basicamente, nos setores estratégicos da economia. O impulso ao seu desenvolvimento, junto à nacionalização das empresas estrangeiras existentes nas áreas estratégicas, deve estar a serviço de uma estratégia de desenvolvimento que se pautar pelo princípio da soberania nacional. Ou seja, empresas estatais devem ser utilizadas, não como coadjuvantes da expansão imperialista no País — como ocorreu no governo JK e no período de 1964 para cá — mas, sim, como instrumento na luta contra a dominação imperialista; como, por exemplo, ao desenvolver e/ou se apropriar de uma tecnologia independente, ao vender seus produtos a baixo preço para a empresa nacional, ao concentrar recursos financeiros em setores estratégicos, etc. Também devem ser utilizadas como instrumento a serviço do bem-estar da população, ao oferecer bons serviços a preços acessíveis à população, contrariamente à atual política, exigida pelo FMI, de elevação das tarifas dos serviços públicos. Os gastos públicos da administração direta e das autarquias devem ter como critério, não o subsídio ou incentivo à instalação de multinacionais em nosso País (como ocorre atualmente), mas sim, à aplicação

nos serviços que promovam o bem-estar da população ou no estímulo ao desenvolvimento de setores econômicos voltados para os interesses nacionais e populares.

Para que o Estado melhor possa cumprir esse papel, deve poder mobilizar recursos financeiros suficientes, para isso sendo necessária uma reforma fiscal em profundidade, que atinja tanto os gastos como as receitas. Atualmente, a receita do Estado provém, principalmente, das classes ou camadas pobres da população. Os monopólios empresariais, praticamente, não pagam impostos porque: 1) o imposto de renda é regressivo; 2) há uma série de isenções fiscais; 3) se beneficiam de um conjunto de incentivos e subsídios governamentais; 4) a fraude é generalizada, conforme denunciou o Ministério da Fazenda no ano passado; 5) recebem volumosos juros dos títulos da dívida pública que adquirem. Enquanto isso, o povo é obrigado a pagar os impostos diretos (de renda e encargos sociais) na fonte e a pagar os indiretos ao comprar as mercadorias. O critério essencial para a reforma tributária é liberar as camadas mais pobres da taxaço e fazer os impostos pesarem sobre as grandes empresas ou proprietários de patrimônio. A liberação dos mais pobres poderá ocorrer pelas seguintes vias: 1) liberação do imposto indireto sobre os produtos ou serviços essenciais; 2) ampliação da faixa de liberação do imposto de renda. Quanto à taxaço dos "mais ricos", as medidas poderiam ser as seguintes: 1) aplicação da real progressividade do imposto de renda; 2) aplicação da progressividade dos encargos sociais; 3) aumentar a taxaço dos produtos de luxo, aprofundando o que já foi iniciado; 4) eliminação imediata das isenções e incentivos fiscais e créditos aos grandes grupos empresariais; 5) taxaço de lucros extraordinários; 6) aumento da taxaço dos lucros enviados ao exterior; 7) controle efetivo da contabilidade dos grandes grupos empresariais, particularmente dos monopólios estrangeiros, como forma de evitar a fraude. Fazer os "mais ricos", realmente, pagar imposto e extinguir a "proteção" que lhes é facultada (incentivos, subsídios, isenções etc.) é a forma de dotar o Estado dos recursos necessários à implementação do programa que estamos propondo, podendo funcionar como alavanca do desenvolvimento independente.

Por outro lado, existe uma distorção do sistema tributário brasileiro que, a bem do desenvolvimento mais harmônico ao nível nacional, deve ser imediatamente corrigida. Trata-se do seguinte: 1) concentração da arrecadação do ICM nos Estados que lideram a produção industrial em detrimento dos estados ou regiões mais atrasadas; 2) concentração dos recursos fiscais nas mãos do governo central, o que também prejudica os estados mais débeis. Essa distorção deve ser corrigida mediante um sistema que: 1) fixe uma parcela maior do tributo para os Estados e Municípios, reduzindo a parcela da Federação; 2) altere o sistema de arrecadação do ICM, talvez atribuindo o imposto gravado ao Estado consumidor e não ao produtor.

Vimos que as empresas estatais devem operar como alavanca para o desenvolvimento independente, para isso atuando nos setores estratégicos da

economia. No entanto, além de disporem dos recursos necessários (que deverão provir do Banco Nacional Único e de recursos próprios), só poderão cumprir suas funções a serviço dos interesses nacionais e não dos interesses imperialistas — como ocorre atualmente — se estiverem submetidas ao “controle democrático da sociedade”. A forma através da qual a “sociedade” poderá eficazmente controlar as atividades das empresas estatais, evidentemente, será através de quem trabalha nessas empresas, ou seja, seus funcionários, que, para cumprir essa tarefa, deverão organizar-se em comitês de empresa vinculados aos sindicatos da área. O avanço do movimento sindical dos funcionários das empresas públicas, como é o caso da área do petróleo e da energia, e as propostas que têm feito no sentido de corrigir as distorções dessas empresas criam amplas possibilidades de rapidamente implementar-se esse controle. O 4.º Encontro de Trabalhadores em Empresas Estatais, marcado para fins de março, deverá aprofundar essa tendência.

O NOVO CARRO-CHEFE DA ECONOMIA

O setor dinâmico da economia brasileira desde a segunda metade dos anos 50, ou seja, aquele setor de ponta que “puxa” o “desenvolvimento” dos demais, tem sido o da indústria de bens de consumo duráveis ou de “luxo”. Esse setor, como se sabe, se desenvolveu sob controle estrangeiro. Sua expansão acelerada, desproporcional, distorceu o desenvolvimento industrial no País porque: 1) ao estrangular a expansão da indústria de bens de capital, obstaculizou a independência tecnológica do País e abafou as possibilidades de maior desenvolvimento nacional; 2) ao estrangular a expansão da indústria de bens de consumo popular, contribuiu (somado a outros fatores), para que o desenvolvimento industrial se fizesse de forma profundamente excludente. A desproporção do crescimento daquele setor e o conseqüente estrangulamento dos demais, como já vimos, constituem uma das principais causas da profunda crise que, hoje, vive nosso País. O agravamento da crise, ao reduzir, significativamente, no período recente as vendas de duráveis, revela objetivamente o “limite” da expansão desse setor. Esse “limite” já havia sido “percebido” na época do II PND pelo governo Geisel, o qual traçara uma estratégia simultânea de readequação da indústria automobilística (deslocando parte dela para a produção de caminhões e ônibus) e de incentivo à expansão da indústria de bens de capital. No entanto, dadas as pressões imperialistas, essa mudança de ênfase setorial da economia não foi muito longe.

Trata-se, agora, de levar às últimas conseqüências essa readequação do aparato produtivo. De nada adianta reativar a economia nos marcos do “modelo” vigente, pois as contradições da “desproporção” intersetorial fariam a crise retornar rapidamente e com maior profundidade. Só se garantirá efetivamente a independência nacional e se evitarão os estrangulamentos da Balança de Pagamento se o novo setor a “puxar” o conjunto do desenvolvimento econômico for o de bens de capital. Já vimos no capítulo sobre “Independência nacional: a

única saída", porque a expansão interna desse setor "resolve" uma parcela do estrangulamento externo. A adoção das medidas ali sugeridas deverá ser completada por amplo programa de ampliação desse setor, a ser traçado em conjunto entre um Conselho de representantes do setor e o Ministério da Indústria e Comércio. A importância central da expansão da indústria de bens de capital não é tanto resolver os estrangulamentos da Balança de Pagamentos e sim permitir a independência tecnológica do País e garantir as condições para a produção desses produtos a baixo custo (pois seria eliminada a espoliação imperialista na venda desses produtos a países dependentes) o que favorecerá amplamente o conjunto do desenvolvimento industrial. O desenvolvimento da indústria pesada é, pois, a pedra angular do novo estilo de desenvolvimento econômico.

Mas não basta expandir a indústria pesada se os frutos do progresso não redundarem em benefício da maioria da população, que tem sido marginalizada durante esses anos todos de "modelo econômico" dependente. O progresso econômico só se voltará efetivamente para o atendimento das necessidades populares se for adotado amplo programa de expansão da indústria de bens de consumo popular. Se este programa for respaldado pela expansão do setor de bens de capital, o resultado haverá de ser o desenvolvimento da produção e da produtividade dos bens de consumo popular, barateando seus preços e permitindo o amplo acesso da população. Esse setor corresponde, basicamente, à pequena e média indústria nacional, que, no momento, está indo em massa à falência. Dentre as primeiras medidas, deve estar, pois, a reativação da indústria existente. Soma-se a isso a conversão de parte da indústria de duráveis para produzir bens de consumo de uso coletivo, como transportes coletivos, etc. Aqui também cabe a formação de um Conselho da Indústria para, conjuntamente com o MIC, formular a estratégia para esse setor.

Assim, o setor de duráveis de consumo deixará de ser o setor de ponta para ser o "rabo" do progresso industrial. Isso não significará, necessariamente, que parará de crescer. Só significa que crescerá menos do que os demais, ainda que num primeiro momento poderá até decrescer, o que, na realidade, já está ocorrendo em função da recessão econômica. A "desproporcionalidade" inicial será eliminada — como já vimos — pela transformação de parte dessa indústria em indústria de bens de capital e de consumo popular. Essa transformação deverá ocorrer não só pela transferência de todos os incentivos fiscais e creditícios ligados a esse setor para os setores de bens de capital e de consumo popular, como também mediante planejamento global, realizado a partir de levantamento das reais possibilidades técnicas de conversão.

A expansão acelerada da indústria de bens de capital e da de bens de consumo popular será respaldada pelas seguintes medidas: 1) apoio efetivo das empresas estatais, que funcionarão como base para seu desenvolvimento; 2) transferência de todos os incentivos fiscais e creditícios ligados atualmente à indústria de bens de consumo duráveis; 3) apoio financeiro do novo Banco Nacional Único; 4) apoio tecnológico realizado pelo Estado; 5) expansão do merca-

do interno, promovido pelas medidas de melhoria das condições de vida da população.

“REFORMA AGRÁRIA AMPLA, MASSIVA E IMEDIATA”

A estrutura agrária vigente no País é uma das principais responsáveis pela profunda crise que atravessa o País. Por outro lado, está-se gestando numa verdadeira crise agrária. Vimos que o modelo dependente supõe a “necessidade” de obter divisas internacionais e fim de garantir as importações de máquinas e equipamentos e garantir a evasão de renda (remessa de lucros, royalties, juros, prestações da dívida). Para garantir essas divisas, exige-se crescentes exportações, destacando-se as de produtos agrícolas. Daí a “necessidade” de preservar a grande propriedade exportadora, com todos os incentivos fiscais e creditícios. Por outro lado, a fim de garantir a super-exploração dos trabalhadores urbanos, o mercado interno de alimentos é abastecido pela pequena propriedade, que pode vender seus produtos a preços mais baixos, devido ao fato de não se basear, centralmente, no critério do lucro máximo. Assim, a estrutura do latifúndio-minifúndio responde às necessidades da economia dependente e, por isso, nem só foi preservada como ampliada.

No entanto, as próprias contradições do desenvolvimento capitalista dependente fizeram o campo romper sua “unidade” com a urbe. Em primeiro lugar, a voragem de lucros das multinacionais foi espremendo totalmente o produtor rural no processo de comercialização, de um lado vendendo implementos e insumos agrícolas a preços escorchantes e, por outro lado, comprando produtos agrícolas a preços aviltantes. Além disso, o pequeno produtor não tem o menor acesso ao crédito ou à assistência técnica: em 1976, recebia apenas 11% do total do crédito agrícola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural previa o atendimento de apenas 4% dos minifúndios em 1977. Por fim, a intensificação da produção para exportação a partir dos anos setenta, realizada na grande propriedade e em moldes crescentemente capitalistas, incentivada pelo governo, financiou amplamente no sentido de arruinar mais ainda os já arruinados pequenos produtores, levando-os à proletarização (hoje, deve haver em torno de dez milhões de trabalhadores rurais sem terra). O resultado é que a produção agrícola para o mercado interno praticamente estagnou nos anos setenta. No “auge” do “modelo econômico”, em 1973/74, houve escassez generalizada de produtos agrícolas, fazendo os preços estourarem. Esse fato contribuiu, decisivamente, para elevar os custos industriais e para a emergência da crise. Tanto o governo Geisel quanto o atual governo tentaram corrigir esse problema, promovendo uma política de crédito barato e fácil à agricultura; no entanto, a apropriação de boa parte pelos grandes proprietários, que o usaram em grande parte na especulação financeira e imobiliária ou na produção para exportação, impediu a solução do problema do abastecimento interno. Por outro lado, a estreiteza do mercado rural, imposta pela estrutura agrária concentrada, impediu que

o campo servisse de escoadouro da produção industrial no momento em que a recessão restringiu o mercado interno e a crise e o protecionismo dos países ricos restringiram o mercado externo.

Mas não foi apenas a agricultura que contribuiu para a crise geral. Agora o que se gesta é uma verdadeira crise agrária. A preservação da estrutura agrária vigente, agravada pela expansão do capital no campo, promoveu primeiro, como vimos, uma crise da pequena produção e do abastecimento interno. A agricultura de mercado externo teve enorme prejuízo no ano passado, em face da queda drástica dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. Ou seja, estrangulou-se a agricultura de mercado interno para favorecer a expansão do mercado externo e agora esta começa a ser estrangulada pela crise no mercado mundial. Mais uma vez, a situação de dependência cobra seu preço. Além disso, mais grave ainda, a suspensão do subsídio ao crédito agrícola, exigida pelo FMI, agravará mais ainda a situação da agricultura de mercado externo, podendo levá-la a uma aguda crise. Há unanimidade de que a "modernização" do campo deu-se graças à política de crédito agrícola, que se voltou centralmente para a agricultura de exportação. Formou-se, em consequência desse processo, uma burguesia agrária de porte médio, que usa tecnologia moderna, trabalho assalariado e produz para o mercado externo. O fim do subsídio vem se somar à queda dos preços internacionais para levar a "agricultura moderna" e ao "latifúndio exportador" a aguda crise. A dominação imperialisista acabou por unificar a crise da agricultura de mercado interno com a crise na agricultura de mercado externo, o que poderá levar, rapidamente, a verdadeira catástrofe no campo.

A crise agrária, que vem se desenvolvendo desde o início dos anos 70, aproxima-se agora de seu grau máximo. Durante o processo de agravamento dessa crise, as tensões sociais no campo foram se avolumando. O proletariado rural vem realizando lutas importantes, destacando-se as greves dos canavieiros de Pernambuco. Na área dos posseiros, particularmente no Norte e Centro-Oeste do País, havia cerca de dois milhões de pessoas envolvidas em conflitos no ano passado. Os pequenos produtores do Rio Grande do Sul têm realizado mobilizações sistemáticas (com o recurso da ocupação de cidades com carros e tratores) em defesa de seus preços e pela modificação da política agrícola. A burguesia agrária de São Paulo, do Centro-Oeste do Rio Grande do Sul e da região do cacau na Bahia têm também realizado manifestações contra a política governamental para a agricultura. E agora, se posiciona abertamente contra a suspensão do subsídio. Avizinham-se momentos de grandes conflitos no campo e de grandes mobilizações para barrar o caos que se aproxima.

O agravamento da crise agrária e dos conflitos no campo colocam, mais do que nunca, na ordem-do-dia a realização da reforma agrária. Chega o momento em que esta deixa de ser uma bandeira de justiça social ou uma "reforma de base" para transformar-se na única forma de evitar a profunda crise agrária que se aproxima, além de ser importante fator na solução da crise nacional. É impossível prever, exatamente, como ocorrerá. É, porém, possível chegar-se a algumas

indicações. A regra geral é de que o conjunto de terra, ressalvando apenas as parcelas dos pequenos produtores, deverá ser nacionalizada. Isso significará a imediata eliminação da renda da terra (decorrente do monopólio da terra), cujo efeito imediato será o rebaixamento dos preços dos alimentos e das matérias primas de origem agrícola. Além disso, ao eliminar o monopólio da terra e reduzir os custos de produção, permitirá ampla mobilização de recursos no campo, favorecendo o desenvolvimento da agricultura. Por fim, impedirá que o desenvolvimento do capital no campo reconcentre a propriedade fundiária. No entanto, a forma como será utilizada a terra dependerá das particularidades regionais, das formas atuais de exploração, do grau de desenvolvimento do capital no campo, etc.

Nas áreas onde predomina o latifúndio parcelário e improdutivo (dados de 1972 do INCRA mostram que apenas 54,24% da área dos latifúndios eram explorados) ou nas terras compradas para especulação (exemplo disso é que, mesmo no Estado de São Paulo, onde a agricultura se encontra mais desenvolvida, os proprietários declararam em 1976 que havia 2,6 milhões de hectares considerados aproveitáveis que não estavam sendo explorados), a terra deverá ser imediatamente distribuída entre aqueles que nela trabalham ou querem trabalhar. O mesmo deverá ser feito com as terras atualmente pertencentes ao Estado e aquelas (que sejam do Estado ou de particulares) atualmente ocupadas por posseiros. A distribuição das terras deverá ser feita sob controle direto dos sindicatos rurais das FETAG's e da CONTAG. A participação direta dos trabalhadores evitará que a burocracia protele ou arraste indefinidamente o plano distributivo. A mera distribuição dessas terras a cerca de dez milhões de trabalhadores rurais sem terra permitiria aumentar significativamente a utilização da força de trabalho e da terra e elevar, dessa forma, a produção agrícola. No entanto, não bastará entregar terras. Os atuais pequenos proprietários as possuem e nem por isso deixam de viver miseravelmente. Deverá ser montado amplo programa de crédito (e para isso servirá a nacionalização dos bancos) e da assistência técnica, tanto para os novos como para os antigos pequenos produtores. Além disso, para garantir preço justo e condições favoráveis de comercialização da produção agrícola, o Estado deverá ampliar o atual sistema de apoio à comercialização, garantindo a compra e a distribuição de toda a produção agrícola, exterminando, assim, o "atravessador". Entretanto, será impraticável o atendimento individual aos milhões de pequenos produtores que resultarão da reforma agrária. Deverá, pois, ser estendido a todo o País e desenvolvido o atual sistema cooperativo, eliminando-se os entraves burocráticos e o poder econômico, atualmente nas mãos dos grandes produtores.

Situação distinta deverá suceder naquelas áreas onde predominam as modernas empresas rurais, baseadas no trabalho assalariado e na tecnologia moderna. Já vimos que essas empresas entram, agora, num processo de profunda crise, que poderá por em risco o desenvolvimento das forças produtivas já alcançadas. Não só será impossível, tecnicamente, a repartição dessas terras, como re-

presentará atraso ao desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação da renda da terra lograda com a nacionalização da terra permitirá retirar essas empresas da atual crise, o que será reforçado pela retomada do apoio creditício do Estado. Os trabalhadores, como já ocorre atualmente, deverão seguir lutando por melhorias das condições de vida e de trabalho, acrescentando a bandeira de participação na gestão das fazendas. O Estado deverá garantir todos os direitos trabalhistas aos proletários do campo. No entanto, aquelas fazendas cujos proprietários criem obstáculos à melhoria das condições de vida de seus trabalhadores ou boicotem a produção deverão de ser desapropriadas no interesse social.

Por fim, 36 milhões de hectares de terra (que corresponde a cerca de 10% das terras cadastradas) estão, hoje, nas mãos do capital estrangeiro. Ali onde estejam operando em moldes modernos, sua nacionalização significará que a gestão passará para as mãos do Estado, com a participação dos trabalhadores e funcionários. Onde as terras se encontrem ociosas (pois compradas para especulação), deverão ser distribuídas.

O resultado imediato dessa reforma agrária será por fim à crise agrária e contribuir de maneira decisiva para a salvação da economia nacional. Em primeiro lugar, porque possibilitará a elevação expressiva da produção agrícola, já que permitirá utilizar mais eficientemente os recursos disponíveis. Em segundo lugar, resultará no abastecimento das cidades a preço mais baixo. Terceiro, ao elevar e distribuir melhor a renda gerada no campo, ampliará o mercado de bens de consumo popular. Ou seja, além de suprir-se com abundância de produtos agrícolas baratos, a indústria contará com mercados ampliados. O desenvolvimento tecnológico que se obteria faria aumentar, sensivelmente, o mercado da indústria de máquinas e implementos agrícolas. Quarto, contribuirá para por fim ao desemprego. Finalmente, além de o acesso à terra e a aplicação dos direitos trabalhistas nas empresas rurais melhorarem as condições de vida dos trabalhadores rurais, o barateamento dos alimentos contribuirá para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e demais setores populares urbanos.

“JUSTIÇA SOCIAL”

O mero processo de retomada do desenvolvimento econômico nos moldes aqui propostos — ou seja, mediante a participação popular na gestão econômica — possibilitará, por si só, melhorar as condições de vida do povo. No entanto, para que o desenvolvimento nacional se volte efetivamente — e não apenas nas intenções — para o atendimento das necessidades populares, faz-se necessária a adoção de medidas voltadas para esse fim. Destacamos as seguintes:

Emprego - Além do desemprego estrutural inerente ao capitalismo (que no Brasil se agrava pela economia dependente), o desemprego se alastrou como praga em nosso País como conseqüência imediata da grave crise que assola nossa economia. Atualmente, além dos milhões de subempregados, calcula-se que o desemprego aberto já se aproxima dos seis milhões de trabalhadores. A implemen-

tação das medidas do FMI promoveria verdadeiro flagelo nessa situação, aproximando-a da situação dos flagelados das secas nordestinas. A recuperação industrial, a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da construção civil (ver "Habitação" e "Saneamento Básico") funcionariam como importante alavanca para combater o desemprego. No entanto, não devemos deixar o combate ao desemprego ao sabor do automatismo da expansão econômica. O Estado deverá adotar programa específico nesse sentido, que contemple: 1) programa de obras públicas que, além de melhorar o "equipamento social", gere emprego; 2) estímulo à expansão de setores econômicos "intensivos em trabalho"; 3) amplo estímulo à construção civil; 4) garantia de estabilidade no emprego.

Salários — De 1964 a 1974 (período de maior esmagamento dos trabalhadores pela política de arrocho salarial da ditadura), o salário mínimo real caiu em cerca de 40%. Como os reajustes desse salário regulam os reajustes das faixas de menores salários, é possível prever que os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos — onde se situam pelo menos 3/4 da força de trabalho — tenham experimentado idêntico "arrocho" de 1974 a 1978/79, fruto do avanço das conquistas democráticas e da mobilização dos trabalhadores, estes conseguiram deter a queda do salário real, obtendo melhora (na faixa do salário mínimo) de cerca de 6%. De 1979 a 1980, na vigência da nova lei salarial que redistribui renda ao interior dos salários e não mexe nos lucros, os cálculos oficiais indicam melhoria de pouco mais de 1%, em termos reais, na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Ou seja, o salário real da maioria dos trabalhadores encontra-se, hoje, acima de 30% abaixo do de 1964. Tal fato não só leva os trabalhadores à miséria como "estreita" o mercado interno e agrava a crise. As medidas, nessa área, deverão ser as seguintes: 1) reposição, no período máximo de dois anos, do salário real de 1964; 2) melhoria do salário real, de acordo com a evolução da produtividade; 3) adoção da escala móvel de salários, impedindo que os salários sejam corroídos pela inflação (ou reajuste trimestral). A garantia de que essas medidas serão efetuadas depende essencialmente, da garantia do livre direito de greve e de sindicalização.

Participação dos lucros — A atual sistemática de "participação nos lucros" (programa PIS/PASEP) tem seu aspecto positivo. No entanto, é mais um engodo, na medida em que fixa uma participação irrisória e impossibilita sua utilização pelos trabalhadores. A parcela deve ser elevada, além de fixarem normas de participação nos lucros extraordinários. Por outro lado, é necessário "democratizar" tanto a utilização como a aplicação dos fundos daí decorrentes. Ou seja: 1) deve-se flexibilizar as normas de utilização dos fundos; 2) sua gestão deve passar para um órgão único, que tenha a participação dos trabalhadores.

Habitação — A situação de moradia do povo brasileiro atinge as raias da calamidade pública, de que são exemplo principal as populações faveladas, que crescem vertiginosamente. Em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, baseado, centralmente, no Banco Nacional de Habitação e cujos fundos provêm,

principalmente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O objetivo propagandeado era o de "resolver" o problema da habitação no Brasil. No entanto, até agora, tem favorecido muito mais aos tubarões imobiliários, enquanto a situação da moradia se agrava dia a dia. No período recente, apenas 20% dos recursos do S.F.H. foram destinados à habitação popular, sendo que 60% deles se destinaram a financiar moradia de quem ganha acima de dez salários mínimos. De fato, a sistemática de pagamento e o elevado custo das prestações tornam proibitivo o acesso das camadas pobres às "vantagens" através do FGTS e não recebe esse financiamento de volta sob forma de moradia. A garantia de condições dignas para o povo passa, necessariamente, pela solução do problema da moradia, o que se fará mediante: 1) medidas que ponham fim à especulação imobiliária urbana; 2) democratização da gestão do BNH, com participação dos trabalhadores; 3) fim à transferência de recursos públicos para o sistema privado de habitação, devendo os mesmos ser utilizados no programa de habitação popular; 4) destinação de todos os fundos do BNH para o programa de habitação popular; 5) fixação de limite máximo (digamos, 10%) de participação da prestação da casa própria sobre o salário do comprador; 6) urbanização das favelas; 7) imediato congelamento dos aluguéis; 8) doação de terrenos e estímulo à auto-construção sob a forma de mutirões e cooperativas habitacionais.

Saúde — As precárias condições de saúde decorrem, principalmente, das péssimas condições de vida e de trabalho da maioria da população, mas também de uma *política* de saúde voltada, centralmente, para o lucro dos grandes hospitais e das multinacionais dos remédios. Exemplo claro dessa política é a transferência crescente das obrigações de atendimento hospitalar do sistema previdenciário público aos hospitais privados, sob o sistema de "credenciamento". Soma-se a isso o fato de que quase 100% da indústria farmacêutica instalada no País, pertence a multinacionais. A retomada do desenvolvimento, agora voltado para o atendimento das necessidades da população, será importante fator no combate às péssimas condições de saúde. No entanto, deverá ser implementada uma política de saúde que se volte para o atendimento da população e não para o lucro privado. Essa política deve contemplar: 1) expansão do sistema público de atendimento hospitalar, pondo fim aos "credenciamentos" que o INAMPS faz aos hospitais privados; 2) garantia de tratamento hospitalar gratuito aos trabalhadores e ao povo pobre; 3) nacionalização imediata da indústria farmacêutica e conseqüente racionalização dos remédios; 4) garantia de medicamentos gratuitos ou a baixo custo para as camadas pobres da população; 5) retorno à participação dos trabalhadores na gestão do sistema previdenciário.

Educação — Os problemas da educação brasileira se resumem no seguinte tripé: 1) elevado índice de analfabetismo; 2) elevado índice de evasão escolar; 3) baixo nível de ensino. Esse tripé é decorrência imediata do total descaso do governo em relação à educação: a participação das verbas com educação no total do orçamento da União baixou de 12% em 1964 para cerca de 4% atualmente. Uma

política educacional que se proponha, de fato, a erradicar o analfabetismo e a preparar o povo para participar ativamente do desenvolvimento nacional deve contemplar: 1) um programa de alfabetização (tipo o adotado na Nicarágua), que envolve professores, estudantes, funcionários públicos e trabalhadores num amplo esforço de mobilização nacional, para, num período curto, erradicar o analfabetismo, tarefa simultânea com a mobilização dos novos alfabetizados e alfabetizadores para o esforço de reconstrução nacional; 2) retorno dos 12% do orçamento da União para a educação e destinação de 25% dos orçamentos dos Estados e municípios; 3) ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis; 4) aperfeiçoamento das condições de ensino e preparação dos professores; 5) adequação dos currículos às necessidades nacionais e populares; 6) desenvolvimento do ensino técnico profissionalizante; 7) autonomia e democracia da Universidade.

Transporte coletivo e saneamento básico — A situação dos bairros e favelas é a expressão do estado de calamidade em que tem sido jogada a população brasileira. Além de pessimamente servidos de pavimentação, esgotos, água e luz, as tarifas são cada vez mais proibitivas. Não bastassem essas condições, o trabalhador ainda se submete ao massacre de um sistema de transporte coletivo deficiente, em péssimas condições e a um custo exorbitante. Deve ser implementado rápido programa de obras públicas voltadas para a solução dos problemas na área de saneamento. A solução dos problemas do transporte coletivo passa, necessariamente, pelas seguintes medidas: 1) reestruturação do sistema de transporte, desenvolvendo o sistema de metrô nas grandes metrópoles e o sistema de ônibus elétricos e trens suburbanos elétricos nas demais grandes cidades; 2) reestruturação da indústria automobilística em direção à produção de ônibus; 3) estatização das grandes empresas de transportes coletivos e concessão de subsídios às pequenas e médias; 4) rigorosa fiscalização na qualidade dos serviços prestados à comunidade. Quanto às tarifas dos transportes e dos demais serviços públicos, são necessárias as seguintes medidas: 1) congelamento das tarifas; 2) garantia de 1/2 passagem para estudantes e trabalhadores; 3) dentro de determinado limite de utilização, as tarifas dos serviços públicos devem ser fixadas de acordo com o salário do usuário; 4) criação de Conselhos de Tarifas, reunindo empresários, governo e usuários.

NOVO PODER EM GESTAÇÃO

Diferentemente do que pensa a democracia pequeno-burguesa, os governos estaduais e municipais da Oposição serão importantes alavancas na luta pela conquista da independência nacional e da democracia em nossa Pátria. A democracia pequeno-burguesa oscila entre dois sentimentos, que têm a mesma origem. Ora, teme que os governos da oposição traiam o voto popular e conciliem com o regime entreguista. Essa insegurança expressa profunda desconfiança na

força do povo e nas energias que desataram na histórica campanha que culminou no 15 de Novembro. Por outro lado, afirma que, como esses governos não detêm nenhum *poder real*, nada poderão fazer para modificar o atual "modelo econômico e político", ou seja, deverão circunscrever-se aos "limites" de suas fronteiras, enquanto o poder central seguirá "podendo tudo". Outra vertente do mesmo matiz diz que é reformismo, "eurocomunismo", querer utilizar esses governos para fazer qualquer transformação, pois essa só virá com a revolução. A pretexto de um pseudo-radicalismo, o máximo que se chega com essa postura é levar a Oposição a reboque do regime entreguista, já que este traçaria os limites da atuação dos governos oposicionistas. A pretexto de evitar a "conciliação", se estaria promovendo a conciliação mais descarada.

O problema de fundo que leva a essa insegurança da democracia pequeno-burguesa é que ela ainda não percebeu o significado do momento que estamos vivendo. O encurralamento crescente da ditadura, realizado pelo avanço das conquistas democráticas de nosso povo, amplamente favorecido pela situação revolucionária que vivemos, permitiu que, na disputa por importante parcela do poder, as forças nacionais, democráticas e populares derrotassem a ditadura *sob a ditadura*. Tal fato criou uma situação em que, ainda que o poder central principal, siga nas mãos do regime entreguista e fascista (representando uma parcela minoritária da Nação), uma parcela do poder, ainda embrionária, débil, passou para as mãos das forças nacionais, democráticas e populares, representando a ampla maioria da Nação. Esse poder embrionário está sob a direção da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa, que o leva, necessariamente, a claudicações. Defender que sua ação deve circunscrever-se aos "limites de suas fronteiras" — como o faz a democracia pequeno-burguesa — é a melhor forma de favorecer essas vacilações e, aí sim, "fazer o jogo do regime".

Esse poder embrionário não só pode como deve começar as transformações que serão realizadas com a revolução nacional, democrática e popular. Pode, porque, dada a dualidade de poderes vigente, dispõe de *poder real*, ainda que embrionário e débil. Deve, porque: 1) debilitará o inimigo; 2) acumulará forças para o posterior "assalto aos céus"; 3) eliminará o espaço para a conciliação com o imperialismo; 4) manterá a confiança que o povo nele depositou. Na área econômica, podem ser dados passos no sentido de ir modificando o "modelo econômico" vigente. Alguns exemplos do que pode ser feito: 1) realizar a reforma agrária nas terras do Estado; 2) direcionar os créditos dos bancos estatais para a empresa nacional e a pequena e média propriedade agrícola; 3) direcionar os incentivos e subsídios governamentais para a empresa nacional de bens de capital e de consumo popular. O contrário seria seguir privilegiando as multinacionais e, aí sim, conciliar com o imperialismo. Na área política, além de impedir a repressão sobre o povo (de que a extinção dos DEOPS é um exemplo), podem os governos oposicionistas contribuir para democratizar a vida nacional, favorecendo a participação popular no seu interior, através de Conselhos Populares. Compromissos nesse sentido foram assumidos, por exemplo, pelo governador Montoro.

UNIR A NAÇÃO PARA ROMPER COM A DEPENDÊNCIA

A origem da atual crise e da catástrofe que nos ameaça é a submissão do País ao imperialismo, notadamente o norte-americano. Qualquer tentativa de solucionar a crise que não rompa definitivamente com a dependência só aproximará o País do abismo. Esse rompimento é a condição *sine qua non* para modificar o "modelo econômico" dependente e reconstruir a economia nacional. Essa é a tarefa gigantesca que exige a mobilização de todas as forças vivas da nação. Só essa mobilização liberará as energias necessárias ao esforço de reconstrução nacional e criará as condições para "peitar" o imperialismo que, sem dúvida, procurará, por todos os meios, boicotar esse processo de reconstrução da Nação.

O desastre econômico que se avizinha, a indignação crescente das massas de todas as camadas sociais diante das medidas do FMI, o acirramento das divisões que a submissão ao FMI produzem no interior do regime, o aumento das condições para deslocar para o lado da Nação os setores nacionais que ainda são "enquadrados" pelo regime e, por fim, a demonstração inequívoca de que o atual governo é incapaz de tirar o País da grave crise que atravessa — ao contrário, aumentando sua submissão ao imperialismo e, nessa medida, provocando o agravamento da crise —, tudo isso coloca na ordem-do-dia a necessidade de unir a Nação para romper com a dependência e aplicar o Programa de Selvação Nacional.

O atual governo é *incapaz* de cumprir essa gigantesca tarefa, de realizar essa *revolução*, não só porque tem sido *historicamente*, na sua essência, pró-imperialista. Mas do que isso, adota, no momento atual (a despeito do acirramento das contradições com sua base nacional), não uma política imperialista qualquer, mas uma política imperialista que leva à devastação nacional, radicalizando seu compromisso imperialista. E, por isso mesmo, encontra-se, agora, mais do que nunca (mais do que as eleições revelaram), profundamente isolado na Nação, chocando-se frontalmente com ela ao submeter-se à chantagem dos banqueiros internacionais.

A submissão ao FMI, na medida em que significará um pesado ônus sobre as costas das *forças nacionais* que se articulam em torno do regime — a grande burguesia nacional e as Forças Armadas —, tenda a aprofundar seu descontentamento e suas contradições com o imperialismo, ampliando as "brechas" ao interior do regime e aumentando as condições para essas forças deslocarem-se para o lado da Nação. Isso não significará, no entanto, seu deslocamento automático, pois parte desses setores, na medida em que não *vêem* ou *sentem* uma alternativa clara à política do FMI, tendem a vê-la como algo inevitável. A única forma de favorecer esse deslocamento é: 1) deixar claro que a alternativa do imperialismo leva ao desastre da Nação e deles próprios; 2) mostrar uma alternativa econômica e política clara; 3) levantar um poderoso movimento de massas em torno dessa saída.

O eixo principal, a coluna dorsal, da União Nacional necessária a sal-

var o País do caos econômico — e, portanto, do governo que emergirá desse processo — são as forças que *atualmente* já integram a Frente Nacional, Democrática e Popular, concentradas principalmente no PMDB, dado seu maior compromisso com a Nação, revelado ao longo de 17 anos de luta. Os governos da Oposição, atualmente existentes, serão instrumento decisivo para a consolidação da União Nacional e a conquista desse novo poder. A principal *debilidade atual* da Frente é sua dificuldade (expressa na reunião da executiva do PMDB, realizada em fins de janeiro) em se assumir enquanto *alternativa imediata de poder para salvar a Nação*, ou seja, não haver ainda assumido em profundidade a necessidade de unir a Nação para romper com a dependência e modificar o modelo econômico.

A debilidade da Frente de assumir a liderança enquanto *poder nacional* deve-se, essencialmente, ao fato de ser *atualmente* hegemônica pela burguesia nacional e pela democracia pequeno-burguesa. A burguesia nacional já se está apercebendo da necessidade da União Nacional. No entanto, o fato de ter assimilado insuficientemente o Programa de Salvação Nacional e de não ter ainda adquirido plena consciência da poderosa força atual da Frente e da debilidade do regime leva-a a vacilações e a entendimentos com setores do regime baseados não tanto na *União contra o imperialismo* e, sim, na tentativa de solucionar o “impasse institucional” (Oposição com maioria do povo e governo com maioria do colégio eleitoral)). Quanto à democracia pequeno-burguesa, sua intimidação diante das gigantescas tarefas que temos pela frente e o conseqüente temor de “cooptação” levam-na a temer a ampliação da Frente (sob o ingênuo pretexto de que isso favoreceria a manutenção do domínio imperialista no País. Como? Se a *única União Nacional possível* é, precisamente, contra o imperialismo?) e a pensar o PMDB, não como Frente, mas como um partido que deve seguir na oposição e se estruturando para chegar ao poder, não se sabe quando.

As energias liberadas pelas massas populares durante o processo eleitoral e a multiplicação delas na atual “campanha contra o FMI” (ver discussão sobre provável greve geral para barrar o “roubo” dos salários) ampliarão, sensivelmente, a disposição para lutarem, efetivamente, pela salvação da Pátria. Para elas, coloca-se: ou o desemprego, o arrocho salarial, a miséria, a fome, o caos; ou a salvação da Pátria. Nos fios invisíveis que unem os milhões de trabalhadores — que se tornam cada vez mais visíveis — estão sendo tecidas as teias da revolução nacional, democrática e popular. Apesar disso, boa parcela do povo não se jogou mais profundamente no processo eleitoral ou, inclusive, não votou na Oposição, devido, essencialmente, à debilidade da direção, que ou não promoveu as mobilizações possíveis e necessárias, ou, ainda, não apresentou uma saída clara, inequívoca, para o atual estado de coisas, o que permitiu florescer um razoável grau de confusão em parcelas do povo.

Pode-se dar voltas à vontade, mas não se consegue escapar de uma verdade ineludível: a de que a questão crucial para a Nação seja a solução para o “impasse”, a salvação da Pátria, se resume na necessidade de direção firme para

a Frente Nacional, Democrática e Popular. As vacilações e debilidades da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa, co-partícipes da direção atual da Frente, poderão deduzir-se com o agravamento da crise e a ampla mobilização do movimento de massas. No entanto, essas vacilações e debilidades só serão completamente neutralizadas, quando a Frente se colocar sob uma direção firme, a *direção da classe operária*, a única que tem a firmeza e a "amplitude" necessárias para "unir a Nação e romper com a dependência". O momento que vivemos, o momento que se aproxima da "hora da virada", é, simultaneamente, o momento de solução dos problemas de direção da Frente. Ou esse problema se resolve rapidamente ou a revolução patinará no lodaçal das vacilações e debilidades.

A classe operária terá conquistado a direção, na medida em que *seu* programa para a atual etapa da revolução brasileira tenha sido aceito pela maioria das forças nacionais, democráticas e populares e em que *suas* ações políticas e de massa passem a ser, *objetivamente*, decisivas para o desfecho positivo das transformações que se avizinham. Mas essa "situação ideal" não se conquista por decreto nem cai do céu. É, sim, em cima da luta real. A grande batalha, de cuja solução dependem os destinos da Nação, é a batalha para barrar o desastre econômico, a política do FMI. De nossa vitória nessa batalha depende o futuro da Pátria. É no decurso dessa batalha decisiva — na qual deveremos levantar um poderoso movimento de massas e fazer ampla divulgação da *saída nacional* — onde estão colocadas as condições para que a direção das forças nacionais passe, *efetivamente*, para as mãos da classe operária. Todas as energias devem estar canalizadas nessa direção. Todos os instrumentos de Frente devem ser ganhos para se colocarem a serviço dessa batalha. Amplas mobilizações de massa! *É esse o caminho para resolver a atual debilidade da Frente*. O caudal que se formará arrastará a todos em torno da única saída possível. Romper-se-ão as debilidades e vacilações da burguesia nacional e da democracia pequeno-burguesa. Conter-se-ão os cordões umbilicais que mantêm presos os setores nacionais que ainda estão "enquadrados" pela ditadura.

O "ponto de coesão" do governo que emergirá desse processo — o Governo da Unidade Nacional — deve ser o total rompimento com a dependência ao imperialismo e a transformação da economia nacional para atender aos interesses nacionais e populares. No entanto, para cumprir essa tarefa gigantesca, deverá liberar as energias populares — o que só se conseguirá numa situação de amplas liberdades democráticas. Assim, o desmantelamento de todo o aparato repressivo de tipo fascista e de toda a legislação fascista é tarefa fundamental do novo governo.

A conclusão de que a conquista cabal e definitiva de um governo desse tipo depende de a direção das forças nacionais ser conquistada pela classe operária não significa, necessariamente, a impossibilidade de constituir-se um governo de "União Nacional" sem a hegemonia operária. Numa situação de total

ingovernabilidade pelo atual governo e de uma ainda relativa debilidade da classe operária, poderá ser negociada a entrega do poder (ou parte dele) a um governo "mais moderado".

Caso venha a se formar um governo de "União Nacional" que não esteja, no essencial, baseado no *Programa de Salvação Nacional*, não será mais que uma farsa e funcionará como instrumento de contenção das massas (à base do engano). Um governo assim preservará, no essencial, o caráter pró-imperialista do atual governo (por mais "democrático" que possa ser) e, por isso, como o atual, não será capaz de tirar o País da crise. A esta altura, é impossível meio-termo: ou um governo pró-imperialista ou um governo nacional, democrático e popular. A classe operária só deverá apoiar ou participar de um governo que, no fundamental, tome medidas efetivas contra a dominação imperialista em nossa Pátria. Qualquer governo de "União Nacional" que não tenha essa característica deverá contar com a firme oposição da classe operária, pois, na realidade, de "União Nacional" só terá o nome.

Janeiro de 1983

A PROPÓSITO DE UMA POLÍTICA REGIONAL DE "DESENVOLVIMENTO" O CASO DO NORDESTE *

Paulo Henrique N. Martins **

O CAPITAL MONOPOLISTA E AS MUDANÇAS DA POLÍTICA OFICIAL

A dominação dos grupos monopolistas no interior da economia nacional, a partir dos anos cinquenta, operou uma redefinição completa dos circuitos de produção e reprodução do capital, tanto ao nível local, como aos níveis regional e inter-regional. Este processo se traduziu no incremento do crescimento industrial da região Sudeste do País — particularmente em São Paulo — onde se instalou o grosso das novas e modernas indústrias e na reorganização das economias regionais, cujos desempenhos passaram a refletir a influência determinante do Sudeste, mais rico e mais próspero. Essas mudanças verificadas nas atividades econômicas regionais sob a égide do grande capital, obedeceu, compreensivelmente, às especificidades do processo de acumulação nas diferentes regiões econômico-políticas. Assim, tem lugar uma re-divisão inter-regional do trabalho — estimulada a partir do crescimento industrial do Sudeste — onde o Nordeste e o Sul, os dois principais espaços sócio-econômicos secundários, tornam-se "mais exportadores regionais de produtos agrícolas e mais importadores de produtos industrializados do Sudeste" ¹. Por outro lado, o Norte, menos vinculado ao mercado interno na época, sofre pouca influência, mantendo-se razoavelmente isolado e o Centro-Oeste cresce como uma extensão do próprio crescimento do Sudeste ².

Para a realização da hegemonia econômica do capital monopolista, o Estado brasileiro sofreu uma profunda reformulação a nível de sua natureza e de seu funcionamento, esvaziando-se seu caráter assistencialista em favor de um papel mais ativo, onde a intervenção estatal no circuito econômico assume, inclusive, um até então inédito sentido lucrativo. A consequência imediata foi uma clara mudança nos mecanismos tradicionais de financiamento da economia, com

* Trabalho apresentado no 5º Encontro Nacional de Geógrafos da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). Porto Alegre, Julho de 1982.

** Doutor em "Desenvolvimento Econômico e Social" pela Universidade de Paris I, Panthéon — Sorbonne; professor e pesquisador dos Cursos de Mestrado em Geografia e em História da Universidade Federal de Pernambuco.

(1) OLIVEIRA, Francisco de: *A economia de dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 51.

(2) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit., p. 52 e 53.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	69 - 78	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

reflexos na orientação oficial da política fiscal, monetária, cambial e financeira. Neste sentido, observou-se uma reorganização do aparato jurídico-institucional do Estado (como o demonstram a criação das agências de desenvolvimento como a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO e a SUDESUL) durante os fins da década de 1950 e inícios da década de 60.

Constitui a SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — bom exemplo do que significa a subordinação de uma “região” secundária a outra região mais rica, onde dominam grupos econômicos oligopolísticos, resultantes da associação do grande capital nativo e estrangeiro. Estruturalmente, esta subordinação surge como uma necessidade de afirmação histórica do capital monopolista. Conjunturalmente, contudo, se define em função das relações de força que a atravessam nos mais diferentes sentidos, em dado momento. Neste caso, a grave crise político-militar de 1964 assumiu um papel decisivo nos rumos que toma a SUDENE, a partir deste instante, os quais não eram seguramente previstos e desejados quando de sua criação. Com a SUDENE e com a adoção do 34/18 — mecanismos de incentivos fiscais que permitiam às pessoas jurídicas deduzirem até 50% do montante de seus impostos sobre a renda, desde que investissem em projetos no Nordeste — a grande burguesia do Sudeste encontrou o veículo ideal para viabilizar a expansão monopolista no interior da região.

Os resultados perversos da “nova industrialização do Nordeste” é de conhecimento público, pois já existe uma série de pesquisas que tratam da questão. Ao invés de trazer o esperado “desenvolvimento”, esta indústria contribuiu apenas para agravar o empobrecimento da região. Caracterizando-se por sua natureza de capital-intensivo, poupadora de mão-de-obra, as novas indústrias dinâmicas implantadas na área — química, mecânica etc. — apenas cumpriram sua missão primeira: a de auxiliar a acumulação da economia do Sudeste, num mesmo impulso de desintegração da indústria urbana tradicional da área. A partir dos inícios dos anos setenta, o resultado modesto da política industrializante da década anterior (praticada através da SUDENE) levou o Governo Federal a rever sua política de “desenvolvimento” da região, dando prioridade, a partir deste instante, à formulação de programas específicos para a agricultura como é o caso da CODEVASF, PROTERRA, POLONORDESTE e SERTANEJO, embora sua linha de promoção de novas indústrias tenha seguido a mesma orientação dos anos sessenta.

Visto a partir do momento presente, transcorrido mais de vinte anos de criação da SUDENE, constata-se facilmente que todos esses programas não produziram o “desenvolvimento” da região, com todos os benefícios sociais e econômicos que deles eram esperados. Ao contrário, observa-se amargamente que a ação oficial apenas auxiliou o processo de concentração de renda e de terras, que se verifica acentuadamente no interior do Nordeste. Em razão disso, questiona-se a eficácia dos planos oficiais e engrossam-se as vozes dos que denunciam o “fracasso” das políticas de “desenvolvimento regional”, que não teriam atingido os objetivos propugnados nos seus “planos diretores”. Essa idéia do

“fracasso” nos parece particularmente interessante como ponto de reflexão, pois nos conduz à revisão crítica sobre seu real sentido. Houve, realmente, um “fracasso”? Antes de nos aprofundarmos no problema nordestino, é necessário esclarecer *para quem* a ação governamental representou um fracasso. Para as classes desfavorecidas é evidente o sentido da resposta; e para as classes dominantes? Tem real fundamento a questão? Essas indagações são postas porque o planejamento que está em discussão é o do capital, que tem por objetivo maior estender o domínio das relações de produção capitalistas na economia. Caso este processo tenha assumido um sentido socialmente injusto, cremos que tem que ser pensada, na verdade, a situação crítica das classes desfavorecidas na cena política, e sua incapacidade de intervenção afirmativa no plano das decisões políticas, o que poderia imprimir, pelo menos, um caráter mais humano ao desenvolvimento do capitalismo no Nordeste. A discussão desse assunto logo nos parece importante para um melhor entendimento da realidade social, econômica e política da região.

O POLÊMICO “FRACASSO” DA POLÍTICA DE “DESENVOLVIMENTO” DO NORDESTE

As discussões a respeito das transformações da economia nordestina, desde a fundação da SUDENE terminam geralmente por focar apenas parte da questão: aquela relacionada com o papel da burguesia internacional associada do Sudeste na reorganização das bases da indústria regional. Como enfatiza Francisco de Oliveira: “... o processo em causa é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais por uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional”³. Embora a observação seja correta, exprimindo uma opinião bem ampla sobre o assunto, peca, no entanto, por certo exagero, ao subestimar a reprodução e a sobrevivência das atividades tradicionais nas novas circunstâncias econômicas imperantes, onde tem lugar a atual divisão inter-regional do trabalho. Sem negar, assim, o papel do capital monopolista, centrado no Sudeste, na reorganização da economia nordestina, não podemos negligenciar, do mesmo modo, o fato de que essa reformulação não é absoluta, na medida em que as atividades tradicionais da região como o açúcar, o algodão e a pecuária, não desapareceram. Ao contrário, procuraram se adaptar às novas circunstâncias. Na verdade, essa visão segundo a qual a presença da burguesia monopolista do Sudeste teria capturado “monopolicamente” a estrutura de poder do Nordeste, a partir dos anos 60, esconde apenas uma imagem preconceituosa e irreal — infelizmente firmada na historiografia — a respeito da natureza histórica das classes dominantes da região, sempre consideradas conservadoras e avessas à presença do capital monopolista na área. Esse pensamento é manifesto, por exemplo, nas palavras de Francisco de Oliveira,

(3) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit, p. 55.

quando procura situar a posição da burguesia industrial nordestina — para ele a açucareira/têxtil — face à atuação da SUDENE em favor dos interesses dos monopólios: “Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é “irrepetible desde siempre y para siempre”, para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel García Marquez: no movimento de concentração e centralização do capital no Brasil, e na forma particular que lhe imprimiu o “planejamento da SUDENE, não há lugar para ela”⁴. O mesmo preconceito é representado no tratamento que o autor concede às classes dominantes algodoeiras: “A oligarquia agrária algodoeira-pecuária do Nordeste, que por tanto tempo *acaparou* o Estado e que momentaneamente pensou ter vencido em 1964, sobreviveu apenas para poder escrever (se souber, e na maior parte dos casos não o saberá) seu próprio epitáfio⁵. Além de ser uma posição preconceituosa e injustificadamente fatalista, esse tipo de argumento é também superficial por encobrir toda a complexidade do jogo do poder — que existe efetivamente tanto ao nível da região, como em cada estado e município — no interior do qual, a burguesia monopolista se insinua, firmando alianças em busca de hegemonia, que lhe permite se posicionar favoravelmente no centro das relações de força ali existentes, assegurando, em conseqüência, as condições básicas de sua reprodução. Não se trata, por conseguinte, de um conflito produzido entre forças que se posicionam contra ou a favor da presença do capital monopolista na região. Trata-se, ao contrário, de forças que, no momento de predominância indiscutível do capital monopolista a nível nacional, procuram se atrelar à sua reprodução e assegurar um espaço de sobrevivência na nova e irrecusável situação histórica. A superação desse preconceito sobre o comportamento das classes dominantes locais, frente à presença dos grandes monopólios, significa igualmente a superação de certa visão dual da sociedade brasileira — sempre criticada e sempre reproduzida — de que ao “novo” se opõe o “velho”, ao “tradicional” o “moderno”, ao “pró-capitalista” o “anti-capitalista”. Este é um enfoque que apenas confunde o entendimento da “passagem para as novas formas de acumulação e deslustra a riqueza histórica do “processo burguês”; o processo de organização das novas classes sociais dominantes e dominadas, nas circunstâncias presentes de afirmação do grande capital, no País.

A força desse preconceito — que encobre a própria formação da burguesia no Nordeste — também se estende, no interior do pensamento historiográfico, atingindo a própria concepção de “planejamento”, e sua importância na reprodução da forma capitalista de produção. Assim, o planejamento que, num linguajar mais crítico, é visto como forma condensada e materializada dos conflitos sociais que permite, através da ação estatal, repor as condições fundamentais da produção crescente do valor, tem sua interpretação reduzida, simplesmente — pe-

(4) OLIVEIRA, Francisco de: *Elegia para uma re(li)gião; Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1981, p. 132.

(5) OLIVEIRA, Francisco de: op. cit., p. 132.

lo menos no estudo do caso Nordeste — à verificação da forma de realização da dominação econômica e política da burguesia monopolista na região. Esta interpretação negligência, conseqüentemente, a indispensável observação crítica do processo de acumulação do capital que tem lugar, com suas particularidades, nas regiões ditas secundárias, situadas fora da região Sudeste como, por exemplo, o Nordeste. O "planejamento" passa a ser visto apenas através de um aspecto: o de sua importância na reprodução setorial e, principalmente, espacial, do *capital monopolista no Brasil*. Esquece-se, dessa maneira — ao se negligenciar a importância do movimento de expansão interna do capital no Nordeste, quanto à organização das novas classes sociais — que esse mesmo planejamento além de sua função tipicamente econômica exerce a importante missão de proporcionar as condições políticas e institucionais necessárias à organização da dominação burguesa na região, seja dos interesses monopolistas, seja dos grupos dominantes locais. A presença do Estado como corpo regulador da atividade econômica local permite a essas classes dominantes locais, usufruírem de um meio de acesso a uma das principais fontes de financiamento da acumulação da sociedade capitalista, constituída pelos empréstimos bancários, isenções tributárias, construção de estradas e açudes etc. Desse modo, os grupos locais se incorporam ao "processo burguês". O que, em outras palavras, significa que essa política pública representa, numa perspectiva econômica, a própria penetração do capital no "campo". É sob essa ótica, inclusive, que deve ser compreendido o fenômeno do "coronelismo" no Nordeste. Esta insinuação do capital na área, produz também um efeito complementar e irreversível: o da conversão lenta mas efetiva das relações de produção tradicionais em relações de produção capitalistas. O antigo "meeiro" ou "arrendatário" tende a desaparecer e ceder lugar ao trabalhador assalariado, que passa a caracterizar mais fortemente a composição da força de trabalho na região. Na zona da mata açucareira, este fenômeno é mais evidente, através da presença problemática do "trabalhador volante". No semi-árido, todavia, as dificuldades de organização, a curto prazo, do mercado de trabalho — devido à fragilidade do processo de acumulação do capital — provoca uma transformação e adaptação das relações de trabalho tradicionais às novas formas de reprodução da economia, dominadas definitivamente pela forma capitalista. Este fenômeno, por exemplo, foi observado em recente estudo coordenado pelo geógrafo Mario Lacerda de Melo, sobre o semi-árido nordestino. Comentando as transformações das relações de trabalho no atual momento de afirmação do processo de "pecuarização", na área, diz Lacerda de Melo: "Passaram, então, os fazendeiros a se interessar pela ampliação de seus rebanhos e foram deixando de ceder glebas aos pequenos agricultores sem terra mediante as compensações tradicionais a eles proporcionadas pelo regime da parceria e pelo regime de arrendamento contra o pagamento em dinheiro ou em produto. Passou a predominar a relação social de produção segundo a qual o pequeno agricultor sem terra compensa o proprietário através do plantio de capim ou de palma na área cultivada. Essa nova modalidade de arrendamento, implicando em uma transferência de renda que se aplica diretamente na estrutura econômica da propriedade pecuaris-

ta, oferece ao proprietário a vantagem de ter ampliado suas áreas de pastagem sem emprego de capital”⁶.

O fenômeno “planejamento” deve, por conseguinte, ser entendido em seu sentido mais amplo que não traduz apenas o movimento de afirmação da hegemonia econômica da burguesia monopolista no interior do território nacional. Apressada, igualmente, a transformação das antigas classes dominantes e dominadas em classes burguesas e proletárias, constituindo um passo importante para a fixação do Estado Nacional e da própria dominação monopolista. A ação de “planejamento” não é unidirecional. Não reflete, apenas, os interesses de expansão dos monopólios, que se encontram localizados no Sudeste. Esta ação é, acima de tudo, contraditória, pois se realiza no interior das relações de força na sociedade local, condensando horizontalmente as fricções entre os grupos dominantes e, verticalmente, os conflitos entre dominantes e dominados.

É pelo prisma de análise do “planejamento”, como ação dirigida contraditoriamente e conflituosamente pelos grupos localizados nos núcleos decisórios do poder — ao nível municipal, estadual ou federal — que devemos avaliar o “fracasso” ou não das políticas regionais de “desenvolvimento”. Assim sendo, observa-se que a intervenção estatal na região não constituiu, de modo algum, “fracasso” para os interesses dominantes — monopolistas ou não monopolistas — pois nenhuma medida foi adotada que pusesse efetivamente em “cheque mate” a propriedade da terra no Nordeste ou a própria forma de organização das principais atividades econômicas tradicionais. A crise da indústria de bens de consumo não duráveis, instalada na região (com a penetração recente das modernas indústrias na área) apenas foi agravada, evidenciando — aquilo que é fenômeno bem conhecido — a fragilidade da burguesia industrial urbana do Nordeste. O mesmo, contudo, não se pode dizer com relação às classes agrárias e agro-industriais. Se algum “fracasso” houve, na verdade, ocorreu do lado das classes dominadas, que presenciaram — ao longo de todos esses anos — a expansão do capitalismo na região, insinuando-se com grande vigor na agricultura, de uma forma que vem marginalizando seriamente o conjunto da sociedade em benefício das classes detentoras do poder. Do ponto de vista dos grupos dominantes, pelo contrário, a política regional de desenvolvimento foi um “êxito”, pois vem viabilizando a penetração do capitalismo na área, sob a égide do capital monopolista, sem por em risco o poder das classes dominantes de longa data ali instaladas. Parece-nos oportuno, no momento, lembrar a distinção que J. Ferreira e I. Sampaio fazem a respeito do que denominam de “objetivos reais” e “objetivos aparentes” da política econômica: “Nesta hipótese, seria possível distinguir entre os objetivos *reais* da política, que se revelam no momento de sua implementação, e os objetivos *aparentes* ou declarados, que se incorporam aos documentos oficiais de formulação da política e que são ressaltados na propaganda oficial. Os

(6) LACERDA DE MELO, Mário: “Os agrestes”, SUDENE, *Série Estudos Regionais n. 4*, Recife, 1980, pp. 537-538.

objetivos aparentes cumpririam a função ideológica de apresentar o Estado como legitimamente preocupado em atender aos interesses das classes desfavorecidas, enquanto os objetivos reais se revelariam apenas a um exame mais atento das conseqüências da política (afinal o que realmente interessa), conseqüências estas favorecedoras dos interesses das classes politicamente dominantes”⁷.

Enfim, o “fracasso” na política regional de desenvolvimento está muito mais em nossos sentimentos, diariamente violentados pelos seus efeitos extremamente injustos do ponto de vista social, do que dentro da perspectiva do movimento de expansão do capital na região.

RESULTADOS DA POLÍTICA DE “DESENVOLVIMENTO” NO NORDESTE

A implantação no Nordeste de indústrias modernas, de capital intensivo, que expressam provavelmente o principal aspecto da ação da SUDENE na década de 60, representa apenas um dos aspectos da política de “desenvolvimento” da região. A partir da década de setenta, a diversificação dos programas de modernização vai tocar particularmente a agricultura, através dos trabalhos de irrigação, açudagem, crescimento e melhoramento dos rebanhos, abertura de estradas vicinais, aperfeiçoamento dos sistemas de comercialização e crédito etc. O fato vem produzir no Nordeste uma profunda reorganização da atividade econômica tradicional, cujos traços mais gerais ainda estão a merecer melhor estudo. Esta é a outra face da política regional de “desenvolvimento”, cuja natureza e sentido não são conhecidos tão bem como o daquela primeira relacionada com a presença na região da burguesia monopolista do Sudeste. Isto porque a análise de programas de modernização da agricultura nordestina como os do PROTERRA, POLONORDESTE, CODEVASF etc. implicam, principalmente, numa séria reflexão acerca do comportamento das classes dominantes locais e do modo como estas vêm se transformando e se adaptando ao recente estágio monopolista da economia brasileira.

Na atual re-divisão regional do trabalho da economia brasileira, a economia nordestina vem se destacando por:

- regressão da indústria tradicional urbana de bens de consumo não-duráveis; face à competição desigual dos produtos oriundos do Sudeste;
- reorganização das atividades agrícolas e agro-industriais da atividade agrícola da região.

Um exemplo típico de transformação da economia tradicional da região é dado pela atividade açucareira, cujas mudanças recentes no processo de produção, estão longe de confirmar os prognósticos pessimistas daqueles que pregam

(7) FERREIRA, João & SAMPAIO, Iony: “O Sentido da Política”, In: *Política Agrícola do Nordeste: intenções e resultados*, Ministério da Agricultura, Brasília, Edições Binaigre, 1979, p. 325.

sua iminente desativação. Ao contrário, essas mudanças — que indicam a subordinação da atividade ao desenvolvimento de reprodução do capital monopolista no Brasil e no Nordeste — têm simplesmente revelado o vigor político dos produtores de açúcar que conseguiram renovar a base técnica açucareira local sem ter que se sujeitar a situações incômodas que pudessem ameaçar sua posição no “bloco no poder”, a nível regional e nacional. O Governo Federal através dos organismos específicos como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) implementou programas como o da Racionalização da Agroindústria Açucareira, em 1971; o de Apoio à Agroindústria Açucareira, em 1973; e o Programa Nacional do Alcool, em 1975, que fizeram o setor passar por importantes reformas que ainda estão para serem concluídas. O primeiro aspecto dessa mudança diz respeito à re-divisão intra-regional do trabalho que se processa na produção açucareira regional. Assim, até a década de sessenta, o grande estado produtor de açúcar do Nordeste era Pernambuco, acompanhado por Alagoas e, mais de longe, pelos demais estados. A partir dos fins dos anos 70, porém, observa-se uma reorganização espacial da atividade, onde Alagoas, com a ocupação dos tabuleiros arenosos pela cana-de-açúcar, se converteu no maior produtor da região. Por outro lado, as instalações de destilarias de álcool vieram promover a ocupação de amplos espaços de estados — onde anteriormente o açúcar representava atividade econômica menos importante — como é o caso da Paraíba e Rio Grande do Norte. No que diz respeito à base técnica da produção, observa-se que a política oficial de modernização do setor produziu efeitos verticais, tanto na produção da matéria-prima como na transformação industrial. Na agricultura, passou-se a cultivar o solo de forma mais racional com a seleção de sementes, classificação dos terrenos para aplicação de adubo, uso de herbicidas e outros defensivos e mecanização, na medida possível, conforme as disponibilidades do terreno. Melhorou-se o sistema de coleta e transporte da cana do campo para a fábrica com a substituição dos antigos trens por modernos caminhões; abriram-se estradas vicinais e foram feitos terraceamentos nos terrenos de maior declividade, para facilitar o carregamento da matéria prima.

Na indústria, ampliou-se a capacidade de moagem das fábricas tradicionais com a incorporação de modernos equipamentos adquiridos à indústria mecânica do Sudeste, além de se melhorar a tecnologia adotada. Foram realizadas, também, alterações que produziram aumentos da produtividade industrial e obtenção de açúcar de melhor qualidade. Promoveram-se fusões entre indústrias — com a incorporação das unidades menos competitivas — e foram instaladas novas unidades de transformação nas áreas ainda não absorvidas, até então, pela cana-de-açúcar. Em Pernambuco, particularmente, a pouca disponibilidade de terrenos para a implantação de destilaria autônoma favoreceu a instalação de destilarias anexas às próprias usinas. Ainda é importante ressaltar a modernização dos processos gerenciais e administrativos com a contratação de técnicos qualificados, utilização da computação no controle dos custos, revisão, enfim, dos antigos e superados organogramas das empresas. É verdade que esse progres-

so técnico não contribuiu para alimentar as contradições do setor tipicamente tradicional, como é o caso particular das usinas da mata sul de Pernambuco, permanentemente em crise devido aos altos custos de produção. Mas, não resta dúvidas de que essas contradições foram, temporariamente, "amaçoadas". Numa perspectiva social, os resultados dessa modernização no litoral úmido nordestino foram péssimos pois, além de proletarizar em massa a força de trabalho, desalojou a agricultura alimentar da área, cujas terras passaram a ser ocupadas com a cana-de-açúcar. Isso criou um problema suplementar para a reprodução da classe trabalhadora sujeita a baixos — e nem sempre disponíveis — salários, e à escassez de produtos alimentícios básicos.

Esse fenômeno de proletarização perverso do homem no campo nordestino — cujas origens primeiras se situam ao nível da política oficial de "desenvolvimento" da região — também atinge todo o espaço semi-árido. O professor Manuel Correia de Andrade testemunhou o problema, por exemplo, nas áreas de irrigação do São Francisco sob os cuidados da CODEVASF: "Ao se constituir os grandes reservatórios, as entidades ligadas ao poder público, desapropriam as terras dos posseiros e proprietários, não só das áreas a serem inundadas como daquelas que poderão ser beneficiadas pela infra-estrutura do programa.

Os grandes proprietários, recebendo somas ponderáveis, costumam aplicá-las em atividades que dão alto rendimento, como a especulação imobiliária urbana, a aquisição de propriedades rurais em áreas distantes, onde a terra é pouco valorizada ou no mercado de capitais, enquanto os posseiros e os pequenos proprietários que têm menor mobilidade, despojados da terra, dos instrumentos de produção, transferem-se para as cidades ou vilas próximas e passam a procurar um emprego, uma fonte de trabalho. Como a oferta de empregos é muito baixa, logo consomem o salário recebido e ficam reduzidos ao exército de reserva que oferece a sua força de trabalho a quem necessitar de mão-de-obra. Proletarizam-se, ficam desempregados e caem na pobreza e na miséria"⁸. O depoimento acima retrata fielmente o sentido dos planos de modernização aplicados no Nordeste, como também em todo o País. Manipulados pelas classes agrárias tradicionais e pela burguesia monopolista, esses programas viabilizam a formação de uma burguesia agrária no campo, através da proletarização paralela e brutal da força de trabalho da região. Não dispondo de força política para se opor, eficazmente, contra a crueza do processo, a classe trabalhadora não tem como torná-lo mais ameno, mais humano.

Num quadro geral, este processo vem ocorrendo em todo o semi-árido nordestino. Nas áreas não irrigáveis se caracteriza, sobretudo, pela expansão do criatório bovino em detrimento da modesta "lavoura branca". Já em 1971, 90% do crédito rural especializado do Banco do Nordeste do Brasil — que representa

(8) ANDRADE, Manuel Correia de: "A intervenção do Estado e os problemas econômicos e sociais da área irrigada no médio São Francisco", In: *Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária?*, Cadernos Guararapes n. 2, Recife, Editora Guararapes, 1981, pp. 62-63.

a metade dos limites de empréstimos do banco — foram aplicados na pecuária⁹. Em conjunto, toda a política oficial contribuiu para acelerar o processo de “pecuarização” que vem se alastrando pelo semi-árido nordestino. Desse modo, enquanto em 1970, o efetivo bovino do Agreste era de 2.500.660 cabeças, em 1975 passa para 3.379.570 cabeças, representando um crescimento relativo de 35,15%. No mesmo período, a área total de lavouras cresceu apenas de 3,52%, passando de 1.672.040 para 1.730.990 hectares¹⁰. Comentando o fenômeno, Mário Lacerda esclarece: “Em sua essência, o processo de mudança em curso no Agreste está acarretando a substituição de um sistema de uso de recursos e da correspondente estrutura sócio-econômica — que se baseiam simultaneamente em atividades pastoris e de policultura — por um sistema e uma estrutura eminentemente pastoris. A região, de um modo geral e mais acentuadamente em alguns de seus espaços, torna-se cada vez menos policultora e está em marcha para a monocultura bovina”¹¹.

No momento atual, tudo indica que esse “modelo” de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste tende a prosseguir com todos seus perniciosos efeitos sociais e econômicos que se refletem, em particular, sobre as condições de vida das classes mais desfavorecidas. O problema — que não se reduz apenas ao Nordeste, estendendo-se por outras áreas do País — passa, evidentemente, por uma solução nacional que implica na participação das classes populares nas principais decisões políticas. Contudo, essa solução também tem importantes implicações ao nível regional, estadual e local, o que exige, necessariamente, uma melhor compreensão da natureza e desenvolvimento das relações de força e da estruturação dos centros decisórios do poder a nível dessas instâncias “aparentemente” secundárias. Não é bastante reconhecer a dominação do capital monopolista no Nordeste e demais regiões do País. Mais importante é saber como essa dominação tem se realizado localmente e como tem contribuído concretamente e de modo imprescindível para a dominação dos grupos monopolistas num plano nacional. A transparência dos aparelhos de poder a nível central — importante para uma melhor avaliação do desenvolvimento das relações de força — passa necessariamente pelo esforço de também tornar transparente os núcleos regionais, estaduais e municipais de poder. O problema “regional” assume, portanto, uma feição renovada no atual estágio de dominação do capital monopolista, quando a sociedade brasileira mergulha numa profunda crise econômica e política.

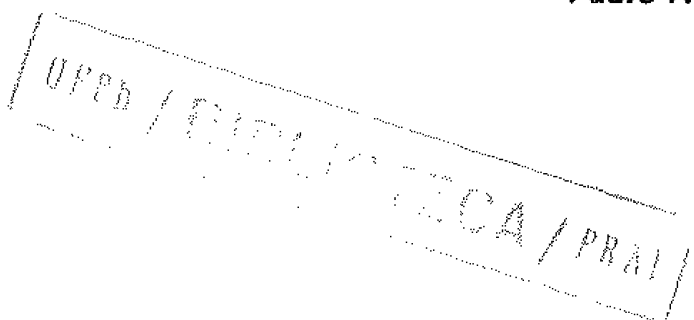
(9) SORJ, Bernardo: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 105.

(10) LACERDA DE MELO, Mário: op. cit., pp. 532 e 533.

(11) LACERDA DE MELO, Mário: op. cit., p. 535.

A "NOVA ECONOMIA PÚBLICA" OU A AGONIA DELIRANTE DO NEOCLASSICISMO

Paulo Nakatani *



INTRODUÇÃO

Os períodos de profundas e prolongadas convulsões econômicas têm sido habitualmente acompanhados, e não por casualidade, do abalamento das bases e paradigmas da teoria até então tidos como firmes. Isto tem-se mostrado mais patente no caso das concepções dominantes. O longo período de crise que sofrem as economias capitalistas põe a nu, novamente, a fragilidade e as inconsistências das idéias dominantes a respeito do funcionamento desse tipo de sociedade.

Neste quadro estão criadas as condições para as conceptualizações teóricas que substituem o instrumental e as idéias já obsoletas. Assim, entre outros, assistimos à tomada de posição de um grupo de economistas que propõe uma reformulação da teoria neoclássica tradicional. Estes autores, auto-denominados de "novos economistas", intitulam o conjunto de suas propostas de "Nova Economia Política" ou "Nova Economia Pública." ¹

Nós nos propomos a analisar uma parte destas idéias, concentrando nos-

* Professor no curso de Mestrado em Economia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande.

(1) Este artigo reage fundamentalmente à acolhida que esta concepção teve na França. Por isso baseia-se, em grande parte, em Lepage (1978; 1980). Estes trabalhos constituem uma síntese geral e uma defesa apaixonada desta corrente. Para uma crítica, ver a coletânea de Andreff (1982).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	N.º 2-3	79 - 93	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	---------	---------	----------------

sa atenção nas questões relativas ao Estado e à Intervenção pública ². Esta corrente, apoiando-se na concepção subjetiva do valor e, utilizando-se do método dos marginalistas (ou néoclássicos) estendem a correspondente análise econômica a outros domínios não exclusivamente econômicos. Para eles, tudo o que diz respeito às decisões individuais é passível de integração à análise econômica. Este aspecto, a extensão do campo da análise a outros domínios, é que pode ser considerado relativamente novo dentro de sua respectiva linha teórica. O resto, nada tem de novidade em relação ao antigo método marginalista desenvolvido pelos economistas vulgares de fins do século passado e, posteriormente, aprimorado em sua forma por outros autores.

Pelo exposto, fica claro que desenvolveremos no presente trabalho, uma análise basicamente crítica a respeito das concepções de Estado e de Intervenção Pública, apresentadas por esta corrente. ³

Tal posicionamento pretende contribuir para a compreensão da essência e dos objetivos da concepção examinada, que, iniciada nos Estados Unidos, se expande pela Europa, já atingindo o Brasil.

QUE É A "NOVA ECONOMIA PÚBLICA" ?

Os "novos economistas" são intelectuais que pretendem realizar uma renovação na teoria econômica que considera o liberalismo econômico como seu fundamento. Inspiram-se nas idéias de M. Friedman e F. Hayek e têm suas principais bases nas escolas de Virgínia e Chicago nos Estados Unidos ⁴. Suas crenças permitem classificá-los como uma variante dentro da corrente liberal e suas propostas levam a considerá-los radicais.

No fundo, a proposta de renovação consiste: na retomada de antigas idéias, tais como a teoria do Direito Natural, base da teoria do Direito de Propriedade; e dar maior flexibilidade à análise econômica, reduzindo o excesso de quantificação e, levando a um subjetivismo total nas decisões dos agentes; enfim, na extensão da análise econômica a todos os domínios da sociedade e a todas as situações de tomada de decisões. Assim, estendem esta análise aos fenô-

(2) Não levamos em consideração outros aspectos teorizados pelos "novos economistas", embora importantes dentro desta corrente, têm menor significado em nosso trabalho.

Por exemplo: a noção de crise econômica para estes autores. Lepage afirma que "a crise é muito mais o produto das concepções modernas de Estado-Providência e de economia mista, do que o fruto natural do sistema capitalista" (1980, p. 457).

(3) Queremos destacar, preliminarmente, que nossa crítica às questões de ineficiência burocrática ou da intervenção pública visa, aqui, os aspectos lógicos da teoria. Isto não implica na defesa, mesmo que indireta, de uma eficiência efetiva do setor público. Desenvolveremos com mais detalhes esta questão em Nakatani (1982).

(4) Ver Lepage (1978: p. 21-80). Dentre os mais destacados autores da "Nova Economia Pública" nos Estados Unidos, podemos citar J. Buchanan, G. Tullock e W. Niskanen.

menos políticos, à família, às atividades não mercantis etc. ⁵. Para esses economistas, "... o verdadeiro problema, do ponto de vista da ciência, é de saber, entre estes instrumentos, se o modelo econômico, o modelo sociológico, o modelo político, ou o modelo psicológico do homem, é o mais performante para apreender o melhor possível, toda a complexidade do mundo social" (Lepage, 1978: p. 48).

Os estudos dos "novos economistas" conduzem Lepage a afirmar que "... o instrumento econômico fundado sobre o postulado do ser racional está em vias de se afirmar como o mais eficaz de todos aqueles que estão à disposição dos pesquisadores em ciências sociais." (1978: p. 48). Desta maneira, "... esta noção relativamente simples de *Homo Oeconomicus* é duma eficácia muito mais geral que tudo em que se acreditava até o presente; e pode, portanto, pretender o estatuto de lei científica ao menos tão válida quanto muitas das leis da física." (Lepage, 1978: p. 50). H. Lepage considera, dessa maneira, que se está defronte a uma verdadeira "revolução científica e ideológica".

Entretanto, "... a nova economia não é outra coisa que a teoria econômica dita neoclássica; mas uma teoria econômica que, há uma quinzena de anos, vem sofrendo certo número de evoluções ou revoluções internas relacionadas à consideração sistemática de raridade do tempo, ou à integração de conceitos novos como a noção de custo de transação ou de custo da informação; revoluções internas que, sem que tenha sido modificado o paradigma fundamental da economia neoclássica, conduzem, entretanto, à contestação de certo número de procedimentos, de mensagens ou de conclusões que fazem parte do ensinamento neoclássico convencional, aquele dos manuais e dos cursos universitários tradicionais." (Lepage, 1980: p. 23).

Nós poderíamos acrescentar, à guisa de crítica, que esta incorporação de novos conceitos e a "contestação de certo número de procedimentos" não retiram a incoerência interna da teoria. ⁶ Criticada, internamente, desde os anos vinte por Sraffa e depois por Robinson, deu origem a uma longa polémica que, hoje, conhecemos como a **controvérsia sobre o capital**. Também não levam em

(5) Por exemplo: a análise do crime em Jenny (1974): "A análise da reprodução humana e da fecundidade das famílias", em Maris (1980).

(6) Lepage expõe apenas certos conceitos básicos e tenta refutar algumas críticas feitas à concepção teórica neoclássica. Ele refuta as críticas feitas ao divórcio teoria-prática, à eliminação da figura do empresário da teoria, ao reducionismo econômico e ao economicismo. Mas é necessário sublinhar que se os argumentos apresentados, às vezes, parecem convincentes face aos "novos procedimentos", Lepage se restringe às críticas mais superficiais à teoria neoclássica, enquanto que as críticas à incoerência interna não são, sequer, mencionadas. A recuperação da teoria neoclássica, neste caso, implica na manutenção ou na não-solução dos problemas a ela inerentes.

conta as críticas metodológicas ao nível dos pressupostos teóricos.⁷

Sobre este último ponto, Lepage afirma que "... o valor de um instrumento científico não se mede pelo grau de realismo de suas hipóteses. O que conta é a relação entre a simplicidade das hipóteses e sua eficácia" (1987: p. 48). Assim, nem Lepage nem os "novos economistas" discutem as críticas à legitimidade de seus alicerces, mas, simplesmente, as rejeitam *a priori*, em nome de uma suposta eficácia explicativa do instrumento teórico resultante⁸.

O PONTO DE PARTIDA:

NOÇÃO NEOCLÁSSICA DE EFICIÊNCIA ECONÔMICA

A eficiência econômica é sempre medida em relação a uma norma, que é estabelecida em cada concepção, segundo o referencial teórico utilizado⁹.

Para a economia neoclássica em geral, a norma de eficiência é associada à definição de ótimo de Pareto. Para este autor, "... os membros de uma coletividade gozam, em certa posição, do máximo de *ophélimité* quando é impossível encontrar um meio de se afastar muito pouco desta posição, sem que a ofelimitude da qual goza cada um dos indivíduos desta coletividade, aumente ou diminua. Significa que, qualquer deslocamento desta posição, por menor que seja, tem, necessariamente, por efeito, aumentar a ofelimitude de que gozam certos indivíduos e diminuir a ofelimitude de outros: ou seja, ser agradável a uns e não sê-lo aos demais" (Vianes: p. 39).¹⁰

-
- (7) As principais críticas aos pressupostos da teoria neoclássica, como o paradigma do *Homo Oeconomicus* ou a Soberania e Racionalidade do consumidor, podem ser consultados, por exemplo, em: Godelier (s/d); Attali e Guillaume (1976); Green e Nore (1979).
 - (8) Izard (1980) formula esta idéia da seguinte maneira: "Para eles é suficiente afirmar que uma ciência não é avaliada pela adequação de suas hipóteses com a realidade, mas pelas suas conclusões. E o lance é dado."
 - (9) Wolfelsperger (1975: pp. 21-22, 98-99) estuda fundamentalmente a questão da eficiência na produção dos bens coletivos. Para ele, cada corrente teórica, utiliza critérios diferentes de ótimo e de eficiência.
 - (10) Esta definição de ótimo é freqüentemente modificada ou adaptada conforme os contextos particulares. Encontramos em Tullock (1978: p. 5), a seguinte definição: "Ótimo de Pareto: Uma situação na qual é impossível dar vantagem a um indivíduo sem lesar um outro." Em Wolfelsperger (1975), encontramos diferentes variantes desta definição. Por exemplo: "... uma realocação de recursos contribue, de maneira não equívoca, a melhorar o bem-estar coletivo se o bem-estar de, ao menos um indivíduo, aumenta sem que o de nenhum outro seja diminuído (p. 20, sublinhado pelo autor; "Demonstramos facilmente que a economia pública funciona eficientemente se o sistema de impostos é tal que a relação entre as utilidades marginais de dois bens públicos seja idêntica à relação entre os impostos a pagar, por unidade, e cada um dos bens (p. 21); "... a situação na qual é impossível melhorar o bem-estar de um indivíduo sem diminuí-lo de outro, tendo em conta seus respectivos poderes (p. 124".)

Por outro lado, a medida da eficiência — ou indicação desta eficiência — é concebida pela associação das noções de ótimo e de equilíbrio, assimilando-se com freqüência a segunda à primeira. Em geral, os autores neoclássicos tendem a considerar uma situação de equilíbrio como sendo, igualmente, uma situação de ótimo. Assim, nas suas versões mais correntes, o consumidor encontra-se em equilíbrio quando atinge o máximo de satisfação, dada a restrição de sua renda e dos preços dos produtos; a empresa encontra-se em equilíbrio numa situação de lucro máximo obtido em condições de recursos limitados e da tecnologia disponível. Ambas seriam situações de ótimo e, em conseqüência, de máximo de eficiência.

Até aqui não saímos do “ensinamento neoclássico tradicional, aquele dos manuais e cursos universitários tradicionais”, segundo a expressão de Lepage. Mas este desvio foi necessário pois é esta noção de eficiência que serve de base às análises da “Nova Economia Pública”, em especial no que diz respeito à intervenção pública.

A “NOVA ECONOMIA” E O INTERVENCIONISMO PÚBLICO

Para esta corrente de pensamento, a intervenção pública é realizada através das organizações do Estado que nomeiam de burocracia. Esta intervenção é sempre tida como ineficiente, pois a natureza mesma da forma de organização do Estado, impede a realização do ótimo econômico.

O procedimento teórico dos “novos economistas” toma como ponto de partida uma crítica à noção de Estado, tal como a encontramos na teoria neoclássica das Finanças Públicas e na teoria Keynesiana. Nestas teorias, o Estado é concebido como uma entidade acima da sociedade cuja finalidade é a de assegurar o bem-estar geral e/ou a estabilidade econômica. Esta concepção do Estado, que tomou corpo no conceito de Estado-Providência, sofre, atualmente, contestação generalizada ¹¹.

A crítica destes economistas ao Estado—Providência conduz a uma noção de Estado, oposta à concepção criticada. Assim, a um Estado “acima da sociedade” opõem um Estado que “... é uma organização humana como qualquer outra, atrás da qual estão colocados indivíduos nem melhores nem piores que os outros, onde o interesse geral não é, no fim das contas, mais do que o resultado de uma multiplicidade de conflitos de poder...” (Lepage, 1978:p.73). Ou, “... o Estado não é outra coisa que uma construção ‘institucional’ cuja função é a de produzir e vender um ‘produto’ social determinado...” (Idem, 1978:p.134). Ou, ainda, “... o Estado não é um ser mítico e desencarnado, dotado do dom da ubicuidade e de infalibilidade. É uma organização humana, onde as decisões são tomadas por

(11) Podemos citar, a título de exemplo, os textos seguintes: Chevalier (1980); Greffe (1981); Rosanvallon (1981).

seres humanos nem melhores nem piores que os outros, também passíveis de enganos..." (Lepage, 1980: p. 461).

De uma organização totalmente específica, o Estado torna-se para estes autores, uma organização sem qualquer especificidade. Em decorrência disto, assistimos a um fato da maior relevância: a noção de interesse geral, que decorre dos conceitos neoclássicos de bens públicos e privados, é eliminada não subsistindo mais nada, a não ser a noção de interesse individual ou privado ¹².

Para os efeitos deste trabalho, importa destacar dois aspectos da análise da intervenção pública, realizada pelos "novos economistas": a regulação da atividade econômica e a produção dos bens coletivos. De forma um pouco simplificada, o primeiro consiste numa crítica às políticas Keynesianas de relance da atividade econômica; e o segundo, numa crítica da burocracia ¹³.

A crítica da "nova economia" ¹⁴ à política econômica e ao intervencionismo público, pode ser resumida, na sua essência, da seguinte maneira: é ineficiente e excessiva.

A ineficiência atribuída à intervenção pública não é derivada, unicamente, de sua impotência para resolução da crise atual, mas é fundamentalmente imputada à forma de alocação (ineficiente) dos recursos produtivos da sociedade. Esta distribuição aparece, através dos desperdícios da produção burocrática e pelas disfunções que a intervenção do Estado provocaria no mecanismo de funcionamento do mercado. Este último aspecto seria o resultado do excesso de regras e de impostos, assim como da incerteza que a política de curto prazo provoca nos agentes econômicos.

Esta crítica tem como fundamento, por um lado, os estudos empíricos que demonstram que o resultado da intervenção do Estado não corresponde, exatamente, às proposições da política econômica. Portanto, a intervenção pública não é perfeita ¹⁵. Por outro lado, a crítica surge da noção mesma de Estado; à concepção do Estado como um *deus ex-machina*, opõe outra do Estado no interior da sociedade. Para as instituições que o compõe, utilizam como referencial de comparação as organizações privadas. Este procedimento permite, aos "novos economistas", concluir que a organização privada é superior à pública.

(12) Vianes (1980) demonstra que, na concepção neoclássica tradicional, a noção de Estado acima da sociedade decorre da formulação teórica do conceito de bem econômico. Desta forma, o Estado é necessário para cobrir um vazio produzido pela própria teoria.

(13) Estes dois aspectos se associam numa crítica geral do Estado e das análises acerca da crise econômica. Para esta corrente, porém, a presença e a ação do Estado só se justificam pela existência de certas atividades cujo desempenho através de sua intervenção resulte, socialmente, mais barata do que se forem realizadas pelo setor privado.

(14) Esta crítica é muito bem detalhada em Lepage, mas pode-se recorrer também à coletânea organizada por Rosa e Aftalion (1974), ou a Friedman (1971).

(15) Ver Lepage (1980), principalmente sua quarta parte, onde expõe os estudos sobre as regulamentações do mercado nos Estados Unidos e a insuficiência das leis anti-trustes.

A aceitação da intervenção pública, supõe o reconhecimento das imperfeições do sistema de mercado. Aquela ocorre, ou deve ocorrer (segundo a teoria neoclássica tradicional) apenas para assegurar o livre funcionamento das forças de mercado, para reduzir as desigualdades sociais mais marcadas e para melhorar a alocação dos recursos da sociedade. Estas idéias são, porém, contestadas pelos “novos economistas”. Estes consideram que a imperfeição do mercado não implica, necessariamente, na perfeição do Estado e que, muito pelo contrário, se o mercado não consegue conduzir ao ótimo na alocação dos recursos produtivos, não seria o Estado, tampouco, que poderia assegurar esta alocação ótima. A intervenção do Estado provoca, além do mais, um enevoamento dos mecanismos de mercado que impede o bom funcionamento da economia.

Tomemos um exemplo: o caso do desemprego. Segundo Keynes, existe a possibilidade de um equilíbrio geral abaixo do nível de pleno emprego, o que significa a existência de “desemprego involuntário”. Por outro lado, a regulamentação e a fixação de um salário mínimo e de salários-desemprego, representariam uma intervenção no mercado de trabalho. É importante destacar aqui que os “novos economistas”, retomando neste ponto suas raízes neoclássicas, rejeitam a idéia de desemprego involuntário e postulam que todo desemprego é voluntário e, portanto, não é desemprego.¹⁶ Em seguida, a fixação de um salário mínimo impede às empresas de contratarem mais trabalhadores, pois o limite de salário deixa de ser regulado pela produtividade marginal do trabalho, passando a sê-lo pelo salário mínimo. Isto tem como conseqüência a impossibilidade da empresa de realizar a alocação ótima dos recursos. No que diz respeito ao trabalhador, o salário desemprego pode levá-lo a escolher o “lazer” e não o trabalho. Em outros termos, estimula a preguiça e o aumento do desemprego. Observa-se, nesta problemática, apenas a retomada em nova versão dos velhos postulados neoclássicos, nada se acrescentando a seus aspectos fundamentais.

(16) Parguez ironiza a questão nos seguintes termos: “... para os extremistas dos novos economistas, o desemprego não existe, não é mais do que ilusão, fantasma de uma sociedade cegada por falsas doutrinas. O desemprego esconde o pleno emprego, para sermos verdadeiramente economistas; falemos portanto de ‘desemprego de pleno emprego’! Qual é este milagre da verdadeira economia que transmuta — digamos, dois milhões de desempregados — em seu contrário, em não-desempregados? É suficiente assegurar que eles procuram emprego... estes empregos existem (meu segundo axioma) mas nossos procuradores de emprego não os enxergam ainda, pois são mal informados. “Querem empregos que não existem, querem salários que ninguém pode pagar. Mas terminarão por encontrá-los, premidos pelo custo de sua busca. Se, verdadeiramente, a sociedade acha muito longa a peregrinação destes trabalhadores é necessário que ela se dote de um autêntico mercado de trabalho, sem salário mínimo, sem um generoso salário-desemprego pois eles estimulam a cegueira dos ‘desempregados’ ” (1981: p. 91).

A ANÁLISE ECONÔMICA DA BUROCRACIA

Outra vertente de análise da intervenção pública consiste na produção dos bens coletivos ¹⁷. Estes constituem na produção realizada pelas repartições públicas (bureaux) pelos burocratas. O estudo da ineficiência burocrática apresenta dois desenvolvimentos principais e vários modelos, mas nós não reproduziremos, aqui, toda a "teoria da burocracia" ¹⁸, mas discutiremos, principalmente, os pressupostos e as conclusões deste tipo de análise, assim como suas implicações.

O personagem central da análise econômica da burocracia é o burocrata. Ele é o equivalente da figura do empresário (e do capitalista) para a Teoria da Produção; e do consumidor para a Teoria do Consumidor. Toda a concepção gira em torno do comportamento deste agente, cujas motivações, no fundo, não são em nada diferentes daquela dos outros agentes econômicos. Para a "Nova Economia Pública" não tem sentido opor o produtor individual (em busca do lucro máximo ou de seu interesse pessoal) ao burocrata defensor do interesse geral. É que o comportamento de todos os indivíduos tem como fundamento no final das contas seu interesse pessoal ¹⁹. Desta maneira, toda e qualquer decisão individual aparece tendo como fundamento, unicamente, a busca pessoal da maximização da utilidade. As ações altruístas proporcionam, a certos indivíduos, mais satisfação que as ações egoístas, assim como os masoquistas têm prazer no sofrimento, todos eles maximizam suas satisfações. Isto não significa desconhecer os condicionamentos sociais, já que o ótimo, o máximo de satisfação, não é mais definido apenas teoricamente, mas aquele que se obtém objetivamente.

O comportamento e as motivações dos burocratas são, assim, assimilados aos comportamentos e motivações do empreendedor privado. Ao contrário, a repartição é definida por oposição à empresa. Niskanen define as repartições (bureaux) como sendo as "... organizações que não têm como objetivo a busca do lucro e recebem uma subvenção ou dotações periódicas." ²⁰ Como sabemos,

(17) Não nos interessamos, aqui, em discutir este conceito. Pode-se encontrar uma análise das noções de bens individuais e bens coletivos no trabalho de Vianes.

(18) Sobre o assunto, vide o trabalho de Greffe (1981; Lepage (1978: Cap. V; 1980: 3a. parte); Tullock (1978); Perlman (1978); Simon (1977).

(19) "O burocrata agirá, também, no sentido do interesse social, se as restrições, às quais for submetido, forem tais que seu próprio interesse coincida com o interesse social" (Tullock, 1978: p. 34).

(20) Perlman (1978: p. 83). Greffe apresenta esta definição de outra maneira. "As repartições são organismos que preenchem as duas características seguintes: — os diretores, como os trabalhadores destes organismos, não podem se apropriar a título pessoal e sob a forma de rendimento, uma parte da diferença 'benefício menos custo'; — uma parte dos rendimentos da organização provém de outra fonte que não aquela da venda dos produtos a preço unitário". (1981: p. 22). Como podemos observar, esta definição também é organizada em torno da oposição à noção de empresa privada.

a empresa privada é definida como uma organização cujo objetivo principal é a maximização dos lucros; além do mais, segundo o entendimento dos neoclássicos, não recebe ou não deveria receber subvenções nem dotações. A diferença entre as repartições e as empresas privadas emana, desta maneira, dos conceitos de propriedade privada e pública.

Simon propõe uma classificação das organizações em quatro grupos, nos quais o caráter da propriedade privada é "atenuado". Parte da teoria do direito de propriedade para realizar esta classificação, cujo fundamento reside na oposição propriedade pública/propriedade privada. Os extremos de sua classificação são representados, por um lado, pelas organizações sem fins lucrativos (Universidades, Fundações, Associações esportivas etc.) e, por outro lado, pelas organizações nas quais o proprietário goza de exclusividade absoluta e a possibilidade de transferir, voluntariamente, seu direito de propriedade ²¹.

As duas linhas de análise acima definidas, uma através dos burocratas e a outra pelas repartições, são ligeiramente diferentes; entretanto são, simultaneamente, complementares. A primeira se refere à burocracia mas é um pouco ambígua pelo fato de não permitir chegar a uma delimitação precisa do que é a burocracia ²²; a segunda é um pouco mais nuançada, mas não permite, igualmente, esta precisão que, aliás, nem sequer é seu objetivo. De todo modo, para as duas linhas de análise ²³, a referência última é sempre a empresa privada.

A aproximação pela teoria dos direitos de propriedade, esconde um vício metodológico essencial: a solução do problema, encontra-se em seu próprio enunciado. Senão, vejamos: "Um sistema econômico no qual os direitos de propriedade atribuídos aos diferentes indivíduos de maneira privativa, podem ser trocados e protegidos sem custo, apresenta três características maiores:

- A alocação dos recursos é ótima, enquanto os indivíduos maximizam suas funções de utilidade.
- O volume da produção é independente da distribuição dos direitos entre os indivíduos (...)
- A extensão das trocas depende da dotação inicial de cada indivíduo e da taxa marginal de substituição entre os bens próprios a cada pessoa.

"O mercado é tanto mais eficiente quanto mais os direitos de propriedade sejam exclusivos e que o custo de sua transferência seja reduzido" (Simon, 1977: p. 253-254).

(21) Para mais detalhes ver Simon (1977: pp. 252-254). Pode-se consultar, igualmente, a obra de Greffe (1981: pp. 34-42).

(22) Perlman observa que a definição de Niskanen situa-se em relação às repartições públicas. Para ele, essa definição "... difere do uso corrente do termo 'burocracia' que designa, normalmente, toda grande organização" (1978: p. 83) como nós também já observamos anteriormente.

(23) Nós nos referimos aqui às análises das organizações. A análise econômica da burocracia é classificada por Greffe em teoria do monopólio e teoria do mercado político.

Estas proposições definem a eficiência do setor privado, ao passo que tudo o que prescindia das características do direito de propriedade (a exclusividade e a livre transferência) não atinge a alocação ótima dos recursos. É, portanto, ineficiente.

As proposições de Niskanen apresentam, a seu modo, o mesmo problema. O lucro é considerado de duas maneiras: primeiro, como instrumento de controle interno da empresa; e segundo, como mecanismo de controle externo. Lepage expõe estas proposições da seguinte maneira: O lucro é um "... instrumento de controle interno da organização e do uso dos recursos no seio da empresa; o lucro é o instrumento que, simultaneamente, assegura o controle externo da distribuição dos recursos entre as empresas em concorrência no mercado." (1980: p. 402). Desta forma, uma organização que não tenha o lucro como finalidade é, por princípio, praticamente eliminada da possibilidade de ser eficiente.

Grefe apresenta a análise da burocracia de duas maneiras: uma chamada de teoria do monopólio e outra de teoria do mercado político. A diferença entre as duas formas encontra-se, fundamentalmente, ao nível das restrições sofridas pela burocracia. No primeiro caso, a regulação é realizada pelo "lucro". O burocrata é o único beneficiário "... do relaxamento dos mecanismos de controle inerentes à propriedade pública" (1981. p: 50). No segundo caso, introduz-se como mecanismo de controle os "... partidos e coalisões no poder que se incumbem de determinar a quantidade dos bens produzidos e as condições correspondentes. Em nenhum momento este papel essencial lhes escapará, mesmo se se vai, num segundo momento, reconhecer certa influência ao burocrata" (1981: p. 78).

A aproximação pelo mercado político não discute, explicitamente, a questão da eficiência da burocracia. Pelo contrário, aceita implicitamente a idéia de que a realização dos interesses dos burocratas, quer dizer: a maximização de sua função de utilidade, implica necessariamente numa ineficiência.

O procedimento acima, coloca em jogo três agentes: além do burocrata, abrange o cidadão e os políticos. A restrição que impede ao burocrata de realizar seus próprios interesses, encontra-se na possibilidade de os partidos realizarem seus objetivos ²⁴; em outros termos, o acesso ou a manutenção dos partidos no poder. Este aspecto é proporcionado pela participação ativa ou não, dos cidadãos nas eleições. Estes escolherão segundo uma análise subjetiva de custo/benefício individual, na qual o custo é constituído pela militância política e pelas despesas ligadas a esta atividade e o benefício pelo consumo dos bens públicos desejado pelo cidadão.

Este modelo, coerente com sua aparência, também é passível de críticas. No que diz respeito a ineficiência burocrática é postulada desde o início.

(24) "... o principal objetivo do partido no poder é de se reeleger e o principal objetivo do partido da oposição é tomar o lugar do precedente..." (Grefe, 1981: p. 83).

Assim, a construção teórica busca muito mais as possibilidades de restringirem a burocracia para que seja menos ineficiente, do que, propriamente, de demonstrar esta ineficiência. O procedimento transfere, assim, a responsabilidade da suposta ineficiência burocrática: primeiro aos políticos, em seguida aos sistemas políticos e, enfim, aos próprios cidadãos.

Por estas razões, os esforços realizados por Greffe de integração destes dois tipos de análise, na tentativa de amenizar o extremismo das hipóteses, não chegam a outro resultado, senão à conclusão tautológica de ineficiência da burocracia ²⁵.

CONCLUSÕES SOBRE A INEFICIÊNCIA BUROCRÁTICA

O estudo dos "novos economistas" sobre a intervenção pública, funda-se em três grandes pilares: a noção da eficiência, a noção de Estado e a análise econômica da burocracia. A síntese dos trabalhos sobre a intervenção pública encontra-se no exame da burocracia. Esta, com os instrumentos teórico-analíticos, tais como a idéia do equilíbrio e do custo/benefício, compara a atividade pública à atividade privada. A partir desta perspectiva e, imbuído do ânimo neoclássico, o resultado desta comparação é quase sempre desfavorável ao Estado.

Do desenvolvimento lógico desta conclusão encontramos proposições tipicamente liberais que vão desde a supressão quase integral da intervenção estatal, até algumas sugestões menos radicais que apontam para certa reforma da burocracia ²⁶.

Teoricamente, esta abordagem da intervenção pública apresenta defeitos em seu desenvolvimento lógico, como já observamos.

A nível empírico, Greffe considera que "... as tentativas (...) são ainda muito limitadas para que se possa falar de maneira sistemática da validade ou não da teoria" (1981: p. 199).

O exposto não impede Greffe de acreditar, ainda, na possibilidade de melhorar e superar os defeitos desta análise. Conclui seu livro, fazendo algumas propostas que, segundo supõe, eliminariam as insuficiências apontadas. Sugere, também, a existência da possibilidade de enriquecer a análise, mediante a inclusão de fatores como: "certa dimensão macroeconômica", a "especificidade das instituições estatais", etc.

Segundo nosso ponto de vista, o método da "Nova Economia", baseada

(25) Ver Greffe (1981: pp. 85 e 89).

(26) Os "anarco-capitalistas" propõem que "... a sociedade ideal é uma sociedade onde não existiria mais regulamentos, serviço militar obrigatório, previdência social etc. onde não existiria mais o policial e a razão de Estado... onde todas as funções atualmente exercidas pelo aparelho coercitivo do Estado seriam executadas por uma multiplicidade de comunidades ou de firmas privadas, oferecendo seus serviços sobre uma base contratual (sempre revogável) no quadro de um sistema de concorrência generalizada, garantindo a cada um, a liberdade de escolha..." (Lepage, 1978: p. 318).

no comportamento individual, não permite qualquer reforma teórica substancial, como mostraremos a seguir. Além do mais, como um argumento contra a posição apresentada por Greffe, temos que a posição dos "novos economistas" consiste, justamente, na rejeição crítica às dimensões macroeconômicas da abordagem teórica e às especificidades do Estado e suas instituições.

Manter esta análise da burocracia, implica em continuar no quadro de um debate cujo fundamento é, segundo Leclercq ²⁷, o estudo das forças produtivas destacadas, isoladas, das relações de produção. Resulta, igualmente, na exclusão do político enquanto relações de classes. O político nesta linha de análise, não é passível de integração; sua existência só é possível fora do econômico ²⁸.

Conforme o pensamento desta corrente, a ciência econômica é concebida como algo puro e neutro. Nela, os fatores políticos são trazidos de fora, seja pela aplicação da teoria ou pelo posicionamento do economista. Wolfelsperger (1977) conclui que "... ou bem se critica a metodologia dos economistas, ou bem se critica a ideologia dos economistas (e daqueles que os empregam) mas não é fundamentalmente a ciência econômica que está em causa" ²⁹.

É neste contexto restrito que a crítica ao Estado, como representante de um "mítico interesse geral" que se opõe ao interesse individual, atinge, unicamente, o nível dos interesses individuais que se agrupam. Contra a acepção do Estado representando interesses de classe, ou da sociedade como um todo, opõe-se a noção de um Estado representante de interesses de grupo em oposição aos interesses da sociedade.

Assim, contrariando a opinião de Greffe e outros defensores diretos e indiretos da "nova economia", entendemos que não é suficiente "corrigir" esta teoria. É necessário que ela seja rejeitada e refutada. A integração do político ao econômico deve ser realizada pela não-exclusão das relações sociais de produção do objeto de estudo; e não por um político asseptizado das contradições da luta

(27) Ver Leclercq (1977: p. 10 e seg.).

(28) A tentativa dos "novos economistas" de integração do político ao econômico é realizada por meio da inclusão de um novo mercado, o "mercado de votos", ou "mercado político", que é justaposto ao mercado de bens e serviços.

(29) Os artigos de Aftalion (1974) e de Seurot (1977), além daquele de Wolfelsperger (1977), são bons exemplos da recusa (e do receio) dos "novos economistas" de aceitarem qualquer "acusação" de que a economia comporta elementos ideológicos. Aftalion, por exemplo, adota uma definição "neutra" da economia (1974: p. 53-54) mas cai numa armadilha que se encontra em sua própria definição. Define a economia como a "...alocação de recursos raros para fins concorrentes...". Mas esta idéia só é isenta do aspecto ideológico se, e somente se eliminarmos também a teoria do ótimo, que eles aceitam conter um julgamento de valor. A supressão da teoria do ótimo econômico implica na eliminação do papel normativo, de sua importância, e enfim, da razão de ser da ciência econômica burguesa.

de classes. É imprescindível conceber o Estado como uma entidade de classe, e não como um Estado que estaria acima das classes ou da sociedade, neutro ou conciliador. Para isto, é mister se dispor a ultrapassar o quadro restrito da economia política burguesa, mas nada indica que seja este o caminho escolhido pelos partidários da "Nova Economia Pública".

BIBLIOGRAFIA

- AFTALION, Florin. *La critique anti-économique*. In: ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économique retrouvée*. Paris, Economica, 1974.
- ANDREFF, Wladimir et Alii: *Economie fiction*. Paris, Maspero, 1982.
- ATTALI, Jacques & GUILLAUME, Marc: *A Antieconomia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- CHEVALIER, Jacques: *La fin de l'Etat-Providence*. Paris, La Documentation Française. Problèmes économiques n. 1678, junho/1980.
- FRIEDMAN, Milton: *Capitalisme et Liberté*, Paris, Robert Lafont, 1971.
- GODELIER, Maurice: *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s/d.
- GREEN, Francis & NORE, Peter: *A economia: Um antitexto*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- GREFFE, Xavier: *Analyse économique de la bureaucratie*, Paris, Economica, 1981.
- : *De l'Etat-Providence à la société solidaire*. Paris, Dialectiques n. 33, outubro/1981.
- IZARD, Eric: *Economie et mode rétro*, France Nouvelle, 10 de julho de 1978. Em anexo à: LEPAGE, Henri: *Demain le libéralisme*, Paris, Pluriel, 1980.
- JENNY, Frédéric: *La théorie économique du crime: une revue de la littérature*. In: ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économique retrouvée*, Paris, Economica, 1974.
- LECLERQ, Yves: *Théories de l'Etat*, Paris, Anthropos, 1977.
- LEPAGE, Henri: *Demain le capitalisme*, Paris, Pluriel, 1978.
- : *Demain le libéralisme*, Paris, Pluriel, 1980.
- MARIS, Bernard: *Une critique des modèles micro-économiques de Fécondité*, Paris, La Documentation Française, Problèmes Économiques n. 1673, maio/1980.
- NAKATANI, Paulo: *La politique agricole au Nord-Est du Brésil: Le Projet Sertanejo*. (Tese de doutorado de 3.º ciclo). Amiens, 1982.

- PARGUEZ, Alain: *Vienne, ou qui a peur de John Maynard Keynes*, Paris, Dialectiques n. 33, outono/1981.
- PERLMAN, Morris: *Un commentaire britannique: Politique et bureaucratie*. In: TULLOCK, Gordon: *Le marché politique*, Paris, Economica, 1978.
- PRADE, Julien: *Au-delà de l'Etat-Providence?* Paris, Dialectiques n. 33, outono/1981.
- ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économie retrouvée (Vielles critiques et nouvelles analyses)*, Paris, Economica, 1977.
- ROSANVALLON, Pierre: *La crise de l'Etat-Providence*, Paris, Seuil, 1981.
- SEUROT, François: *La renaissance de l'économie dans les pays socialistes*. In: ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économie retrouvée*, Paris, Economica, 1977.
- SIMON, Yves: *Le marché et l'allocation des ressources*. (In: ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économie retrouvée*, Paris, Economica, 1977.
- TULLOCK, Gordon: *Le marché politique*, Paris, Economica, 1978.
- VIANES, André: *La raison économique de l'Etat*, Lyon, PUL, 1980.
- WOLFELSPERGER, Alain: *Les Biens collectifs*, Paris, SUP-PUF, 1980.
-
- _____ : *Le contenu idéologique de la science économique*.
In: ROSA, Jean-Jacques & AFTALION, Florin: *L'économie retrouvée*, Paris, Economica, 1977.

RAÍZES Nº 1

JUL/DEZ.
1982

SUMÁRIO

A Diretoria: Apresentação da Revista. 3

ARTIGOS

Marcel Jollivet: O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. 5

Nilson Araújo de Souza: Natureza e contradições da reanimação econômica de 1978/79: prelúdio de uma recessão. 25

Gustavo Lins Ribeiro: Aspectos contemporâneos da questão indígena. 45

Gilda de Castro Rodrigues: O método histórico em Etnologia: Evans-Pritchard e Lévi-Strauss. 55

Elimar Nascimento: O conceito de revolução em Gramsci. 71

A Diretoria: Seminário "Agricultura e Desenvolvimento". 86

Manuel Correia de Andrade: A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. 87

Alberto Passos Guimarães: O complexo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. 99

Francisco Barreto: Notas acerca da intermediação institucional recente e seus efeitos sobre o processo de ocupação de áreas de fronteiras da Amazônia e Centro-Oeste. 105

Marcelo Grondin: Considerações em torno do tema Agroindústria e Desenvolvimento. 123

José Francisco da Silva: As reformas agrárias no processo de desenvolvimento. 135

NOTAS E COMENTÁRIOS

Josamir Camilo: Karl Popper: Filosofia da ciência ou imobilismo ideológico? 147

Jurandir Antonio: Energia e Desenvolvimento. 157

Ivony Lúcia Monteiro Saraiva: A questão cooperativista numa "cooperativa" da Paraíba. 165

OS GRUPOS DOMÉSTICOS NAS COMUNIDADES DE OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA NA AMÉRICA LATINA *

*Xavier Francisco Totti ***

INTRODUÇÃO

Estas idéias refletem o consenso crescente de que a economia informal da pequena produção não desaparecerá diante das presentes condições do desenvolvimento capitalista, sendo que deverá persistir junto aos setores capitalistas avançados. Nas cidades da América Latina, os grupos domésticos das classes pobres continuam a atuar, não somente como meras unidades de consumo, mas como significativas unidades de produção, tanto no setor informal como fora da economia de mercado.

Este trabalho examinará algumas das definições usadas para o conceito "economia do grupo doméstico" e sua confusão na literatura com outras formas não-mercantis de comportamento econômico, especificamente as redes de reciprocidade. As diferenças serão enfatizadas como estratégias econômicas, entre as redes de reciprocidade e a economia do grupo doméstico. Será uma tentativa de mostrar que o grupo doméstico atua, mais que simplesmente como um grupo de consumo ou uma estratégia para a sobrevivência, fundamentalmente como um veículo familiar para investimentos a longo prazo. Considerarei também esta estratégia em termos de sua importância para as ocupações urbanas espontâneas, sugerindo assim formas mediante as quais famílias pobres investem em capital doméstico. Mesmo que os argumentos apresentados estejam baseados em meu trabalho de campo em San Juan, Porto Rico, toda a evidência disponível mostra sua relevância para poder entender a economia do grupo doméstico em outras cidades latino-americanas. Finalmente, será considerado o papel desempenhado pela economia do grupo doméstico dentro do contexto mais amplo do desenvolvimento urbano capitalista.

GRUPOS E REDES

Grande parcela da literatura referente a grupos domésticos urbanos na América Latina tem se caracterizado por focar seu processo de adaptação às

* Traduzido do original em inglês por Gilda de Castro Rodrigues (DSA-UFPb).

** Professor visitante do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	95-108	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	--------	----------------

idades, particularmente à pobreza urbana.¹ Aparecem como de primordial importância as dificuldades de emprego e moradia em ambientes altamente competitivos, onde a expansão capitalista tem sido acompanhada por um rápido crescimento populacional e uma migração maciça para as cidades. Vários estudos ressaltam a importância que os laços de parentesco têm neste processo de adaptação do indivíduo à cidade. Entretanto, o papel econômico exercido pelo grupo doméstico de prover segurança para seus membros, não tem surgido como tema de interesse.

Um dos problemas encontrados na literatura é o da confusão referente ao significado da expressão "economia do grupo doméstico". Deve (ou deveria) referir-se ao grupo como unidade significativa ou, simplesmente, se referir à atividade informal que serve de sinônimo para qualquer atividade de pequena escala com alguma importância econômica? Aceitando, aqui, que o conceito "economia do grupo doméstico" é propriamente usado ao referir-se a grupos domésticos, existem dúvidas sobre *quando* é apropriado concentrar-se no comportamento econômico individual do grupo ou da rede de relações e obrigações. Por exemplo: no estudo sobre urbanização do Terceiro Mundo, Roberts observou que "empresários no setor de pequena escala necessitavam reduzir seus custos e prover serviços altamente competitivos (...) o trabalho familiar é usado em toda sua extensão" (1978: 128). Roberts adverte para "não assumir rapidamente que o indivíduo, operando em atividades pouco lucrativas, é uma unidade econômica isolada", e conclui que "é importante examinar o grupo doméstico e não o indivíduo como uma unidade de empresa econômica". Entretanto, várias linhas depois, a clareza deste enfoque foi perdida quando, aparentemente, rejeita o grupo doméstico como unidade econômica:

"Nas empresas de pequena escala que eu observei na Guatemala e no Peru, o comprometimento de trabalho (*Labour Commitment*), que é considerado um componente vital do modo camponês, nunca foi uma consideração primordial do empresário. Este usava o trabalho da família e de amigos quando precisava, mas igualmente os despedia quando o negócio caía. Da mesma forma, não havia evidência de que o empresário desenvolvesse atividades simplesmente para ocupar os membros do grupo doméstico. É mais útil *focalizar a atenção na rede de trocas e obrigações* que se desenvolvem no setor de pequena escala." (1978: 128 — Os grifos são meus).

Roberts sustenta, assim, posições contraditórias sobre a importância que o grupo doméstico possui como unidade controladora de trabalho: 1) que é importante estudar o grupo doméstico, e não o indivíduo, como a unidade econômica; 2) que é importante estudar as redes de troca e obrigações, já que (implícito) o grupo doméstico não é uma unidade econômica.

(1) Ver, entre outros: Kemper (1974); Lewis (1959); Lomnitz (1974) e Safa (1973).

Ambigüidades similares são encontradas no trabalho de Lomnitz (1974) sobre as colônias proletárias na Cidade do México. Lomnitz, seguindo a distribuição de três variáveis semi-independentes (parentesco, proximidade residencial e funções domésticas) proposta por Bender (1967), discute a definição do grupo doméstico, observando que "cada sociedade pode ter combinações particulares das três variáveis; portanto, o conceito grupo doméstico adquire diferentes conotações e significados, dependendo do contexto social" (1974: 50). Para Lomnitz (como para Kemper, 1974), os grupos domésticos são considerados como grupos de parentesco que: a) possuem um ambiente físico limitado onde atividades são compartilhadas com diferentes graus permissíveis de reciprocidade doméstica; ou b) são definidos através de funções domésticas compartilhadas, ainda quando os indivíduos envolvidos residam em casas distintas.

As funções domésticas citadas por Bender aparentam envolver "mais atividades femininas que masculinas" (1967: 449). Lomnitz as cita como incluindo: "preparação e consumo de alimentos, cuidado de crianças, lazer, deveres rituais e uma ampla gama de atos de carinho e cooperação mútua" (1974: 50). O conceito de funções domésticas, como residência, passa a ser uma categoria relativamente flexível, se não imprecisa, de tal forma que o grupo doméstico possa ou não possa incluir o compartilhamento integral de gastos ou reunir salários dos homens (1974: 51)². Passa a ser evidente que a definição utilizada por Lomnitz para o grupo doméstico reúne uma ampla gradação de compromissos econômicos. Com a residência, os salários e os gastos separados, seu modelo sugere que a existência de reciprocidade regular de funções domésticas não monetárias entre parentes é suficiente para classificá-los como um grupo doméstico. Utilizando conceitos de residência e funções domésticas pouco integradas, torna-se difícil distinguir entre os grupos domésticos e as redes de reciprocidade.

A diferença crucial entre a "economia do grupo doméstico" e a rede de reciprocidade se encontra nos limites. O grupo doméstico é concebido como unidade limitada, enquanto a rede, como unidade ilimitada. Lomnitz enfatiza que na rede de reciprocidade e obrigações, "a estrutura econômica básica da *cidade perdida*" é "não um grupo social ou instituição; mas é um campo social definido por intenso fluxo de troca recíproca entre vizinhos. A principal razão de uma rede de reciprocidade é prover um nível mínimo de segurança econômica aos seus membros" (1974: 110). Neste modelo de reciprocidade, diferentes polos de intensidade servem para definir um contínuo de estabilidade e autonomia. Num extremo, encontramos famílias extensas ou grupos domésticos que dividem to-

(2) Se as funções domésticas incluem compartilhar o cuidado das crianças mas não os salários masculinos, podemos duvidar sobre a integridade desta definição do grupo doméstico. Yanagisako (1979: 166) questiona corretamente o uso que Bender faz das funções domésticas para definir o grupo doméstico ("o que são as funções domésticas?") e a falta geral de precisão que domina as definições antropológicas do mundo doméstico.

dos os seus recursos; enquanto no extremo oposto estão as redes de vizinhança entre aqueles que se prestam favores. Assim, para Lomnitz, a "economia do grupo doméstico" não tem limites fixos, tendo apenas uma intensidade relativamente maior de intercâmbio não mercantil.

Toda esta recente ênfase em redes de reciprocidade e grupos de parentesco extensos³, na investigação sobre as classes pobres urbanas, tem levado o conceito de grupo doméstico a segundo plano e reduzido a importante distinção entre grupo doméstico e rede. Isto, talvez, reflita a insignificância ou debilidade do grupo doméstico como unidade econômica nas populações estudadas ou, melhor ainda, reflita uma falta de percepção para descobrir estratégias econômicas alternativas, usadas por camadas pobres urbanas para obter segurança. Não há dúvida de que as estratégias econômicas dos grupos domésticos e das redes de reciprocidade possam coexistir dentro da economia informal, porém, para a coleta de dados, é importante poder distinguir entre os dois conceitos. Para estudar os grupos domésticos urbanos latinoamericanos, precisamos saber qual é a função de sua economia e o que ela representa. É uma unidade limitada? Um agente de sua participação neste grupo? Ou, simplesmente, se perde entre o indivíduo e o sistema social? A confusão pode ser esclarecida uma vez, transcendendo a ênfase típica na distribuição de trabalho e bens não-duráveis e considerando, explicitamente, a economia do grupo doméstico como meio de investimento familiar e acumulação de capital.

Defino o grupo doméstico como um grupo de pessoas, geralmente unidas por laços de parentesco e afinidade, que compartilham uma atividade coletiva para a acumulação de bens duráveis. Estes bens incluem, primordialmente, a moradia — importante como meio de subsistência — e outros bens relativamente não líquidos (até as crianças), os quais são retidos e desfrutados fora da economia de mercado, mas que talvez possam ser usados para obter recursos no caso de extrema necessidade. O grupo doméstico desenvolve sua segurança econômica através de um agrupamento familiar exclusivo que, implicitamente (ou legalmente), define os direitos e deveres nos investimentos corporativos. Geralmente está baseado em laços afetivos, de parentesco e lealdade. Os membros não precisam residir, todos, debaixo do mesmo teto, embora dividir o mesmo teto não seja, por si só, suficiente para se tornar membro. Hóspedes, parentes distantes que visitem por temporadas e as empregadas domésticas, estão todos fora do grupo de investimento corporativo (ainda que durmam na mesma casa e comam da mesma comida). Sua falta de participação torna-se evidente durante o momento da divisão de herança ou quando se vende a casa. Contrastando, um parente distante, ou um membro não residente, continuará sendo membro ativo medi-

(3) Ver, para América Latina, Kemper (1974); Lomnitz (1974); Roberts (1973) e, para a América do Norte, Stack (1974).

ante o envio de mesadas para o fundo comunal. Também um indivíduo pode pertencer a mais de um grupo doméstico. A economia do grupo doméstico se refere, então, às atividades de um grupo de pessoas que não estão simplesmente compartilhando gastos e funções domésticas durante a reprodução diária, senão envolvidas em investimentos a longo prazo e na acumulação de pequeno capital dentro e fora da esfera da economia de mercado.

Mediante o uso desta definição, torna-se importante distinguir entre poupança e o compartilhar de gastos, entre investimento e consumo, entre acumulação e dispersão de salários. Dentro da literatura que trata das redes de reciprocidade, a excessiva ênfase nos fluxos de bens e serviços esconde a importância que tem o grupo doméstico na criação de investimentos corporativos mediante a retenção de certos tipos de salários (muitas vezes convertendo-se a formas relativamente pouco líquidas tais como moradia, móveis e artefatos domésticos). A rede externa de parentes, pelo contrário, não investe. Compete com o grupo doméstico pelos recursos monetários, estende e torna possível formas alternativas de troca em economias com poucos recursos. Mas existe tensão entre as duas estratégias. Os grupos domésticos têm que balancear suas oportunidades de curto e longo prazo. Se os recursos de um grupo doméstico são pequenos para conseguir segurança, ou, se todas as outras formas de investimento encontrarem-se bloqueadas, é melhor para esse grupo unir-se a uma rede. Em relação a dinheiro e bens, as redes de intercâmbio são de caráter centrífugo e, ainda que não acumulem capital, permitem que o indivíduo use uma série de recursos não monetários. Em alguns casos, o grupo doméstico como agente econômico não existirá, mesmo continuando os laços familiares de compromissos emocionais e os desejos de compartilhar.

Prestando mais atenção ao comportamento dos grupos domésticos como agentes para a acumulação de capital, obter-se-á uma visão mais equilibrada referente às lutas econômicas das classes pobres urbanas, vencendo assim os seguintes problemas associados com o enfoque nas redes de reciprocidade:

1. Não existe forma para determinar quando os discretos e estáveis grupos domésticos estão presentes e quando cedem frente às flexíveis redes de reciprocidade.

2. As estratégias específicas de acumulação de capital e poupança para os grupos domésticos não são indicadas, dissipando assim as tensões entre a acumulação do grupo doméstico e, também, da rede de reciprocidade.

3. A natureza dos limites de reciprocidade não é definida. O que o grupo doméstico retém da rede e o que o indivíduo retém do grupo doméstico?

4. O valor que tem a reciprocidade para prover segurança, pode estar supervalorizado. Maior segurança pode ser fornecida pelos diferentes recursos do grupo doméstico.

Dentro das economias informais, altamente competitivas, encontradas nas cidades latinoamericanas, existem condições que — muitas vezes — impossibilitam que os grupos domésticos atuem como pequenos agentes para a acumula-

ção de capital. Foi verificado que naqueles lugares onde não houve acumulação, ou perspectiva disso, os grupos domésticos se tornaram mais débeis, mais fluidos e tenderam a uma participação ambígua.⁴ O oposto ocorrerá onde puderem acumular e herdar capital; aí os grupos domésticos serão exclusivos e estáveis.

Na seção seguinte, examinarei a economia do grupo doméstico entre as classes pobres urbanas que se encontram com poucas possibilidades de acumulação de capital. Especificamente, assinalarei a forma e o tipo de comportamento do grupo doméstico como agente econômico, como um grupo corporativo de investimentos nos arrabaldes urbanos.

A ECONOMIA DO GRUPO DOMÉSTICO NAS OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS

As ocupações espontâneas latinoamericanas têm gerado grande interesse entre os cientistas sociais. Representam não somente um dramático esforço pela sobrevivência, como também mostram desejo de melhorar as condições de vida, dentro de sistemas capitalistas altamente competitivos, por parte dos moradores. Mediante a apropriação de propriedades privadas ou estatais, os "invasores" ilustram dramaticamente uma das formas mediante a qual grupos domésticos pobres adquirem alguns recursos.⁵ Não se conhece a porcentagem total de habitantes que estas comunidades espontâneas abrigam. Estima-se — por exemplo — que as *colônias proletárias* na Cidade do México totalizem 50% da população (Eckstein, 1977: 54). Para a América Latina em geral, Lorante estima que as comunidades de ocupação espontânea (formadas por invasão ou ocupação clandestina e não mediante planejamento institucional) representam 30% ou mais da população total (1973: 41).

INVESTIMENTO EM MORADIA

A experiência dos grupos domésticos em "Los Deportivos" (uma ocupação espontânea em San Juan, Porto Rico), ilustra algumas das características típicas dos movimentos de ocupação espontânea na América Latina.⁶ Ocupado ao final da década de 40, ainda em 1975 os residentes não haviam recebido tí-

(4) Isto pode estar correto para a população estudada por Lomnitz. Por exemplo, ao contrário das comunidades de ocupação espontânea a serem discutidas, a comunidade estudada por Lomnitz não foi formada por invasão. Somente 7,4% eram donos de sua propriedade; a maioria pagava aluguel. Isto impossibilitava a poupança para o investimento em bens duráveis ou moradia. Vários estudos sugerem que o grupo doméstico é menos coeso quando as possibilidades para a acumulação doméstica estão impossibilitadas. Ver Hopgood (1979: 115); Roberts (1973: 152) e Safa (1973: 45).

(5) Ver Eckstein (1977); Flinn (1970); Leeds (1973); Mangin (1970) e Montañó (1976).

(6) "Los Deportivos" são um pseudônimo para a comunidade; é adjacente à estudada por Safa (1973). O presente estudo foi realizado em 1975.

tulos para as terras que ocupavam. Receberam, em contra-partida, uma série de garantias governamentais (discutíveis e discutidas) contra a expulsão. Como muitas outras ocupações, "Los Deportivos" foram fundados por grupos domésticos que, carecendo de outros canais de investimento, escolheram uma estratégia altamente arriscada. Fazendo uma espécie de auto-reforma da terra, ocuparam e dividiram em pequenas unidades uma parcela de terra não ocupada, no que então era a periferia da cidade. Defendendo-se contra tentativas de expulsão, estabeleceram uma série de direitos de posse e uso. Todavia, atualmente, esperam obter títulos legais para sua propriedade altamente valiosa.

Os motivos para a invasão espontânea foram aqueles típicos de movimentos similares em outras partes da América Latina: 1) a combinação de desemprego e problemas de moradia; 2) a incapacidade (ainda quando empregado) para acumular capital ou poupança, enquanto são mantidos os requisitos mínimos para a subsistência.⁷ As famílias pobres que se estabeleceram em "Los Deportivos", sempre estando à beira da fome, fizeram-no para economizar as despesas com o aluguel. As mulheres tiveram papel predominante neste movimento. Viúvas e mães solteiras formavam 34% dos moradores originais.⁸

Ao contrário daqueles que têm que pagar aluguel, estes invasores se encontram bastante afastados da dependência total aos senhorios. Até certo ponto, mediante a construção de suas próprias casas, recriam um tipo de produção de subsistência dentro da cidade. Mais ainda, quando tentaram remover a especulação capitalista da moradia e do solo urbano, voltando a um tipo de subsistência, seu produto retornou, sem dúvida, à economia de mercado, adquirindo valores de mercado.

A racionalidade da invasão, como estratégia de investimento do grupo doméstico, nasce ao longo de um período de tempo. Uma vez resistindo aos esforços iniciais por parte das autoridades e de outros que se interessaram por suas casas, suas reivindicações sobre as terras ganharam aceitação. No México, por exemplo, essa aceitação foi acelerada depois de 1966, quando o governo mudou de uma política de confronto para a de regular os direitos de posse e propriedade (Cornelius, 1975: 203). Ao mesmo tempo em que estas comunidades lutam por estabelecer-se, os grupos domésticos continuamente tentam investir em melhorias das casas, aumentando o valor capital destas ocupações semi-legais. Em "Los Deportivos", casas que têm 25 anos foram construídas de pedaços de madeira, folha de flandres e papelão; receberam tantas melhorias e trabalho que, um ano depois da ocupação, eram vendidas por cerca de \$ 300 (quando os aluguéis estavam por muito menos do que a metade). Agora, seu valor deve se aproximar

(7) Ver Cornelius (1973); Leeds (1974) e Roberts (1973).

(8) Não foi possível obter informação similar em outros estudos. É evidente, entretanto, que, em áreas de baixa renda, o poder aquisitivo feminino é significativamente menor do que o masculino (Hopgood, 1979; Lomnitz, 1974).

de \$ 7.000 dólares. Com efeito, a escassez de moradia conveniente e barata nas áreas centrais da cidade e o contínuo crescimento da população urbana valorizaram enormemente estas propriedades sem título. Estudos em comunidades similares em cidades do México e Guatemala assinalam o mesmo processo (Bosen, 1976; Cornelius, 1975; Eckstein, 1977; Roberts, 1978). Esta valorização é tal que, segundo Eckstein, numa comunidade mesmo sem títulos oficiais, o valor da propriedade aumentou tanto que somente a classe média era capaz de comprar ali. Como foi assinalado por Leeds (1973: 187), as comunidades invasoras em geral

“constroem as casas de forma aditiva. Pequenos incrementos na poupança usados para comprar materiais de construção ou pagar por um trabalho especializado, são direta e cumulativamente convertidos em investimentos rentáveis: a casa, que também cresce em valor não apenas com melhoria em qualidade, mas também, numa economia inflacionária, com a taxa de inflação” (1973: 187).

Finalmente, a evidência disponível sugere (por razões a serem elaboradas em breve) que a invasão é uma estratégia primordialmente tentada por famílias ou grupos domésticos, por pessoas com crianças, que tratam de encontrar maneiras para reduzir gastos e se manterem unidos para benefício mútuo.

OUTROS INVESTIMENTOS

Fora dos demorados investimentos na moradia, muitos gastos em bens de capital podem se esconder como atos de simples consumo, pelo menos para as camadas mais influentes que não têm familiaridade com a “ingenuidade” dos pobres. Vários dos chamados bens de consumo de luxo são de longe, na realidade, investimentos para a produção de subsistência, muitas vezes feitas depois de se estudar minuciosamente o mercado.⁹ Isto é, utilidades domésticas, compradas para minimizar a dependência aos produtos de bens de mercado, podem ser usados para a pequena produção doméstica. Isto é certo, particularmente, para aqueles artigos que vão minimizar o trabalho da mulher em seu lar. Assim, a compra de refrigeradores, máquinas de costura, utensílios de cozinha, máquinas para lavar roupa, liquidificadores e máquinas de escrever servem não apenas para maior lazer, mas também para permitir que a capacidade ociosa do grupo doméstico possa ser empregada em atividades comerciais. Uma geladeira especialmente grande, que custou cerca de \$800 dólares, foi investimento muito valioso para um grupo doméstico onde a mulher e os filhos comercializavam produtos de laticínios. Para outro, a geladeira usada que foi adquirida melhorou significativamente as vendas de refrigerantes e produtos congelados na barraquinha. Com treinamento, as máquinas de costura obviamente servem tanto para ge-

(9) Vários pesquisadores recorrem a dados sobre artigos de consumo como índices de nível de vida (ex. Kemper, 1974). Existe uma falha generalizada em não avaliar os artigos domésticos em termos de seus valores de produção e investimento.

rar recursos como para coser a roupa para a família. Utensílios para cozinha, liquidificadores e máquinas de lavar roupa ou a instalação de encanamentos, tornam possível alcançar economias de escala, ou a especialização de serviços (como venda de comida preparada e lavagem de roupas). Uma máquina de escrever permitiu que um homem ganhasse algum dinheiro preparando documentos para os vizinhos. Até possuir televisor pode gerar recursos, além de servir como fonte de lazer; tem sido observado como grupos de vizinhos e crianças pagam algo para assistir à televisão em casa daqueles que possuem o aparelho. Além disso, sempre terminam comprando doces e refrigerantes na casa/teatro que freqüentam.¹⁰

Em economias onde todos os artigos usados são reciclados, quase todo bem de consumo retém parte de seu valor. Os móveis, dificilmente bens produtivos, são bons investimentos que retêm alto valor de revenda caso o grupo doméstico necessite de dinheiro.¹¹ Por exemplo, o grupo doméstico de Carla, viúva há vários anos de um longo casamento com um homem responsável e trabalhador, inclui agora quatro netos dependentes. Eles se mantêm mediante os poucos vencimentos que uma filha recebe trabalhando como zeladora de edifícios. O salário desta filha apenas cobre os gastos básicos da casa. Este grupo doméstico tem sobrevivido por cinco anos suplementando as contribuições da filha com a venda ocasional de móveis. Embora várias peças já tenham sido vendidas, o grupo doméstico possui ainda alguns móveis, uma máquina de costura e outros bens que lhe permitem sobreviver precariamente por algum tempo. É difícil estimar o valor real destes bens materiais, mas representam claramente muito mais que simples bens de consumo ou que índices de nível de vida: são uma forma de investimento e poupança.

A educação também é outra forma de investimento doméstico. Muitos pais em "Los Deportivos" fazem imensos sacrifícios para que os filhos freqüentem a escola. Até agora, a universidade continua a ser um sonho para a maioria, pois somente alguns têm alcançado tal nível. Muitos, entretanto, consideram os filhos como uma estratégia arriscada de investimento. Rosa, por exemplo, estava angustiada, pois nenhuma de suas filhas que tinham terminado curso superior queria ajudá-la em seu empreendimento doméstico (venda de comida preparada). Como solução, a longo prazo, adotou uma órfã de dois anos, pagando por ela inclusive vários meses de hospitalização. Rosa explica que talvez esta "filha" venha a ajudá-la em seu negócio. Esta mãe/empresária tinha sérias dúvidas a respeito da obtenção de empregos "bons" por parte de suas filhas.

(10) Ver Hopgood (1979: 83) e Mangin (1970: 52).

(11) Nas comunidades pobres da Cidade do México, Montaño (1976: 152) também observou como os móveis passavam a ser um bom investimento, particularmente quando o investimento em moradia era perigoso.

QUEM CUIDA DA CASA?

Invadir e ocupar terras não é um esforço a curto prazo; sua duração é longa e requer muito trabalho. Em geral, aquele pessoa que permanece cuidando da casa e da propriedade tem tido ignorado seu importante papel. Sua missão principal — a de vigiar e defender a invasão do grupo doméstico — ocorre em dois níveis: 1) a nível de comunidade (onde as mulheres superam numericamente os homens), nos comitês de defesa que lutam contra a expulsão¹²; 2) a nível da interação diária, o estar ali presente. As mulheres de "Los Deportivos" mantêm a idéia de que sua presença constante (70% dos homens trabalham fora da comunidade, contra apenas 40% das mulheres) serve como um dos maiores obstáculos ao roubo domiciliar e, mais importante ainda, à usurpação ou ocupação da casa por outros.¹³ Se uma mulher tem que sair ocasionalmente de casa, o risco é pequeno (outros cuidarão da casa). Se sai regularmente, sempre será necessário que alguém cuide de sua casa. Por causa deste tipo de vigilância, construíram cercas e criaram cachorros.

A importância daqueles que cuidam do patrimônio doméstico nos "Los Deportivos" passa a ser uma das razões pelas quais a composição ideal para um grupo doméstico inclui a associação de vários adultos com padrões de trabalho complementares, onde alguns trabalham por dinheiro fora do grupo enquanto outros cuidam da casa (e das crianças) usando-a como base para pequena produção e atividade comercial. Isto significa — tomando em conta as altas taxas de desemprego e de auto-emprego — que enquanto um membro sai para trabalhar, outro geralmente está disponível para cuidar da casa e manter os bens. Uma vez construída a casa, o rendimento monetário masculino (consistentemente maior do que o feminino) e a maior facilidade dos homens para obter material de construção, são quase essenciais para a acumulação de capital dentro do grupo doméstico. Os rendimentos monetários femininos, geralmente baixos, somente permitem (caso falte o homem) um nível de subsistência. Consistente com informações de outras favelas e ocupações espontâneas, as mães solteiras têm os níveis de vida mais baixos, a menor quantidade de bens materiais, carecem de ajuda e basicamente não dispõem de nenhuma possibilidade de acumulação de capital (Lomnitz, 1974; Hopgood, 1979). Similarmente, fato que é geralmente ignorado, a única forma para que os homens possam acumular capital é medi-

(12) Montaño (1976: 121) explicitamente enfatiza o papel desempenhado pelas mulheres, nas comunidades de ocupação espontânea, em manter contatos com funcionários públicos e para a mobilização dos habitantes. Ver também Lomnitz (1974) e Roberts (1973).

(13) Eckstein (1977: 57) descreve algumas das inseguranças, pós-invasão, numa *colônia proletária* mexicana: "Alguns invasores foram roubados e removidos à força. Outros tiveram parte de suas moradias rudimentares confiscadas ... Os invasores lutaram entre si pelos direitos de posse".

ante seu ingresso num grupo doméstico.

Resumindo, a capacidade para que os grupos domésticos de "Los Deportivos" invistam, é limitada. A casa própria é relativamente segura, porém o emprego não é. As pessoas necessitam-se mutuamente para poder conseguir segurança: o grupo doméstico passa a ser uma das formas com que isto é conseguido. Deve-se acrescentar que o lento processo de investimentos em bens materiais é uma das poucas opções disponíveis a estas populações, já que os bancos e outras agências financeiras não se prestam a trabalhar com pequenas quantidades, tendendo ao desinteresse. Por exemplo, Eckstein notou que no México:

"As instituições econômicas privadas discriminam os pobres urbanos. Bancos de hipoteca, poupança e de empréstimos raramente financiam melhorias para alojamentos de baixo custo (...) Por outro lado, os bancos geralmente, apenas emprestam dinheiro aos cidadãos que ganham mais de \$60,000 (pesos) por mês, o que é conseguido apenas por um terço da população da *colônia proletária*" (Eckstein, 1977: 62).

Esta falta de acesso a instituições financeiras significa que para as classes pobres urbanas, deverá ser o grupo doméstico que irá regular a acumulação e investimentos em poupança.

A TENSÃO ENTRE AS REDES DE RECIPROCIDADE E A ECONOMIA DOMÉSTICA

Ao enfatizar os esforços de grupos domésticos em comunidades de ocupação espontânea para investir trabalho e acumular capital, não se quer insinuar que as redes de reciprocidade (do tipo descrito por Lomnitz) sejam insignificantes. As redes não somente são estratégias de sobrevivência, mas também estratégias que ajudam os indivíduos a encontrarem trabalhos melhores e moradia, acumulando assim seu próprio capital. Esta ajuda, no estabelecimento de outros grupos domésticos com base mais segura, significa que estes se converteram em pontos de contato mais seguros dentro das próprias redes de reciprocidade. Entretanto, uma vez estabelecidos, verifica-se uma tendência para que os grupos domésticos se separem das redes de reciprocidade, protegendo assim seus interesses e recursos. Os grupos domésticos preferem não prestar serviços e favores que empreguem recursos líquidos, que são escassos, e sim prestar e receber aqueles que empreguem mão-de-obra ociosa. O código que governa a reciprocidade — segundo vários autores — indica a existência de um ritual para evitar conflitos que afetem as estratégias de investimento destes grupos e as daqueles que necessitem de ajuda.¹⁴ Tem-se observado que, quando o grupo doméstico começa a acumular, tende a retirar-se daquelas redes de reciprocidade que não lhe prejudiquem este processo de acumulação. A separação não é somente causada por mo-

(14) Ver Lomnitz (1974); Roberts (1973) e Whiteford (1974).

tivos psicológicos ou de status, mas também pela necessidade de o acumulador concentrar recursos. Assim se espera alcançar melhor nível de segurança. Como já foi observado por outros, nas comunidades pobres urbanas quanto mais ricos são os grupos domésticos, mais isolados se encontram nas redes de reciprocidade vicinais (Lomnitz, 1974 e Roberts, 1973).

CONCLUSÕES

É possível observar aqui que o recente interesse nas redes de reciprocidade deve ser avaliado com estudos que enfoquem esforços, tanto do indivíduo como do grupo doméstico, para acumular capital. Isto vale tanto para os estudos das elites e das classes médias, como para a dos pobres. Sendo que a acumulação pode ser uma estratégia competitiva que tem que ser avaliada entre as demandas a curto prazo e as vantagens de participação nas redes, tornando-se necessário investigar como é que se consegue esse equilíbrio. Para as populações pobres urbanas da América Latina, tentei ilustrar alguns de seus esforços por acumular propriedade privada que não podem ser facilmente consumidos pelas redes de reciprocidade. A moradia, nas ocupações espontâneas, enquadra-se nessa categoria.

O grupo doméstico passa a ser uma unidade que adquire e guarda a riqueza familiar, servindo como núcleo para decisões financeiras e acumulativas do grupo. Considerar o grupo doméstico como unidade que possui ou procura acumular capital, não significa *ipso facto* que o grupo doméstico se converta numa instituição capitalista. A menos que controle mais meios de produção e empregue trabalho assalariado, seria difícil chamá-lo de capitalista. Mas, tomando a palavra "capital" em seu sentido mais amplo, como acumulação de riqueza ou de bens produtivos que no futuro renderão lucros, é possível ver então a acumulação de capital como preocupação do grupo doméstico. Porque, ainda assim, estas estruturas não podem ser tratadas como instituições capitalistas por excelência: sua adaptação às condições de existência capitalista faz com que o comportamento reflita essas condições. Especialmente nas sociedades urbanas, o núcleo da economia do grupo doméstico consistirá na sua habilidade para estabelecer e acumular bens e capital.

Esta fase da economia do grupo doméstico, a qual é crucial para sua sobrevivência, não tem sido enfatizada na investigação. Enquanto que — sem dúvida alguma — as redes de reciprocidade são importantes para a adaptação e sobrevivência, os investimentos e poupanças do grupo doméstico representam outra importante alternativa frente à total dependência do indivíduo no instável mercado de trabalho. O grupo doméstico é um meio pelo qual grupos de pessoas criam defesas contra as dificuldades e a total proletarização resultantes de situações onde indivíduos têm de sobreviver em condições adversas.

Minha intenção tem sido mudar o foco de debate sobre a natureza e as funções do consumo e a distribuição dentro do grupo doméstico, nas cidades

latinoamericanas, para o estudo do comportamento dos grupos domésticos como pequenas unidades capitalistas que mediam entre o engrandecimento do setor capitalista e o empobrecimento do setor proletário. Para esta pequena unidade doméstica é impossível alcançar algo mais que o capital suficiente para sua reprodução, consumo e pequena produção. Apesar de sua evidente fragmentação frente às grandes corporações industriais e à burocracia governamental, o grupo doméstico pode ser um importante e criativo agente, protegendo o indivíduo da insegurança proletária e provendo meios para sua reprodução.

BIBLIOGRAFIA

- BENDER, D.: "A Refinement of the Concept of Household: Family Coresidence and Domestic Functions." *American Anthropologist* 69: 293-304, 1967.
- BOSEN, L.: "Household Work Patterns in an Urban Shantytown in Guatemala City." *Western Canadian Journal of Anthropology* 6(3): 270-76, 1976.
- CORNELIUS, W.: "The Impact of Governmental Performance on Political Attitudes and Behavior: The Case of the Urban Poor in Mexico City." *Latin American Urban Research* 3: 207-58, 1975.
- ECKSTEIN, S.: *The Poverty of Revolution: The State and the Urban Poor in Mexico*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- FLINN, W.: "Rural and Intra-Urban Migration in Colombia: Two Case Studies in Bogotá." *Latin American Urban Research* 1: 83-95, 1971.
- HOPGOOD, J.: "Settlers of Bajavista: Social and Economic Adaptation in a Mexican Squatter Settlement." *Papers in Interamerican Studies* N.º 7, 1979.
- KEMPER, R.: "Family and Household Organization Among Tzintzuntzan Migrants in Mexico City." *Latin American Urban Research* 4: 23-45, 1974.
- LEEDS, A.: "Political, Economic and Social Effects of Producer and Consumer Orientation Toward Housing in Brazil and Peru." *Latin American Urban Research* 3: 181-216, 1973.
- : "Housing-Settlement Types, Arrangements for Living Proletarianization and the Social Structure of the City." *Latin American Urban Research* 4: 67-100, 1974.
- LEWIS, O.: *Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. New York, Mentor Books, 1959.

- LOMNITZ, L.: *Como Sobreviven los Marginados*. México D. F., Siglo XXI, 1974.
- LORENTE, R.: *América Latina: Urbanización y Vivienda*. Montevideo, Biblioteca Científica, 1970.
- MANGIN, W.: "Urbanization: A Case History in Peru." In: *Peasants in Cities: Readings in the Anthropology of Urbanization*, W. Mangin, editor, Boston, Little Brown, 1970.
- MONTAÑO, J.: *Los Pobres de la Ciudad y los Asentamientos Espontáneos*. México D. F., Siglo XXI, 1976.
- ROBERTS, B.: *Organizing Strangers: Poor Families in Guatemala City*. Austin, University of Texas Press, 1973.
- *Cities of Peasants: The Political Economy of Urbanization in the Third World*. Beverly Hills, Sage Publications, 1978.
- SAFA, H.: *The Urban Poor of Puerto Rico: A Study in Development and Inequality*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1973.
- STACK, C.: *All Our Kin: Strategies for Survival in a Black Community*. New York, Harper Row, 1974.
- WHITEFORD, M.: "Neighbors at a Distance: Life in a Low-Income Colombian Barrio." *Latin American Urban Research*, 4: 157-82, 1974.
- YANAGISAKO, S.: "Family and Household: The Analysis of Domestic Groups." *Annual Review of Anthropology*, 8: 161-207, 1979.

ORIGEM DO HOMEM BRANCO: O PROBLEMA DO CONTATO NO SISTEMA TRIBAL

UMA TENTATIVA DE ANÁLISE ESTRUTURAL DE MITOS KAYAPÓ *

*Josefa Saleta Barbosa Cavalcanti ***

INTRODUÇÃO

Constitui o presente trabalho uma tentativa de análise de mitos. Escolhemos mitos dos índios Kayapó, que formam o ramo ocidental dos povos Jê do Norte do Brasil, especificamente aqueles sobre a origem dos cristãos.¹ As versões selecionadas são provenientes de dois grupos Kayapó² – grupo Kuben-kran-kegn e Xikrin, que serão analisadas numa perspectiva não apenas comparativa mas com o objetivo de integrando-as, chegarmos à compreensão da estrutura em que foram gerados.

* A primeira versão deste trabalho foi apresentada no Curso Teoria Antropológica, ministrado pelo Dr. Roberto da Matta em 1972, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Agradecemos aos membros daquele curso as sugestões e críticas à versão original. Sua publicação neste número de RAÍZES justifica-se pela sua atualidade para o estudo etnológico das sociedades indígenas da América do Sul. O estudo mostra como, decorrente do processo de mudança sofrido nos primeiros períodos do contato, as chamadas "sociedades frias" (sem história) (Levi-Strauss, 1976: 36) incluem nos seus sistemas de representações a presença do colonizador dando origem aos principais problemas enfrentados por aquelas populações para continuarem a existir. Tal situação acentua-se subsequentemente, quando quer que as exigências do processo de desenvolvimento da sociedade maior determinem a abertura de fronteiras para resolver situações criadas por esse mesmo desenvolvimento, como se terras e outros recursos utilizados pelas populações indígenas estivessem disponíveis para apropriação e exploração pelo grupo colonizador.

** Professora Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional - UFRJ, Ph.D em Sociologia – Universidade de Manchester (Inglaterra).

- (1) Os Kayapó consideram como "cristãos" a população que forma o campesinato do Brasil Central. (Cf. Dreyfus, 1963: 10).
- (2) Os Kayapó incluem os Kubenkragnotire, os Kuben-kran-kegn, os Gorotire, os Xikrin, os Kreenakarore, os Mentuktire, os Txukarramõre, os Diõre e provavelmente os Beiços de Pau (Cf. Melatti, 1970: 45). Fazem parte da família Jê, do tronco lingüístico Macro Jê.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	N.º 2-3	109-125	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	---------	---------	----------------

Utilizaremos as idéias que nos são sugeridas por Levi-Strauss (1967, Capítulo XI) e Da Matta (1970). Apresentaremos as versões que serão analisadas divididas em unidades constitutivas ou mitemas e procuraremos isolar episódios de modo a tornar mais fácil a compreensão da estrutura dos mesmos.

As duas variantes que serão aqui analisadas colocam bem o problema do contato interétnico, como os índios explicam e representam o surgimento dos brancos. Acharmos interessante esclarecer que a primeira versão a ser analisada data de 1960, poucos anos após o contato muito tênue e apresenta poucos dados sobre a situação. Já a segunda, data de 1971 e nos fornece mais elementos sobre o contato com os brancos. Assim, verificaremos como, pelo menos em termos do mito, é reconhecido, interpretado e solucionado o problema.³

O MITO DO GRUPO KUBEN-KRAN-KEGN SOBRE A ORIGEM DOS CRISTÃOS

- A 1. Era um pouco antes da festa do Kurakágo. 2. Todos os homens estavam na caçada. 3. Um lagarto, "pino", aproximou-se de uma jovem que havia ficado na aldeia com seu pai e sua mãe. 4. De noite ele retornou e fez amor com ela e assim muitas noites seguidas.
- B 5. A mãe da moça ouvindo o barulho, perguntou-se quem falava à sua filha. 6. Na noite seguinte, ela não dormiu e escutou. 7. Ela se convenceu de que um homem vinha cada noite dormir com sua filha, mas ela não conseguia ver sua aparência. 8. Ela se levantou de madrugada e se escondeu perto da porta. 9. Ela ouviu bem alguém sair, mas não viu nada. 10. Ela olhou para todo lugar e percebeu um lagarto que subia ao longo de uma árvore. 11. Ela compreendeu que este era o amante de sua filha.
- C 12. Ela foi contar a coisa a seu marido e ambos decidiram queimar a árvore para matar todos os lagartos que nela estavam aninhados. 13. O casal amontoou lenha e folhas secas no pé da árvore e pôs fogo. 14. Se tivessem reunido mais material, todos os lagartos teriam morrido; mas não foram bastante diligentes e alguns répteis, caindo no fogo, escaparam. 15. Foram engrossar as águas de um pequeno regato que se tornou um grande rio. 16. Seguindo o curso deste rio, os índios chegaram a uma aldeia de grandes casas. Galos cantavam. 17. Era a aldeia dos lagartos metamorfoseados em cristãos.

(3) A primeira versão aqui apresentada, fomos encontrar em Metraux (1960), e a segunda nos foi fornecida pelo professor Roberto da Matta, datada de 1971. As variantes são aqui apresentadas com divisões introduzidas por nós. As letras maiúsculas representam as divisões maiores ou episódios. Os números arábicos marcam as partes que serão destacadas no trabalho e assim facilitarão as referências que serão feitas quando da interpretação.

- D 18. A amante do lagarto estava grávida. 19. Deu à luz um menino que, cada tarde, transformava-se em pequenos lagartos que dormiam junto de sua mãe. 20. Os pais da moça queriam matar esses animais. 21. porém, quando, no dia em que o avô deles pensava em abatê-los, sua mulher o impediu, dizendo que estes eram um menino. 22. Uma tarde, entretanto, os avós assaltaram os lagartos.
- E 23. Quando a jovem despertou, não restava senão um. 24. Ela o tomou em seus braços e gritou: "Não o mateis, é meu filho" – "Não", disseram seus pais, "é um bicho". 25. Enterraram-se os lagartos mortos 26. e a moça partiu com o sobrevivente. 27. Ambos se tornaram também cristãos e possuíram muitos machados.

MITO DO GRUPO XIKRIN DE CAETETE SOBRE A ORIGEM DOS CRISTÃOS

- A 1. Amrebe, Amrebe, Kuben Ket. Há muito tempo não havia cristãos; 2. só índio; tudo era índio. 3. Ue-Me-Kaprãñ brigou com mulher dele. 4. Ela mandou os outros índios matar ele. 5. Eles o matam, 6. e depois ele fica vivo de novo. 7. Chega no acampamento novo de tarde. 8. De novo a mulher dele mandou matar. 9. Matam ele de novo e vão embora. 10. Ficou vivo de novo. 11. Isto acontece várias vezes. 12. Os índios iam mudando de acampamento e o Ue-Me-Kaprãñ ia atrás. 13. Quando chegou a mulher dele gritou de novo 14. então ele disse: "Me dá as minhas coisas para ir embora de uma vez". 15. Mulher deu as coisas dele.
- B 16. Quando o filho dele já tinha crescido e ficado homem, ele vai ao mato com compadre. 17. O compadre flechou uma arara sentada numa árvore e a flecha ficou fincada lá em cima do pau. 18. Ele subiu para pegar a flecha e viu uma roça de lá de cima. 19. Desceu e foi ver. 20. Viu a roça dele, tinha arroz, abóbora, feijão e pipoca. 21. No barracão dele tinha sal, panela. 22. Tem tudo; querosene, lata de gasolina de barco. 23. Só olhou pela janela, já viu o leite ninho, já viu tudo. 24. Vai embora para o mato de novo. 25. "Oh, compadrel o homem está na roça brocando descoivara, não é índio não é cristão. 26. Já tem roupa; teu pai já é Kuben".
- C 27. O filho vai para a roça e aproxima-se do pai; 28. disse: "Djunua, Djunua". 29. Ele não escuta não, só capina na roça. 30. O filho fala de novo: "Djunua", segurando-lhe o braço. 31. Ele olha para o filho: "Eu não sou teu pai não" 32. o filho chora: "Eu estou crescido, não sou mais pequeno". 33. O pai perguntou: "Tem outro índio, quem está com você?". 34. "É o meu compadre". 35. "Vai chamar o compadre".

- D 36. O pai os leva no barracão dele, senta um pouco, cansado. 37. Depois vai buscar ango (missanga). 38. Filho dele ganhou pouco, ele quer mais: "aité"l, "aité"l (mais, mais). 39. Está bom, o pai dá mais. 40. Compadre ganhou poucas misangas, "aité", "aité", "aité"l 41. Está bom, ganha mais. 42. Vai facão também; ganha pouco; quer mais; "aité"l Ganhou de novo. 43. Agora ele diz: "Está bom, já ganhei muito". 44. O pai disse: "Meu filho toma um rifle". 45. O filho respondeu: "Eu só quero arco e flecha". 46. Não quis o rifle porque não sabia. 47. Já vai embora. Quando está longe ouve um tiro de rifle. 48. Estão escutando Bum! Bum! 49. Os dois correm e depois ficam com vontade de pegar o rifle; mas não voltam não.
- E 50. Chegam ao Kimbre (aldeia). 51. De noite eles contam às mulheres: "Ue-Me-Kaprãñ tem muita conta, machado, facão". 52. No dia seguinte de manhã, todas as mulheres vão para lá; a mulher dele, vai junto. 53. No barracão todos pegam coisas: ango, machado, facão e já vão voltando. Outros ficam esperando que ele dê. 54. Ue-Me-Kaprãñ estava roçando, capinando na sua roça. 55. Mulher dele o chamou para que ele dê as coisas, e ele chegou limpando o facão; 56. ele vem falando: "Quem é minha mulher?" e limpando o facão vem falando, vem falando, perto da mulher, agarra-lhe o cabelo e o corta com facão. 57. As mulheres todas correm de medo para o mato. 58. Ue-Me-Kaprãñ disse: "Não corram que eu só quis matar a minha mulher (é só dela que eu estou com raiva)". 59. Ue-Me-Kaprãñ disse: "Não vou matar tudo não". 60. Ele pega as mulheres, fecha, tranca a porta. "Fiquem aqui".
- F 61. De noite vai tudo embora de "Penta". 62. De manhã os índios querem ir matar Ue-Me-Kaprãñ 63. mas no barracão não tem ninguém; 64. os homens correm na beira do rio, mas cansam, não vêem nada. 65. O barco é ligeiro e vai pelo rio, 66. os índios vão por terra. 67. Os índios voltam para o Kimbre. 68. Não acharam as mulheres deles. Ue-Me-Kaprãñ levou muita mulher. 69. Agora tem muito Kuben, no Conceição do Araguaia, no Belém, no Rio, no Brasília (tu que sabes, eu não ví não). 70. As mulheres tiveram muitos filhos. Agora tem muito Kuben.

ANÁLISE DO MITO DO GRUPO KUBEN-KRAN-KEGN

Episódio A: Das relações moça, lagarto e sociedade

Este mito inicia-se refletindo a presença de um conceito de tempo entre os Kayapó, se nos utilizarmos da idéia que nos oferece Evans Pritchard em seu trabalho sobre os Nuer⁴, que seria evidenciado entre os Kayapó por A, 1. Este

(4) O autor considera que entre os Nuer, o "conceito de tempo é primariamente baseado nas variações sazonais das atividades sociais (Pritchard, 1940: 96).

marco de referência reflete a importância de uma atividade social para aquela sociedade: a Festa de Kurakãgo. Simone Dreyfus (1963: 132) faz menção à dança de Kurakãgo que ocorre no momento da colheita da mandioca. Para tanto, homens, mulheres e jovens se dispõem cada dia sobre a praça da aldeia em arcos e círculos concêntricos. Sua dança é acompanhada de cantos, inicia-se antes do sol se pôr e pode prolongar-se até à madrugada.

Reportando-se a um tempo antes dessa festa, e em seguida ao fato dos homens estarem caçando, este mito nos coloca de início a oposição Natureza/Sociedade. A festa realiza-se dentro da aldeia (Sociedade),⁵ na praça da aldeia; os homens caçam fora da aldeia (Natureza) e por isso sempre anunciam o retorno da caça gritando em uníssono enquanto estão longe da aldeia e disparando flechas na praça, induzem mulheres e crianças na aldeia a se recolherem às suas casas. (Cf. Turner, 1966: 15). Assim, podemos verificar outros pares de oposição: dentro/fora; centro (onde está localizada a praça da aldeia)/periferia (onde ficam as casas da aldeia em torno da praça). Evidencia-se também a oposição homem/mulher; em preparação às grandes festas realizam-se caçadas coletivas para que se acumule bastante caça; estas são preocupações das metades masculinas e organizadas pelos chefes das metades. Observe-se A. 2 e 3; enquanto os homens estavam caçando, a moça havia ficado na aldeia com sua mãe; portanto, há uma oposição homem/mulher — homens fora da aldeia, mulheres dentro da aldeia. A presença do pai da moça na aldeia ao invés de fora da aldeia, podemos opinar que se deva ao fato de ser ele já muito velho, pois os homens mais velhos também ficam na aldeia quando os mais novos vão caçar. Daí, verifica-se uma oposição muito importante para a sociedade Kayapó: Mais velho/mais novo, bem evidenciada pelo sistema de classes de idade que organiza a vida social daquele grupo.

A situação complica-se no momento em que a moça "faz amor" com o lagarto, elemento da natureza e animal de categoria não comestível para os Kayapó; estabelece-se uma confusão dessas categorias. Em relação a este fato, achamos útil fazer aqui algumas considerações sobre proibições alimentares no que diz respeito à carne de certos animais entre os Kayapó: Animais carnívoros como o lobo, cachorro, gato selvagem, pantera, jaguar e outros não são comíveis. Preguiça, macacos que uivam, insetos e répteis (exceto tartaruga e tartaruga de rio) são também considerados não comestíveis (Turner, 1966: 14-15). Podemos então opinar que houve uma relação da jovem com o animal tabu, réptil, isto é, o lagarto que traz todo um sentido de transformação e, ao que nos parece, esta é a conotação para os Kayapó.

Essas proibições alimentares alcançam maior relevância em situações cruciais de vida. Assim durante a gravidez, deixa a mulher de comer a carne de qual-

(5) A aldeia Kayapó tradicional é circular na forma, com um ou mais círculos de casas de famílias extensas uxoriocais cercando uma praça central aberta; no oriente e ocidente erguem-se duas casas dos homens (Cf. Turner, 1968).

quer animal da classe "mrúkakrit"⁶ para que o filho dela não sofra efeitos maus da influência dos animais, a qual é concebida operar por meio de uma pequena parte de substância física real do animal, como cabelo, pedaço de osso ou sangue que tenham entrado no corpo da paciente por ingestão normal ou contato, uma vez que no corpo é animado pela malevolência do animal. Por exemplo, acredita-se que se a mulher grávida come de tamanduá grande, seu filho terá "clava quadrúpede", refletindo a influência do curvado e patas em transformação do tamanduá (Cf. Turner, 1966: 289-290). A nossa interpretação pode aqui ser enriquecida com uma citação de Levi-Strauss (1970: 83) sobre proibições alimentares relacionadas ao esquilo: "... O mesmo esquilo é proibido às mulheres grávidas, pelos Fang do Gabão, em face de considerações de outra ordem: esse animal se refugia nas cavidades dos troncos das árvores e a futura mãe que comer sua carne arrisca-se a que o feto imite o animal e recuse a sair do útero" (associado a bu-raco).

Como veremos nos episódios seguintes, o lagarto está intimamente associado com a jovem que fica grávida e cujo filho transforma-se continuamente em lagarto.

Episódio B: Das relações mãe e filho

Nesta segunda fase as relações implícitas são entre mãe e filha. A necessidade da mãe controlar a vida sexual da filha (ver B) liga-se ao fato de que no momento em que a filha passe para a categoria de mulher adulta, tendo um filho, sua mãe passará imediatamente para uma classe de idade superior, quando atinge o status de sogra em sua "household" natal. Como sabemos, a residência entre os Kayapó é uxori-local e há, como bem nos coloca Turner (1968: 369) uma oposição dentro da "household" entre os status daquelas que são esposas jovens e as que já são sogras, análoga à divisão entre as categorias junior e senior do grau de idade masculina⁷.

(6) Na categoria "Mrukakrit" incluem-se os roedores, macacos e todos os outros alimentos de pequenos animais. O termo é também aplicado para jaguar, lobos, insetos e répteis, que (com exceção da tartaruga) não são considerados comestíveis (cf. Turner, 1966, nota 1, p. 172).

(7) Uma menina é introduzida nas metades das mulheres mais tarde do que o menino, em idade consideravelmente passada da puberdade, quando ela é considerada apta para a maternidade. Ela permanece um membro da sociedade junior da idade das mulheres (mê-kra-puyn, pessoas com poucos filhos) de sua metade até que ela atinja a mais idade; neste tempo ela normalmente terá tido vários filhos e se tornado uma sogra atual ou prospectiva em sua própria "household". Este tempo, é em termos do sistema de idade, o ponto em que a filha mais velha da mulher atinge a idade para a introdução na sociedade junior das mulheres de uma das metades. Assim ela matricula-se no grau de idade de mê-kra-kranti (pessoas com muitos filhos) e na sociedade senior das mulheres de sua metade.

O fato de tornar-se sogra dá à mulher o prestígio de ascender ao status mais alto das sociedades das mulheres e, portanto, há interesse de conhecer o seu futuro genro que irá conviver em sua "household" após o nascimento do seu primeiro filho, considerado pelos Kayapó como o fato consumidor do casamento. É a mãe que observa e acompanha o primeiro ato sexual de sua filha, como nos coloca Simone Dreyfus (1963:55) e por isso ela pode descobrir quem, neste caso, era o amante de sua filha (ver B, 11). Observe-se aqui a presença de um par em oposição: alto/baixo; a mulher em baixo observa o lagarto que sobe (ver B, 10); que talvez esteja relacionado à ascensão de uma classe de idade a outra.

Episódio C: Das relações marido, mulher e lagarto

A mulher conta o fato presenciado ao marido e ambos resolvem matar os lagartos que estavam aninhados numa árvore, colocando fogo, mas o objetivo não foi atingido; alguns répteis escaparam indo engrossar as águas de um pequeno regato que se tornou um grande rio; seguindo o curso deste rio, os índios encontraram uma aldeia com grandes casas e concluíram ser aquela a aldeia dos lagartos que haviam sido transformados em cristãos.

Nota-se nesta fase que a sociedade representada pelo homem e a mulher, procura meios, dentre os existentes em si, para afastar elementos cujo contato com os seus membros iria desorganizar as suas relações sociais. Observe-se que homem e mulher se unem, como se a sociedade que é normalmente dividida em metades, se esquecesse por um momento de sua organização para enfrentar um inimigo potencial, no caso o lagarto.

Há aqui uma oposição muito nítida entre *fogo* e *água*. Quando aos lagartos é atado fogo eles morrem (ver C, 13 e 14) e aqueles que conseguem escapar do fogo (ver C, 14), vão encontrar a água como elemento que lhe dá possibilidade de vida (ver C, 15), não mais como lagartos (pois o fogo é também elemento transformador), mas como cristãos (ver C, 17), uma nova categoria que não pertence à sociedade indígena, "mas também não é natural" (Cf. Da Matta, 1970: 98). Assinala-se também a presença do rio como facilitando a passagem do mundo indígena ao mundo dos brancos. Incorpora-se assim uma nova categoria ao modo de os índios ordenarem seu universo que sendo estranha a ele, não pode ser abandonada pois sua presença irá influenciar a sociedade indígena.

Parece-nos que até esta fase, como colocamos inicialmente, há apenas uma ameaça à sociedade Kayapó pois ainda não apareceu o fruto das relações do lagarto com a moça; quando os lagartos transformam-se em cristãos, não estão ainda em contato com índios; aqui é mencionado apenas que os lagartos metamorfoseados em cristãos estão do outro lado do rio (ver C, 16 e 17).

Episódio D: Da ambigüidade menino-lagarto

Como prevíamos no episódio inicial, a relação da moça com o lagarto está associada aos tabus que cercam uma mulher grávida Kayapó; a moça estava grávi-

da e o seu contato com o lagarto fez com que ela tivesse um filho que transformava-se cada tarde em lagarto (ver D, 18 e 19). Associe-se isso ao que mencionamos sobre a possibilidade de um filho, cuja mãe violasse restrições alimentares com relação a certos animais no período de gravidez, vir a apresentar características semelhantes ao animal em consideração. Concretiza-se a ameaça e uma resolução para o problema é apontado pelo código da sociedade: "Uma criança que nasce deformada é enterrada viva, como são os gêmeos" (Turner, 1966: 290).

Há uma certa discussão entre os pais da moça sobre a aplicação da sanção (ver D, 20 e 21), mas enfim concordam (ver D, 22) e assaltam os lagartos. Note-se que quando a avó discorda em que se matem os lagartos é alegando que são um menino, e há entre as mulheres Kayapó um grande amor às crianças. Quando concordam em matá-los, é por considerá-los elementos ambíguos. O menino não ficou na aldeia, porque sua ambigüidade ameaçava a organização daquela sociedade, pois não possuía condições de atuar como membro do grupo. Associe-se também ao fato da ausência do pai como elemento que possibilitaria a introdução do menino na sociedade, garantida pela presença de um amigo formal herdado patrilinearmente.

Episódio E: Das relações índios e cristãos

Na fase inicial do mito dá-se a resolução do conflito, uma vez que a mãe, aceitando como filho aquele ser ambíguo (ver E, 24) ratificava sua posição de elemento desorganizador e a única solução seria o seu afastamento da sociedade (ver E, 26). Foi assim, a nível tribal, estabelecido o equilíbrio, com a expulsão dos elementos infratores do seu código. No entanto, isto vai possibilitar em outro nível o surgimento de uma nova ameaça: os cristãos; colocados aqui mais claramente pela posse de machados.

Esta versão, como já dissemos, é mais antiga, poucos anos após o contato deste grupo com os brancos; embora reconhecendo a presença dos brancos, não faz alusões mais claras à situação de contato, como o do grupo Xikrin que analisaremos agora, recolhido mais recentemente.

ANÁLISE DO MITO DO GRUPO XIKRIN

Episódio A: Das relações homem, mulher e sociedade

Este mito inicia-se estabelecendo uma forte oposição, do ponto de vista Kayapó, a ser mediada; aquela entre índios e cristãos (ver Mito Xikrin, A, 1 e 2). A referência aqui é a um tempo antes do contato e pacificação, que ocorreu entre os Kayapó por volta de 1950.

Anterior ao contato, isto é, antes da presença dos "cristãos" em seu território, o único mundo conhecido para eles era aquele em que havia apenas índios; daí, o relato se prende a acontecimentos do dia a dia daquela sociedade. Um ma-

rindo briga com sua mulher e, por causa disso, estabelece-se um conflito dentro daquela sociedade, pois a mulher manda que os outros índios o matem. Todas as vezes que é morto, ele retorna com vida ao acampamento novo (o que remete a constante mudança do local da aldeia que ocorre entre aquele grupo, especialmente quando da morte de um certo número de pessoas)⁸, até que se estabeleça um rompimento definitivo marido/mulher, quando a mulher lhe entrega todas as suas coisas (ver A, 14 e 15).

A expulsão de Ue-Me-Kaprãn da aldeia, nos remete a uma oposição mais marcante Natureza/Sociedade. O homem é colocado fora do convívio social, porque desrespeitou o código do grupo a que pertencia, tornando-se um indivíduo marginal ao mesmo. O uso da força física que se patenteia em A, 4, 5, 8 e 9, só pode ser efetivada legitimamente a indivíduos ou grupos definidos como estranhos à comunidade (Exemplo: feiticeiros, comunidades estranhas, imigrantes refugiados, ou membros da comunidade que tenham repudiado sua conexão com ela por atos ou ameaças de violência). É o chefe como representante da sociedade que pode definir indivíduos em grupos como estranhos à comunidade neste sentido e baseado nisso requerer sanções violentas contra eles. (Cf. Turner: 1966, 96).

O fato de haverem sido quebradas as ligações que um indivíduo tinha dentro da aldeia, é sintomático de que o uso da força física contra esse indivíduo se deva a acusações de feitiçaria, que situa-se entre as causas da morte entre os Kayapó.⁹ "Homens que falharam em adquirir posições sólidas de prestígio e influência para si na sociedade dos homens, resolvem algumas vezes por meio da feitiçaria ganhar prestígio na comunidade. É um risco político, porque sua posição social marginal e por outro lado não influente, deixa-o duplamente vulnerável de se tornar o "bode expiatório" por causa da morte de alguém, ou de um desastre ou epidemia pública" (Turner, 1966, Apêndice I, I).

O rompimento das relações com sua mulher explicam porque apenas ele sofreria o castigo, pois "todos os parentes do feiticeiro de ambos os sexos e de todas as idades são mortos com ele, a menos que cortem suas relações de parentesco com ele, para a satisfação da comunidade" (Turner, 1966, Apêndice I, V).

(8) Depois de um período de 5 a 10 anos, em que muitas mortes têm ocorrido na aldeia, uma aldeia estilo aborígine é queimada, o local abandonado, e uma nova aldeia erigida a uma pequena distância. Isto é feito para escapar à insalubre proximidade do fantasma do morto (Cf. Turner, 1966: 395).

(9) Feiticeiros (me-udju) são geralmente estrangeiros (refugiados ou imigrantes de outros grupos Kayapó ou de tribos estrangeiras), indivíduos marginais sem parentes ou conexões firmes na comunidade, homens que têm construído uma reputação como Shaman (wayanga) ou indivíduos ocasionais que possam ter alardiado publicamente que conhecia algo sobre feitiçaria, embora não coloque em prática. (Cf. Turner, 1966, Apêndice I, I.)

A oposição homem/mulher é reafirmada pelo fato de o feiticeiro ser concebido para os Kayapó como uma categoria essencialmente masculina (Turner, 1966, Apêndice I, VI).

Neste Episódio as oposições marcantes são entre índios/cristãos; homem/mulher; natureza/sociedade e dentro/fora. Quanto ao primeiro par em oposição será explicitado melhor nos outros episódios; a segunda e terceira, no entanto, ficam claramente estabelecidas quando homem/mulher separam-se definitivamente (ver A, 14 e 15); o homem é expulso da sociedade, passando para a natureza, o que dá origem a um novo par em oposição dentro da sociedade/fora da sociedade.

Episódio B: Das relações homem e compadre

O filho de Ue-Me-Kaprã já crescido, homem, sai da aldeia e vai ao mato com o "compadre" que descobre uma roça e lhe diz que o homem que está na roça é seu pai, é cristão (ver B, 25 e 26). Uma oposição visível aqui é entre grande/pequeno relacionada à estratificação com base na idade que existe entre os Kayapó, onde homens e mulheres são organizados de acordo com classes de idade.¹⁰ Outra oposição alto/baixo (ver B, 17, 18 e 19), Esta oposição é colocada também em outros mitos Kayapó (ver Metraux, 1960). Índios/ Cristãos; patenteada especialmente pela posse de objetos considerados como dos "civilizados" (ver B, 21, 22 e 23) e também pela posse de roupa (ver B, 25 e 26), Objetos indígenas/objetos de civilizados (ver B, 17 e 18/21, 22 e 23).

Pouco a pouco o mito vai estabelecendo diferenças entre índios e cristãos que será a principal oposição a ser resolvida no final do relato. Neste episódio há apenas a constatação de objetos próprios de índios ou de cristãos. Mas o ponto que consideramos crucial para a sociedade Kayapó e que é aqui bem colocado, é a relação entre "compadres". O "compadre" cujo termo pode ter sido incorporado ao vocabulário indígena pelo contato com os brancos parece relacionar-se aqui ao amigo formal de um homem Kayapó; Krab-djuo (amigo formal) realiza a função de mediador entre os indivíduos considerados como membros de um grupo de parentes pessoal e a comunidade como um todo nas ocasiões em que a comunidade redefine o status público de um indivíduo por meio do ritual coletivo (Turner, 1968: 368). Assim, aqui nos parece, a presença do compadre é de grande importância para a definição do status do filho perante seu próprio pai, pois estavam separados pelo fato de ter o pai infringido normas daquela sociedade.

(10) As casas dos homens são os domicílios de meninos e rapazes de duas classes de idade mais jovens dos homens (entre idade aproximada de 8 a 21 anos) e os lugares de encontro das sociedades dos homens, às quais pertencem indivíduos de grau de idade madura dos homens. A cada casa dos homens une-se um grupo de sociedade das mulheres também estratificada com base na idade. (Cf. Turner, 1968:367).

Episódio C: Das relações pai e filho

Nesta fase dá-se o encontro do pai com o filho claramente colocada quando o filho chama o pai pelo termo vocativo empregado para este entre os Kayapó (ver C, 28). No entanto o pai não reconhece o filho (ver C, 31). O filho decepcionado chora, explicando que ele agora está crescido, não é mais pequeno (ver C, 32). É colocada mais uma vez a diferenciação entre classes de idade; quando o pai separou-se da mãe, o filho era certamente de uma classe de idade junior; agora ele vem ao pai como membro de uma classe senior. Entre os Kayapó o ciclo de vida de um homem realiza-se por fases claramente marcadas pelo sistema de classes de idade e sua ligação a uma das metades da sociedade. Assim, os meninos são introduzidos na casa dos homens com a idade de oito anos mais ou menos por um responsável cerimonial, o pai substituto (ban káak). Este deve ser um indivíduo não parente do menino. O menino torna-se membro da casa dos homens a que pertence o pai substituto e daí, da metade que esta representa.

Pela introdução na casa dos homens, o menino torna-se membro da classe de idade das pessoas pintadas (me-ôkre) — característica do rito de introdução na casa dos homens. Depois de uma meia dúzia de anos nesta classe de idade, ele passa pela cerimônia de iniciação, que é novamente apadrinhado pelo pai substituto e seu amigo formal ou companheiro cerimonial; é também uma cerimônia de casamento e fortalece o papel dos laços afins em sua obtenção de uma vida social adulta. O companheiro cerimonial como o pai substituto devem ser não parentes, mas a posição é patrilinearmente herdada e é assim também unida simbolicamente com patrifiliação (Cf. Turner, 1968: 367-368). Como nos diz Turner: "A patrilinearidade da relação enfatiza simbolicamente o status paterno como o principal ponto de contato entre as funções individuais de um homem como membro de uma família privada e da comunidade como um todo, como incorporada no grau de idade, sociedade dos homens e instituições de metades, assim como o papel do pai substituto cerimonial (Turner, 1968: 368).

O jovem fica residindo na casa dos homens até que o seu casamento seja consumado. Depois do nascimento do seu primeiro filho, ele muda-se para "household" de sua esposa e gradua-se como "mëkra-re", isto é, para a categoria de homens maduros ou pais. Esta categoria é em si estratificada em "mëkra-nu-re" (aqueles com crianças pequenas ou pais novos que ocupam o status de genro na household da esposa) e "më-kra-jramt" (aqueles com muitos filhos que atingiram o idade e posição de sogros na household afim). "Os membros desta última categoria são os líderes oradores e figuras políticas da comunidade, dominando os negócios das sociedades dos homens que são as entidades políticas dominantes da sociedade Kayapó e o foco organizacional da maioria das atividades adultas masculinas fora da esfera familiar" (Turner, 1968: 368).

Se a nossa associação é correta, a presença do compadre é crucial em seu papel mediador entre pai e filho, funcionando inclusive como garantia para confirmar o status do filho perante o pai.

Um outro ponto que consideramos importante nesta fase, é que o encontro pai e filho ocorre em uma situação especial: o filho é índio, o pai é cristão. O filho vai ao pai com um elemento mediador; mediador entre natureza (estado em que o pai se encontra) e sociedade colocada por sua presença e presença do compadre.

Uma vez que o problema principal do mito é o contato índios/cristãos, podemos também colocar que o filho está aí colocado como um líder da sociedade Kayapó; estes são indivíduos da classe de idade senior masculina. Se o filho que aí se apresenta é o chefe, o compadre seria um representante da sociedade dos homens, revelando-se a sua importância para a sociedade Kayapó, pois do chefe em cooperação com os homens maduros são esperadas decisões relacionadas aos assuntos comuns do dia a dia. O chefe é também o repositório da autoridade judicial e se espera dele resolver ou ao menos pacificar disputas. (Cf. Turner, 1966: 88-89).

De acordo com estas considerações podemos aqui estabelecer ligações com o primeiro episódio deste mito, onde admitimos a possibilidade de que o homem expulso do grupo poderia ter sido acusado de feitiçaria, que é um dos indícios para um indivíduo ser considerado estranho ao grupo e daí ser passível de acusações violentas, que estão entre as atribuições do chefe a quem é também dado o poder de resolver as situações e é, ao que nos parece, a sua função no presente episódio. Daí concluímos que a expulsão do homem como elemento hostil à comunidade e sua conseqüente transformação fez com que num nível ele deixasse de constituir uma ameaça àquela sociedade, mas passasse a estabelecer relações com a mesma num outro nível, em virtude mesmo de sua presença que será tema do episódio seguinte.

Epidósio D: Das relações índios e cristãos

Este episódio inicia-se com o encontro de índios e cristãos (Ver D, 36), que na descrição completa do episódio deixa clara uma relação que poder-se-ia dizer de patronagem. O cristão possui vários instrumentos e objetos que não são conhecidos dos índios (ver D, 37, 40 e 42); ele presenteia os índios com estes, até que eles fiquem completamente satisfeitos (ver D, 43); nota-se aí claramente, a presença do dom estabelecendo uma relação hierárquica índios/cristãos. É o filho que pede e o pai que dá; como nos diz Marcel Mauss: "Entre chefes e vassallos, por seus dons é a hierarquia que se estabelece. Dar é manifestar sua superioridade, ser mais alto; aceitar sem dar nada em troca ou sem restituir nada, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, tornar-se pequeno (Cf. Mauss, 1950: 270). Analisando nestes termos, os índios recebendo presentes dos brancos sem lhes dar nada em troca, ficam a eles subordinados.

Na segunda fase deste episódio há uma tentativa por parte do branco de resolver a situação, quando ele oferece um rifle ao filho (ver D, 44), mas o filho

UM / BIBLIOTECA

não aceita e em sua negativa coloca bem a oposição rifle/arco e flecha (ver D, 45) isto é, arma de civilizado em contraposição às armas dos índios. Aqui, se confrontarmos com o mito de Aukê dos índios Timbira, veremos que no momento em que os índios preferem continuar a usar arco e flecha, eles estão escolhendo permanecer índios; no mito Aukê ocorre assim: "Quando Aukê fé-los escolher entre a espingarda e o arco, os índios ficaram com medo de usar a primeira, preferindo o segundo. Por terem preferido o arco, os índios permaneceram como índios. Se tivessem preferido a espingarda teriam se transformado em civilizados. Aukê chorou com pena dos índios não terem escolhido a civilização" (Cf. Melatti, 1970: 28).

Preferindo o arco e flecha os índios voltam à aldeia mas quando já estavam longe ouvem um tiro de rifle (sinal da força do branco); arrependem-se de não terem escolhido o rifle, mas não voltam (ver D, 47, 48 e 49). Assim a hierarquia branco/índio é claramente colocada; os índios subordinam-se aos brancos porque eles possuem poder e força.

Episódio E: Das relações homens cristãos e mulheres indígenas

Do regresso à aldeia, os índios contam do poder de Ue-Me-Kaprãn (ver E, 51) e todas as mulheres resolvem ir ao encontro do homem.

Como observamos, o episódio inicial do mito coloca bem a oposição homem/mulher, quando Ue-Me-Kaprãn briga com sua mulher e é expulso da aldeia. No presente episódio são as mulheres que saem da aldeia e vão ao encontro do homem, o que é bem colocado no mito, numa tentativa talvez de resolver a oposição homem/mulher. A mulher que no início possui o poder de mandar matar o homem (ver A) é, neste episódio quem se aproxima dele para pedir-lhe as coisas, tentando relacionar-se com ele (ver E, 55). Ue-Me-Kaprãn resolve a situação inicial cortando o cabelo de sua mulher com um facão (ver E, 56), numa demonstração de sua força, a força do civilizado. As mulheres tentam fugir, mas não conseguem pois Ue-Me-Kaprãn as apanha e deixa-as trancadas (ver E, 57, 58, 59 e 60). Como observamos, a oposição homem/mulher foi assim resolvida: No início o homem é expulso da sociedade, colocando-se do lado da natureza; neste episódio são as mulheres que se colocam, quando o homem as prende e as deixa sem possibilidades de regressar à aldeia, à sociedade.

Episódio F: Da situação do contato

Neste episódio, que é o final do mito, os cristãos (homens e mulheres) vão embora de "Penta" (barco a motor, ver F, 61), o que impede os índios, que queriam matar Ue-Me-Kaprãn, de o encontrar (ver F, 62, 63 e 64).

Um novo elemento surge aqui, o barco a motor, utilizado pelos "cristãos" próximos ao local da aldeia e o rio, via de acesso dos civilizados à aldeia indígena; é a água do rio que possibilita a fuga dos cristãos; é a terra que impede

aos índios encontrá-los (ver F, 65 e 66).

Não podendo alcançá-los, os índios voltam à aldeia (ver F, 67) mas não encontram as suas mulheres (ver F, 68); Ue-Me-Kaprán as tinha levado. É assim, dando as suas mulheres, os índios contribuíram para que fosse aumentada a população dos brancos e o povoamento dos locais que são os conhecidos para eles, além de suas aldeias (ver. F, 69 e 70), causa porque agora "tem muito Kuben".

Nesta fase final do mito, a relação hierárquica Branco/Índio que caracteriza o contato inicial, é substituída por uma de reciprocidade, no momento em que os índios dão aos brancos as suas mulheres, possibilitando a que aumentem o seu número, o que é contrapartida aos bens que receberam dos brancos. É assim, nos parece, é colocada a esperança do grupo num momento em que as relações índios e brancos sejam estabelecidas num clima de reciprocidade, talvez uma esperança de convivência tranquila entre índios e brancos, embora observemos que quando o branco toma as mulheres índias para si, o faz sem o consentimento explícito dos índios.

A ESTRUTURA DOS MITOS

Tentando compreender melhor a estrutura das variantes dos mitos que analisamos, verifiquemos os personagens componentes de cada um e relacionemo-los:

MITO I

- a — Lagarto
- b — Moça (filha)
Mulher (esposa)
Mãe
Avó
- c — Menino (filho)
Marido
Pai
Avô
- d — Índios
- e — Cristãos

MITO II

- a — Cristãos
- b — Índios
- c — Filho
Homem (marido)
Pai
- d — Mulher (esposa, mãe)
- e — Compadre

Procedendo assim, verificamos que os únicos personagens que diferem são o Lagarto (Mito I) e o Compadre (Mito II). O lagarto surge como um elemento desorganizador; a sua presença e relação com um membro da sociedade foi a causa da desorganização no plano das relações sociais. O compadre aparece como um elemento mediador por excelência, pois é ele juntamente com o filho do homem que havia sido expulso da comunidade, que vai ao encontro daquele, agora transformado em cristão, tentando estabelecer uma relação de aliança entre pai e filho, que no plano do contato interétnico pode ser visto como uma

relação entre índios e cristãos. É o lagarto que, caindo no rio, possibilita que os índios encontrem os cristãos (Cf. Mito I, C, 16 e 17). É o compadre que ao subir para pegar a flecha (Mito II, B, 18) pode ver o homem transformado em cristão, e dar possibilidades a que pai e filho se encontrem restabelecendo um elo crucial para a sociedade Kayapó — aquele entre pai e filho. O compadre, se visto como amigo formal, conforme nossas colocações anteriores, é o elemento cuja presença possibilita a um indivíduo passar de uma classe de idade a outra, de acordo com a organização social Kayapó. A presença desses personagens nos indicam que apesar de suas diferentes funções naquela sociedade, tornaram possível o estabelecimento de uma nova situação — a do contato interétnico.

Os elementos do Mito I, *d* e *e*, e Mito II, *a* e *b*, já foram bastante discutidos ao decorrer de nossa análise e constituíram o tema principal dos relatos.

Os elementos que formam os conjuntos *b* e *c* do Mito I e *c* e *d* do Mito II, estão intimamente relacionados ao sistema de classes de idade, entre os Kayapó; aí estão bem explicitadas as principais fases da vida de um homem: menino (filho), marido, pai e avô; e do ciclo de vida de uma mulher: filha, mulher (esposa), mãe e avó, como apresentamos.

Além dos personagens dos outros elementos analisados no decorrer do trabalho, nos apresentam estes mitos como originados de uma mesma estrutura; a estrutura social Kayapó.

CONCLUSÃO:

O PLANO DO CONTATO INTERÉTNICO

Como observamos, a sociedade Kayapó é apresentada no início dos mitos e só pouco a pouco vai se colocando a sociedade dos cristãos que vai apresentar-se distinta da sociedade Kayapó no final do relato. Achamos útil algumas considerações a esse respeito: A Sociedade Indígena apresenta-se como o elemento essencial para a origem dos brancos, já que é um seu elemento, a mulher, que tem em si o potencial para isso. É como se a própria sociedade indígena estivesse grávida dos cristãos. Mas como explicar que os brancos originados daquela sociedade estejam dela separados? Aí, parece-nos, coloca-se o verdadeiro problema do mito, que é solucionado, em termos da narrativa por elementos que formam a estrutura daquela sociedade; no primeiro caso, como já comentamos, pela quebra de um tabu no período de gravidez; e no segundo caso, pela ameaça devida possivelmente à feitiçaria. A solução oferecida pela sociedade Kayapó para os dois casos seria o afastamento dos indivíduos cujas presenças ameaçariam a ordem e sobrevivência daquela sociedade.

Note-se por exemplo, que no início dos dois relatos, a referência é feita a um momento em que só existiam índios no caso, os Kayapó, e só pouco a pouco se coloca a presença dos brancos. No Mito I, só na última fase aparece o branco, sem maiores comentários sobre a situação de contato; já no Mito II, maiores detalhes são fornecidos sobre isto. Averigüe-se, por exemplo, que a data

do recolhimento do primeiro mito é 1960 e a do segundo, 1971.

Colocando claramente a situação do contato, o Mito II relata vários problemas decorrentes disto: uma certa relação de patronagem entre brancos e índios, colocando o índio numa situação de inferioridade em relação ao branco. Mas ao que nos parece, esta situação é resolvida (pelo menos no relato) no momento em que os índios dão (ou elas lhes são tomadas em troca de favores outros), suas mulheres para serem as mães dos brancos.

Embora possa parecer que o equilíbrio seja restabelecido quando de uma relação de reciprocidade entre índios e brancos, numa visão muito otimista sobre a situação do contato, a sociedade indígena não é mais aquela de antes; os brancos levaram as suas mulheres; com elas tiveram muitos filhos, povoaram cidades e o grupo tribal sofreu um desfalque tremendo; um número reduzido de mulheres, impossibilidade de expandir-se em termos populacionais. Os índios retribuem os presentes dos brancos, mas a que custo!!!

Colocando-se tudo isso em termos da entropia do próprio sistema, podemos concluir que a Sociedade Indígena poderia ter em si uma certa desorganização, mas a presença do branco foi o elemento desorganizador por excelência; a sociedade indígena, utilizando-se de elementos fornecidos por sua estrutura, tenta resolver a situação, mas incorpora algo do colonizador; apesar do equilíbrio ter sido aparentemente restabelecido, ela já não é mais a mesma do momento anterior ao contato.

BIBLIOGRAFIA

DA MATA, Roberto: (1970), "Mito e Antimito entre os Timbira", In: *Mito e Linguagem Social*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

DREYFUS, Simone: (1963), *Les Kayapó du Nord*, Paris, Mouton & Co.

EVANS-PRITCHARD, E. E: (1940), *The Nuer*, Oxford University Press.

LEVI-STRAUSS, Claude: (1967), *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____ : (1976), *Antropologia Estrutural Dois*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.

_____ : (1970), *O Pensamento Selvagem*, Trad. de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar, São Paulo, Ed. Nacional e Ed. da USP.

MAUSS, Marcel: (1950), "Essai Sur le Don. Forme et Raison de L'Echange dans les Sociétés Archaïques", In: *Sociologie et Antropologie*, Paris, Press Universitaires de France.

MELATTI, Júlio Cezar: (1970), *Índios do Brasil*, Brasília, Editora de Brasília.

- METRAUX, A.: (1960), "Mythes et Contes des Indiens Cayapo (Groupe Kuben-kran-kegn)", In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, Volume XII, São Paulo.
- NUR YALMAN: (1960), "The Raw: The Cooked: Nature: Culture. Observations on Le Cru et Le Cuit", In: *A.S.A. Monographs* 5, London, Tavistock Publications.
- TURNER, Terence S.: (1960), *Social Structure and Political Organization the Northern Cayapo*, Cambridge/Massachusetts, Harvard University.
- _____ : (1968), "Northern Kayapo Social Structure", Verhandlungen des XXXVIII, In: *Internationalen Amerikanisten Kongress*, Stuttgart-München, August 1968, Band III.

UM POUCO MAIS ALÉM DAS ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS

BALANÇO DE UM DEBATE

Jurandir Antonio Xavier *

UM POUCO PARA TRÁS

Desde meados da década passada intensificaram-se no Brasil as discussões em torno da apropriação e alternativas tecnológicas, tendo-se como referência a crescente dependência tecnológica externa e a necessidade da busca de pernas próprias na caminhada da industrialização.¹

Essas discussões não eram novas. Em diferentes momentos da história da industrialização tardia do Brasil, as discussões em torno da autonomia tecnológica da industrialização estiveram presentes nos mais diversos círculos, ora empresariais, ora acadêmicos ou políticos.²

Entretanto, os debates na década de setenta, assentaram-se sobre outras bases da realidade da industrialização. Em outros tempos, estava-se diante de rumos alternativos para o próprio processo da industrialização. Apoiando-se sobre a retração do movimento do capital internacional, desde a época da Primeira Guerra Mundial, a industrialização brasileira havia avançado sob comando próprio do processo da acumulação do capital industrial. A chamada fase da substituição de importações havia fortalecido as correntes autonomistas, libertando o espírito inovador schumpeteriano em busca de alternativas tecnológicas. Nos anos setenta, porém, a industrialização já havia sido consolidada, sob as graças e forças do capital internacional.

Portanto, não se tratava mais de rumos históricos para a nascente industrialização. Estava-se em apuros com o crescente endividamento externo, com

* Professor do Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande.

- (1) BIATO, Francisco de Almeida & outros: *Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971; BIATO, Francisco de Almeida & outros: *A Transferência de Tecnologia no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973; FIGUEIREDO, Nuno Fidelino: *A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973; BONELLI, Regis: *Tecnologia e Crescimento Industrial; A Experiência Brasileira nos anos 60*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- (2) SIMONSEN, Roberto: *Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo EDUSP, 1973; TAVARES, Maria da Conceição: *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	127-136	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

as excessivas importações e minguadas exportações. De depositária das esperanças de libertação nacional, a industrialização tardia arrastaria os representantes da economia nacional para os corredores dos bancos internacionais, procurando saldar compromissos crescentes com a dívida externa.

OS FARDOS DA CONJUNTURA

Os mais onerosos itens das importações brasileiras procediam das rubricas dos bens de produção, da rubrica energética e, não menos importante, dos serviços com a dívida externa.

No campo energético, avolumaram-se as pressões para a privatização da Petrobrás, entregando-a às multinacionais através dos contratos de riscos. Igualmente, surgem correntes caudalosas em busca de alternativas para as fontes energéticas convencionais. Talvez seja neste campo onde setores governamentais ou privados hajam concentrado mais recursos em pesquisas e desenvolvimento: alternativas tecnológicas para as fontes energéticas convencionais, sobretudo para o petróleo.³

Alternativas para o petróleo tornaram-se praticamente uma obsessão, surgindo variados programas alternativos. Desde o campo nuclear até ao da combustão do álcool, passando, evidentemente, pelo solar, eólico, biomassa, entre outros. A tônica nacionalista e regionalista voltou novamente á tona nos discursos, textos e debates, como que reagindo tardiamente á violenta internacionalização que havia sofrido a economia nacional nos períodos anteriores. Tarde demais: os rumos já estavam traçados, trilhados e repisados. Os problemas pareciam ser de ordem estrutural, ainda que muitos pudessem ver, nos caminhos alternativos para o petróleo, a via da redenção nacional.

No quadro do modelo econômico então vigente, a expansão econômica havia sido localizada na expansão das indústrias de bens de consumo duráveis, supérfluos ou simplesmente bens de consumo. Dada a relativa debilidade da expansão das indústrias de bens de produção (expressa claramente na porcentagem que a importação de máquinas e equipamentos ocupava na pauta das importações), surgem desde o campo governamental e mesmo das oposições, correntes

(3) A este respeito, vale a pena comparar os dados sobre a aplicação de recursos do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para pesquisa no setor energético, durante o período 1975/81. As pesquisas na área de fontes energéticas provenientes do petróleo e gás natural absorveram, neste período, 18,9% do total dos recursos para o setor, contribuindo com 16 projetos. Na área de Energia Nuclear, a absorção foi de 43,9% (36 projetos), enquanto que para outras fontes alternativas (carvão mineral e xisto betuminoso, etanol, energia solar, hidrogênio, energia eólica e outras biomassas), foram gastos 27,4% dos recursos para um total de 596 projetos. Outro bom exemplo é do PROALCOOL, que fez a produção brasileira de álcool sextuplicar (de 0,5 para 3,4 bilhões de litros) num período de 5 anos (1976/81).

clamando pela necessidade da expansão deste setor desprestigiado. No governo Geisel, estes clamores tiveram ecos e chegaram a formular possibilidades de este País percorrer uma segunda fase histórica no caminho da substituição de importações. Desta vez, a substituição de importações deveria processar-se no campo das indústrias de bens de produção. O ciclo da industrialização interna estaria, assim, completo.⁴

A possibilidade de trilhar-se por este caminho foi levada a sério, principalmente por aquelas correntes preocupadas com a crescente carga das importações de máquinas, equipamentos e tecnologias no balanço de pagamentos. O Ministério do Planejamento, na expectativa desta possibilidade, chegou a formular e executar o I e II Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tentando mobilizar o potencial de pesquisas e desenvolvimento tecnológico do País. Buscava-se maior autonomia tecnológica.

Porém, pouco mais além das expectativas desenvolvimentistas e autonomistas com a industrialização tardia do Brasil, estavam os compromissos internacionais, contraídos durante o período de auge da expansão econômica anterior. Desta realidade, coerência e amarras com o capital internacional, não foge sequer um governo forte. Aqueles que se haviam especializado em calcular o Produto Interno Bruto, elevando-o à categoria absoluta da Economia Política, na ânsia de demonstrar as possibilidades das substituições, tiveram vôos rasantes.

Passados os anos da prosperidade capitalista, os fardos da conjuntura neste País subdesenvolvido, expressos no volume dos serviços da dívida externa, deveriam ser aliviados. Entretanto, já não bastavam as transferências dos excedentes gerados na produção industrial ou agrícola. Na esteira das transferências dos recursos humanos e materiais ao capital internacional, entraria também a Amazônia, fazendo reviver a credibilidade junto ao capital internacional.⁵

A atual mobilização de capitais na Amazônia traz novamente à discussão algumas questões que já haviam saído dos debates econômicos deste País: características do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção industrial e agrícola em uma nação subdesenvolvida, no quadro da acumulação do capital. Os capitais, depois de movimentarem-se desde os finais da Segunda Guerra Mundial na área industrial, atingindo algumas regiões ou produtos agrícolas, parecem deslocar-se novamente para a produção de matérias primas

(4) É interessante notar a esperança que alguns autores colocam na saída pela autonomia o setor de bens de produção. Ilustrativamente, ver Erber S. Fábio e José Araújo, "Notas sobre a Indústria de Bens de Capital, Tecnologia e o Setor Público", In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. III, nº 1, 1973.

(5) A respeito dos investimentos feitos na Amazônia, o melhor indício, sem dúvida, é o da quantidade de grandes projetos que estão sendo feitos nesta área, tais como Jari, Jica, Tucuruí, ALCOA (alumínio no Maranhão), Carajás etc... Somente o projeto Carajás foi orçado, em fevereiro de 1980, segundo a Cia. Vale do Rio Doce, em US\$ 35 bilhões.

minerais e vegetais, sobre outras bases tecnológicas e em outro quadro da Divisão Internacional do Trabalho, retomando elementos históricos que deram origem a expansão ao subdesenvolvimento econômico. A Amazônia pôde significar o fim das expectativas para os que esperavam o encerramento do ciclo da industrialização através da expansão das indústrias de bens de produção.⁶

SOMANDO FORÇAS

Os debates sobre tecnologias alternativas, ou alternativas tecnológicas ao desenvolvimento econômico, não estiveram limitados ao Brasil ou aos países subdesenvolvidos. Estas discussões ganharam fórum internacional e chegaram à ONU, em 1979, na "Conferência Mundial sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento", realizada em Viena.

A década de setenta, porém, parece ter sido uma época "tecnológica": os países subdesenvolvidos não estiveram sozinhos com os dilemas tecnológicos. Nos países industrialmente avançados, sob a obrigação de conviverem com o lixo atômico, e sob a ameaça permanente de experimentarem uma explosão atômica, seja de um reator pacífico, seja de uma bomba errante, levantam-se crescentemente setores sociais para protestar contra as tecnologias modernas. Clamam por alternativas tecnológicas para as já existentes.

Galbraith nos Estados Unidos, Schumacher na Inglaterra, Ilich na Alemanha Federal, entre outros, lançam ferozes críticas às características tecnológicas e aos rumos assumidos pela industrialização dos países industrialmente avançados. Estes debates, em crescente, ganham as Universidades e as ruas, e vão fazer parte dos programas de novas agrupações políticas na Europa Ocidental. Algumas com peso social e político, como a do Partido dos Verdes, na Alemanha Federal.

As discussões tecnológicas nos países industrialmente avançados não deixaram os países subdesenvolvidos sem influência. No Brasil, também proliferaram os debates sobre tecnologias alternativas, incluindo ou privilegiando a variável ecológica. Afinal, enquanto a industrialização nesses países era um fato — degenerado em sua dimensão humana e natural — não haveria por que os países subdesenvolvidos marcharem pelos mesmos caminhos. Aqui, nem tudo estava perdido: correções, ainda eram possíveis.⁷

(6) É interessante notar que, efetivamente, houve uma boa expansão no setor de bens de capital no período de 1973/77 (taxa de crescimento real média, no período: 8%), destoando do desempenho do restante da Economia (6,6%). Tal fato, deve-se a que este crescimento foi sustentado principalmente pelos investimentos estatais, o que acarretou, inclusive, numa elevação bastante acentuada na capacidade ociosa do setor no período subsequente (1977/81).

(7) No caso do Brasil, podemos citar os seguintes autores: José A Lutzenberger, José Cândido de Melo Carvalho, Pais Lemes e outros.

Desta forma, para aqueles setores sociais que não se entusiasmaram com os números ascendentes do Produto Interno Bruto do começo dos anos setenta (que através de visão política e econômica de maior alcance para os fatos conjunturais e que, por um ou outro caminho, não depositavam mais esperanças na industrialização capitalista conduzida pelos capitais internacionais), os debates que se intensificaram na Europa Ocidental elevaram as dúvidas e negações contra as tecnologias convencionais.

Para algumas destas correntes, as tecnologias convencionais servem em definitivo ao capitalismo internacional. Refletir sobre o País, nacional ou regionalmente; refletir sobre as classes populares, marginalizadas dos benefícios e depositárias dos sacrifícios com a industrialização, é refletir, politicamente, nos caminhos para arrastar estas classes para algum plano tecnológico, permitindo-lhes usufruir alguns dos frutos do desenvolvimento tecnológico; em uma dimensão social, econômica e política.⁸

Afirmar que o modo de produção capitalista incorpora as ciências à produção social de mercadorias e que as inovações tecnológicas a revolucionam periodicamente, revigorando os lucros, a acumulação do capital e a marginalização das classes populares, não constitui segredo nem novidade. Entretanto, dar as costas às contradições presentes no longo da história das forças produtivas no capitalismo, buscando encontrar caminhos alternativos, "humanistas", para as tecnologias, seria procurar virtudes e potencialidades inexistentes nas tecnologias.

Neste caso, não mais se teria a sociedade capitalista criticada. Idealiza-se uma sociedade qualquer e, nesta, encontra-se-ão as Tecnologias nas funções que se lhes atribuem. Mas, como tudo no mundo, também as Tecnologias possuem a virtude de estarem presentes, tanto nos pensamentos, como em uma outra realidade.

RETORNO À RAZÃO

Demonstrar as conveniências de tecnologias alternativas desde situações conjunturais, ou negar politicamente as tecnologias convencionais, acreditando-se que aí reside a negação do capitalismo, não contribui para elucidar as questões históricas, sociais e políticas, presentes no quadro do desenvolvimento histórico das forças produtivas. Ao contrário: a negação contribui para a tecnicização do debate, tecnicizando ainda mais conceitos econômicos, sociais ou políticos e restringem o quadro histórico e político na avaliação do papel que as Inovações Tecnológicas têm jogado na acumulação mundial do capital.

Desde o longo período de expansão econômica dos países industrialmente avançados, com o pós-guerra, avolumaram-se na Economia Política

(8) "Tecnologia, Educação e Saber Popular", Brandão C.R. e Reis, Salvador, 1982.

(principalmente nas correntes neoclássicas), os estudos acerca do papel do Progresso Técnico, ou das Inovações Tecnológicas, no crescimento econômico. Nestes estudos, as Teorias do Desenvolvimento Econômico, o progresso técnico, as inovações tecnológicas ou as tecnologias, são arrancadas de suas determinantes histórico-sociais concretas e estudadas em modelos matemáticos.⁹

Entretanto, as inovações tecnológicas possuem uma história social, econômica e política concreta. Da mesma forma, esta história pode ser outra quando se diferenciam as inovações tecnológicas nos países industrialmente avançados ou nos subdesenvolvidos, como o Brasil, por exemplo. Assim, enquanto as inovações tecnológicas estiverem sempre presentes nos países desenvolvidos, nas origens dos longos períodos da acumulação acelerada do capital, nos países subdesenvolvidos, as inovações tecnológicas foram apenas extensões diferenciadas em tempo, intensidade e dimensões dos processos inovativos originados nas economias centrais.

O tratamento dado às inovações tecnológicas não foi apenas arrancado de suas determinações histórico-sociais. Processos que são historicamente distintos em suas determinações e dinâmicas, colocam-se como um único. Pois, um processo é aquele do desenvolvimento do pensamento e dos conhecimentos científicos e tecnológicos, gerados ou desenvolvidos nas Universidades ou laboratórios de pesquisas. Outro processo são as inovações tecnológicas ocorridas na produção social de mercadorias. As junções entre um e outro existiram; porém, não como processo determinístico: deram-se em situações históricas, sociais, econômicas e políticas concretas.

Portanto, são dois os planos analíticos. Enquanto o tratamento das Inovações Tecnológicas na produção social de mercadorias converge para o tratamento da acumulação do capital (da reprodução ampliada, nas condições históricas da valorização do capital), o tratamento do desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico converge para a história social, a história do trabalho e a própria história do pensamento científico e tecnológico. Esta diferenciação analítica será apresentada no que segue.

REPISANDO O ANTIGO

Enfocar a história das inovações tecnológicas na produção social de mercadorias, desde o advento do modo de produção capitalista com a Revolução Industrial, seria estudar fundamentalmente três gerações tecnológicas:

- a Era das Tecnologias assentadas sobre os motores térmicos,
- a Era das Tecnologias assentadas sobre os motores elétricos e de combustão interna, e

(9) SOLOW, Robert: "Technical Change and Aggregate Production Function", In: *Review of Economics and Statistics*, agosto/1957.

— a Era da Automação da produção social. ¹⁰

A estes três momentos tecnológicos correspondem três períodos distintos da história da acumulação do capital industrial, sendo a transição de um para outro marcada pelas grandes crises econômicas, sociais e políticas, experimentadas pelo modo de produção capitalista. Superadas as crises, as inovações tecnológicas (modernos meios de produção) na produção social expressar-se-iam na acumulação periódica do capital, na história da valorização do capital industrial. Esta última é a história das variações cíclicas das taxas de lucros do capital industrial. Desta maneira, os lucros dos capitais acumulados na produção social de mercadorias foram e permanecem como os critérios e objetivos últimos para as inovações tecnológicas na produção social.

Em uma dimensão econômica, as inovações tecnológicas na produção industrial de mercadorias apresentam-se como recursos "técnicos", utilizados periodicamente para rebaixar as elevações periódicas dos custos com a força de trabalho (capital variável) na produção social. Entretanto, a redução relativa do capital variável nos preços de produção industrial faz-se contraditoriamente, elevando-se as proporções entre o capital constante e o capital variável. Esta proporção, composição orgânica do capital, tenderia a elevar-se periodicamente, conduzindo as taxas de lucros para periódicas reduções.

Desta forma, na luta concorrencial capitalista em direção à manutenção ou elevação das taxas de lucros na produção industrial (valorização do capital), as inovações tecnológicas seriam os recursos "técnicos" (produtividade do trabalho) utilizados historicamente, para serem contrapostos às tendências declinantes das taxas de lucros, sob pressões oriundas das elevações dos custos sociais com a força de trabalho. Se estes recursos foram suficientes, em cada momento histórico, para lograrem-se as direções apontadas, é outra história. Apresentaram-se e se manifestam como tal. Pincelando: os períodos de inovações tecnológicas surgem depois de crises e convulsões sociais; apresentavam-se na superfície como maravilhas da acumulação capitalista, e esgotam-se em crises sociais ainda mais profundas. Ilustrar estas questões ao longo da história das inovações tecnológicas foge, no entanto, aos limites deste ensaio.

Os recursos técnicos não são suficientes, nem os mais eficazes: antecedem e acompanham os recursos sociais e políticos. O arsenal é vasto pois, as dimensões e variações dos custos com a força de trabalho na produção industrial (dimensões e variações do capital variável) estão em dependência direta com o grau de organização, nível de consciência e de lutas dos trabalhadores indus-

(10) A história da valorização do capital e seus correspondentes momentos tecnológicos, pode ser encontrada no livro de E. Mandel, *Spaetkapitalismus* (Frankfurt, 1972). Uma periodização semelhante poderá ser encontrada no livro de André Gunder Frank, *A Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento* (São Paulo, 1980).

triais. Daí, já se pode deduzir a complexidade das variáveis e do tratamento metodológico, quando se trata sobre as inovações tecnológicas. Desde logo, este tratamento transcende o simplismo dos modelos matemáticos ou a negação política das tecnologias convencionais.

Em uma dimensão social, as inovações tecnológicas desempenham, entre outras, duas funções socialmente contraditórias entre si. A primeira, ao eliminar os trabalhadores da produção, substituindo-os por modernas máquinas, o capitalismo tem reconstituído periódica e historicamente o exército industrial de reserva. Desta forma, as pressões para o rebaixamento do capital variável efetivam-se em duas direções: desorganização sindical e política dos trabalhadores, ao serem eliminados da produção social; e redução dos níveis salariais, introduzida à concorrência pelo emprego.

A segunda, superados os obstáculos sociais e políticos, as inovações tecnológicas na produção social apresentam-se elevando a produtividade da força de trabalho. Ao elevarem a produtividade social do trabalho, as inovações tecnológicas colocam dois problemas de ordem histórica:

- a crescente automação da produção social coloca em evidência a contradição entre a produção social e a apropriação privada. Cada vez mais são eliminados os fundamentos sociais, políticos e ideológicos que sustentam a propriedade privada dos meios de produção;
- a crescente elevação da produtividade social do trabalho (expressão do desenvolvimento das forças produtivas) conduzindo aos conflitos com as relações de produção capitalistas, amadurecem ainda mais as condições objetivas da emancipação da força de trabalho.

Enfocar as tecnologias, o progresso técnico ou as inovações tecnológicas, sem contextualizá-los nesta combinação de tendências e contradições conjunturais e históricas, não contribuirá para enriquecer o debate científico acerca do papel desempenhado pela Ciência e Tecnologia no desenvolvimento nacional ou regional de nossos países. No entanto, este enfoque pode cumprir um papel político e ideológico: elevar as inovações tecnológicas à categoria de inovações libertadoras. À tecnocracia, aos tecnocratas e aos seus suportes, cabem a árdua tarefa histórica de condução política e tecnológica desta libertação nacional.

REPISANDO O NOVO

Outra é a história daquelas tecnologias ou inovações tecnológicas em potencial, desenvolvidas e experimentadas em laboratórios de pesquisas, universidades ou estações experimentais. Portanto, fora da produção social de mercadorias, isto é, ainda não transformadas em mercadorias. Neste plano do conhecimento científico e tecnológico, os pensamentos podem obedecer à lógica das Análises de Custos-Benefícios ou mesmo a uma lógica política qualquer.

Neste contexto, caberia destacar a significado das pesquisas com tecnologias alternativas, desenvolvidas por muitos laboratórios deste País e presentes

nos debates em torno destas questões.

Já no começo dos anos setenta, alguns estudos demonstravam a crescente dissociação entre o potencial de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico existentes no Brasil, com as inovações tecnológicas ocorridas ou em andamento na produção industrial do País.¹¹

Com a intensificação da internacionalização do capital produtivo no Brasil, as indústrias privadas ou estatais recorreram, crescentemente, às linhas de produção ou laboratórios de pesquisas das próprias matrizes (ou internacionais), para suprir suas necessidades no campo das inovações tecnológicas.

Este processo não se deu, entretanto, sem conflitos. Entre outros, foi o período de maior encerramento de atividades econômicas na área da produção industrial do Brasil. Pequenas, médias e grandes empresas nacionais foram arrasadas para as falências (fraudulentas ou não) porém, foram varridas para cederem lugar ao capital internacional.¹²

Não foram fechadas fábricas somente. Foi um período de arrocho salarial, concentração de renda, arbitrariedades e imposições ao silêncio político. Foi o período em que a tecnocracia, galgando conjuntamente com os militares o poder político, substituiu o politicamente desgastado conceito de Importação/Exportação de Capitais, pelo operacional Importação/Exportação de Tecnologias. Tergiversada em suas funções econômicas e sociais, as inovações tecnológicas foram levadas ao campo político, na função histórica de libertadora do País de seu secular subdesenvolvimento.

Portanto, não faltavam fundamentos econômicos, sociais e políticos para que os protestos e resistências contra a internacionalização da produção social no País, fossem encontrar alojamentos nos laboratórios de universidades, nos debates acerca do desenvolvimento econômico e no campo do pensamento científico e tecnológico.

Há ainda um aspecto a ser considerado: a expansão do ensino universitário e dos cursos de Pós-Graduação no Brasil desde o começo dos anos setenta. Ante a necessidade de realização dos trabalhos de cursos, pesquisas de campo e trabalhos de dissertação, alunos e professores foram empurrados para conhecer, pesquisar e estudar fenômenos da realidade nacional. A história do pensamento científico e tecnológico recebeu a primeira grande brecha: conviver com a dimensão, limite e potencialidades da realidade natural e social.

Remontar à história do conhecimento científico e tecnológico deste País pode ser desalentador. É a história das absorções das novidades provindas do exterior. Incompletas, pois, a avalanche de fora não deixava tempo para que

(11) Ver Francisco de Almeida Biato e outros *Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil*, (op. cit.).

(12) A respeito, veja-se Kurt Mirow: *A Ditadura dos Cartéis* (Rio de Janeiro, 1980) e Paulo Freire: *Multinacionais e Trabalhadores no Brasil* (São Paulo, 1981).

se encerrassem as absorções de períodos anteriores. Ainda hoje, a grande maioria dos pesquisadores em ciências “puras” ou tecnológicas estão com os olhos para as revistas internacionais. Entretanto, existe neste País, hoje, também aqueles que procuram enriquecer o fluxo de conhecimentos científicos sobre a realidade nacional, não para exportar para o exterior, mas para fazer vir à tona a imensidão de contradições que ela encerra.

Nesta contextualização, pode-se localizar a importância das tecnologias endógenas, alternativas, e dos debates em torno destas. Importância política, sim, por expressarem — em determinados momentos da história econômica nacional — resistência à internacionalização a que o Brasil foi submetido. Importância científica, pois contribuem para romper com uma das grandes farsas científicas e tecnológicas: a adequação universal das Ciências e Tecnologias. Rompendo, desta forma, com a formação histórica tradicional a que foram submetidos os pesquisadores dos países subdesenvolvidos: ciência só o é verdadeiramente, quando desenvolvida nas áreas de interesses dos capitais internacionais.

“JUNTOS PERO NO REVUELTOS”

Constatar que o desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico não é determinístico, e que estes conhecimentos nos países subdesenvolvidos, foram canalizados para aquelas direções da realidade nacional que correspondem às expectativas e interesses dos países metropolitanos, ou do capitalismo internacional, não esgota o volume de contradições em torno das Inovações Tecnológicas ou do Progresso Técnico no capitalismo.

Pouco mais além das tecnologias alternativas, um passo a mais à frente do pensamento científico e tecnológico, encontra-se a produção, a acumulação e a valorização do capital. São as leis destas que têm conduzido as sociedades para seus desenvolvimentos, porém, também para os desastres periódicos. Nos limites deste ensaio foi possível fazer sua separação analítica, embora nos limites do cotidiano, tudo se transforme em uma bola de neve. É a roda viva dos capitais em guerra pela realização de sobrelucros, que fornecerá a dinâmica para o todo.

O TRABALHADOR RURAL VOLANTE ("BÓIA-FRIA") UM ESTUDO A RESPEITO DO PARANÁ *

Iolanda Casagrande **

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E METODOLÓGICAS

Este trabalho visa analisar as características, principalmente as de caráter demográfico, da população rural-volante de dois núcleos populacionais ao longo do período de 1950 a 1977. Não se pretende, porém, abordar a problemática isolada do contexto sócio-econômico e político-institucional mais geral no qual está inserida, que é a do sistema capitalista que, com suas peculiaridades, predomina no Brasil.

Os dados empíricos da pesquisa referem-se a duas áreas caracterizadas pela concentração de trabalhadores rurais-volantes, próximas à cidade de Maringá, na região norte do Estado do Paraná.

O instrumental teórico-metodológico, norteador da análise, levou à abordagem do tema atendendo à:

- caracterização da mudança operada no "modelo de desenvolvimento", durante o período em questão;
- identificação das especificidades do processo geral que se manifestaram no que tange ao número de trabalhadores rurais volantes.

Esta reflexão tem o intuito de apreender determinada realidade regional como parte inseparável de uma totalidade mais abrangente. No seu método, procura-se utilizar técnicas de pesquisa preconizadas pela História, mas sem desdenhar os preceitos de outras ciências afins, em particular para a interpretação dos dados colhidos.

Nesta perspectiva é conveniente esclarecer que partimos da premissa de que o número de trabalhadores rurais-volantes no Paraná, e especificamente, na área de pesquisa, é bastante significativo.

* Este trabalho, extraído da dissertação do mestrado apresentada na Universidade Federal do Paraná, em 1979, sob o título *O Trabalhador Rural Volante ("Bóia-Fria") no Paraná: Características Históricas e Demográficas*, foi redigido para o X Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Niterói, em julho de 1979. O texto original foi revisto, para o qual contamos com sugestões e contribuições do professor Elbio Troccoli Pakman, do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba.

** Professora do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	N.º 2-3	137-147	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	---------	---------	----------------

O QUADRO DE ANÁLISE

A política econômica adotada pelo governo em meados da década de 50, promoveu a aceleração do processo de avanço do capitalismo brasileiro, embora não se manifestando de maneira idêntica em todos os setores.

O modelo de acumulação até então vigente altera-se em seus aspectos fundamentais, abrindo-se às perspectivas de penetração intensa do capital estrangeiro. No período da ênfase "desenvolvimentista" que privilegiou os setores dinâmicos (não agrícolas) da economia, redefiniu-se o papel da agricultura. Esta, através da transferência de recursos possibilitada pela intervenção do Estado, tornou-se fonte de sustentação para o desenvolvimento industrial. O novo padrão de acumulação apoia-se na produção de bens de consumo capitalista, que se expande de modo geral nas economias dependentes ¹, criando pré-condições para profundas transformações no sistema de produção e nas relações de trabalho da população agrícola.

Tomando-se em consideração que precisamente esta população é a que constitui o tema central, a partir dessas transformações identificamos três grupos de problemas e serem tomados em conta para a análise:

- observam-se mudanças qualitativas nas condições de vida da população, no sentido de sua deteriorização. O trabalhador rural tende, cada vez mais, a ser expropriado da terra em que trabalha, uma vez que as categorias de trabalhadores, tais como as de parceiro ou de colono, passam a ser formas históricas em extinção. A possibilidade real de propriedade da terra, paulatinamente, passa a ser privilégio de uma minoria ² detentora do capital;
- ocorre uma aceleração do processo migratório. O caráter de sazonalidade que distingue o trabalho rural-volante, aumenta a mobilidade migratória dos trabalhadores, por causa dos constantes deslocamentos a que se vêem forçados em busca de um meio de emprego e sobrevivência;
- verifica-se uma desagregação da família enquanto unidade tradicional de produção. Tanto no colonato quanto na parceria o caráter preponderante na estrutura da mão-de-obra é a unidade familiar. No trabalho rural-volante, a família perde essa posição na medida em que — como assinala Leila Stein — "o trabalho de cada um nada tem a ver com a totalidade dos trabalhos familiares e a quantidade de trabalho independe do desempenho do conjunto." ³

(1) A respeito veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, Francisco de: *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

(2) Sobre este ponto consulte-se, por exemplo, a opinião de MELO, Maria Conceição D'Incao e: *O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, p. 45.

(3) STEIN, Leila: "O Trabalho Volante: Indicações para a Caracterização de um Debate", In: *Contraponto*, Ano I n. 1, novembro/1976, p. 73.

O "BÓIA-FRIA" E O PROCESSO DE TRABALHO

Na conceituação de trabalhador rural-volante, comumente conhecido como "bóia-fria", nos identificamos com o entendimento segundo o qual é "o trabalhador rural que, residente na zona urbana ou suburbana, presta serviços na zona rural, mediante salário, geralmente em diferentes propriedades agrícolas ou pecuárias. É contratado pelo 'turmeiro', 'gato' ou 'empreiteiro', o qual lhe faz os pagamentos e o transporta, geralmente em caminhão".⁴ Outro autor ainda acrescenta, que "não é registrado em carteira, mas contratado por dia, tarefa ou empreitada, pelo prazo sempre inferior a um ano e ganhando salários apenas pelos dias efetivos de trabalho ou pelas tarefas realizadas".⁵

Deste modo, reunimos as principais características do trabalhador rural-volante através da sincretização de duas conceituações, em essência, complementares. Muito embora haja casos de trabalhadores rurais-volantes com vínculo de trabalho oficializado, ou seja, registrado em carteira, tal fato continua sendo uma exceção à regra.⁶

Habitualmente o trabalhador rural volante entra em contato com o "turmeiro", "gato" ou "empreiteiro de mão-de-obra", que é a pessoa que trata com o proprietário agrícola e arregimenta os "bóia-fria"⁷, funcionando, portanto, como intermediário de fato entre os proprietários e trabalhadores diretos, os dois polos da relação social que define essa categoria de trabalhadores.

O trabalho rural-volante, como forma peculiar de relações de trabalho na agricultura, tornou-se significativo no campo brasileiro só a partir dos anos 60. Os trabalhadores rurais-volantes recebem denominações dissímiles segundo as diferentes regiões: "bóia-fria" no Paraná e São Paulo, "pau de arara" em certas zonas de São Paulo, "clandestinos" na zona canavieira de Pernambuco⁸ e "trabalhador alugado", no Rio Grande do Norte.

Sobre este assunto existe uma série de trabalhos, concluídos e em execução, principalmente relativos à situação nos estados de São Paulo e Paraná,

(4) FREITAS, Gilberto Passos D. & ARANHA, Nilce Maria Pinheiro: "Bóia-Fria", *Problemas e Soluções*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 83.

(5) JORDÃO NETO, Antonio: *Tentativa de Clarificação dos Conceitos de Migrantes, Trabalhadores Temporários e Trabalhadores Volantes*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 10.

(6) A respeito da questão, o que se observou é que quando o trabalhador reclama seus direitos, comprovando seu vínculo de trabalho, através de dois testemunhos, geralmente tem ganho de causa. Segundo a declaração de um presidente de sindicato entrevistado, o aspecto que muito tem interferido, prejudicando os trabalhadores é a morosidade dos trâmites legais da justiça. Pois, dada a situação de instabilidade que se impõe ao regime de trabalho volante, quando o processo chega a seu parecer final, o reclamante não é encontrado para receber seus direitos.

(7) Vide, por exemplo, FREITAS & ARANHA, op. cit., p. 89.

(8) GONZALES, Elbio N. & BASTOS, Maria Inês: *O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira*, Botucatu, FCMB, 1975, p. 1.

onde a aceleração do processo capitalista mostra-se em definitivo mais acentuada.

Conforme reproduzem E. Gonzales e M. I. Bastos em trabalho já citado, um conjunto de fatores atuaria, destacadamente, como responsável pela adoção da forma volante que assume o processo de trabalho rural, qual seja:

- a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1975, que, por um lado, teria amedrontado os proprietários agrícolas e, por outro, lhes teria acarretado uma série de encargos trabalhistas;
- A mecanização da agricultura que, ao provocar o êxodo rural, afasta os trabalhadores que depois emprega já sob nova forma;
- a substituição de culturas e/ou extensão das atividades agro-pecuárias, cuja utilização de mão-de-obra é mínima, provocando a expulsão da população trabalhadora residente.

Todos estes fatos, embora demonstráveis empiricamente, são secundários. Na medida em que constituem variáveis dependentes, devem se procurar as causas originárias desse processo da racionalização inerente ao movimento de modernização agrícola, ou seja, no próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A fim de captar as especificidades demográficas desta categoria de trabalhadores, efetuou-se uma pesquisa de campo que proporcionou dados básicos.

Com a finalidade de delimitar a área mais adequada para a pesquisa, procedeu-se a um estudo preliminar no qual foram aplicados 69 formulários a trabalhadores rurais-volantes da região, escolhidos aleatoriamente, sem universo definido. Dessa sondagem inicial saiu a decisão de concentrar a pesquisa em dois núcleos populacionais, cujas populações se caracterizavam pelo predomínio do trabalho rural-volante.

Ao todo foram aplicados 137 formulários, sendo 75 no núcleo populacional de Guadiana e 62 no do Vale Azul, correspondendo ao total de pessoas (ou famílias) integradas à atividade agrícola na condição de volante.

Para a aplicação dos formulários, adotou-se como critério básico entrevistar o chefe-de-família que, no momento da pesquisa, estivesse trabalhando na agricultura na condição de volante. Vale ressaltar que o caráter de chefe-de-família foi atribuído à pessoa, na qual recaiam as responsabilidades econômicas da casa. É de notar que tal papel corresponde, algumas vezes, à mãe ou a um filho.

As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1977, tanto em fins de semana como durante a semana após o crepúsculo ou em dias de chuva, quando os mesmos não trabalham. Os trabalhadores rurais-volantes foram procurados em suas próprias casas.

Baseado nas respostas dos trabalhadores rurais-volantes à pergunta:

“onde o senhor está trabalhando no momento”?, foi feita a escolha dos proprietários rurais a serem entrevistados. Foram selecionados, então, de forma aleatória, 15 proprietários rurais.

A partir das informações colhidas, tentou-se verificar as modificações operadas nas relações de propriedade. A fim de perceber as mudanças nas tendências de utilização de mão-de-obra, as entrevistas com os proprietários rurais⁹ foram realizadas em dezembro de 1977, ou seja, dez meses após a aplicação dos formulários aos trabalhadores.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

A atividade cafeeira, responsável pelo principal produto de exportação, desde os finais do século XIX, vinha apresentando fases de superprodução. Da série de medidas adotadas pelo governo depois do estouro da crise em 1929, para proteger a posição do produto no mercado¹⁰, uma em especial atua como incrementadora da ocupação da região, a saber, a de proibição de plantio de novos cafeeiros em terras do Estado de São Paulo. A permanência do café como importante produto do setor agro-exportador fez, em consequência disso, deslocar o eixo de plantação para as terras roxas paranaenses.

Por outro lado, em decorrência da visita ao Brasil da missão econômica inglesa em 1924 — chefiada por Lord Montagu e convidada pelo então presidente, Artur Bernardes, especialmente para estudar determinados aspectos da economia brasileira —, foi constituída a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A um dos integrantes dessa missão, Simon Joseph Fraser (“Lord Lovat”) diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* e representante dos interesses dessa companhia, incumbia estudar as possibilidades de aplicação de novos capitais ingleses no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra¹¹.

Os interesses por terras destinadas, inicialmente, à plantação de algodão são canalizados para uma empresa mais lucrativa: uma companhia de colonização. Em consonância com isso a *Brazil Plantation Syndicat Ltd.*, firma fundada em 1924 e dedicada à exploração de terras através do plantio de algodão, foi reestruturada e passou a ser a Companhia de Terras Norte do Paraná, que foi regis-

(9) Muitos proprietários entrevistados já estavam usando “bóias-frias” em menor escala e experimentando o uso de herbicidas em substituição aos serviços prestados por estes.

(10) Este aspecto é desenvolvido, entre outros, por SILVA, Sérgio: *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

(11) Sobre este particular veja-se: *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, São Paulo, Edanee, 1975, p. 42, (Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

trada em 24 de setembro de 1925 já como subsidiária brasileira. ¹² Durante a Segunda Guerra Mundial — dada a necessidade análoga de recursos por parte da Inglaterra — a Companhia foi vendida a empresários brasileiros que a rebatizaram como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pela colonização de 515 mil alqueires no período subsequente. ¹³

As diretrizes de planejamento adotadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, inspiradas em experiências anteriores, possibilitaram um sucesso imediato ao empreendimento, em boa parte devido à conjuntura da época. A situação de crise econômica dificulta, substancialmente, a venda de lotes grandes, daí a divisão inicial das propriedades fundiárias para venda em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires. Lotes maiores só foram vendidos mais tarde. ¹⁴

Desta forma, as novas terras se vêem rapidamente povoadas por proprietários, colonos e parceiros oriundos principalmente das fazendas de café de São Paulo e, em menor escala, das de Minas Gerais. O Paraná passa a receber migrantes de quase todos os estados brasileiros. Entre eles há inclusive estrangeiros radicados anteriormente em São Paulo e Minas. Migrantes novos e antigos, atraídos para a nova "fronteira agrícola" ou expulsos por motivos diversos das áreas de origem.

A história da ocupação norte paranaense aparece, assim, ligada à da evolução da cultura do café no território brasileiro e situa-se — pelo lado de suas características referentes à estrutura fundiária — dentro da modalidade de colonização promovida na região pela Companhia de Terras Norte do Paraná na conjuntura de crises surgida após 1929.

AS MUDANÇAS DAS FORMAS ORGANIZATIVAS DA PRODUÇÃO

A ocupação da região onde foi localizada a pesquisa, intensificou-se nas décadas de 30 e 40. Nos anos 50 já havia sido dividida a terra e estavam vendidos quase todos os lotes urbanos e rurais disponíveis. ¹⁵

O café, fator dinamizador da ocupação, liderou as culturas na pioneira região setentrional paranaense até 1950, quando começa a declinar em função das constantes quedas de preço. ¹⁶ Mesmo assim, o café predomina na região

12) Mais tarde, dada a necessidade premente de ampliação do capital da empresa, uma solução mais fácil foi a Fundação da *Paraná Plantation Ltd.*, em substituição à *Brazil Plantation Syndicat Ltd.*

13) *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, op. cit., p. 54.

14) CANCIAN, Nadir Amarecida: *A Cafeicultura: 1900/1970*, São Paulo, Departamento de História — USP, 1977 (Tese de Doutorado).

15) PERARO, Maria Adenir: *Um Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*, Curitiba, 1978 (Dissertação de Mestrado).

16) CANCIAN, op. cit., p. 291.

do Norte Novo até a década de 60, consorciado com culturas de subsistência, cujo excedente produtivo era vertido no mercado interno. A partir daí, a substituição do café pela soja, especialmente em função das oscilações de preços nos mercados brasileiro e, em particular, internacional, vai determinar alterações nas formas organizativas da produção e das atividades econômicas em geral.

A implementação da produção de culturas da soja e do trigo em forma consorciada e mecanizada, exige altos investimentos. Isso gera uma tendência à alteração da estrutura fundiária, uma vez que a produção em pequenas áreas pela inadequação de sua escala de produção, torna-se onerosa e quase impossível. A mecanização, por outro lado, muda qualitativa e quantitativamente a composição da mão-de-obra necessária à produção, provocando modificações no perfil do contingente populacional residente no campo e nas próprias relações de trabalho que se estabelecem nessa comunidade. Uma de suas características mais relevantes consiste em ser fator propulsor do acréscimo absoluto e relativo do número de trabalhadores rurais-volantes.

Desta forma, pode-se distinguir dois tipos de variáveis que atuam conjuntamente, contribuindo para o incremento do número de trabalhadores rurais-volantes. Um grupo de variáveis é de caráter exógeno e está vinculado à estrutura do capitalismo internacional. O outro é de caráter endógeno e se relaciona com o processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, o caráter exportador da agricultura brasileira, cuja produção, desde o período colonial, está voltada preponderantemente para o mercado externo, e a política intervencionista do governo na economia cafeeira que fora implementada desde 1906 com o Convênio de Taubaté ¹⁷, acentuaram-se na fase estudada.

No caso do Paraná, como fatores de aumento do número de trabalhadores rurais-volantes, podem se definir os seguintes:

- a política oficial em relação à agricultura;
- a substituição de lavouras e a mecanização que a acompanhou;
- a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural;
- as grandes geadas de 1965 e 1975 que dizimaram a lavoura cafeeira.

A política intervencionista em relação à produção do café foi o principal fator propulsor da Região Norte do Estado do Paraná. A manutenção de constante controle sobre a produção se manifestou concretamente por meio da implementação de dois programas consecutivos (1962 e 1966) financiados pelo Estado, realizados através do IBC/GERCA, com erradicação da cultura do café e estímulos financeiros à substituição do café por lavouras temporárias e pastagens. ¹⁸ Essa atitude fazia-se necessária, como medida reguladora dos preços, devido às fases de superprodução que se vinham repetindo.

Por outro lado, a substituição de lavouras com a conseqüente mecani-

(17) CANCIAN, op. cit., p. 63.

(18) Idem, p. 293

zação da produção, foi uma decorrência de ordem estrutural, determinada — em boa parte — pela política oficial. Isso se verifica tanto ao nível da intervenção corretora, frente às oscilações de preços dos produtos no mercado externo, como ao nível das medidas concretas adotadas com a política industrializante, que prevalecem a partir de meados da década de 50.

A superprodução relativa do café coincide com a valorização da soja como produto de exportação, principalmente, a partir de 1967, ano que registra uma marcada elevação dos preços deste artigo no mercado internacional.

Ressalte-se que, internamente, o processo capitalista, consubstanciado na política industrializante, deva mostrar de seus resultados.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, que estende aos trabalhadores rurais a maioria dos direitos adquiridos pelos trabalhadores assalariados urbanos, de fato, incidiu sobre a elevação do número de trabalhadores rurais-volantes. É que sua aplicação prática (reclamações trabalhistas, dispensa dos trabalhadores etc.) e a conseqüente conquista, ante a lei e pela lei, dos direitos recém-adquiridos, fez com que os proprietários se sentissem ameaçados nos seus lucros e prerrogativas, à medida em que os trabalhadores começavam a reivindicar o pagamento das devidas indenizações para saída da propriedade e outros direitos trabalhistas e obrigações patronais. Isto gerou a dispensa indiscriminada de enormes contingentes de trabalhadores, ainda desconhecedores da nova lei. São esses trabalhadores os que migram para a periferia urbana e, ao continuar geralmente exercendo atividades na zona rural, tornam-se trabalhadores rurais-volantes.

Além disso, as geadas de 1965 e 1975 são fatores que indiretamente contribuíram para acelerar a capitalização do campo no norte paranaense, através da política oficial adotada em conseqüência das mesmas. As medidas tomadas promoviam a erradicação do café, brindando financiamento para a passagem a outras lavouras e oferecendo facilidades creditícias para mecanizar a lavoura e para a compra de insumos industrializados. Com esta atitude pretendia-se dois objetivos com essência comum: diminuir a quantidade de produtores cafeeiros e elevar a produtividade dos que ficavam, o qual representa uma elevação da competição via "modernização" capitalista.

Resultante do quadro exposto, conclui-se que as mudanças das condições internas e externas em que se desenvolvia a produção do café na região norte do Paraná, inviabilizaram a manutenção inalterada das formas e composição das relações de trabalho até então vigentes.

A política agrária, consoante com o modelo de desenvolvimento a nível nacional, atuou no sentido de acentuar (e até provocar) as modificações que se estavam processando na estrutura das relações de trabalho. A tendência que se impunha, e que tem distinguido o desenvolvimento posterior foi a de transformação das relações baseadas no colonato e na parceria, formas historicamente em extinção, que são substituídas pelo trabalho rural-volante.

Posteriormente, por ocasião da geada de 1975, o processo de capitali-

zação acelerou-se. A substituição de mão-de-obra por insumos industrializados passou a ser característico da agricultura do Norte Novo, à medida em que essa prática era intensificada, também, na cultura cafeeira.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS DOIS NÚCLEOS ESTUDADOS

A seleção dos dois núcleos populacionais com elevada concentração de trabalhadores rurais-volantes, como universo de referência da pesquisa, levou a que, preliminarmente se pensasse na existência de uma grande homogeneidade, visão revisada a partir do conhecimento da realidade.

Do ponto de vista histórico, o núcleo populacional do Vale Azul originou-se de uma propriedade rural loteada em 1963. Coincidentemente, o ano de loteamento é o ano da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que, quando de sua aplicação, acelerou o processo de expropriação dos trabalhadores rurais.

Diferente foi a formação do núcleo populacional de Guadiana. Constituiu-se, a partir de uma cidade planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tendo início no ano de 1947 que, em razão das dificuldades de obtenção de água ¹⁹ pela população residente, estagna e mesmo sofre um processo de regressão. A maioria da população transfere-se para Mandaguaçu, uma cidade fundada na década de 50 por 8 proprietários rurais, distante apenas 2 quilômetros do local.

Em largos traços, o levantamento de dados identificou, do ponto de vista dos hábitos, condições e padrões de comportamento, diferenças significativas nas duas comunidades. O Vale Azul apresenta, através dos ítems pesquisados, padrões de comportamento tradicionalistas, pressupondo a origem camponesa ainda muito próxima de seus integrantes. Há uma tendência patriarcal de unidade da família concomitante a uma tendência dispersionista inversa, devido à forma de integração ao trabalho assalariado promovida pelo avanço capitalista.

Guadiana, ao contrário, apresenta padrões de comportamento penetrados pela deterioração dos padrões tradicionais, percebendo-se nitidamente a desintegração da família enquanto unidade para a produção.

Fundamentalmente, as características básicas assim como suas semelhanças e em especial as diferenças, aparecem no quadro seguinte.

(19) A profundidade média dos poços é de 50 metros e a constituição do solo é desfavorável à sua conservação.

**CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS TRABALHADORES
RURAI-VOLANTES, VERIFICADAS NOS DOIS NÚCLEOS PESQUISADOS
(1977)**

CARACTERÍSTICAS	VALE AZUL	GUADIANA
1) Participação dos trabalhadores volantes sobre o total de trabalhadores residentes	49%	51%
2) Trabalhadores que se tornaram volantes a partir da década de 60	89%	81%
3) Mobilidade migratória (comparação entre os núcleos)	menos freqüente	mais freqüente
4) Percentual de migrantes entre os trabalhadores volantes	91%	78%
5) Percentual de migrantes no conjunto da população de trabalhadores rurais-volantes	86%	84%
6) Atitude concordante dos chefes de família em relação à possibilidade de trabalho das mulheres	11%	21%
7) Participação da mulher e dos menores no contingente de trabalhadores assalariados	26%	37%
8) Condições habitacionais	precárias	muito precárias

Fonte: Pesquisa de campo

Nos dois núcleos pesquisados em 1977, Vale Azul e Guadiana, ambos com uma percentagem similar (49% e 51%) de trabalhadores rurais-volantes sobre o total de trabalhadores residentes, verificou-se que o processo se intensifica principalmente a partir da década de 60 (89% e 81%). Observou-se que a mobilidade migratória era — em geral — bastante intensa, sendo bem elevada a quantidade de migrantes dentre os trabalhadores rurais-volantes (91% e 78%) e, proporcionalmente, a representação de mulheres e menores dentro da força de trabalho volante (26% e 37%).

Mas esse quadro geral oculta diferenças que se tornam bastante significativas quando correlacionadas. Vemos que a mobilidade migratória menos fre-

qüente, correspondem a manutenção de padrões de comportamento mais tradicionalistas, registrando-se resistências relevantes, principalmente no ponto de vista qualitativo, dos chefes-de-família ao trabalho de mulheres e menores, não só enquanto à possibilidade de estabelecimento de uma relação de trabalho rural-volante, mas a resistência dos pais ao trabalho das mulheres verifica-se, também, em relação ao trabalho na qualidade de domésticas.

O ALCANCE DOS RESULTADOS E DAS CONCLUSÕES ATINGIDAS

À guisa de conclusões, com base no método anteriormente descrito e sob o prisma do quadro geral, destacamos os elementos centrais resultantes da pesquisa de campo nos dois núcleos assinalados. Cabe, porém, salientar que, metodologicamente, a possibilidade de generalização das conclusões extraídas deve ser vista com reservas. Isto se deve a três circunstâncias básicas.

Em primeiro lugar, a amostra é relativamente pequena e limita, espacialmente, sua expressividade.²⁰

Em segundo lugar, a definição do universo de pesquisa privilegiou dois núcleos populacionais justamente por apresentarem um grau elevado de trabalhadores rurais-volantes. Esta característica, ao mesmo tempo em que se manifesta como uma tendência a nível não só de estado, impõe limitações a uma possível generalização, devido à distorções que — por acaso — surgiram pela multiplicação e ampliação das características próprias de origem histórica que determinaram a eleição dos núcleos.

Em terceiro lugar, as diferenças marcantes que se verificaram em alguns pontos, sugerem que deve ser excluída toda e qualquer explicação simplista, para ser estudada mais a fundo a complexidade do processo examinado.

(20) Isto induz a certas restrições quanto ao título original de nossa Dissertação de Mestrado: *O Trabalho Rural Volante ("Bóia-Fria") no Paraná: Características Históricas e Demográficas*, o qual sugere um estudo mais abrangente e exaustivo do tema para a conseqüente generalização para todo o Estado.

BALANÇO E REFLEXÕES TEÓRICAS DE 20 ANOS DE PESQUISAS SOBRE O MEIO RURAL FRANCÊS *

Hugues Lamarche **

INTRODUÇÃO – OS INÍCIOS DE 1962 E A RUTURA DE 1968

Com o objetivo de analisar em detalhes e de forma desagregada a realidade rural da França, uma equipe de especialistas franceses traçou, no começo dos anos 60, uma linha e um plano de pesquisas determinados. O conhecimento das experiências e resultados de sua implementação pode ser útil para os colegas do Brasil preocupados com uma problemática análoga.

O grupo de Sociologia Rural que foi constituído então, é um corpo pertencente ao Centro Nacional da Pesquisa Científica ¹ e é formada por 10 pesquisadores que tem como objeto de trabalho a França, tanto como um todo como a nível local. A constituição desse grupo deu-se em 1962 em torno de um grande projeto de pesquisa que propunha efetuar um inventário das sociedades rurais francesas, ou seja, de elaborar, em realidade, uma tipologia dessas sociedades com o objetivo de poder explicar as transformações sociais em curso. Com efeito, a sociedade rural francesa é muito diversificada, sendo composta de uma multiplicidade de micro-sociedades locais, os povoados e aldeias (*villages*)^{***} ou municípios (*communes*) ². Esta diversidade não é observada unicamente entre as

* A idéia de redigir estas notas endereçadas à comunidade acadêmica e aos especialistas do Brasil interessados na problemática agrária, surgiu de iniciativa de colegas brasileiros por ocasião das discussões mantidas na Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, durante a missão que aí realizei em outubro de 1982 nos quadros do acordo CAPES/COFECUB. Este trabalho, em grande parte, está inspirado no livro publicado pelo Grupo de Sociologia Rural do CNRS, *Société Paysannes ou Lutte de Classes au Village*, Paris, Armand Collin, 1974, 265 pp. (Artigo traduzido do francês por J. H. Rotta e E. Troccoli).

** Encarregado de Pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*, Paris, França.

*** No original francês aparece sempre *village*, termo que não tem correspondência precisa no português (correspondendo às vezes a aldeia, povoado, lugarejo etc.). Aqui optou-se por traduzi-lo sempre pelo vocábulo *aldeia*. (Nota dos tradutores).

(1) O Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNPS) é um organismo francês composto de pesquisadores fundamentalistas de disciplinas científicas. Conta com aproximadamente 5.000 pesquisadores e 20.000 técnicos e pessoal administrativo.

(2) O município (*commune*) constitui a menor unidade administrativa de desagregação espacial.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	149-157	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

grandes regiões francesas, mas muito freqüentemente de um distrito (*canton*) a outro ou mesmo de um município a outro. Tal diversidade provém não somente de situações geográficas distintas, mas também de uma história social diferente. E como existem uns 36.000 municípios na França, é fácil imaginar a amplitude do problema metodológico que se coloca.

A abordagem adotada por todos os pesquisadores foi a **funcional-estruturalista**. O principal axioma desta teoria consiste na convicção de que existe uma dinâmica dos sistemas sociais locais e que justamente a diversidade se explica pela existência de mecanismos de funcionamento particulares a cada coletividade local, tendo cada uma sua própria lógica. Assim, percebe-se que o procedimento escolhido pelo nosso grupo de sociólogos foi fortemente inspirado nas duas grandes escolas da Antropologia: a **Antropologia Social**, de Evans-Pritchard, e a **Antropologia Estrutural**, de Claude Lévi-Strauss ³.

O grupo admitiu, então, que seria necessário estudar as aldeias enquanto entidades em sua totalidade, procurando, em seguida, fazer aparecer os sistemas de funcionamento, estando entendido que a sociedade local é composta de vários sistemas e que se um deles se transforma, toda sua estrutura social se modifica. Pensávamos, na época, que seria mais fácil fazer uma comparação entre as diversas sociedades estudadas e depois construir uma tipologia.

Entre 1962 e 1967 foram estudadas 10 aldeias. O método escolhido foi o de elaborar monografias com uma abordagem pronunciadamente empírica. A comparação entre esses estudos levou a uma tipologia muito complexa e confusa das sociedades rurais francesas. A maioria dos pesquisadores ficou insatisfeita e se colocava, então, a questão fundamental de saber se o caminho escolhido era cientificamente correto ou se seria necessário tomar outra direção.

Em conseqüência do debate teórico suscitado a esse respeito, dá-se uma divisão do grupo em 1968 ⁴. Duas correntes resultaram dessa divisão. Veremos, a seguir, os traços principais de cada uma e os desenvolvimentos posteriores a que deram origem.

POR UMA TEORIA DO CAMPESINATO

De um lado, temos os pesquisadores que se mantêm convictos de que o procedimento até então feito é o melhor para se chegar a construir uma **teoria do campesinato**. Propõem a multiplicação de monografias com o objetivo de precisar e afinar a tipologia. Henri Mendras, que é o principal defensor desta

(3) EVANS-PRITCHARD, E. E.: "Antropologia Social", In: Alba Zalnar Guimarães, *Desvendando Máscaras Sociais*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975; LEVI-STRAUSS, Claude: *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1970. Veja-se também REDFIELD, Robert: *The Little Community: Viewpoints for the Study of a Human Whole*, Chicago, University of Chicago Press, 1955.

(4) Não estou certo de que seja legítimo correlacionar esse fato com o movimento das idéias que em 1968 sacudiram a França..., provavelmente, sim.

tendência, propõe mesmo um esboço de modelo teórico do campesinato. Este modelo se constrói observando-se cinco dimensões fundamentais:

- 1) **a autonomia relativa da sociedade camponesa no seio de uma sociedade globalizante:** propõe três estudos na evolução da sociedade rural francesa: a) sociedade agrária, existindo antes da Idade Média, que se caracteriza pela não distinção entre a sociedade local e a sociedade global (esse conceito é aproximadamente equivalente ao de "selvagem" usado por R. Redfield); b) sociedade medieval e moderna, em que a sociedade globalizante se superpõe às coletividades camponesas; e, finalmente, c) sociedade contemporânea industrializada e urbanizada em que as coletividades camponesas se diluem na sociedade global e em que a agricultura torna-se simplesmente um setor a mais de produção econômica.
- 2) **a característica do grupo doméstico:** o grupo doméstico é uma unidade de análise que compreende todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto. Esta unidade engloba todas as atividades econômicas de produção e de consumo. A composição do grupo doméstico pode variar sensivelmente de uma sociedade a outra, conforme sua dimensão, patrimônio, tipo de parentesco etc.
- 3) **a economia camponesa:** caracteriza-se pela oposição entre a economia primitiva, que se define pela ausência de mercado e pela autarcia completa, e a economia industrial, em que a função do produtor agrícola é a de produzir para o mercado e para o setor agroindustrial de transformação. A economia camponesa é constituída de pequenos produtores mercantis cujo objetivo é, antes de tudo, de produzir para alimentar o grupo doméstico, vendendo o excedente de produção, quando tal excedente existe.
- 4) **a coletividade camponesa enquanto sociedade de interconhecimento:** os etnólogos e certos sociólogos empregam o termo de comunidade (*communauté*) incorretamente, pois esse termo subentende um conjunto de pessoas que colocam em comum bens e ideais. Nada disso acontece, porém, nas coletividades camponesas que se caracterizam, pelo contrário, pelo fato de que algumas coisas são colocadas em comum, enquanto outras não. Para Henri Mendras a coletividade camponesa é necessariamente restrita (1.000 ou 2.000 pessoas), de modo a permitir o inter-conhecimento direto e completo de todos os seus membros. A coletividade camponesa supõe um sistema de regulação social comum a todos e, em consequência, um sistema de valores único e conhecido de todos. Chega-se, ao término desse raciocínio, à afirmativa da existência de uma cultura única.
- 5) **finalmente, a mediação entre a coletividade local e a sociedade globalizante:** a idéia principal é de que a sociedade globalizante impõe à

coletividade camponesa certo número de coerções de distintas ordens (econômicas, sociais e culturais), obrigando-as a respeitá-las mais ou menos bem. Esta mediação se efetua seja através das instituições (a escola, a igreja, a televisão, a administração etc.), seja através de mediadores que são os encarregados pela coletividade das relações com as diferentes instituições representantes da sociedade globalizante. Estes intermediários são, geralmente, notáveis locais que devem dispor necessariamente de, pelo menos, uma das fontes de poder interno da coletividade (por exemplo: a posse da terra ou do saber). Pode existir, numa mesma coletividade, um ou vários notáveis, cada um representando grupos de interesse, em geral familiares.

Eis, muito rapidamente traçadas, as linhas a partir das quais se deve construir, segundo Henri Mendras, a teoria do campesinato. Ele propõe a realização de outros estudos monográficos das aldeias, conforme um mesmo plano, que seria o seguinte: estudo dos obstáculos ecológicos, estudo do regime demográfico, análise das estruturas de parentesco, análise do grupo doméstico e das atividades econômicas, estudo do modo de vida e da ideologia (evidenciando as categorias, os grupos e as camadas sociais), assim como, finalmente, descrição dos modos de comunicação e de construção de redes de influência.

POR UMA TEORIA SOBRE O LUGAR DAS SOCIEDADES RURAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O que foi exposto constitui o projeto de uma parte dos pesquisadores no final do programa de pesquisa, nos idos de 1967-68. Os demais membros do grupo recusaram-se, categoricamente, a seguir esta abordagem intelectual. Encabeçados por Marcel Jollivet, opuseram ao objetivo de construir uma teoria do campesinato, o objetivo de elaborar uma teoria sobre o lugar das sociedades rurais no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esta abordagem se situa numa perspectiva de análise marxista de mudança social. A questão que estes pesquisadores se colocavam, era a de saber se o modo de produção capitalista funcionaria segundo a mesma lógica, tanto no meio rural quanto no meio industrial e se, então, o desenvolvimento do capitalismo teria as mesmas conseqüências tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Isto significa recolocar a interrogação sobre o devir do campesinato no modo de produção capitalista. Certo número de grandes temas de reflexão, parecendo fundamentais, foram privilegiados durante a análise:

- 1) antes de tudo, a **evolução das estruturas fundiárias de produção**: tratava-se de responder a questão se as estruturas da produção agrícola evoluem da mesma maneira que aquelas da produção industrial. Em torno desta questão gira o debate sobre a superioridade econômica

UFRJ / BIBLIOTECA / PPA

- da grande exploração em relação à pequena. ⁵
- 2) o segundo tema de reflexão gira em torno da **manutenção e reprodução da força de trabalho agrícola**: a questão é saber qual é o estatuto do camponês na sociedade capitalista francesa. Pode a instituição da pequena produção mercantil se manter? E, por quais razões?
 - 3) o terceiro tema de reflexão diz respeito à **relação entre a propriedade camponesa e o capitalismo**: o que importa é saber se os pequenos produtores mercantis, que são todos proprietários de parte ou da totalidade dos meios de produção, podem já ser considerados produtores capitalistas de fato ou em potencial. É tanto o problema da renda fundiária quanto o problema da mais-valia que são aqui colocados.
 - 4) finalmente, o quarto tema de reflexão versa sobre a **pequena produção mercantil e as lutas de classe**: a preocupação essencial que se coloca aqui é a de saber se pode ser feita a transposição, por analogia, do esquema de luta de classes do capitalismo industrial para a análise da agricultura e das sociedades agrárias. A resposta a esta questão depende, naturalmente, das respostas que tenhamos dado às três outras questões precedentes: a agricultura, pelo seu caráter, é industrial e os camponeses, na sua maioria, se comportam como capitalistas?

Eis as grandes questões que foram colocadas à época. Para tentar respondê-las os pesquisadores se orientaram, conjuntamente, em duas direções. A primeira é mais global. Trata de avaliar o lugar da agricultura na sociedade francesa a partir das estatísticas nacionais, dos discursos dos responsáveis nacionais pela agricultura, sejam políticos ou sindicais, e da política aplicada pelo governo.

A segunda é mais micro-sócio-econômica: trata de observar as diversas formas que toma a penetração do capitalismo na agricultura, nas sociedades rurais locais, e suas conseqüências sobre as relações sociais de produção locais, isto é, sobre as diferentes camadas sociais em torno das quais se estrutura a sociedade rural local.

A confrontação desses dois níveis de observação e de reflexão levou à análise (para não dizer à teoria) específica do tipo de desenvolvimento da agricultura no modo de produção capitalista. Esta especificidade se assenta essencialmente sobre o fato de que o capitalismo se satisfaz inteiramente com a manutenção da pequena produção mercantil. Aliás, tem mesmo todo interesse nisso, visto que esses pequenos produtores, que funcionam ainda de modo tradicional, permitem às diferentes categorias de capitalistas e ao Estado subtrair-lhes a renda fundiária (na medida em que esta exista) como também a mais-valia. Como diz M. Jollivet, "o camponês tem esta característica singular de ser um pro-

(5) KAUTSKY, Karl: *A Questão Agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

prietário fundiário desinteressado”⁶. O modo de produção capitalista se satisfaz de que o camponês não esteja diretamente interessado pelo lucro mas, sobretudo, pela manutenção do patrimônio, condição essencial de sua sobrevivência. Satisfaz-se também, com a manutenção dos camponeses visto que o desenvolvimento de uma classe operária na agricultura traria, necessariamente, um nítido aumento dos preços da produção agrícola. As indústrias agro-alimentares não se enganaram ao não procurarem se apropriar dos meios de produção dos camponeses, contentando-se em comprar a produção agrícola ao preço mais baixo. O modo de produção capitalista se satisfaz, ainda, pela maneira como os pequenos produtores mercantis adotam técnicas modernas de produção, investem e tornam-se importante setor de consumo de produtos industriais (tratores, máquinas agrícolas, construções agrícolas, produtos químicos etc.), continuando sempre a produzir pelo menor custo. Enfim, o capitalismo se satisfaz inteiramente da evolução das estruturas agrárias.

Observamos, efetivamente, um aumento dos meios de produção, mas não nas maiores explorações, como previra Kautsky, e sim nas médias. Se tomarmos como referência a terra, vamos constatar uma diminuição do número das explorações menores de 20 ha, uma diminuição das explorações maiores de 100 ha, e um aumento do número das explorações médias, situando-se entre 20 e 100 ha. Isto em porcentagem e não em termos absolutos, uma vez que o número total das explorações diminui constantemente de forma a possibilitar: a) a concentração fundiária, pois na França a terra é um bem raro e a ampliação das explorações não pode ser feita a não ser com a diminuição de outras explorações; e b) o êxodo rural indispensável ao desenvolvimento industrial que atualmente está em plena expansão.

A melhor prova do sucesso desta “coexistência” entre o modo da pequena produção mercantil e o modo de produção capitalista é que, em menos de trinta anos, a França conheceu um desenvolvimento agrícola considerável que lhe permitiu conquistar a terceira posição mundial entre os países exportadores de produtos agrícolas.

Esta especificidade agrícola no desenvolvimento do modo de produção capitalista repercute naturalmente ao nível da análise em termos de classes sociais e de luta de classes. A ideologia dominante, venha do poder político ou da corporação camponesa, apresenta sempre o campesinato como uma unidade, um corpo social homogêneo que defende os mesmos interesses. É exatamente por isso que, até a chegada das esquerdas ao poder, só existia um único sindicato agrícola reconhecido. Os estudos feitos por esse grupo, do qual nós participamos, mostraram que, ao nível da sociedade local, o campesinato é diferenciado, e que esta diversidade de situações revela a existência de interesses específicos e a presença de várias camadas sociais camponesas. Esta existência de várias cama-

(6) JOLLIVET, Marcel: “Sociétés Rurales et Capitalisme”, In: *Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village*, Paris, Armand Collin, 1974, pp. 231-263.

das camponesas aparece claramente na ocasião de certas lutas relativas, por exemplo, à apropriação da terra ou, de forma mais geral, dos meios de produção, obtenção de créditos, ou de subvenções, à distribuição de quotas de produção etc. Estas lutas entre camponeses, que podemos assimilar à luta de classes, vai desembocar na criação de uma elite camponesa à frente de estruturas de produção modernas e competitivas e, também, na manutenção de um campesinato marginal formado por produtores menores, o qual fornecerá o êxodo rural indispensável ao desenvolvimento industrial.

A luta de classes ao nível local foi observada também no seio da família agrícola. A família está no centro da economia camponesa, e o fato de que todos os membros da família, vivendo sob o mesmo teto, trabalham na exploração sem nenhum salário e sem limites de horário, cria relações de trabalho e de exploração que vão se transformar, muito rapidamente, em relações conflituosas. É o caso de inúmeros conflitos que apareceram após os anos 60 entre o pai, chefe da exploração, e seus filhos, ou sobretudo entre o pai e o filho sucessor eventual. Da mesma forma, mais tarde, quando as mulheres de produtores agrícolas recusaram sua condição de "escravas" da exploração familiar, as relações entre homens e mulheres se tornam igualmente fonte de conflitos.

Todas estas oposições, estes conflitos, podem ser interpretados como luta de classes e não somente como conflitos de geração ou de sexos. Tais lutas são também, e sobretudo, o resultado da evolução do modo de produção capitalista, e a forma que tomam é específica da transformação das relações sociais de produção agrícola. Esta fusão de relações de produção e de relações familiares dão naturalmente à luta de classes formas muito diferentes daquelas que conhecemos no mundo operário. São lutas de classe por inteiro e, portanto, o motor das mudanças sociais na agricultura.

Esta foi, então, a orientação teórica dos pesquisadores marxistas do grupo e os resultados a que chegaram nos anos 1970-73.

A PARTIR DE 1973: A NOVA REALIDADE E A FASE DE REFLEXÃO METODOLÓGICA

Desde 1973 entramos em uma fase de incertezas e mesmo de crise metodológica. A razão principal é que os critérios de análise que nos permitiram definir as camadas sociais e estudar as relações sociais de produção na agricultura no período precedente, não são mais totalmente pertinentes e operacionais para se compreender as transformações deste momento.

Aparecem novas lutas que não são lutas de classe no sentido que entendíamos anteriormente. Colocamo-nos, na atualidade, o problema da redefinição dos critérios de classe, em particular levando em consideração, mais seriamente, os critérios ideológicos.

Esta situação que atravessamos está ligada — parece-nos — à crise profunda entre o modo de produção capitalista e o tipo de sociedade que o mes-

mo engendrou.

Os novos critérios observados, e que tiveram papel determinante no comportamento dos grupos sociais, giram em torno de valores relativos à **qualidade da vida**, à recusa sistemática de procurar por todos os meios a obtenção de sempre mais dinheiro, a dispor de tempo para viver, a poder sobreviver na própria região, a dar valor à qualidade dos produtos etc.

Decorre disso a aparição de novas lutas ou conflitos, os quais — poderíamos dizer — vão “contra a natureza”, no sentido de que não podem ser explicados no quadro tradicional das relações de classes. É o caso, por exemplo, de certas lutas pela ocupação do espaço; podemos ver, lado a lado, manifestando-se juntos, grandes e pequenos agricultores, patrões, camadas superiores e operários, que se opõem à construção de uma central nuclear ou de uma barragem. Da mesma forma vemos agricultores modernistas, pertencentes à elite, se oporem à ideologia produtivista, esteio da transformação da agricultura capitalista. Vemos, ainda, jovens agricultores tomarem a sucessão de seus pais como forma de exploração em que a estrutura da produção é totalmente inadaptada às exigências modernas de produção; suas motivações são unicamente ideológicas; querem viver onde estão e recusam o êxodo. Enfim, como último exemplo, podemos falar de certos agricultores que preferem produzir menos, mas produzir produtos de melhor qualidade, ou mesmo produzir produtos chamados biológicos etc. Poderíamos multiplicar os exemplos desse tipo, demonstrando a existência de uma clara tendência de modificações das mentalidades.

Não pensamos que seja necessário colocar em questão a análise dialéctica marxista, mas estamos procurando nos dotar novamente de meios para torná-la operacional diante desta nova fase de desenvolvimento em vias de instauração.

A questão essencial que nos colocamos é a de saber se tudo isto é apenas conjuntural, estando ligado à crise econômica que atravessa atualmente o capitalismo (se for este o caso, as classes sociais se redefinirão provavelmente nas bases apresentadas anteriormente, desde que passe a crise), ou se tudo isto que tem acontecido, e que temos dificuldade em interpretar, não é, de fato, o sinal da estruturação de outro modo de produção, fundado não unicamente sobre valores econômicos, mas também sobre valores sociais, culturais e ideológicos, isto é, fundado sobre a dupla relação: **modo de produção/modo de vida**.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta é a ótica atual de alguns pesquisadores do grupo, cujas orientações de pesquisas variam mais ou menos sensivelmente. Alguns se orientam mais precisamente na direção de pesquisas inter-disciplinares em sociologia-economia-biologia, com o objetivo de chegar a construir uma teoria das relações homem/natureza, à procura de relações mais harmoniosas e mais equilibradas entre o homem e o meio natural. Outros tentam colocar em evidência a lógica segundo a qual

se redefinem as relações sociais locais. Tanto num como noutro caso, as pesquisas se efetuam a nível das sociedades locais e estão impregnadas de certo empirismo: balanços ecológicos e sócio-econômicos, monografias de famílias ou histórias de vida etc.

Eis a trajetória intelectual do grupo de sociologia rural desde há 20 anos. Provavelmente tudo isto está bem longe das especificidades da realidade social da agricultura brasileira e dos problemas que são colocados pelos pesquisadores do Brasil, mas nós estamos persuadidos de que conhecer as experiências dos outros contribui enormemente para o estabelecimento de um diálogo profícuo e para o avanço da sistematização teórica e metodológica.

Campina Grande, outubro de 1982

RAÍZES Nº 1

JUL/DEZ.
1982

SUMÁRIO

A Diretoria: Apresentação da Revista. 3

ARTIGOS

Marcel Jollivet: O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. 5

Nilson Araújo de Souza: Natureza e contradições da reanimação econômica de 1978/79: prelúdio de uma recessão. 25

Gustavo Lins Ribeiro: Aspectos contemporâneos da questão indígena. 45

Gilda de Castro Rodrigues: O método histórico em Etnologia: Evans-Pritchard e Lévi-Strauss. 55

Elimar Nascimento: O conceito de revolução em Gramsci. 71

A Diretoria: Seminário "Agricultura e Desenvolvimento". 86

Manual Correia de Andrade: A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. 87

Alberto Passos Guimarães: O complexo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. 99

Francisco Barreto: Notas acerca da intermediação institucional recente e seus efeitos sobre o processo de ocupação de áreas de fronteiras da Amazônia e Centro-Oeste. 105

Marcelo Grondin: Considerações em torno do tema Agroindústria e Desenvolvimento. 123

José Francisco da Silva: As reformas agrárias no processo de desenvolvimento. 135

NOTAS E COMENTÁRIOS

Josamir Camilo: Karl Popper: Filosofia da ciência ou imobilismo ideológico? 147

Jurandir Antonio: Energia e Desenvolvimento. 157

Ivony Lídia Monteiro Saraiva: A questão cooperativista numa "cooperativa" da Paraíba. 165

A ESSÊNCIA E O PAPEL DO PLANEJAMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

EM TORNO A UMA POLÊMICA.

*Elbio Troccoli Pakman **

INTRODUÇÃO

Muito oportuna a decisão do Conselho Editorial da Revista Pernambucana de Desenvolvimento de criar a secção de COMENTÁRIOS. Este moderno gênero publicístico, que ganha espaço nas publicações especializadas mais dinâmicas, é abrigo ideal para o intercâmbio de idéias. As discussões que surgem na comunidade acadêmica e científica a respeito de artigos e réplicas, são desejáveis e meritórias, tanto mais ainda quando se sobressaem pela pertinência da problemática e pelo elevado nível na sua condução.

A controvérsia gerada entre o economista Clemente Rosas, Superintendente do CONDEPE, e o sociólogo Sebastião Vila Nova, Diretor do Departamento de Sociologia da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em torno da questão do planejamento, é salutar e desejável, porquanto tem os seus efeitos germinativos, envolvendo, na ciranda das discussões, outras pessoas até então passivos leitores.

Neste artigo, inspirado na controvérsia acima mencionada, será dada ênfase àqueles tópicos, considerados pontos nevrálgicos da matéria em pauta, que constituem, sem dúvida, o cerne da questão: o lugar do planejamento no capitalismo e os fatores condicionantes das formas concretas do planejamento nas sociedades capitalistas desenvolvidas e nas subdesenvolvidas. Isto significa — retomando palavras textuais do professor Vila Nova que revelam certa pré-disposição para a polêmica — “botar mais um pouco de lenha na fogueira desse debate”.

Estes dois temas cruciais são o fio condutor do discurso do professor Vila Nova. O mérito na justeza das colocações porém não invalida a oportunidade de uma importante observação: as questões assim tratadas diluem-se em ambigüidades quando desprovidas da explicação de sua natureza. Isso não expressa predileção pelas conceituações, mas corresponde a uma postura metodológica procedente. Afinal, o consenso a respeito da natureza do planejamento é tao irreal quanto aquele a nível de concepções teóricas divergentes sobre

* Professor do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II — Campina Grande

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	159-165	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

as sociedades humanas. Refletem princípios filosóficos que não se aderem, mas locupletam o conhecimento do homem no embate constante em busca de grandes soluções.

No ensaio do professor Vila Nova, percebe-se que a questão da natureza do planejamento é abordada de forma implícita e com contornos imprecisos, ao passo que na réplica do economista Clemente Rosas parece existir pronunciada preocupação em apresentar as observações no mesmo nível de abrangência e aprofundamento. Falta, pois, explicitar a natureza do planejamento, revelando suas raízes mais íntimas. Obter-se-ia assim, mais clareza nas definições e maior rigor na precisão de categorias e conceitos analisados, possibilitando ao leitor sentir as notações dos matizes diferenciados.

AS RAZÕES DO PLANEJAMENTO

O ponto de partida do professor Vila Nova para explicar as atividades de planejamento nas sociedades de economia capitalista é o binômio *indispensável/prejudicial* (V.Nova, 1981: p. 207). Este procedimento metodológico não permite elucidar a natureza do fenômeno, porquanto, tal como é formulado, objetiva avaliar o desempenho da dita atividade em função de critérios subjetivos e juízos valorativos. Segundo o autor, a *origem básica* dos problemas da viabilização do planejamento, nas sociedades de economia capitalista, situar-se-ia no que denomina de *ethos* político-econômico (Vila Nova, 1981: p. 209).

Convém retomar a questão, definindo aquilo que se entende por planejamento econômico (ou social): a organização e regulação consciente da economia nacional (ou da sociedade) como um todo, conforme objetivos antecipadamente definidos pela administração central do Estado. A atividade de planejamento compreende assim tanto a fase de elaboração de planos como a de adoção de medidas tendentes à sua consecução, através de métodos de controle, diretos e indiretos. Nos países capitalistas, as distorções ocasionadas pelo espontaneísmo dos mecanismos de mercado, induzem ações planejadas, visando manter um relativo equilíbrio no funcionamento de determinados setores.

O planejamento só pode ser entendido se situado no contexto histórico concreto. O passo das definições conceituais e gerais à formulação de instrumentos de análise científica que compreendam as especificidades da realidade, objeto de estudo, deve partir da própria essência do sistema em questão. No caso em pauta, o capitalismo, regido por conhecidas relações de produção. Nesta perspectiva deduz-se que a propriedade privada dos meios de produção é o depositário onde subjace a essencialidade que se manifesta, quase sempre fragmentária, parcial ou distorcidamente, nos fenômenos sociais. A exclusão deste aspecto fundamental torna ambígua e, às vezes, estéril a análise, mesmo quando magistralmente apresentada. No outro extremo, a tendência contrária de elevá-lo à categoria de dogma, constitui uma descabida transmutação do ponto de partida em objeto em si.

Pelo exposto, conclui-se, entre outros, que não basta a mera constatação fáctica (Vila Nova, 1891:p. 209) de que a planificação *é parte essencial* da forma de organização política e econômica das nações socialistas. O reconhecimento de uma situação não explica suas causas determinantes, embora com frequência seja um inequívoco desvendar do véu ideológico negativista para o descobrimento das leis objetivas subjacentes. Poder-se-ia argumentar, ainda, para reforçar as considerações acima feitas, que à falta do elo básico na explicação da questão, uma eventual comparação inter-sistemas, no mínimo contribuiria para mostrar a procedência e justiça da crítica.

A explicação genérica da fundamentação do planejamento, consiste no fato de que cada um administra suas propriedades conforme os próprios interesses, nos marcos permissíveis pelo sistema sócio-econômico vigente. No socialismo, onde os recursos produtivos são, no fundamental, propriedade de toda a sociedade, a administração planificada efetiva por parte dos agentes sociais e através dos órgãos de gestão do Estado, constitui uma decorrência natural e uma necessidade objetiva ineludível. Por outro lado, cumpre averiguar a procedência do planejamento nas sociedades capitalistas.

No capitalismo, dada a estrutura atomizada da propriedade e, conseqüentemente, também das decisões, primam os impulsos daí decorrentes, nem sempre condizentes com os interesses de todos os segmentos e, com maior razão, da sociedade como um todo. Em rigor, ao não existir uma base objetiva que possibilite enfeixar totalmente o conjunto de decisões e ações que orientam o processo e a direção que deve seguir a evolução social, a atividade de planejamento assume um caráter meramente **indicativo**.

A *admissão da necessidade* (Vila Nova, 1981: p. 209) compulsória, de inspiração teórica keynesiana e conseqüência forçada da grande crise de 1929, do planejamento econômico no capitalismo, responde a uma constatação **pragmática**. Contribui, decerto, para saber-se como surgiu, mas não o por que do fenômeno e sua **essencialidade**.

Os objetivos e instrumentos de planejamento nos países capitalistas desenvolvidos, diferem daqueles adotados nas nações subdesenvolvidas, dadas as peculiaridades díssímeis que apresentam. Nestes, a atividade de planejamento impõe-se mais pela necessidade de administrar a contradição entre a vontade de avançar rápido no processo de desenvolvimento e a impossibilidade de atingir este objetivo no contexto do livre jogo das forças econômicas do mercado. Tal fato não pode, no entanto, ser absolutizado, mesmo porque em muitos desses países já perduram estruturas econômicas relativamente significativas, com considerável grau de monopolização. A diferença de forma e as peculiaridades de sua natureza porém não condicionam uma discrepância de essência.

No bojo desta interpretação revela-se **insuficiente** a alusão do professor Vila Nova acerca das "situações sociais geradoras de tensões e insegurança" (Vila Nova, 1981: p.211) para fundamentar o planejamento no capitalismo. Falta explicitar os marcos nos quais os elementos apontados por esse autor adquiriram

perfil mais nítido. Assim, ao caracterizar-se o planejamento como “uma atividade acentuadamente política” (Vila Nova, 1981: p. 208), também é importante que se identifiquem os condicionantes que regulam seu alcance e determinam suas limitações.

Ao considerar o planejamento (social) como “fruto da ascensão da burguesia, do surgimento da sociedade de classes e, em particular, do ideal democrático da igualdade legal dos cidadãos” (Vila Nova, 1981: p. 214-215), o ensaísta subestima a abordagem histórica que o atribui ao nível de desenvolvimento e maturidade alcançados pela produção social. A complexidade contínua e ascendente na divisão técnica e social da produção induz a intermediação do Estado como agente de viabilização da reprodução social. No Brasil, por exemplo, desde os primórdios do capitalismo, o Estado tutela a realização do capital, seja criando infraestruturas ou adotando políticas fiscais, tarifárias, de subsídios e incentivos diferenciados por setores, ramos de produção, regiões etc. ou, ainda, acudindo em auxílio de empresas falidas, socializando seus prejuízos. Sintomático nessas intervenções é o fato de as classes dominantes clamarem pela ação do Estado quando as exigências ou dificuldades de realização reclamam e se alçarem, amaldiçoando-o, quando as efêmeras e cíclicas conjunturas recomendam o “livre jogo das forças de mercado”.

A estratificação social em classes tem milhares de anos de existência e marca todo um período na história da Humanidade, ao passo que o planejamento é bem recente. O surgimento da sociedade de classes deu-se em remotas eras da fragmentação das sociedades primitivas, quando, em consequência, veio à luz o Estado; a ascensão da burguesia como classe dá-se na Idade Média com o desabrochar do capitalismo; a emergência do ideal democrático da igualdade legal, ganhou corpo e estatuto de tratado na época florescente do capitalismo europeu, tolhido em seu desenvolvimento pelas reminiscências das monarquias feudais decadentes, senhores de terras e do poder político; mas o planejamento científico pertence a outro momento, tão recente quanto a ascensão do socialismo no mundo.¹ Razão por que não se devem restringir as justificativas do planejamento nas sociedades capitalistas a fatores eminentemente endógenos, negligenciando a influência das forças extra-sistema.

O LUGAR DO *ETHOS* POLÍTICO-ECONÔMICO E OS CONFLITOS SOCIAIS

A fragilidade da base em que repousa a extensão da atividade de planejamento nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, em boa medida, explica-se

(1) Contrariamente ao que afirma o autor do ensaio (Vila Nova, 1981: p. 209), o planejamento na União Soviética não começou com o Primeiro Plano Quinquenal, em 1929. A partir de então tem início o planejamento de médio prazo generalizado e apenas para sua fase executiva. A atividade de planejamento soviético gestou-se logo após a Revolução de 1917.

pela dependência umbilical do plano decisório a instâncias políticas fortemente arraigadas às estruturas de poder de oligarquias tradicionais locais e regionais. Esta característica parece não despertar maior interesse do ensaísta que prefere indagar "até que ponto não se encontra precisamente no *ethos* político-econômico dessas sociedades a origem básica dos seus problemas de planejamento" (Vila Nova, 1981: p. 209). Ou seja, a essência qualitativa definitiva do próprio planejamento. A primazia da dimensão política (Vila Nova, 1981: p. 213) não deve ser confundida com a essência do planejamento. No fundo, aí está a razão pela qual o professor Vila Nova fala da "dimensão técnica" do planejamento, conceito que expressa as condições econômicas que estabelecem os contornos, aos quais os agentes sociais devem ater-se. É o quadro, no qual adquire sentido a *primazia da dimensão política*.

Seria importante acrescentar a essa idéia o risco que se corre em negligenciar a interrelação entre as duas instâncias, deixando-se de considerar as especificidades de seu peculiar condicionamento mútuo: um realiza-se no marco estabelecido pelo outro, que — por sua vez — só se concretiza através daquele.

A manifesta expressão volitiva de diversos segmentos sociais, nos países subdesenvolvidos, na promoção do planejamento, em particular da industrialização, não deve ser reduzido à existência de um *ethos* subjacente à ação política de toda a sociedade. Em última instância, a ingerência do Estado neste campo, responde às demandas das forças dirigentes. Não se trata então do *ethos* da ação política, mas sim de um *ethos* político-econômico determinado: o da classe dominante no poder. A congruência em certos projetos não descaracteriza o antagonismo do direcionamento do planejamento a nível de interesses de classes. Pelo exposto, não se pode concluir como corolário, que todo projeto tenha, necessariamente, idêntico caráter. Seria a negação da dialética do geral e do particular. A existência concomitante de áreas de atuação específicas, nas quais pode existir confluência de interesses interclassistas, reflete tal situação. É o que se pretende chamar de "economia concertada". Nesse sentido é possível delimitar certo grupo de situações administráveis, como sustenta o economista C. Rosas (Rosas, 1979: p. 55 e Rosas, 1982: p. 121).

A refutação da validade de certos projetos industriais, por parte do professor Vila Nova (Vila Nova, 1981: p. 211 e Vila Nova, 1979), baseada na afirmativa de que apenas contribuem para a geração de "alguns empregos" e não para a diminuição significativa dos índices de desemprego, é inconsistente na sua dimensão tanto qualitativa quanto quantitativa. Em todo caso, é uma problemática que merece, sem dúvida, a atenção dos analistas.

COMPATIBILIDADE E CONTRADIÇÃO NA DICOTOMIA CENTRALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES ECONÔMICAS

Na presente discussão, reveste-se de fundamental importância a clássica controvérsia entre as diferentes formas de coordenação das atividades econômi-

cas: a atomização e a centralização das decisões.

Esta questão está presente em todas as nações desenvolvidas, capitalistas ou socialistas. Nos países do CAME, constitui assunto predileto dos teóricos e responsáveis pela política econômica nos diversos níveis. O exemplo mais patente é o do controvertido "socialismo autogestionário" iugoslavo e seu tradicional dilema entre o *centralismo* e a *autogestão*. Também nos países capitalistas desenvolvidos, o assunto torna-se cada vez mais presente. Na França, por exemplo, onde a participação do setor estatal na economia apresenta índice dos mais elevados do mundo capitalista, as discussões têm sido singularmente profundas. Desde o governo da Frente Popular, no período imediato ao pós-guerra, apareceu com bastante clareza, no discurso de muitos autores relevantes, o papel variável que pode desempenhar o intervencionismo do Estado, com destaque para o planejamento e as empresas estatais. Especialmente ilustrativa é a posição de François Perroux, quem no *Le Capitalisme* (1948) admite claramente que o setor nacionalizado pode reduzir os custos e os preços praticando uma gestão com lucros limitados, equilibrada ou mesmo deficitária, onde o setor nacionalizado desempenhar-se-ia como um instrumento permanente de restabelecimento e correção das iniciativas e dos resultados de setor privado.

O papel do planejamento não depende tanto da forma que a tomada de decisões assume (se centralizada ou atomizada), nem da extensão dos setores público e privado em si, mas de seu caráter. Isso deve-se a que a centralização ou descentralização na tomada de decisão não tem caráter apriorístico, senão que se deriva do modo como são operacionalizadas e em benefício de quem são acionadas as decisões. O proposto tanto é válido para os países industrializados como para os chamados subdesenvolvidos, para as diferentes modalidades de intervenção estatal, em particular do planejamento.

Os "empresários inteligentes" de que fala Clemente Rosas na sua réplica, percebem muito bem isso, tanto assim que, basicamente, não obstam à ação estatal de planejamento, apostando muito mais no direcionamento que o planejamento deve tomar de sorte a beneficiar seus negócios. Nesse sentido, é eloqüente, por exemplo, o posicionamento das Associações Comerciais, em sua *Opção Fundamental*, pelo "sistema de Economia de Mercado e da livre iniciativa", em que ficam claramente explicitados os *Princípios* pelos quais se deve organizar a ordem econômica e social e definir a competência das empresas privadas e do Estado. A este atribuem-se as áreas empresariais em que não é possível ou "não se deve" auferir lucros. Afina com esta posição, a postura generalizada do empresariado brasileiro. O neoliberalismo subjacente em tais propostas esgrime, indisfarçadamente, os condicionamentos que as classes dominantes arregimentam para a ação planejada do Estado.

Uma inevitável contradição própria do planejamento nas sociedades capitalistas — como sugere o analista — entre seus objetivos básicos e a sacralidade da livre iniciativa (Vila Nova, 1981: p. 212) é uma suposição bastante questionável. Tal ação nem sempre vai de encontro com as aspirações do setor privado.

O mencionado caso de situações administráveis, bem elucida aquilo que aqui se contesta. Pode ser um paradoxo, mas chega-se a pensar que, na sua análise, também o professor Vila Nova, em definitivo, deriva a possibilidade e o grau de compatibilização da intervenção governamental com os interesses da iniciativa privada das "estruturas de classes específicas de cada sociedade" (Vila Nova, 1981: p. 213). Observa-se, porém, que o caráter geral não é extensivo a cada um dos casos concretos, por ser dado pela resultante de situações diversas, nas quais é característico maior ou menor compatibilização em uns e descompatibilização em outros.

A guisa de conclusão, infere-se que a oposição entre a centralização das decisões preconizadas pelo planejamento e a descentralização das adotadas pelo setor privado não resulta ineludivelmente no corolário de que as partidas são incompatíveis. Inúmeros casos de compatibilização de decisões de intervenção estatal centralizada com os interesses do setor privado, demonstram a falácia de tais conclusões desprovidas de fundo real. Igualmente sugerem abordar sempre com espírito dialético os complexos problemas sócio-econômicos com que teóricos e práticos se defrontam.

Campina Grande, outubro de 1982

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL: "Documento Final" do II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov 1980, 1.º Caderno, p. 17-19.

PERROUX, François: *Le Capitalisme*, Paris, P.U.F., 1948.

ROSAS, Clemente: "O modesto papel dos economistas e planejadores", In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, n. 6 (1), jan./jun. 1979, pp. 47-57.

_____: "A natureza do planejamento econômico e sua compatibilidade com a empresa privada; uma réplica a Sebastião Vila Nova", In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, n. 9 (1), jan./jun. 1982, pp. 119-122.

VILA NOVA, Sebastião: "Planejamento, capitalismo e estrutura de classes", In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, n. 8 (2), jul./dez. 1981, pp. 207-215.

_____: "Planejamento: para quem?", In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 jun.1979, p. A-9.

BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO CAMPONÉS NO NORDESTE *

Mauro Guilherme Pinheiro Koury **

DO SURGIMENTO

O movimento camponês no Nordeste surge, como força política, no momento do aparecimento das Ligas Camponesas, na segunda metade da década de cinqüenta. É bom frisar, no entanto, que a preocupação com a organização do homem do campo vem se dando desde o início do século.

Na leitura de alguns congressos operários — notadamente o 1.º e o 2.º Congresso Operário Brasileiro, de tendência anarco-sindicalista, realizados na cidade de Rio de Janeiro, nos anos de 1906 e 1913 — observa-se, com insistência, inquietações no sentido de “fazer chegar até eles (colonos e trabalhadores do campo), (...) a nossa propaganda, estimulando-os a se constituírem em sociedades de resistência”.¹

Ao mesmo tempo, esses congressos indicam, como tarefa de cada estado, a necessidade de excursões ao interior, para propaganda e organização sindical propriamente dita. Manuel do Ó, operário da *Great-Western*, em Pernambuco, e militante anarco-sindicalista, relata em suas memórias,² algumas dessas excursões ao campo, confirmando a filiação de camponeses em Sindicatos de Offícios Vários, de algumas cidades interioranas. Isso aconteceu apesar da resistência da grande maioria campesina, a qual, como receio de represália dos patrões ou grandes proprietários, recusava-se a participar desse tipo de organização, e também apesar da pouca penetração dessas idéias, mesmo porque tais excursões se davam só esporadicamente e sempre dentro dos limites das cidades.

A dificuldade de um trabalho sistemático no meio rural, no seu interior, associado à falta de uma política explícita de organização para os trabalhadores rurais, que ressaltasse a especificidade de sua luta, os colocando junto a diversas

* Versão revisada de um trabalho apresentado no “II Ciclo de Estudos sobre Problemas Agrários”, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 19-23/11/1983.

** Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPb.

(1) I e II Congresso Operário Brasileiro, In: ANDRADE, Pedro de: *Encontros da Classe Trabalhadora: de 1906 até o CONCLAT-1981*, São Paulo, 1981, pp. 27-38.

(2) Ó, Manuel do: *100 Anos de Suor e Sangue: Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*, Petrópolis, 1971.

categorias de trabalhadores urbanos e artesãos, em Sindicatos de Ofícios Vários, impediu um aprofundamento dessa experiência organizativa.

Na década de trinta, agora já sob a égide do Partido Comunista (PC), se recoloca a questão das condições de vida e trabalho do homem do campo, visando um trabalho de caráter organizativo, principalmente no sentido de angariar o apoio camponês às lutas que estão sendo travadas no meio urbano. A Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) e a Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, por exemplo, estabelecem um plano de trabalho para intervir no meio rural, com objetivos de propaganda, filiação de trabalhadores nos Sindicatos de Ofícios Vários ainda existentes, como o da cidade de Barreiros (Pernambuco), e de criação de núcleos e associações. Este trabalho é interrompido bruscamente com a repressão advinda do insucesso do levante armado de 1935.

Com o advento da redemocratização, em 1945, e o breve período de legalidade do Partido Comunista, se tem notícia de novas tentativas de organização do meio rural, criando-se pequenos núcleos no interior de unidades produtivas (principalmente nos canaviais). A formação dos núcleos se dá então através do envio de militantes (de origem camponesa, de preferência) às *plantations*, para realizarem o trabalho de propaganda e organização. Os jornais da época, ligados ou simpatizantes do Partido Comunista, dão boa cobertura ao trabalho realizado pelo partido no meio rural, ao lado de servirem de suporte organizativo dos próprios núcleos, com denúncias sistemáticas do regime de trabalho nas *plantations*, assim como da repressão desenfreada exercida pelos senhores da terra contra os trabalhadores que buscavam se organizar.

Este período se revela muito rico a nível de organização das massas dos trabalhadores do campo. As formas organizativas adotadas vão da formação de pequenos núcleos no interior das unidades produtivas à criação de Sociedades Cívicas sem fins lucrativos nas cidades interioranas, chamadas de associações e/ou Ligas Camponesas. Estas sociedades, cujo registro era permitido pelo Código Civil, davam um caráter legal à organização camponesa, refreando a violência dos senhores da terra e dando, ao mesmo tempo, um suporte às lutas e reivindicações dos trabalhadores, além de servirem como ponto de convergência entre os núcleos internos das *plantations*, retirando cada luta e/ou reivindicação do possível isolamento, por engenho ou fazenda, e tornando-as comuns a toda uma categoria.

As lutas, em sua grande maioria, eram pela permanência nas terras em que trabalhavam, havendo também reivindicações contra o trabalho aos domingos, pelo descanso nos feriados natalinos, pelo pagamento do salário em dinheiro e não em vales, contra os salários de fome, etc.

Com a cassação do Partido Comunista em 1947, o trabalho do partido no meio rural passa, mais uma vez, à clandestinidade, exacerbando a violência contra os trabalhadores, particularmente contra aqueles organizados em associações ou Ligas Camponesas. As sedes das Ligas e associações são invadidas e em-

pasteladas; camponeses são presos, mortos ou desaparecidos. O trabalho organizativo, na clandestinidade, continua sob forte repressão e intimidação dos camponeses.

Mesmo na clandestinidade, durante todo o restante da década de quarenta e primeira metade dos anos cinquenta, continua o trabalho de organização e agitação da massa rural. O jornal *Correio Sindical*, de tendência próxima ao Partido Comunista, por exemplo, relata a ocorrência durante os anos de 1949 e 1950, período de circulação do jornal, de inúmeros casos de greves e/ou paralisações no meio rural nordestino, principalmente no estado de Pernambuco, sendo, algumas delas, vitoriosas. Assim mesmo narra a tentativa de organização do 1.º Congresso Camponês do Estado de Pernambuco, no ano de 1950, com representantes vindos de várias cidades pernambucanas e do vizinho Estado da Paraíba. O objetivo principal deste congresso residia na fundação e eleição da primeira diretoria da Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Camponeses do Estado de Pernambuco (FTACEP). Relata, também, a participação camponesa na 1.ª Conferência Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco, em abril de 1950, convocada pela União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (USTEP).

Em 1954, se realiza o 1.º Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, na cidade pernambucana de Limoeiro. Este congresso foi dissolvido sob forte repressão policial, apesar da resistência por parte dos delegados presentes. Por fim, segundo relato de Jover Telles³, neste mesmo ano de 1954 houveram, só na zona canavieira de Pernambuco, 43 greves de trabalhadores assalariados agrícolas, com um cálculo aproximado de mais de 30 mil trabalhadores parados. No ano de 1955, é realizado o 1.º Congresso Camponês de Pernambuco, na cidade de Recife, com a participação de três mil camponeses, os quais, no final do encontro, saem em passeata pelas ruas da cidade, com slogans reivindicando o direito de livre associação e reforma agrária.

Ainda em 1955, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão. Esta sociedade, após um curto período de boa convivência com o proprietário do engenho, começa a sofrer, de parte deste, perseguições e ameaças de expulsão dos trabalhadores e ela filiados. Deu-se assim começo a um processo de luta pela permanência na terra, que mudará todo o panorama político de participação camponesa no Brasil. É o início do movimento das Ligas Camponesas, que trará, pela primeira vez e de modo sistemático, os camponeses ao cenário político nacional enquanto força política própria.

(3) TELLES, Jover: *O Movimento Sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, 1962.

AS FORÇAS POLÍTICAS POR TRÁS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Na década de quarenta, com uma linha de atuação junto ao meio rural, afora o Partido Comunista, existia a Igreja Católica, a qual começava a implantar um trabalho pastoral mais diretamente ligado ao trato de questões sociais. No Nordeste, este trabalho, embora de cunho nitidamente assistencial, terá o seu melhor desenvolvimento com a criação, em 1949, do Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte.

No início dos anos cinquenta, o SAR já desenvolve experiências pioneiras de alfabetização de adultos e de treinamento de lideranças no meio rural, que serão matriz de um projeto de ação da Igreja no Nordeste e em todo o Brasil. Preocupada com o panorama de miséria absoluta reinante no meio rural brasileiro, especialmente no nordestino, associado à onda de insatisfação e à crescente organização independente da massa camponesa, a Igreja busca encontrar uma solução para a questão social no campo. Esta saída, que será política, foi: 1) a de buscar interferir na política econômica do Estado brasileiro, com a finalidade de encontrar caminhos para uma diminuição das disparidades regionais no país; 2) a de aprofundar sua linha de ação junto aos camponeses, criando organizações que procurassem neutralizar as tentativas semelhantes já em andamento, postas em prática em geral pelos partidos políticos de esquerda, notadamente pelo Partido Comunista. A "ameaça do comunismo" fazia a Igreja voltar-se para a questão social e para um exercício mais temporal de ação junto aos trabalhadores do campo, mobilizando todo um exército de padres e leigos, sobretudo estudantes, ligados à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à Juventude Universitária Católica (JUC), para implementar a organização desses trabalhadores nos moldes por ela idealizados.

Neste momento, o SAR passa a representar o ponto de convergência para os setores da Igreja preocupados e mobilizados para uma ação mais concreta no meio rural. De sua experiência com escolas radiofônicas nasce um convênio Igreja/Estado, assinado no governo de Jânio Quadros, destinado a por em marcha uma política de educação de base. Surge assim o Movimento de Educação de Base (MEB), que, na sua proposta original, traz a intenção de bloquear o trabalho organizativo das esquerdas no meio rural, através de uma política de atuação e esclarecimento junto aos trabalhadores.

Das experiências desenvolvidas pelo SAR, a Igreja Católica extrai suas conclusões e aprofunda, no Brasil, e especialmente no Nordeste, uma política organizativa dos trabalhadores rurais, via sindicalismo. A opção pelo sindicalismo provinha do fato de já se ter promovido com sucesso, no Rio Grande do Norte, experiências pioneiras. Nesse sentido, nos idos do ano de 1960, a Igreja implementou uma Semana de Estudos, em Natal, com representantes de todos os estados do Nordeste, para assimilar a experiência sindical do SAR, com vistas à implantação de uma política sindical nos seus estados de origem.

Desta Semana de Estudos, surgirão o Serviço de Orientação Rural de

Pernambuco (SORPE) e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), no Estado da Paraíba, entre outras organizações destinadas à instauração de uma estrutura organizativa própria, no meio rural, que neutralizasse a ação das forças de esquerda presentes no movimento camponês da época.

O Estado brasileiro era, até então, refratário ao reconhecimento de uma estrutura sindical no campo, a qual, desde os anos quarenta, vinha sendo sistematicamente tentada pelo Partido Comunista e bloqueada pelos latifundiários. Estes tinham conseguido neutralizar toda e qualquer visão simpatizante de uma política sindical rural, chegando a depor, em 1954, a João Goulart, então Ministro da Agricultura do governo de Getúlio Vargas, por o mesmo ter-se sensibilizado com a possibilidade de implantação, via Estado, de uma estrutura sindical no meio rural brasileiro. Porém, nos anos sessenta, o Estado cede à pressão exercida pela Igreja Católica, reconhecendo vários dos sindicatos por ela criados.

O SINDICALISMO RURAL CATÓLICO

Tem início, desde então, uma nova fase no processo de organização camponesa no Brasil. Correm os primeiros anos da década de sessenta. A estrutura sindical católica, no meio rural, cresce e se fortalece, principalmente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, ganhando um espaço próprio no seio do movimento camponês. Sua política de ação é, sobretudo, uma política de "paz social". Se bem, de um lado, busca organizar os trabalhadores para reivindicarem os seus direitos, pelo outro procura não se contrapor aos senhores da terra. Promove assim uma política de sensibilização à modernização das relações de trabalho no campo, como forma de garantia da harmonia patrão-trabalhador, tentando neutralizar a política que visa uma transformação global de toda a sociedade, posta em prática no campo pelos grupos de esquerda.

De outra parte, vale aqui salientar que a opção por uma ação temporal pela Igreja traria, ao seu interior, uma gama de redefinições junto ao baixo clero e uma parcela de leigos, principalmente jovens, ligados à JUC e à JEC. Estas redefinições dizem respeito, sobretudo, à busca de uma leitura e ação mais críticas dos fenômenos e processos sociais, aprofundando as contradições internas da Igreja, enquanto instituição, e forçando uma mudança na política pastoral implantada pela hierarquia. O aprofundamento crítico das contradições endógenas, vivenciadas pela Igreja, pelo laicato e o baixo clero, redundarão em uma caminhada desses setores para a esquerda, que leva, no início dos anos sessenta, à ruptura dos laços que os prendem à ação pastoral institucional e à formação, em 1961, de uma organização independente: a Ação Popular (AP).

A AP, com uma proposta de socialismo cristão, inicia um processo de disputa dos sindicatos, no interior do bloco católico. Quebra, desde modo, a hegemonia da ação conservadora da Igreja no meio rural. A AP consegue, por exemplo, dominar inteiramente os quadros do MEB, subvertendo sua atuação, e colocar em prática uma proposta de educação de base, de cunho mais progressis-

ta, enveredando pela educação sindical, ao mesmo tempo que dava início a uma política de frente com o Partido Comunista, contra a intervenção conservadora da Igreja no campo.

Na Paraíba, por exemplo, a CEPLAR — que inicia seu processo de formação no meio de uma prática hiper-conservadora e dominada pelos círculos católicos — passa, com a criação da AP, por grandes redefinições em sua linha de trabalho, terminando por formar uma frente com outras forças de esquerda presentes no meio rural paraibano, particularmente com o Partido Comunista.

O clero católico conservador se alia, por sua vez, com as forças golpistas — em acelerado processo de desenvolvimento no país, com base no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) — e com o capital norte-americano, reforçado agora com a “Aliança para o Progresso”.

SINDICALISMO DE ESQUERDA: OS COMUNISTAS E AS LIGAS CAMPONESAS

Por seu turno, o Partido Comunista, envolvido desde a década de trinta com a prática organizativa no campo, em primeiro momento não se sente ameaçado com a liderança do deputado socialista Francisco Julião junto às massas camponesas, surgida a partir do sucesso de sua luta, como advogado, no caso do engenho Galiléia (esse movimento foi a Liga-Mãe de todo o processo de desenvolvimento de associações do gênero pelo Nordeste dos anos cinqüenta). Pelo contrário, nos primeiros anos de crescimento das Ligas Camponesas, o Partido Comunista oferece apoio institucional e político ao movimento, dando suporte, sobretudo, à liderança carismática do deputado Francisco Julião.

As desavenças começam a emergir e se manifestar no momento em que as Ligas Camponesas buscam uma proposta independente de organização que foge ao controle do partido, ao mesmo tempo em que radicaliza suas posições frente à questão da revolução brasileira, denunciando pretensas alianças com o aparelho de Estado, como sendo contrário aos interesses do povo, e visualizando o processo revolucionário no Brasil como um movimento que viria do campo para a cidade.

O processo de dissensão, entre o Partido Comunista e as Ligas Camponesas, chega a um ponto de inflexão em que a ruptura se exterioriza. Foi o momento da aprovação das teses das Ligas (de reforma agrária “na lei ou na marra”), no Congresso Camponês, em Belo Horizonte, no ano de 1961, em contraponto às teses da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organismo vinculado ao Partido Comunista, que contava inclusive com o apoio de grande maioria dos delegados presentes ao Congresso. A partir de então, o partido no Nordeste parte — principalmente no Estado de Pernambuco, onde as Ligas Camponesas sob controle de Francisco Julião estavam mais desenvolvidas — a uma política de esvaziamento deste movimento, disputando com a Igreja

Católica a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Deste modo, o espaço de formação sindical passa a ser disputado por duas forças contrárias: o clero católico conservador e o Partido Comunista. A terceira força emergente, a AP oriunda da Igreja, se alia ao Partido Comunista numa frente oposta ao clero conservador. As Ligas Camponesas, com um crescimento desordenado, continuam aliás como força independente frente ao movimento camponês, mas entram em declínio enquanto espaço organizativo. Elas mesmas passam a assumir a formação de sindicatos, como maneira de assegurar a permanência de muitos de seus quadros.

A Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criada em 1963, em meio deste clima de disputa pela hegemonia do movimento camponês. Sua primeira diretoria foi composta, em consequência da frente PC-AP, por partidários dessas organizações, ficando a presidência da entidade nas mãos do Partido Comunista.

DECADÊNCIA PÓS-64 E POSTERIOR RETOMADA PÓS-68

Em abril de 1964, o processo por que passava o movimento camponês de então é brutalmente interrompido pelo golpe militar. As Ligas Camponesas são postas na clandestinidade e exterminadas, em face da forte repressão policial-militar mais capangagem dos senhores da terra. Os sindicatos sofrem intervenções e suas lideranças mais combativas são, em sua maioria, presas ou mortas. Mas a sua estrutura é poupada enquanto instituição e recolocada em funcionamento, porém já dentro de um rígido controle estatal e supervisão do clero conservador.

Os sindicatos de trabalhadores no meio rural, após o golpe, passam por um conjunto de redefinições que buscam quebrar sua força de representação, tornando-os meros agentes mediadores entre o Estado e os trabalhadores. É necessário deixar claro aqui que a legislação sindical brasileira já continha em si as formas de submissão do movimento sindical, de seu condicionamento, controle e fiscalização por parte do Estado. Esta legislação, que havia sido tornada *letr morta* pelo processo político vivenciado pelo movimento camponês dos anos de 1960 a 1964, é retomada pelo Estado autoritário em implantação no país após o golpe, não precisando mais do que poucos ajustamentos nos artigos que tratam do direito à greve, para torná-la uma das mais arbitrárias do mundo.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, a partir de 1964, passam a viver um grande dilema, ao ter que escolher entre ser órgãos de controle, vinculados ao Estado, ou veículos de representação de classe. Esta contradição é aprofundada a partir de 1968 devido ao início da Previdência Social Rural, que torna os sindicatos de trabalhadores rurais, *grosso modo*, em meros apêndices do Estado, apenas órgãos assistenciais para o trabalhador rural. E enquanto órgãos de assistência social, vinculam seus serviços apenas a seus associados, contribuindo assim a difundir a idéia — de profundo cunho ideológico — de que os sindicatos de tra-

balhadores rurais são dos associados e não do conjunto dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, o sindicalismo rural, embora vivendo uma crise de representação por ser mais veículo de assistência que de classe, no período pós-1968 parte para uma retomada da ação voltada para a fundação de sindicatos, estendendo sua rede por todos os municípios, de cada estado, da região e do Brasil. Ao mesmo tempo, monta uma estrutura centralizada que permite à CONTAG e às Federações manter sob supervisão direta toda a rede de sindicatos espalhados pelo país.

Este fato é significativo para o entendimento do papel dinamizador assumido pela CONTAG a partir do ano de 1974, no sentido de viabilização de uma política de representação de classe. Esta confederação começa a se mostrar presente em todos os acontecimentos significativos que envolvem categorias de trabalhadores por ela representados, em todos os recantos do Brasil. Parte para uma ofensiva de denúncias sistemáticas das condições de vida e de trabalho do homem do campo, agindo também como elemento impulsionador de organização, para reivindicações e lutas, entre seus representados.

Assim, em 1979, a CONTAG está presente, auxiliando e impulsionando a organização do movimento grevista entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. O mesmo acontece nos anos subseqüentes, quebrando resistências de sindicatos pelegos, com mobilização pela base, nos engenhos e usinas do estado. Ao mesmo tempo, a CONTAG viabiliza novas campanhas salariais, como foi o caso da greve dos canavieiros do Rio Grande do Norte, auxiliando à Federação na organização e defesa dos trabalhadores. Além disso, promove sistematicamente reuniões e encontros entre Federações e dirigentes sindicais de diferentes estados, com o objetivo de trocar experiências e se empenhar pela unificação de um programa comum de lutas, em prol dos direitos dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Não se pode deixar de registrar aqui, como palavras finais, o clima de violência existente no campo brasileiro, contra trabalhadores rurais, sindicalistas e advogados sindicais, emanado da força retrógrada do latifúndio. Segundo dados do secretariado regional da Comissão Pastoral da Terra, de Goiás, entre janeiro e julho de 1982, no Brasil sofreram atentados e ameaças de morte 27 lavradores e dirigentes sindicais rurais, com um saldo de 17 mortes. E, de acordo com dados da revista *Isto É*⁴, de 1980 a 1983, foram assassinados no Brasil 8 dirigentes sindicais, 3 advogados e 39 trabalhadores rurais, estes geralmente delegados sindicais. Entre estes, a líder sindical Margarida Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, no Estado da Paraíba, no

(4) *Isto É*, n.º 350, São Paulo, 7.9.83.

dia 12 de agosto de 1983, e Jossias Paulino de Almeida, posseiro e delegado sindical, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibimirim, no Estado de Pernambuco, no dia 15 de agosto de 1983, isto é, três dias após o assassinato da líder camponesa de Alagoa Nova.

Assassinados, por trabalharem por condições de vida e de trabalho um pouco mais dignas e menos miseráveis para si e para os seus companheiros trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES NÃO-PERIÓDICAS

ANDRADE, Pedro de: *Encontros da Classe Trabalhadora: de 1906 até a CONCLAT-1981*, São Paulo, Quilombo, 1981.

Ó, Manuel do: *100 Anos de Suor e Sangue: Homens e Jornadas de Luta Operária do Nordeste*, Petrópolis, Vozes, 1971 (2a. ed.).

TELLES, Jover: *O Movimento Sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

REVISTAS E JORNAIS

Folha do Povo, Recife, anos 1935 e 1946-47

Correio Sindical, Recife, anos 1949-50.

Isto É, nº 350, São Paulo, 7.9.83.

A IDEOLOGIA DA "NEW ECONOMIC HISTORY"

Josemir Camilo *

A "Nova História Econômica" (*New Economic History*) se apresenta como uma metodologia aplicada à pesquisa histórica em áreas onde métodos tradicionais não têm conseguido bons resultados. Sua principal característica está no uso da matemática e dos computadores.

Nascida praticamente da Escola de Chicago, a "Nova História Econômica" é uma síntese de História, Economia, Estatística e Filosofia. Busca obter, a nível teórico, respostas satisfatórias aos problemas econômicos em várias sociedades concretas. Geralmente, a área de aplicação desta metodologia é a de transporte e a de escravos, como o ilustram as obras de Fogel, Coatsworth e O'Brien.¹ Aliás, o trabalho teórico deste último serve-nos de base para este artigo.

Os conceitos básicos desta "escola" são: *Economia Social*, *Método Contrafactual* e *Conexões de Produção*.² A despeito de todo instrumental moderno e, aparentemente, com novos conceitos, a "Nova História Econômica" está cheia de controvérsias. A primeira delas é ideológica, haja visto sua metodologia vir sendo aplicada exclusivamente a sociedades capitalistas ou, quando muito, a sociedades pré-industriais, porém dependentes do capitalismo, como é o caso da Rússia czarista. Além de que seu aparato conceptual decorre da teoria econômica clássica. Esta tendência está explicitada em O'Brien: "Alternativamente, a Nova História Econômica tem suprido respostas para espécies de circunscritas questões em que os instrumentos da teoria econômica em geral, e neo-clássica em particular, podem ser usados com máximo efeito".³

O ponto de partida desta Escola é a premissa de que um pequeno grupo

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande, atualmente em Curso de Pós-Graduação no *London School of Economics*, Londres, Inglaterra.

- (1) O'BRIEN, Patrick: *The New Economic History of the Railways*, London, Groom Helm, 1977. COATSWORTH, John H.: *Growth Against Development (The Economic Impact of Railroads in Porfirian Mexico)*, Illinois, Northern Illinois University Press, 1981). Essa obra é uma tradução revisada, com nova Introdução, do original em espanhol "Crecimiento contra Desarrollo".
- (2) Os termos precisos da "Nova História Econômica" em inglês são: *social saving*, *counterfactual analysis* e *linkages (backward and forward)*. Tentamos aqui uma tradução aproximada desses conceitos. Porém as traduções de conceitos freqüentemente apresentam dificuldades mais ou menos graves. Por exemplo: talvez a melhor tradução para *social saving* fosse "poupança social", enquanto para *linkages* provavelmente "conexões (de produção)" seja mais adequado do que o termo literal de "ligações".
- (3) O'BRIEN, Patrick: op. cit., p. 18.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	177-181	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

de países da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália têm tido um crescimento econômico mais rápido que os outros países. Seus autores não se referem — de modo algum — a experiências em países socialistas, tanto sobre crescimento econômico, quanto à aplicação de sua metodologia. Não se dão conta, pois, que andam estudando determinado modo de produção: o capitalista. E é aqui, ainda, que reside sua falta de perspectiva como Historiadores: não discutem a Acumulação Primitiva do Capital; partem, já, da sociedade capitalista estabelecida como tal.

Para a "Nova História Econômica" não interessa saber como se adquiriu o capital. Parte-se diretamente de sua existência e de que, segundo O'Brien, "... mais altas taxas de crescimento podem vir também de mais terra, trabalho, capital, educação e organização para produzir output".⁴ Como se depreende da leitura, trata-se de uma definição mais própria de um economista do que um historiador, porque se nega, justamente, o processo de gênese não só do capital em si, mas também das relações de produção que são o capital em reprodução. Em outras palavras, para a "Nova História Econômica" não há história mas sim contemporaneidade.

Tal tipo de raciocínio vem desembocar numa espécie de sofisticado estruturalismo, uma vez que um dos procedimentos desta Escola é a escolha dos *inputs* a serem quantificados. *A priori*, selecionam-se os *inputs* que irão formar uma estrutura e, em seguida, recorre-se ao método comparativo confrontando as estruturas montadas com material historiográfico àquelas feitas através de um mito chamado método contrafactual. Para nós, detecta-se aqui uma redução da História a uma pré-fabricada armação teórica.

O método (ou análise) contrafactual é uma falsa proposição em História. Baseia-se no hipotético argumento de contrapor os fatos históricos à sua não-existência. Ou seja: analisam certa sociedade e seu crescimento econômico, partindo da suposição do que seria se ela não possuísse os meios de transporte que tem historicamente possuído. Assim, por exemplo, se indaga: como seria a economia do Nordeste brasileiro se não tivesse havido ferrovias? Ou melhor: as ferrovias foram fator de crescimento econômico, haja visto que os cálculos feitos sobre os outros meios de transporte, competitivos às ferrovias, possuíam custo operacional bem mais alto? Não só é feita esta comparação, a qual necessariamente não utiliza a análise contrafactual, mas a solução que aponta as ferrovias como fator preponderante de desenvolvimento, passando primeiro por esta etapa (a comparação de duas estruturas existentes) e, em seguida, pelo seguinte raciocínio: que custo de operação teriam aqueles meios de comunicação, competitivos às ferrovias, se estas não existissem? É aí onde reside o exercício metafísico da "Nova História Econômica".

O caráter da análise contrafactual é *metafísico* na medida em que isola duas estruturas e as torna absolutas, sendo que uma delas é totalmente hipotéti-

(4) Idem, p. 16.

ca. Trata-se de um estruturalismo contraditório, pois ao mesmo tempo é funcionalista, usa de raciocínio abstrato-hipotético, caindo na metafísica. É funcionalista ao seccionar a História em categorias estanques, fazendo delas estruturas aprioristicamente determinadas, através das quais giraria todo o processo histórico ferroviário, no particular, e o econômico-social, no geral.

Convém ainda lembrar que o fato de criar (hipoteticamente) uma estrutura (a não-existência de ferrovias numa sociedade que, historicamente, sempre as utilizou), é uma volta ao empiricismo grotesco, como se as Ciências Sociais, e mais particularmente a História, comportassem experiências, ou experimentos dessa natureza.⁵

Deve-se destacar bem que a análise contrafactual tornou-se o fulcro das dissidências da Escola. O percuciente trabalho teórico de O'Brien faz restrições também ao uso dessas mirabolantes hipóteses, embora não as condene com veemência. Seu emprego fica limitado aos economistas Fogel, Fishlow, Menzer e Hawke, célebres teóricos da Escola.

Uma vez repudiada a análise contrafactual, o conceito de "economia social" se esvazia. Segundo O'Brien, "economia social" é "a diferença entre o atual custo de transporte ferroviário, em determinado ano, e o custo alternativo para transportar os mesmos bens, entre os mesmos pontos, sem ferrovia".⁶ Portanto, trata-se de um exercício matemático-estatístico, baseado nas hipóteses apontadas. Como um silogismo, se se aceita a premissa da "economia social", a da análise contrafactual será também aceita (não tanto quanto ao resultado, mas quanto a seu uso).

O virtuosismo destes economistas chega ao ponto — como em Fishlow, Hawke e Metzger (segundo O'Brien) — de não admitirem na sociedade nenhuma mudança, negativa ou positiva, durante o ano tomado como referência para a aplicação da análise contrafactual. Estamos diante de uma metafísica imobilista, servindo a um novo tipo de empiricismo: a experiência abstrata, de forte vocação especulativa.

Ora, qualquer setor da produção que seja anulado (teoricamente) ou que haja parado de produzir, no período de um ano, dentro de uma sociedade, não implica necessariamente em colapso de uma economia. Os investimentos podem ser dirigidos a outros setores que não aqueles que formam os meios de comunicação alternativos. Querer comparar os custos de transportes, deixando de lado as ferrovias, é totalmente arbitrário. Assim, no Brasil, o governo pode optar (historicamente falando) por uma política de colonização rural, como fez com os flagelados da seca de 1877 (que foram para Pernambuco e Alagoas), ou mesmo incentivar a pequena indústria de bens de consumo. Isto, claro, partindo do

(5) Nesta perspectiva, a crítica de J. Coatsworth é bem procedente, apesar de ele pertencer à Escola. Coatsworth, *op. cit.* pp. 194-5.

(6) O'BRIEN, Patrick: *op. cit.*, p. 31 e COATSWORTH, John H.: *op. cit.*, pp. 10-11.

raciocínio de haver a ferrovia parado de operar. No caso, então, de a ferrovia estar em pleno funcionamento, a análise contrafactual peca por relegar — de modo absoluto — a realidade concreta que são as relações de produção (no caso, interligada, dependente ou hegemônica), às ferrovias.

Desta maneira, ignorando a História Social (das relações de produção), a "Nova História Econômica" introduz a ideologia de uma sociedade monolítica e sem diferenças de classes, principalmente através do seu conceito de "economia social". Para esta Escola, "economia social" é a economia de recursos, a qual é obtida com inovação tecnológica. No caso das ferrovias, seria o transporte mais barato comparado aos outros meios. Mas em nenhum momento estes autores se perguntam para quem, realmente, vão os benefícios ou lucros desse transporte mais barato. É aí onde a ideologia se revela.

Para se chegar ao conhecimento desta economia de recursos, os historiadores deveriam estimar o *output* da ferrovia "em unidades de toneladas/milhas de frete carregado nos trens sobre um ano".⁷ O *average* seria obtido ao se comparar estes *outputs* com outras formas de transporte. Mas, nem todos os integrantes dessa escola concordam com esses argumentos. O'Brien acha que o *output* transportado pelas ferrovias não parece ser satisfatório para estes cálculos e os dados para medir o frete transportado em outros meios de comunicação, podem não ser tão representativos. Imagine-se, então, o historiador generalizar para todo um período a partir apenas do *average* de um ano e em dados não tão precisos! Não há base lógica para as escolhas entre os resultados.⁸

Revestindo-se de uma eclética linguagem que vai da História à Informática, passando pela Estatística, estes economistas alteram superficialmente os conceitos, pois permanecem dentro dos cânones da teoria clássica na explicação do capitalismo. Por exemplo: não analisam a inovação tecnológica enquanto fator de obtenção de mais-valia relativa, fonte de lucros para os capitalistas das ferrovias. Em contrapartida, criam o conceito de "economia social" — sob o qual escondem o caráter da apropriação do lucro, preferindo pregar a presunta existência de certo "benefício social" (*social benefits*), Evitam falar de "lucros" (*profits*), preferindo o vazio conceito de "benefícios".

Coerentes com a mistificação dos conceitos, estes autores, que fazem economia retrospectiva e não História Econômica, terminam encarando a sociedade sob um prisma holista, sem classes, e provavelmente, sem conflitos de classes. Ou seja, escapa-lhes a parte política do processo econômico-social. Isto revela seu caráter ideológico, tendenciosamente burguês. Na verdade, mesmo como exercício matemático-estatístico, a metodologia da "Nova História Econômica" revela-se empiricista ao tratar de micro-economia. Sua cientificidade não pode ser comprovada a nível macro-econômico. O próprio O'Brien reconhece a

(7) O'BRIEN, Patrick: op. cit., p. 24.

(8) Idem, pp. 38-39.

fragilidade dos vãos teóricos da Escola: "nem teoria nem estatística são provavelmente indicados para resolver disputas sobre uma razoável ou plausível taxa de mudança social", sendo que "historiadores podem agora ser tentados a concluir que a eficiência da escravidão e seu impacto sobre o crescimento dos estados sulistas na América (do Norte; J.C.) provavelmente, ao fim, não é reduzível a proposições testáveis que possam ser conceituadas e pesadas dentro da armação da economia neo-clássica".⁹

A preocupação da "Nova História Econômica" está diretamente comprometida com o modo de produção capitalista, uma vez que seus estudos se voltam para a verificação do impacto de certos meios de transporte (canais, ferrovias) sobre o crescimento da economia. Crescimento é a palavra chave: a influência das ferrovias sobre o Produto Nacional Bruto é que interessa à Escola e, daí, nasce o conceito da "conexão" (*linkage*).

Que influência causou a ferrovia na economia regional? Como medir a produção de *outputs* gerados pela ferrovia e os *inputs* de que ela se utilizou? A resposta está na aplicação da análise quantitativa contrafactual. É medir os *inputs* tanto da ferrovia, como dos outros meios de transporte, como se a ferrovia não tivesse existido. O mesmo para com os *outputs*. Neste caso "a margem de taxa de retorno sobre o capital investido em ferrovias sobre um único ano diz muito pouco sobre a importância global".¹⁰

Alguns autores afirmam que mesmo não se aceitando estes resultados como prova da influência da ferrovia sobre o crescimento econômico, no mínimo, ter-se-ia comprovado que os investimentos em ferrovias têm apoiado a economia capitalista em períodos de recessão. Portanto, cada vez mais se restringe o campo dos resultados ditos satisfatórios da "Nova História Econômica".

Por fim, estes supostos historiadores ignoram uma realidade histórica bastante desabonante de seus resultados: as ferrovias européias, construídas em países do terceiro mundo. Camuflam completamente o fato da extração de mais-valia que as ferrovias têm obtido nos países de economia dependente. Esquecem que as estradas de ferro são produtos diretos da revolução industrial, principalmente no setor da siderurgia, e que os investimentos nas colônias ou regiões de economia dependente (Brasil, no caso) só aconteceram depois de ter-se fechado o mercado europeu. As ferrovias não foram uma necessidade interna e consciente das regiões do terceiro mundo, mas, foram-no do capitalismo, não só do capitalismo industrial inglês, mas (mais precisamente) do capitalismo financeiro. As garantias, no Brasil, do Estado Imperial, por si só já eram bastante alentadoras para se investir nos trópicos tupiniquins. Portanto, concluímos que esta é mais uma alienação dos teóricos e pesquisadores da "Nova História Econômica". Metodologia científica ou parcialidade ideológica?

(9) Idem, p. 19.

(10) Idem, pp. 53-54.

O 5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS, REJEIÇÃO DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

*Reinaldo A. Carcanholo **

Nos dias 15 a 18 de novembro de 1983, realizou-se em Curitiba o 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, cujo tema foi "A Crise da Economia Brasileira", com a presença de aproximadamente 2.000 participantes de todo o país.

Sem dúvida nenhuma, o fato mais importante – e talvez até surpreendente – foi o consenso dos economistas brasileiros presentes, na condenação da política econômica do regime. Na verdade, as conseqüências da mesma manifestam-se não só num grau ainda maior de exploração dos trabalhadores e na miséria crescente de amplos setores populares, mas chegam também a colocar em perigo a própria lógica da sociedade capitalista local e as regras mínimas de convivência social. É bem provável que isto, pelo menos em certa medida, explique aquele consenso.

A Carta de Curitiba, documento final do Congresso, no seu conteúdo, expressa o sentimento generalizado de condenação da política econômica atual, da subordinação ao FMI e, mesmo, do modelo econômico vigente, que levam ao limite da miséria absoluta, grande parte da população brasileira. Lamentavelmente, na sua forma, a Carta de Curitiba não conseguiu transmitir, com toda a precisão e adequada expressividade, o conteúdo dos Relatórios das diferentes comissões ("mesas"), dos quais pretendia ser um resumo. Em outras palavras, pensamos que a Carta de Curitiba, talvez por uma excessiva e apressada preocupação lingüística, transformou-se num reflexo pálido do grau de oposição dos economistas ao modelo e à política econômica vigentes. É por essa razão, que convém dar a conhecer o conteúdo dos Relatórios aprovados nas Mesas, documentos oficiais do Congresso, lidos e intensamente aplaudidos no plenário geral, recebendo assim aprovação dos presentes.

É importante destacar também, que a grande imprensa nacional não deu divulgação suficiente ao evento e aos resultados obtidos nas discussões sobre a "Crise da Economia Brasileira"; tampouco, às moções aprovadas que responsabilizam os altos funcionários economistas do governo federal e às que repudiam a ocupação norteamericana de Granada e a intervenção imperialista em vários países.

Todos os economistas têm como tarefa, contribuir para que, no próximo Congresso, o documento final seja uma fiel expressão, não só no seu con-

* Coordenador do Mestrado em Economia da UFPb, Campus II – Campina Grande, e Presidente da Mesa 1 (Questão Agrária) no 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, 15 - 18/11/1983, Curitiba.

teúdo, mas também na sua forma, do real sentimento de rejeição do povo brasileiro ao modelo econômico atual; também, para que seja dada a maior divulgação possível às suas conclusões.

Para contribuir na tarefa de divulgar adequadamente os resultados do 5.º Congresso, nesta ocasião consideramos oportuno apresentar o "Resumo do Relatório da Mesa 1 (Questão Agrária)".

5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS RESUMO DO RELATÓRIO DA MESA 1: A QUESTÃO AGRÁRIA

"Como resultado de dois dias de debates, o plenário da Mesa 1, "A Questão Agrária", chegou às seguintes conclusões adotadas por consenso no que se refere ao seu conteúdo.

"A gravidade da crise econômica pela qual passa o país, apresenta dramáticas conseqüências, especialmente no que se refere ao abastecimento dos produtos que atendem as necessidades mínimas da população, ao agravamento da miséria crescente no campo e também nas cidades e, inclusive, no perigo de generalização da fome absoluta.

"Neste sentido, concluiu sobre a necessidade de propor algumas medidas que chegariam a constituir um programa de emergência e que se indicam posteriormente.

"No entanto, a apresentação de um programa desse tipo não pode desviar a atenção da opinião pública para o fato de que a gravidade do momento atual, que põe em risco a sobrevivência de regras mínimas de convivência social, é de responsabilidade não só da desastrosa política econômica implantada recentemente, mas também do modelo econômico imposto à nossa sociedade nos últimos vinte anos. Por isso, reconheceu a necessidade de manifestar-se, também, sobre um conjunto de medidas de transformação estrutural, que se indicam ao final deste documento.

"O atrelamento da política econômica do governo às imposições do FMI, manifestação nunca antes tão inequívoca da nossa dependência, só tem agravado a dramática situação de todo o povo, especialmente dos trabalhadores e dos setores mais carentes. Essa submissão é tão grave, que a política agrícola antes existente, embora criticável, foi absolutamente desestruturada. A necessidade da criação de superavit, imposição a que se submete o governo, implicou a utilização dos estoques de produtos básicos para a exportação, criando uma crise sem precedentes no abastecimento interno, gerando uma exacerbada elevação nos preços e aproximando perigosamente da fome absoluta, amplos setores da população.

MEDIDAS IMEDIATAS

"Trata-se de um conjunto de medidas urgentes que permitem atenuar as graves conseqüências da crise, especialmente sobre os setores mais carentes da sociedade. Entre elas, encontram-se as seguintes: estabelecimento ou amplia-

ção de frentes de trabalho, auxílio desemprego, adequado abastecimento de produtos básicos, reajuste adicional de salários e eliminação de ações oficiais que implicam expulsão de pequenos produtores da terra.

“As medidas imediatas desse tipo, embora apresentem caráter emergencial, devem transformar-se em conquistas populares permanentes.

MEDIDAS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

“O reconhecimento de que o modelo econômico brasileiro, do último período, é o responsável pela crise atual, implica na proposição de um conjunto de medidas. Entre elas: reforma agrária, ampla, massiva, imediata, regionalmente qualificada e sob controle dos trabalhadores, através de suas organizações; formulação de uma política agrícola global que atenda os interesses da maioria da população, e que privilegie a criação de emprego, que apoie e incentive as formas cooperadas de produção, comercialização e agroindustrialização; implementação de uma política que estimule e garanta o aproveitamento da tecnologia nacional na produção agrícola, substituindo, até a sua eliminação, os pacotes importados.

MOÇÕES

“Finalmente foram aprovadas algumas moções sobre os seguintes temas: ocupação militar do território do Estado soberano de Granada e ameaça de invasão na Nicarágua e em El Salvador; política de planificação familiar no Brasil e sobre aspectos da organização deste Congresso. Essas moções aparecerão como anexo do texto completo do relatório da Mesa n. 1, do qual se extrai o presente resumo.

Curitiba, 18 de novembro de 1983.”

AOS COLABORADORES:

ORIENTAÇÕES E NORMAS RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES ENCAMINHADAS PARA PUBLICAÇÃO

1. A Revista Raízes só publica trabalhos originais e inéditos.
2. A Revista Raízes, que tem como finalidade geral propiciar e estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências, reservando-se porém, o direito de publicar ou não o material enviado à Redação.
3. As colaborações devem ser submetidas à Redação sob um dos gêneros publicísticos seguintes:
 - Artigos
 - Ensaio
 - Comentários
 - Artigos-réplica ou Comentários-réplica
 - Interview Científicos
 - Notas
 - Resenhas de livros
 - Informações científico-acadêmicas
4. Todas as contribuições devem ser entregues à Redação em duas vias, bem legíveis, datilografadas em espaço dois (mesmo as referências bibliográficas e as notas de rodapé), em papel branco tamanho ofício, e com fita de tinta preta, com aproximadamente 30 linhas de 65 batidas cada uma.
5. Os artigos e ensaios devem ter, em princípio, um máximo de 40 páginas datilografadas em um só lado e numeradas consecutivamente no canto superior direito, não devendo ter menos de 15 páginas, incluídas as referências bibliográficas e as notas de rodapé, ambos tipos constando sempre na respectiva página.
6. Os comentários e notas pelo geral deverão ser breves, com limites mínimo de 3 e máximo de 15 páginas.
7. As resenhas de livros não deverão exceder as 3 páginas.
8. A Redação comunica ao(s) autor(es) a decisão sobre a publicação ou não do trabalho. Não se compromete a devolver os originais que lhe são enviados, principalmente quando o envio não seja por sua iniciativa, nem

sequer no caso quando o trabalho não é aprovado para sua publicação. Tampouco se obriga a manter correspondência sobre os mesmos.

9. O título do trabalho deve ir em letras maiúsculas, devendo constar, em nota de rodapé, quando necessários, esclarecimentos (respeito ao texto apresentado e eventuais agradecimentos. A seguir, o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) indicando, em outra nota de rodapé, a função profissional e/ou a instituição à qual pertence(m).

10. Para indicar que se quer caracteres em letra *cursiva* (itálica), sublinhe as palavras correspondentes com um traço, e para indicar letras em **negrita**, sublinhe com dois traços. Tabelas e gráficos deverão vir em folhas separadas e em arte-final, com especificação do local aproximado em que devem ser inseridas.

11. As referências bibliográficas no texto deverão sempre ser colocadas, numeradas, ao pé da página respectiva. A primeira citação de uma fonte deve ser completa: nome íntegro do(s) autor(es), título completo grifado, local, eventualmente o número da edição, editor, ano de publicação, número(s) da(s) página(s) aludida(s). No caso de periódico: autor(es), título completo do artigo, título íntegro do periódico, local de publicação, número do volume e/ou do fascículo, mês e ano de publicação, número da(s) página(s) citada(s).

As referências bibliográficas e a literatura empregada deverão, quando necessário, ser agrupadas, alfabeticamente ordenadas pelos sobrenomes dos autores, ao final do texto sob a denominação Bibliografia. Neste caso, no texto recomenda-se citação abreviada.

12. Recomenda-se, e é exigência em contribuições que excedam às 6 laudas, a divisão do texto em secções, empregando de preferência subtítulos. Em caso de incumprimento a Redação reserva-se o direito de proceder a tal divisão, e se entender de proveito, introduzir subtítulos (indicando sua procedência com a observação "Subtítulos da Redação").

13. Cada original apresentado será, por regra geral, submetido à apreciação de três membros do Conselho Editorial, na base de cujos pareceres escritos, serão aceitos ou recusados, segundo os considere ou não cientificamente consistentes e de publicação conveniente. A publicação de qualquer contribuição poderá ser condicionada a execução de correções, ou tais modificações podem ser apenas sugeridas ao(s) autor(es). Em caso de recusa de contribuições para sua publicação, a Redação não está obrigada a comu-

nicar suas razões. As provas tipográficas sempre que possível, serão submetidas a correção autoral.

14. As colaborações não são remuneradas, mas cada contribuição publicada fará jus a 5 exemplares do número correspondente, a serem enviados pela Redação a seu(s) autor(es) sem qualquer ônus para este(s).

15. Cada trabalho enviado à Redação deverá, de preferência, ir acompanhado de correspondência com o endereço completo, residencial e/ou profissional e/ou postal, de cada um dos autores, a fim de facilitar e agilizar eventuais consultas.

16. A Redação se reserva o direito, por questões técnicas, de cortar palavras ou linhas (a seu critério) não essenciais das contribuições. Igualmente, reserva-se o direito de modificar a forma dos trabalhos no sentido de os unificar segundo os critérios bibliográficos, ortográficos e tipográficos adotados.

17. Faça as correções necessárias exclusivamente com lápis grafite.

18. TENHA APRESENTAR SUAS COLABORAÇÕES ATENDENDO AOS PADRÕES NORMALIZADOS DA REVISTA, TAIS COMO SÃO OBSERVADOS NO PRESENTE NÚMERO.

**Este trabalho foi composto e impresso
nas oficinas gráficas da EPGRAF
em fevereiro de 1984**

